

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL - PPGDS**



**BANCOS COMUNITÁRIOS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA: ESTRATÉGIAS DE
DESENVOLVIMENTO DE BAIXO PARA CIMA EM MONTES CLAROS - MG**

YARA MENDES CORDEIRO ARAÚJO

MONTES CLAROS - MG
MAIO 2009

YARA MENDES CORDEIRO ARAÚJO¹

**BANCOS COMUNITÁRIOS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA: ESTRATÉGIAS DE
DESENVOLVIMENTO DE BAIXO PARA CIMA EM MONTES CLAROS MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social - PPGDS, da Universidade Estadual de Montes Claros para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Luciene Rodrigues

Coorientador: Prof. Dr. Casimiro Marques Balsa

**MONTES CLAROS - MG
MAIO 2009**

¹ Bacharel em Ciências sociais com licenciatura em Sociologia e especialização em História do Brasil pela Universidade Estadual de Montes Claros. E-mail: yaramcamoc@yahoo.com.br

A658b Araújo, Yara Mendes Cordeiro.
Bancos comunitários e a economia solidária: estratégias de desenvolvimento de baixo para cima em Montes Claros - MG. / Yara Mendes Cordeiro Araújo. – 2009.
279 f. : il.

Bibliografia: f. 241-255.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, 2009.

Orientadora: Prof^a Dra. Luciene Rodrigues.

Coorientador: Prof^o Dr. Casimiro Marques Balsa

1. Economia plural. 2. Economia solidária. 3. Bancos Comunitários. 4. Finanças Solidárias – Desenvolvimento – Montes Claros (MG). I. Rodrigues, Luciene. II. Balsa, Casimiro Marques. III. Universidade Estadual de Montes Claros. IV. Título: Estratégias de desenvolvimento de baixo para cima em Montes Claros - MG.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL - PPGDS

Dissertação intitulada **“Bancos Comunitários e a Economia Solidária: estratégias de desenvolvimento de baixo para cima em Montes Claros - MG”**, de autoria de Yara Mendes Cordeiro Araújo, defendida e aprovada pela banca examinadora abaixo relacionada, em 06 de maio de 2009.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dr^ª. Luciene Rodrigues –PPGDS/ Unimontes – Orientadora

Prof. Dr. Casimiro Marques Balsa – Universidade Nova Lisboa (Portugal) Coorientador

Prof. Dr. Antônio Dimas Cardoso - PPGDS/ Unimontes - Examinador

Prof. Dr. Rômulo Soares Barbosa - PPGDS/ Unimontes - Examinador

MONTES CLAROS - MG
MAIO 2009

À Deus e a meu pai Eugênio, exemplo de vida, agradecimentos eternos.

AGRADECIMENTOS

À Deus por essa vitória, pelo dom da vida e por todas as oportunidades surgidas em minha vida.

A minha orientadora professora Luciene Rodrigues grande mulher guerreira e firme em seus propósitos, muito obrigada por acreditar em mim, pela confiança, incentivo e orientações na elaboração dessa dissertação.

Ao meu coorientador professor Casimiro Marques Balsa pelas orientações e pelas palavras de “coragem não tenha medo” lembra professor em uma de suas aulas conosco no PPGDS, meu muito obrigada.

Aos meus familiares pelo apoio, em especial ao meu pai exemplo de vida, pelo seu amor incondicional e incentivo constantes.

Ao Edmilson pelo apoio e paciência durante a trajetória.

À Visão Mundial e a ANDE por me ter oportunizado realizar essa pesquisa sobre Bancos Comunitários, em especial agradeço a todas/os da ANDE que direta ou indiretamente contribuíram para o trabalho.

As componentes de todos os Bancos Comunitários visitados pela solidariedade, pelas informações prestadas e acolhimento nas reuniões, em especial agradeço às comunitárias dos Bancos “Jesus é a Força” e “Unidos Venceremos”, pela paciência, pelo aprendizado e pelos sorrisos estampados nos rostos sempre prontas a responderem as minhas indagações, meu muito, mas muito obrigada e parabéns a todas vocês pela garra e lutas diárias.

A CAPES pelo financiamento dessa pesquisa.

Em fim, agradeço todas as pessoas as quais compartilharam comigo essa enriquecedora experiência. Ao final, o que fica é o produto, mas são os processos vivenciados que me encoraja a ser uma eterna aprendiz.

Em 1841, Charles Fourier, o grande pensador da utopia, investigava os cientistas sociais que ele designava como “os filósofos das ciências incertas” por sistematicamente esquecerem-se dos problemas fundamentais das ciências de que se ocupam. Assim, dizia, se tratam da economia industrial, esquecem-se de estudar a associação entre os homens que é base de toda economia; se tratam da política, esquecem-se de tratar da taxa de população cuja medida justa está na base do bem-estar do mundo; se tratam da administração não especulam sobre os meios de operar a unidade administrativa do globo sem a qual não pode existir nem ordem fixa nem garantia do futuro dos impérios; se tratam da indústria prática, esquecem de investigar as medidas opressivas da burla, do açambarcamento e da agiotagem que são a espoliação dos proprietários e os entraves directos à circulação; se tratam da moral, esquecem-se de reconhecer e de reclamar os direitos da mulher cuja opressão destrói as bases da justiça; e, finalmente, se tratam dos direitos do homem, esquecem-se de reconhecer o direito ao trabalho que, em verdade, não é possível na sociedade actual, mas sem o qual todos os outros direitos são inúteis².

² SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela Mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2000, p. 281.

“A sabedoria não nos é dada; é preciso descobri-la por nós mesmos depois de uma viagem de que ninguém nos pode poupar ou fazer por nós”.

Marcel Proust

RESUMO

Este estudo analisa uma experiência de Economia Solidária no campo das finanças solidárias ou finanças de proximidade - Os Bancos Comunitários de Montes Claros-MG fundamentados nos princípios da autogestão, da cooperação e da solidariedade. O propósito de um Banco Comunitário é promover o desenvolvimento social por meio dos recursos de crédito e poupança, instrumentos importantes no fomento de pequenas atividades econômicas e manutenção dos laços de confiança e reciprocidade. O estudo busca compreender como a Economia Solidária se materializa em um Banco Comunitário e como os partícipes mobilizam-se e são mobilizados a organizarem-se a fim de obterem recursos para satisfação de suas necessidades. A matriz teórica do trabalho está assentada na vertente da Economia Plural proposta pelos autores Marcel Mauss, cuja explicação da ação econômica baseia-se na perspectiva da Dádiva ou do Dom; Karl Polanyi que sublinha o valor heurístico de um retorno reflexivo a uma economia substantiva ou *embedded* no social e Jean Louis Laville, que propõe um olhar para a Economia Solidária por meio das lógicas mercantil, não mercantil e não monetária. O estudo identificou que, a Economia Solidária que se materializa na dinâmica de Bancos Comunitários, parece mais um híbrido de combinação de diferentes princípios econômicos em interação. Isso significa que para além de uma questão utilitária, nos interstícios dos grupos estudados, há o espírito de solidariedade e de reciprocidade que não se traduzem apenas em maximização do interesse individual, mas também no reforço dos vínculos relacionais e de pertencimento. Tais atividades econômicas e sociais *sui generis* localizam-se tanto no meio rural quanto nas periferias das cidades e são ligadas ou recebem apoio externo de Organizações Não-Governamentais. As práticas analisadas são experiências coletivas que emergem como reação das populações desfavorecidas às condições impostas pelos sistemas econômicos dominantes. A partir desse quadro de análise, foi possível decifrar que nas experiências dos Bancos Comunitários, a solidariedade emerge não somente de modo natural ou espontâneo, ela nasce da exclusão do mercado de trabalho e financeiro, ou de insuficiências do Estado, o que configura como clamor por uma outra sociedade possível, mais justa e igualitária.

Palavras chave: economia plural. economia solidária. bancos comunitários. finanças solidárias. desenvolvimento.

ABSTRACT

This study examines an experience of Solidarity Economy in the field of solidarity finance or finance of proximity - the Community Banks of Montes Claros-MG based on the principles of self, cooperation and solidarity. The purpose of a Community Bank is to promote social development through credit and savings resources, important in the development of small economic activities and maintain the ties of trust and reciprocity. The study seeks to understand how the Solidarity Economy is materialized in a Community Bank and the participants have mobilized and are mobilized to organize to obtain resources for the satisfaction of their needs. The matrix of theoretical work is based in part of Plural Economy proposed by author Marcel Mauss, whose explanation of economic action based on the perspective of the donation or the Sun; Karl Polanyi highlights the validity of a reflective return to a substantive or economy embedded in social and Jean Louis Laville, which offers a look at the Solidarity Economy through logical market, no market and no money. The study identified that the Solidarity Economy which is materialized in the dynamics of Community Banks seems more of a hybrid combination of different principles in economic interaction. This means that beyond a utilitarian matter, the interstices of the groups studied, there is a spirit of solidarity and reciprocity that is reflected not only in maximization of individual interest, but also in strengthening the ties of belonging and relational. Such social and economic activities *sui generis* is located both in rural areas and in cities and suburbs are linked or receiving external support from nongovernmental organizations. The practices examined are collective experiences that emerge as a reaction of the poor conditions imposed by the dominant economic systems. From this framework of analysis, it was possible to decipher that the experiences of Banks Community, solidarity emerges not only from natural or spontaneous way, it stems from the exclusion from the labor market and financial, or shortcomings of the state, which configures how to cry another possible society, more just and egalitarian.

Key words: plural economy. solidarity economy. community banks. solidarity finance development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICOS

1	Crescimento recente da Economia Solidária no Brasil.....	61
2	Orientação em percentuais das operações de microcrédito pela Agência microfinanceira.....	132
3	Distribuição por faixa etária.....	184
4	Renda familiar total.....	185
5	Ocupação.....	186
6	Atividades econômicas apoiadas pelos Bancos.....	188
7	Rendimentos das atividades econômicas.....	190
8	Mudanças ocorridas na atividade econômica após investimento advindo das operações de crédito.....	190
9	Modificações nas condições de vida das sócias <i>ex-post</i> entrada no Banco.....	193
10	Melhorias nas relações sociais <i>ex-post</i> participação no Banco Comunitário.....	194
11	Motivos que levou a participar do Banco Comunitário.....	199
12	Investimentos realizados com os recursos obtidos nas atividades do Banco Comunitário.....	201
13	Melhorias econômicas <i>ex-post</i> participação no Banco Comunitário.....	202
14	Importância atribuída à poupança pelas comunitárias.....	203
15	Frequência de depósitos efetuados.....	204
16	Situações em que se materializa a preocupação com as pessoas nos Bancos “Jesus é a Força” e “Unidos Venceremos”.....	216
17	Conhecimento de outras experiências de Bancos Comunitários na Cidade.....	219
18	A importância de confiar nas pessoas do Banco “Jesus é a Força” e “Unidos Venceremos”.....	222
19	Você confia nas pessoas que fazem parte do Banco “Jesus é a Força” e “Unidos Venceremos”...	224
20	Conhecimento das pessoas do Banco Comunitário.....	225
21	O que falta na comunidade para melhorar a sua qualidade de vida.....	228

TABELAS

1	Panorama das microfinanças.....	107
2	Total de Bancos Comunitários ativos no Norte de Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha em 2008.....	144
3	Bancos Comunitários pesquisados em Montes Claros.....	163
4	Relação capital social e evolução dos empréstimos do Banco Comunitário “Jesus é a Força”.....	177
5	Renda <i>Per Capita</i> do Banco Comunitário “Jesus é a Força”.....	186
6	Renda <i>Per Capita</i> do Banco Comunitário “Unidos Venceremos”.....	187
7	Impactos sociais e econômicos dos Bancos Comunitários nas condições de vida das participantes.....	192
8	Avaliação dos benefícios dos Bancos Comunitários pelas sócias.....	195

9	Utilização da poupança pelas sócias dos Bancos Comunitários.....	205
10	A opinião das entrevistadas sobre o que falta no Banco Comunitário.....	206
11	Tem buscado por conta própria se profissionalizar.....	208
12	Sobre a pretensão da respondente em continuar no Banco Comunitário.....	209
13	Motivos para continuar participando Banco Comunitário.....	209
14	A solidariedade nos Bancos Comunitários “Jesus é Força” e “Unidos Venceremos”	211
15	A Cooperação nos Bancos Comunitários “Jesus é Força” e “Unidos Venceremos”	216
16	Se conseguisse emprego de carteira assinada você sairia do Banco Comunitário.....	218
17	O que considera mais importante para que o Banco Comunitário funcione bem.....	226

FIGURAS

1	Polanyi e a natureza plural da economia.....	31
2	Tipo ideal de serviços solidários.....	34
3	O campo de atuação da Economia Solidária no Brasil.....	64
4	Linha cronológica dos Bancos Comunitários.....	143
5	Fluxo de um Banco Comunitário.....	150
6	Estrutura dos Bancos Comunitários.....	152
7	Momento de oração: para além de uma racionalidade econômica.....	169
8	Controle da poupança e crédito	169
9	Controle da poupança e crédito	169
10	Controle da poupança e crédito	170
11	Poupança arrecada no dia de reunião do Banco “Boa Vontade”.....	174
12	Poupança arrecada no dia de reunião do Banco “Unidos Venceremos”.....	174
13	Controle da poupança e crédito	179
14	Controle da poupança e crédito.....	179
15	Controle da poupança e crédito.....	179
16	Controle da poupança e crédito.....	180
17	Banco “Unidos Venceremos”	182
18	Banco “Unidos Venceremos”.....	182
19	Momento da poupança realizada pela Presidente e Tesoureira do Banco “Unidos Venceremos”	182

QUADROS

1	A natureza plural da economia nos Bancos Comunitários.....	37
2	Dimensão do setor de microcrédito e microfinanças.....	98

MAPAS

1	Localização dos bairros onde existem Bancos Comunitários na Cidade de Montes Claros - MG...	138
2	Regiões de localização dos Bancos Comunitários com destaque para a renda e analfabetismo na cidade de Montes Claros	140
3	Regiões de localização dos Bancos Comunitários com destaque para Saneamento Básico na cidade de Montes Claros.....	141

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. ECONOMIA PLURAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	22
1.1 A perspectiva plural da economia.....	22
1.1.1 A economia plural de Polanyi.....	29
1.1.2 A perspectiva da economia plural na Economia Solidária.....	34
1.2 Crise do paradigma vigente de desenvolvimento e a emergência da Economia Solidária.....	39
1.2.1 Exclusão social e redes de solidariedade.....	49
1.2.1.1 Exclusão social.....	49
1.2.1.2 Redes de solidariedade.....	53
1.3 Contexto e desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil.....	58
1.3.1 Origem e base conceitual.....	76
1.4 Desenvolvimento e Economia Solidária.....	91
2. MICROFINANÇAS E OS BANCOS COMUNITÁRIOS EM MONTES CLAROS.....	94
2.1 Microcrédito e microfinanças: algumas diferenças conceituais.....	94
2.2 A emergência do setor microfinanceiro.....	100
2.3 As finanças solidárias como novos arranjos sociais possíveis.....	112
2.4 Racionalidade econômica dos Bancos Comunitários.....	120
2.5 Redes e capital social.....	125
2.6 Breve histórico das instituições de fomento dos Bancos Comunitários.....	129
2.7 O cenário da pesquisa e breve histórico dos Bancos Comunitários.....	135
2.8 Fundamentos materiais e simbólicos dos Bancos Comunitários.....	148
2.9 Elementos da teoria da ação coletiva nos Bancos Comunitários.....	157

3.	A CONSTRUÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS EM MONTES CLAROS.....	161
3.1	Os Bancos Comunitários de Montes Claros e a ação coletiva.....	161
3.2	A reciprocidade no crédito, nos mutirões, na caixinha e na poupança solidária: distintas fontes de alocação de recursos.....	170
3.3	A escolha estratégica de participar: confiança, autonomia e a solidariedade nas experiências dos Bancos Comunitários “Jesus é a Força” e “Unidos Venceremos”.....	175
3.3.1	Banco Comunitário “Jesus é Força” do bairro Conjunto Joaquim Costa.....	176
3.3.2	Banco Comunitário “Unidos Venceremos” do bairro Village do Lago II.....	180
3.4	Análise das experiências: síntese dos resultados da pesquisa de campo.....	182
3.5	Solidariedade, autonomia e emancipação social.....	229
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	232
	REFERÊNCIAS.....	240
	APÊNDICES.....	255
	ANEXOS.....	271

INTRODUÇÃO

(...) para quem é religioso substitua-se o conceito de esmola pelo de cooperação, de trabalho, de uma prestação feita em vista de outrem: teremos uma idéia bastante boa da arte econômica que está se formando laboriosamente. Vemo-la funcionar em alguns grupos econômicos e no coração das massas, as quais possuem muitas vezes melhor que seus dirigentes, o senso de seus interesses, do interesse comum. É estudando esses aspectos obscuros da vida social que talvez se consiga iluminar um pouco o caminho que devem tomar nossas nações, sua moral ao mesmo tempo que sua economia¹.

Recuperar o sentido social e ético da economia para enfrentar desigualdades, pobreza e exclusão são proposições em processo de consolidação que, tanto numa perspectiva teórica quanto prática, vêm sendo observadas como um campo plural com possibilidades de favorecer o desenvolvimento da capacidade produtiva local. Esse sistema tem recebido diversas denominações ao longo do tempo e em diferentes países. Na Europa, entre outras denominações, é conhecido como *Economia Social* e na América Latina recebeu o nome de *Economia Solidária*. São experiências de organizações coletivas, que se iniciam no âmbito das atividades laborais e podem se estender, gradativamente, para outros ambientes da vida em sociedade. O conceito de Economia Solidária tem servido para identificar certo número de iniciativas de grupos sociais, na sua maioria de base popular, que se organizam sob os princípios da cooperação e da solidariedade para enfrentar as problemáticas locais por meio da elaboração de atividades econômicas (Razeto, 1997; França Filho e Laville, 2004).

A evolução da Economia Solidária em diversos países e em especial no Brasil, traz uma reflexão do impacto das consequências advindas do modelo tradicional de desenvolvimento econômico no cotidiano dos indivíduos. Estudos sobre a temática mostram que, desamparados pelo Mercado e desprotegidos pelo Estado, homens e mulheres incluídos no universo da informalidade são levados a construir alternativas econômicas cooperativas e associativas em que o trabalho ganha centralidade em relação ao capital, na esfera da produção e da distribuição. As análises sobre esse jeito de se fazer economia seguem na perspectiva de que essas alternativas econômicas trazem dimensões éticas e humanas. Embora gestadas com dificuldades, as iniciativas apresentam-se com muita criatividade e ousadia. São respostas aos desafios impostos àqueles/as que, sem esperança, passam a encontrar meios de

¹ MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naift, 2003, p. 308-309.

sobrevivência e novas possibilidades de desenvolvimento dentro do atual modelo de mercado, gerador de exclusão e de desigualdades.

Nascida das contradições do sistema capitalista, as práticas no âmbito da Economia Solidária vêm, assim, em sua origem, posicionar-se num contexto de desequilíbrios, de falência dos mecanismos de regulação econômico-política entre Estado e Mercado (França Filho e Laville, 2004). Como observou Castel (1998), esses desequilíbrios poderiam ser explicados pelos limites da chamada sociedade salarial² ou da crise do trabalho advindo do progresso e da riqueza alcançados com os processos de acumulação do capital³. A questão social reintroduzida com o advento da sociedade salarial gerou aos que não estavam integrados nesse sistema incertezas, precariedades e novas formas de instabilidade social que cresceram *pari passu* ao processo de industrialização. Nesse sentido, a questão social⁴, na percepção de Castel, emerge revelando a miséria e a pobreza não como algo acidental ou natural, mas com uma face da civilização moderna industrial que se edificou sob os princípios de uma sociedade salarial onde ser excluído significa ser “inútil para o mundo”. Para esses “desafiliados⁵” ou ainda para os que nem sequer foram explorados pela sociedade salarial, resta a condição de serem “supérfluos” em relação à estrutura social “e que povoam seus interstícios sem encontrar aí um lugar designado” (Castel, 1998, p. 574). Ao discorrer sobre a Economia Solidária, Castel (1998, p. 575) salienta que se “trata de um tipo de ligação da questão do emprego com a coesão social, é a criação de vínculos sociais por meio de atividades econômicas”. O autor frisa ainda que não somente a Economia Solidária, mas o chamado Terceiro Setor e a Economia Social se inscrevem como “atividades que estão em vias de expansão, particularmente por meio do tratamento social de desemprego” (...). Essas realizações que tendem a se autonomizar numa esfera independente do mercado clássico, têm a sua utilidade numa conjuntura catastrófica”.

Diante desse diagnóstico, este estudo buscará analisar e dar visibilidade ao surgimento de uma experiência de Economia Solidária ainda em fase embrionária no Norte de

² A sociedade que se construiu com base no trabalho e suas proteções. Na percepção de Castel, é do trabalho e de sua proteção que se organizam o direito social e a seguridade social. Segundo o diagnóstico do autor com crise da sociedade salarial, o trabalho perde sua consistência, isto é, há desemprego em massa, diferentes formas de trabalho precário, etc. O trabalho torna-se, assim, para um grande número de sujeitos, cada vez mais problemático, uma situação que tem tido tendência a se agravar.

³ Para Harvey (1996), o capitalismo, modo dinâmico e revolucionário de organização social, é responsável por transformar de modo incansável e incessantemente à sociedade em que está inserido. Nesse processo, todas as pessoas pertencentes ao mundo capitalista estão implicadas.

⁴ O autor designa que o termo pode ser caracterizado por uma inquietação quanto à capacidade de manter a coesão de uma sociedade. Localiza a questão social a partir da desagregação da sociedade salarial.

⁵ Castel preferiu utilizar outros termos em vez de exclusão social. As denominações de “desafiliação”, “dissociação”, “invalidação social” etc., são alguns dos termos utilizados pelo autor para designar as populações que se encontravam fora do jogo social.

Minas Gerais – Brasil, os Bancos Comunitários, desenvolvidos na cidade de Montes Claros. São práticas econômicas e sociais que têm o seu lugar no campo das finanças solidárias ou finanças de proximidade. Podem ser entendidos para efeito deste estudo como lugares de encontro onde as pessoas assumem obrigações recíprocas, compartilham desejos e oportunidades, sentimentos, sonhos, relações de confiança, de amizade, de conflitos e ameaças. Se buscarmos as raízes históricas da Economia Solidária, encontraremos a gênese dos Bancos Comunitários ou de experiências similares que demonstram características semelhantes. Estudos mostram que práticas desse tipo não são recentes e podem ser vistas nas diversas experiências de ajuda mútua por meio do crédito e da poupança advindas das populações que sofriam com os impactos do sistema capitalista dominante.

Abramovay, ao estudar as práticas financeiras informais no Brasil e em outros países como Índia, discorre que o sistema de poupança e crédito é uma atividade comum praticada pela população de baixa renda. Nesse sentido, chama a atenção para a necessidade de se descobrir a importância e a extensão destas modalidades de organização financeira. Para ele, trata-se “um tema ao qual as ciências sociais brasileiras até hoje não deram a menor atenção e cujo conhecimento supõe minucioso trabalho de campo, muito mais que a simples consulta a estatísticas vindas dos bancos” (Abramovay, 2002, p. 2). Por isso, o estudo da Economia Solidária na cidade de Montes Claros, por meio dos Bancos Comunitários, é de fundamental importância para entendimento do significado dessas práticas de solidariedade comunitária no desenvolvimento social e econômico dos sujeitos sociais.

No presente trabalho, localizamos os Bancos Comunitários no âmbito das finanças solidárias, modalidade que faz parte do conjunto de experiências da Economia Solidária. É conhecida muitas vezes sob outras expressões como microcrédito, poupança solidária, microfinanças, finanças de proximidade dentre outras. “Essas expressões participam da construção de um outro tipo de relação com o dinheiro, o de permitir às pessoas excluídas do sistema financeiro criar seu próprio emprego” (França Filho e Laville, 2004, p. 50). Tal perspectiva contrapõe-se à visão tradicional de finanças, uma visão “que trata a utilização do dinheiro, seus custos, seu rendimento, proteção e controle, captação e reciclagem de seus distintos produtos excluindo os atores, da intermediação e dos seus objetivos” (Coelho, 2003, p. 154). A quebra dessa visão funcional ocorre com o surgimento das microfinanças, em particular com o microcrédito, que surge como alternativa para a população que não tem acesso ao sistema bancário e financeiro tradicional. Ao estudar essas práticas, Muñoz (2009, p. 208) ressalta que “as Finanças Solidárias encontram-se em um estado incipiente, nutridas por diversas modalidades financeiras com origens e enfoques heterogêneos (ainda que tenham

tecnologias financeiras similares), conformando uma interessante hibridação”. Em meio a essas diferentes modalidades financeiras encontramos o nosso objeto de estudo - os Bancos Comunitários -, compostos na sua maioria por mulheres que desenvolvem pequenas atividades produtivas. Um dos motivos primordiais que move as ações de solidarismo dentro de um Banco Comunitário é a luta pela manutenção da vida, não satisfeitas muitas vezes pelo Estado e muito menos pelo Mercado.

Partindo dessas considerações, as questões centrais deste estudo são: (i) como os sujeitos sociais inseridos em contextos de exclusão desenvolvem capacidades, energias e forças reais nos Bancos Comunitários para tentar satisfazer as suas necessidades de escassez de recursos econômicos? (ii) Em que medida a Economia Solidária, a partir das observações do caso em tela, constitui forma de mudança social ou expansão das liberdades dos sujeitos sociais envolvidos bem como de suas famílias e de seus negócios?

Por meio do referencial teórico, em especial com base em Sen, busca-se compreender em que medida, no contexto abordado, a Economia Solidária pode possibilitar mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas. Na visão de Sen, o desenvolvimento deve ser avaliado em termos da “expansão das capacidades das pessoas ou melhoria no seu bem-estar que pode ser traduzido pelas possibilidades de acesso desde a uma nutrição adequada, a educação, a saúde, ao emprego e a ser um participante respeitado na vida comunitária” (Sen, 2000, p. 50).

Quanto às hipóteses que orientam o estudo, consideramos as seguintes: (i) a Economia Solidária que se materializa em um Banco Comunitário cria um sistema de expansão das liberdades econômica, social e política dos sujeitos envolvidos e das capacidades em geral. (ii) Para além dos recursos materiais, os recursos simbólicos, a exemplo do capital social, das relações de confiança, solidariedade e os laços estabelecidos são fatores primordiais para concretização de objetivos comuns. (iii) A Economia Solidária praticada nos Bancos Comunitários tende a promover um equilíbrio entre os diferentes tipos de recursos econômicos e sociais apropriados pelos sujeitos.

O objetivo geral da pesquisa é analisar alguns dos reflexos gerados pela Economia Solidária no desenvolvimento social das comunidades envolvidas no processo de Bancos Comunitários na cidade de Montes Claros - Minas Gerais. Especificamente, buscou-se: (i) investigar como se estrutura um Banco Comunitário, seu funcionamento e sua dinâmica; (ii) identificar a geração de capital social, solidariedade e cooperação e, por fim, (iii) verificar a ocorrência de mudanças econômicas e sociais dos grupos estudados.

Para alcançar os objetivos propostos, realizou-se pesquisa bibliográfica e empírica. No que se refere aos processos microssociais concernentes às práticas de Bancos Comunitários, o estudo bibliográfico teve como fio condutor a perspectiva da Economia Plural sob inspiração das matrizes analíticas de Mauss (2001; 2003) Polanyi (2000) e Laville (2002; 2004; 2009; 2009b) dentre outros autores que tratam da Economia Solidária pela via da pluralidade das formas econômicas. Ainda no plano de análise micro, para entendimento do contexto de ação dos grupos sociais, recorreremos às categorias de análise da teoria do capital social com base nos trabalhos de Putnam (1996), em especial, para abordagem da confiança, apoiamo-nos nos estudos de Giddens (1991), Balsa (2006) e Soulet (2006). Para reflexão da teoria da ação coletiva, embasamo-nos na literatura de Olson (1999) e Elster (1994).

É importante destacar que a nossa inserção nos grupos sociais, a partir do aprendizado das práticas econômicas solidárias, nos permitiu trazer elementos empíricos para compreensão do campo teórico. Assim, entendemos que o cotidiano vivido dos sujeitos sociais nos Bancos Comunitários pode nos ensinar a respeito da complexidade do mundo real, pois “à medida que a ciência se insere mais na sociedade, esta se insere mais na ciência” (Santos, 2004, p. 42). “Nessa interação, produz-se um auto-aprendizado mútuo” (Singer, 2004b, p. 6).

Para tratar da temática da Economia Solidária, pano de fundo do objeto em análise, buscamos no referencial teórico explicações para entendimento do contexto atual da Economia Solidária nos trabalhos de Harvey (1996), Castel (1998) dentre outros, que abordam a crise do paradigma de desenvolvimento vigente sobre o qual florescem as redes de solidariedade tais como os Bancos Comunitários. Para a reflexão sobre a Economia Solidária e seus desdobramentos na realidade brasileira, recorreremos à literatura de autores como Singer (2002; 2003; 2003b; 2004; 2004b; 2004c; 2005; 2006.), Gaiger (1996; 2003; 2009) e França Filho e Laville (2004) e outros.

No campo das microfinanças, outro eixo do estudo que também está relacionado ao objeto pesquisado, foi feita uma discussão acerca dos termos de microcrédito, microfinanças e finanças solidárias a partir do entendimento de que o conceito de Bancos Comunitários guarda estreita relação com os três conceitos. Os autores base para a discussão foram Yunus (2006), Fiori *et al.* (2004), Goldmark (2000), Abramovay (2002), Coelho (2003) e Coelho (2009).

Em relação à pesquisa empírica, essa pode ser caracterizada como exploratória e foi realizada em dois momentos. No primeiro momento, a metodologia adotada foi um estudo

exploratório a partir da observação participante realizada em momentos das reuniões semanais dos grupos estudados quando do desenvolvimento de suas atividades de finanças. O propósito foi conhecer todos os Bancos Comunitários existentes em Montes Claros para uma amplitude e conhecimento das experiências. Foram visitados 7 Bancos⁶ localizados nos Bairros: (1) Conjunto Joaquim Costa; (2) Esplanada; (3) Village do Lago II ; (4) Alterosa; (5) Jaraguá; (6) Santo Inácio; e (7) Mandacaru, povoado localizado a 21 km de Montes Claros e a 3 km de Glaucilândia. As informações obtidas na análise foram coletadas no período de agosto de 2008 a janeiro de 2009.

A partir desse diagnóstico, a pesquisa partiu para o segundo momento da análise e concentrou-se no estudo de caso para apuração de informações relacionadas a dois Bancos Comunitários dos bairros: Conjunto Joaquim Costa e Village do Lago II. No primeiro Banco, participam 24 membros e no segundo, 17. A seleção das duas experiências deu-se com base no seu tempo de existência (pelo menos dois anos) e no maior número de participantes. A finalidade de tal proposta foi apresentar informações mais detalhadas sobre o objeto de estudo em questão com o fito de mostrar as dinâmicas e as transformações sociais e econômicas vista pela óptica dos inseridos na Economia Solidária.

Martins e Theóphilo (2007, p. 61) esclarecem que a estratégia escolhida para a análise em questão pode ser entendida por estudo de caso, por se tratar de um ‘design’ ou um ‘delineamento’ que “pede avaliação qualitativa, pois seu objetivo é o estudo de uma unidade social que se analisa profunda e intensamente (...) um objeto delimitado”, o que “possibilita a penetração na realidade social, não conseguida plenamente pela avaliação quantitativa”.

Assim, por meio dessa estratégia, utilizou-se de procedimentos múltiplos na coleta de dados junto as participantes das duas experiências. Foram aplicadas entrevistas individuais semi-estruturadas com algumas das dirigentes dos Bancos e questionários aplicados às 35 comunitárias. O objetivo dessa coleta foi traçar o perfil socioeconômico das participantes dos dois Bancos, verificar as relações de confiança, cooperação e solidariedade e em que medida as experiências têm proporcionado mudanças de vida para esses grupos. Outra técnica

⁶ Sabemos das possibilidades de aprofundamento que o estudo de caso oferece, entendemos, porém, que esse trabalho não repousou simplesmente nos casos visados, mas procurou-se ampliar o olhar para outras experiências, de modo a obter uma compreensão mais geral acerca do objeto. Nesse sentido, o capítulo 3 traz informações que não estão restritas somente ao estudo dos 2 casos selecionados. Por isso entendemos que esse estudo extrapola um estudo de caso. Cabe ressaltar também que a pesquisa não objetivou uma quantificação no número de Bancos Comunitários visitados, mas teve como proposta, ampliar o olhar para os demais grupos com o fito de observar suas peculiaridades, bem como de deixar um contributo para a continuidade de futuros estudos a partir do que aqui fora iniciado. É importante destacar também que não foi possível visitar os 2 Bancos Comunitários dos bairros Santa Laura e Guarujá.

aplicada foi o grupo focal⁷ para fins de perceber os movimentos e lógicas coletivas, revelação de experiências, sentimentos e percepções dos grupos em relação às práticas coletivas, bem como das mudanças após participarem dos Bancos Comunitários. Cada grupo focal foi realizado no próprio local de reunião dos Bancos. As dinâmicas grupais tiveram a composição de 10 e 12 mulheres respectivamente dos bairros: Conjunto Joaquim Costa e Village do Lago II. Quanto aos critérios de seleção para as entrevistas coletivas foram escolhidas participantes com idade, renda e escolaridade diferenciadas; com mais e menos tempo de participação no Banco; autônomas, desempregadas e empregadas. E, por fim, para aumentar o alcance do fenômeno estudado, a observação participante foi utilizada como mais um recurso qualitativo importante que permitiu coletar informações e evidências acerca do objeto estudado. Optamos pela variedade de técnicas para melhor confirmar e confrontar as informações de modo a mostrar os diversos aspectos concernentes às atividades desenvolvidas pelos Bancos Comunitários. Como bem apontam Martins e Theóphilo (2007, p. 7) “confiar em apenas uma técnica de coleta de dados para construção de um estudo de caso não é recomendado”, por isso optamos pelos diferentes instrumentos.

A fim de atingir os objetivos propostos, o texto encontra-se estruturado em três capítulos além dessa introdução e das considerações finais. No **primeiro capítulo, Economia Plural e Economia Solidária**, foi erigida inicialmente uma reflexão acerca da economia plural, matriz teórica do trabalho, que se subsidiou no entendimento dos princípios econômicos presente nos Bancos Comunitários. Na seção seguinte, compreende-se a crise do paradigma de desenvolvimento vigente que está a impulsionar a emergência das práticas de Economia Solidária. Entendemos que as organizações de atividades econômicas inseridas no âmbito dessa economia devem ser analisadas num quadro de mudanças econômicas, políticas e culturais, sobretudo das últimas décadas, tanto no que diz respeito à estrutura do emprego e às relações de trabalho, quanto no que se refere à atuação do Estado. Observamos que as práticas solidárias a exemplo dos Bancos Comunitários, não partem de um fenômeno isolado, mas têm como ponto de partida o movimento e as tendências das transformações do capital em nível global. Na outra seção, abordamos uma discussão relacionada à Economia Solidária, quanto ao contexto de seu surgimento no Brasil sob as diferentes perspectivas teóricas. Foram levantados, nesse momento, os condicionantes que determinaram e impulsionaram a expansão e integração dessa economia no cenário nacional. Por fim, encerramos o capítulo com uma breve abordagem sobre o sentido de desenvolvimento, tal qual descrito por Amartya Sen.

⁷ Técnica de pesquisa qualitativa que objetiva o domínio da discussão de um grupo de pessoas.

No **segundo capítulo, Microfinanças e os Bancos Comunitários em Montes Claros**, são analisados, no primeiro momento, aspectos teóricos relativos ao tema das microfinanças, microcrédito e finanças solidárias no âmbito macroestrutural. No segundo momento, apresentamos uma abordagem microestrutural acerca da concepção de Bancos Comunitários adotada no estudo, um breve histórico das organizações de fomento das práticas comunitárias, o cenário da pesquisa em que se desenvolvem as experiências, o histórico dos grupos e descrição do funcionamento do circuito econômico dos mesmos. Ainda nesse momento faz-se uma discussão sobre redes, capital social e a teoria da ação coletiva, arcabouço teórico importante no diagnóstico das dinâmicas dos Bancos Comunitários.

No **terceiro capítulo, A Construção das Experiências de Finanças Solidárias em Montes Claros**, são descritas e analisadas as práticas dos Bancos Comunitários a partir do estudo empírico, com o propósito de compreender como os sujeitos sociais vêm construindo estratégias de enfrentamento das questões sociais, especialmente do desemprego. O capítulo inicia-se com uma abordagem geral sobre os grupos visitados e em seguida o foco recai em dois Bancos Comunitários que receberam tratamento analítico mais aprofundado mediante aplicação de diversas técnicas de coleta de dados. Por último, são apresentadas as considerações finais da pesquisa.

1. ECONOMIA PLURAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA

*Mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outras economias, porque é incapaz de inserir dentro de si toda a população economicamente ativa*⁸.

Neste capítulo, será feita uma revisão de literatura acerca dos dois eixos temáticos: Economia Plural e Economia Solidária com o intuito de entendimento de uma visão mais ampla acerca da ação econômica. O texto inicial é composto a partir de elementos socioantropológicos como crítica às idéias utilitaristas advindas da teoria econômica tradicional clássica e neoclássica. Em prosseguimento, é feita uma abordagem acerca da crise do sistema capitalista, exclusão social e um panorama das redes de solidariedade. Na sequência, será apresentado o contexto atual de emergência da Econômica Solidária, sua base conceitual e seu campo de atuação no Brasil. A devida atenção será dada também para uma breve abordagem sobre desenvolvimento, com destaque para o pensamento de Amartya Sen, que norteou o trabalho.

1.1. A perspectiva plural da economia

Antes de adentrarmos ao objeto propriamente dito, gostaria de iniciar este estudo com uma pequena reflexão sobre a escolha deste tema, que tem como pano de fundo a Economia Solidária. A escolha deu-se pelo interesse na discussão da Economia Solidária. Trata-se de um tema atual que desperta a curiosidade e ao mesmo tempo indagações a começar pelo próprio nome conjugado - Economia Solidária. Uma das questões que me despertou para este estudo foi tentar descobrir empiricamente se é possível uma economia ser solidária? Ou é possível juntar economia com solidariedade? Será que não há uma controvérsia aí? Outra questão pensada quando me propus a pesquisar este tema foi: se é possível a conjugação desses dois termos, qual o contributo dessa economia para quem a pratica? Ou em outras palavras, quais os benefícios advindos dessas práticas recíprocitárias em Economia Solidária para a vida das pessoas? Nesse sentido, este estudo pretendeu contribuir com o registro de uma experiência peculiar de Economia Solidária existente em

⁸ SINGER. Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In. SANTOS, Boaventura de Sousa. (org). **Produzir para viver. Os caminhos da produção não-capitalista**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2005, p. 86.

Montes Claros ao analisar as dinâmicas, o funcionamento e a estrutura dos Bancos Comunitários e ao mesmo tempo verificar os reflexos dessas experiências na vida das pessoas.

Segundo a opinião da teoria econômica tradicional, há sim uma controvérsia na “tentativa de juntar coisas que se repelem, que se opõem” (Kraychete, 2002, p. 1), porque na economia não há espaço para a solidariedade, altruísmo, bondade ou qualquer coisa assim. “A economia seria o mundo da competição, da concorrência e da guerra de todos contra todos” (Kraychete, 2002, p. 1), do salve-se quem puder. Para as teorias econômicas clássicas e neoclássicas, na economia, só há lugar para “o comportamento econômico e racional (...) movido pelo egoísmo, pelo auto-interesse” (Kraychete, 2002, p. 1) como apresentado na reflexão de Adam Smith, firmada na tese da economia clássica, que não reconheceria essa possível junção entre economia e solidariedade. Smith diz então que:

Não é da benevolência do padeiro ou do açougueiro que esperamos o nosso jantar, mas sim da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Apelamos não à sua humanidade, mas ao seu auto-interesse, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles (Smith, 1983, p. 50).

De acordo com essa interpretação smithiana, não há espaço para solidariedade na economia. “De modo mais sintético (...) esta definição formalista compreende por economia todo comportamento visando economizar recursos raros procedendo sistematicamente a um cálculo de custos e benefícios envolvidos numa decisão pensada como uma questão de escolha racional” (França Filho, 2007, p. 3).

Polanyi (2000), crítico radical da sociedade de mercado, diria que a ação e conduta humana não se reduzem somente a esse comportamento da escolha racional, porque não é sempre que a ação econômica procede a um cálculo utilitarista. Para Polanyi, há naquela visão smithiana um caráter reducionista quanto à natureza humana se voltar apenas para o cálculo utilitário, do interesse ou escolha racional, sem considerar uma compreensão de economia mais substantiva de interação entre o homem e a natureza para satisfação de necessidades. “Este sentido substantivo relaciona-se a concepção aristotélica de economia e a própria etimologia da palavra economia, remetendo a noção de ciência da boa gestão da casa (oikós), ou das condições materiais de existência” (França Filho, 2007, p. 3).

Desse modo, seria possível pensar numa economia que ao mesmo tempo estivesse presente um *Homo Oeconomicus* e um *Homo Donator*? ou um homem movido por interesses individuais ao mesmo tempo que movido pelo interesse do outro? A partir da compreensão da

natureza singular dos Bancos Comunitários em Montes Claros foi possível “desconstruir a concepção habitual sobre o fato econômico que identifica a noção de mercado ou troca mercantil” (França Filho, 2007, p. 3) apenas do ponto de vista utilitarista e “ampliar o olhar sobre o econômico, para além de uma visão dominante que reduz seu significado à idéia de economia de mercado” (França Filho, 2007, p. 4).

Mauss (2001; 2003) e Polanyi (2000) argumentam que essa interpretação de Smith acerca do pensamento econômico está equivocada, pois, como lembram, o comportamento humano é regido por uma pluralidade de motivações e não apenas pelo egoísmo ou autointeresse, essa é uma visão estreita sobre os seres humanos. Uma das principais deficiências da teoria econômica tradicional está em não reconhecer que a economia é plural e que, portanto, além do cálculo e da barganha, podem existir e coexistir outros princípios e valores na economia que não somente a lógica do mercado. Esses valores podem ser expressos na economia, por exemplo, mediante dimensões da cultura, da política, da religião. Negar a existência dessas dimensões na economia significa deixar de vislumbrar novas perspectivas teóricas e práticas concernentes a Economia Solidária e sua importância “como fator de mudanças sociais, não apenas em termos de benefícios econômicos, mas no modo de pensar das pessoas envolvidas” (Kraychete, 2002, p. 1).

Essa proposta parece contraditória diante da cultura na qual estamos inseridos. Todavia, diversos grupos de Economia Solidária em todo Brasil, em especial no Nordeste e Norte de Minas, estão reunidos nos chamados Bancos Comunitários, tipos de agrupamentos considerados como experiências de finanças solidárias. A proposta dessas experiências desenvolvida pelos setores populares é empreender ações que visem à geração de trabalho e renda a partir de uma pluralidade de formas econômicas. Nessa economia, as estratégias para obtenção de recursos escassos (renda) ocorrem principalmente por meio das atividades de crédito e poupança desenvolvidas nos *espaços públicos de proximidade* da comunidade local.

Como instrumental de análise para entendimento da concretização da Economia Solidária nos Bancos Comunitários ou a forma como se estruturam mediante as práticas solidárias propomos como base teórica a vertente da Sociologia⁹ Econômica. De acordo com

⁹ A definição da Sociologia como disciplina, no século XIX, foi precedida pela formação da teoria política moderna (Maquiavel no século XVI, Hobbes no século XVII e Montesquieu no século XVIII) e da teoria econômica, com os fisiocratas e Smith na segunda metade do século XVIII. A constituição dessas esferas separadas seria fortemente questionada por More no início do século XVI, pelos utopistas (Owen e Fourier) e pelos pré-sociólogos (Saint-Simon e Comte) do século XIX. Esses pensadores propuseram simultaneamente uma “outra sociedade e uma outra economia”, apelando mais para a solidariedade do que para o individualismo, e uma “outra abordagem da sociedade e da economia”, a partir de uma visão sintética e holística da sociedade (Lévesque, 2009, p. 305).

Lévesque (2009, p. 305), tal abordagem “propõe uma definição mais ampla da economia” e reconhece a pluralidade de formas econômicas tal qual vivenciada no objeto de estudo.

Nesse sentido, utilizaremos a perspectiva da economia plural¹⁰ desenvolvida por Mauss (2001; 2003) e Polanyi (2000) e adaptada à realidade da Economia Solidária pelos autores França Filho e Laville (2004). Para esses autores, o desenvolvimento econômico, embora dominante, ao longo dos últimos séculos, não tendeu a eliminar outras modalidades econômicas como a Economia Solidária e nas últimas décadas¹¹ reforçou a presença e o papel dessa economia no seio do sistema capitalista porque “mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outras economias, porque é incapaz de inserir dentro de si toda a população economicamente ativa” (Singer, 2005, p. 86). O que tem ocorrido nesse sistema econômico dominante, segundo Coelho (2009, p. 129), é que ele “tende a ignorar (...) todas as produções que, sendo embora cruciais para a sobrevivência e o bem-estar das pessoas, não são valoradas através do Mercado”.

A vertente da Sociologia Econômica reconhece na economia uma pluralidade de princípios. É definida como “o conjunto de teorias que buscam explicar os fenômenos econômicos a partir de elementos sociológicos e como disciplina capaz de pensar sociologicamente os fatos econômicos” (Lévesque, 2009, p. 305). Como vertente teórica, a Sociologia Econômica surgiu como crítica “a delimitação feita pelos economistas, que reduzem a economia ao cálculo racional concernente a recursos raros que devem ser alocados a necessidades consideradas ilimitadas” (Lévesque, 2009, p. 305). Nesse sentido, questiona a teoria clássica e neoclássica sobre o *Homo oeconomicus* ao negar que as relações sociais inseridas no mercado visassem somente à satisfação racional e utilitária de interesses individuais. O antiutilitarismo como crítica à visão utilitária pode ser definido “por oposição à Economia e à Ciência Econômica dominantes e à cristalização e condensação de práticas, visão de mundo e filosofia utilitaristas” (Caillé, 2009, p. 16). A escola filosófica da visão utilitarista tem sua gênese na Inglaterra no século XIX. Essa escola de pensamento defende a utilidade como valor supremo das relações sociais. Dentre os defensores da doutrina do utilitarismo, pode-se destacar Jeremy Bentham (1748-1832), considerado o pai da doutrina e John Stuart Mill (1806-1873) e os precursores Francis Hutcheson, David Hume, Adam Smith,

¹⁰ “Economia plural é uma abordagem da economia real que parte do pressuposto de que as relações entre os produtores e entre estes e a natureza são regidas por princípios econômicos plurais e assumem formas institucionais igualmente diversas. Essa percepção analítica constitui uma crítica à identificação estreita entre mercado e economia classificada por Karl Polanyi como um sofisma econômico” (Laville, 2009b, p. 145).

¹¹ O debate que se tem sobre a expansão da Economia Solidária, assim como de outras atividades como do Terceiro Setor, Economia Popular ou Economia Informal de modo geral, é que estas atividades se expandiram nos últimos tempos com a crise do sistema capitalista. Esta crise está relacionada para alguns autores com a crise da sociedade salarial, crise do trabalho ou crise do fordismo na visão dos economistas.

entre outros. O termo *utilitarian* foi cunhado por Bentham na primeira metade do século XIX e empregado com o propósito de fundar uma sociedade utilitária primeiramente por Mill com a denominação *Utilitarianism*. Sobre alguns aspectos desse arcabouço teórico metodológico da perspectiva utilitarista da economia, Coelho vem salientar que:

A afirmação da abordagem neoclássica da Economia conduziu à definição desta ciência pela metodologia de análise utilizada, assente no pressuposto do individualismo egoístico e racionalizado como padrão dominante dos comportamentos humanos, e no recurso a modelos matemáticos de maximização condicionada como instrumento analítico fundamental. O sujeito desta análise é então um indivíduo racional, dotado de plenas capacidades físicas e intelectuais, autónomo, autodeterminado, social e familiarmente descomprometido, que prossegue a máxima satisfação das suas necessidades. A este “agente económico representativo” são alheias algumas características inerentemente humanas, como o facto de sermos seres-em-relação e de, nessa qualidade, dependermos de outros ou sermos responsáveis por outros. Nesse sentido, são liminarmente erradicados como sujeito da análise as crianças, os deficientes, os idosos, mas também as mulheres, na medida em que lhes é atribuída em quase todas as sociedades a responsabilidade pela provisão das necessidades dos membros dependentes da família (Coelho, 2009, p. 129-130).

Caillé (2009, p. 16) registra que “a crítica à Economia e à Ciência Econômica, nascida com o capitalismo moderno e sua economia política, desponta por volta de 1800, assumindo formas e graus de intensidade infinitamente variados”. Conforme sublinhado:

A crítica à Ciência Econômica ocorre, basicamente, sob três vertentes principais, entre outras. Primeiramente, ela pode incidir sobre pontos técnicos mais ou menos específicos, a exemplo da crítica ao conceito de capital formulada pela escola de Cambridge, ou da demonstração do irrealismo dos postulados protagonizada pela teoria do equilíbrio geral. A crítica à Ciência Econômica pode ainda questionar a imagem do sujeito económico racional, cuja racionalidade é, na melhor das hipóteses, subjetiva e limitada. Finalmente, essa crítica pode consistir na demonstração da incompletude do mercado e dos defeitos de coordenação que ela acarreta a exemplo do que fazem o keynesianismo, o neo-institucionalismo e as escolas da regulação ou das convenções. De qualquer sorte, salienta-se a incapacidade intrínseca de a Ciência Econômica primar pela natureza, pelo ser vivo e pelo ser humano. Frequentemente, essas diversas críticas, passadistas, reformistas ou revolucionaristas, técnicas, ecológicas ou epistemológicas, entrecruzam-se e combinam-se, o que não facilita a definição do que seja antiutilitarismo (Caillé, 2009, p. 16).

Diversas são as críticas às ideias utilitaristas, entre os sociólogos e antropólogos que discutem as relações sociais no interior da economia. Marcel Mauss, assim como Karl Polanyi, têm se destacado como expoentes. Uma das críticas centrais à ciência econômica é a de que nesta estaria a base de toda ação humana “centrada no mercado, lugar de livre troca

entre indivíduos motivados pelo seu interesse próprio”, como defendido por “Adam Smith que viu o mercado como o lugar de actuação de uma ‘mão invisível’, cuja acção compatibiliza interesses individuais divergentes, resultando na prossecução do interesse de todos” (Coelho, 2009, p. 128).

Segundo Laville (2009b, p. 146), o mercado autorregulador, tal qual preconizado por Smith, “revelou-se impossível de atingir o horizonte da sociedade de mercado”. “Ao contrário, sua difusão engendrou problemas sociais de contornos dramáticos, tais foram às disparidades entre riqueza e miséria” (Laville e Gaiger, 2009, p. 163). Em resposta, “a sociedade reagiu a essa perspectiva, recorrendo principalmente à solidariedade” (Laville, 2009b, p. 146).

Marcel Mauss, por exemplo, mostrou que nas sociedades primitivas ou não mercantilizadas os povos estabelecem relações de troca pautadas por uma outra lógica que não a mercantil individualista. As sociedades primitivas estabeleciam relações baseadas no que Mauss convencionou chamar de princípio da reciprocidade, ou melhor, do Dom. Dádiva ou Dom é um termo que, no campo acadêmico, refere-se aos movimentos básicos da ação social, envolvendo indivíduos ou grupos a partir de motivações diversas que não somente a econômica, mas as de caráter afetivo, religioso, político, cultural entre outros. Ao sistematizar a teoria da dádiva, Mauss, no seu célebre *Ensaio sobre a dádiva*, de 1924, resgatou uma ideia antiutilitarista extremamente importante para a existência das sociedades arcaicas e igualmente relevante para a sobrevivência das sociedades modernas. Mauss classificou os movimentos da dádiva na trilogia obrigação do dar, receber e retribuir. Esses três movimentos podem ocorrer no movimento inicial de doação de algo que pode ser um bem material ou simbólico como doação de tempo, de confiança, de amizade, de presentes etc. O segundo movimento refere-se à recepção desse bem e por fim o terceiro refere-se à devolução ou retribuição do bem a quem doou. Como ressaltado por Mauss, “a motivação primeira da ação não é o interesse pessoal, mas a obrigação de dar, de mostrar-se generoso diante dos outros; que a hipótese do *homo donator* é, portanto, tão plausível quanto a do *homo oeconomicus*¹²” (Caillé, 2009, p. 19).

¹² Segundo Tiriba (2001, p. 52-53), “o homem econômico é uma representação de um homem racional essencialmente egoísta, movido pela ambição. Com a redução dos desejos humanos ao desejo de consumo, a paixão predominante é a posse de bens materiais e, quanto mais se consegue explorar o trabalho alheio, maior é a quantidade de riquezas acumuladas. Em outras palavras, as pessoas não são compreendidas como produto das relações sociais, mas como sujeitos individuais; a liberdade é, então, concebida como liberdade individual de manifestação e de realização de seus desejos. Para isso, é preciso que a “livre vontade” funcione ordenadamente, ou seja, de acordo com as leis da sociedade de mercado. Para tais ideias liberais, a igualdade social é nociva, pois produz uma uniformização dos indivíduos, significando um ataque a individualidade. Cada indivíduo trabalhando livre é capaz de buscar a realização de seus próprios interesses e, por conseguinte, de toda

Assim, como Mauss, Polanyi, França Filho, Laville, Caillé, Godbout, Coraggio, Paul Singer, Boaventura de Sousa Santos, entre outros abordados neste trabalho, se inscrevem na vertente plural da economia como crítica ao que Pires denomina de consequências da globalização.

Com efeito, as consequências da globalização (...) têm trazido à tona a ampliação de um debate antiutilitarista da vida social. Este debate vem ganhando ressonância, com a escola francesa M.A.U.S.S. (Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais), inspirada em Marcel Mauss. Ainda pouco difundida no Brasil, a referida escola, já desde os anos oitenta, vem se colocando de forma contundente contra o utilitarismo econômico e particularmente contra o neoliberalismo. A idéia da dádiva daí advinda repousa na compreensão de que a sociedade não se reduz à lógica do mercado ou à lógica de Estado, mas que traduz uma pluralidade de lógicas não redutíveis entre si. O tecido social se exprimiria, portanto, por valores não materiais como bondade, doação, confiança, solidariedade. Valores esses só compreendidos a partir de uma ótica do paradigma do dom. Eis a razão pela qual os estudiosos inspirados pelo M.A.U.S.S. insistem em demonstrar que além do social se reduzir nem ao Estatal nem ao mercantil, a obrigação mútua expressa no dar, receber e retribuir, enquanto vínculo social, não se liga apenas às sociedades do passado, mas está incorporada também nas sociedades contemporâneas - **Como será mostrado no caso dos Bancos Comunitários - grifo nosso** (Pires, 2003, p. 3).

O que procuraremos mostrar nesta seção e que se desdobra empiricamente no terceiro capítulo reside numa discussão teórica do reconhecimento de uma economia plural que, segundo Demoustier (2001), procura representar a organização econômica em sua globalidade, incluindo o setor mercantil, o setor público (vetor de distribuição), a economia doméstica (local de trocas baseadas na reciprocidade) e a economia solidária local de hibridação dos recursos humanos e financeiros).

Ao lançar um olhar diferente sobre a Economia Solidária, Singer (2004) mostra que o capitalismo é o modo de produção dominante, mas está longe de abranger a totalidade

sociedade. Nesse sentido, a democracia é necessária para garantir o individualismo, a propriedade, a liberdade e a igualdade (bandeira de luta da burguesia revolucionária). De acordo com as ideias liberais, para que o mercado se constitua como centro da sociedade, sustenta-se que o homem e a natureza devem ser submetidos à oferta e à demanda e tratados como mercadorias, como bens produzidos para a venda. No sentido polanyiano, nessa economia de mercado, no lugar da economia se ver marcada pelas relações sociais, são as relações sociais que se veem enclausuradas no interior do sistema econômico. Desse modo, o mercado, instrumento insubstituível para articular os agentes sociais que oferecem e trocam suas diferentes capacidades para promover a satisfação das distintas necessidades e desejos, adquire um fim em si mesmo, ficando a dinâmica da política e da sociedade submetidas a ele. Isso não significa que a economia seja autônoma por si mesma: ela necessita do apoio da educação, da cultura e da política para moldar os comportamentos do 'homem econômico' às necessidades do mercado ao qual os indivíduos devem apresentar-se e comportar-se como vendedores de sua força de trabalho. Mas não são as necessidades insatisfeitas as que definem a demanda mercantil e sim aquelas que têm respaldo monetário. Se de um lado a economia teria de preocupar-se com o bem-estar das pessoas, de outro o sistema já não se expande para servir às necessidades de consumo das pessoas; são as pessoas que consomem para servir às necessidades de crescimento do sistema”.

das economias contemporâneas. Ao seu lado, existe a produção simples de mercadoria, a economia pública, a economia doméstica e a Economia Solidária, formada por empreendimentos autogestionários de produção, de crédito, de serviços, de consumo. Na sua concepção:

Há várias maneiras de organizar a produção e a distribuição de bens e serviços, oriundos da interação de agentes especializados inseridos numa divisão social do trabalho. Um dos mais simples e por isso dos mais antigos é a produção simples de mercadorias: os agentes são possuidores individuais dos seus meios de produção e distribuição e, portanto também dos produtos de sua atividade, que eles intercambiam em mercados. O agente é neste modo quase sempre uma família ou domicílio, cujos membros trabalham em conjunto, usufruindo coletivamente dos resultados de sua atividade. A agricultura familiar, o artesanato e o pequeno comércio são exemplos de atividades deste modo de produção (Singer, 2003b, p. 11).

Do mesmo modo, Coraggio (2001, p. 117) salienta que o campo econômico é misto, e hoje ele está conformado pela combinação de uma economia capitalista, uma economia pública e outra popular regida pela reprodução biológica e social de seus membros. Para Coraggio (2001, p. 117) a economia popular “se organiza mediante unidades domésticas (UD)¹³, redes de ajuda mútua, comunidades e associações voluntárias diversas por meio de intercâmbios mercantis ou de reciprocidade”. Desta feita, para além do mercado, é possível, conforme as perspectivas defendidas, verificar outras formas de distribuição de riquezas ou outro modo de fazer economia por meio de atividades realizadas de forma associativa a exemplo dos Bancos Comunitários, como se verá mais à frente.

1.1.1. A economia plural de Polanyi

Essa abordagem inicia-se com o referencial de análise de Karl Polanyi (2000) sobre a perspectiva da economia plural. As pesquisas de Polanyi ajudam no entendimento da economia enquanto um conceito que não se reduz somente a um princípio, o capitalista dominante. A sua contribuição conceitual das formas plurais da economia nos subsidiará na

¹³ Costa (2005), ao se apoiar em Coraggio, esclarece que os trabalhos dos membros das UD's podem ser classificados em: a) trabalho doméstico para consumo, no qual ocorre a produção (transformação de bens e serviços) para a UD e a produção adicional para troca; b) trabalho para consumo solidário, recíproco, atendendo à reprodução da capacidade de trabalhos intergerações caracterizada pelo ensino, informação e capacitação (níveis formal e informal). As Unidades Domésticas e a empresa capitalista são diferenciadas pela impossibilidade de separar a Unidade Doméstica da própria Unidade Familiar, o que garante a unidade entre produção e reprodução, principalmente das mulheres que têm expandido seu trabalho nas UD's e representam uma alternativa à exclusão da força de trabalho do mercado.

reflexão sobre a emergência contemporânea das formas de Economia Solidária, especificamente no caso dos Bancos Comunitários, objeto de interesse desse estudo. Não se pretende nessa análise imergir na teoria de Polanyi, o seu referencial servirá de ponto de partida para outros desdobramentos teórico-metodológicos acerca da Economia Solidária.

Ao tecer uma crítica ao paradigma de mercado, Polanyi (2000) discorre que a partir do século XIX com a expansão da economia advinda da Revolução Industrial na Europa ocorreu uma “*grande transformação*”, o campo econômico foi separado das relações sociais. Laville (2004) comenta que, enquanto a economia estava imersa (*embedded*) no social, a produção para o mercado anônimo permaneceu marginal e a maior parte das necessidades era satisfeita principalmente através da produção doméstica e da economia da vila.

Ao formular a categoria de imersão (ou incrustação, *embeddedness* – embebedimento), a qual mencionou Laville, Polanyi explica que até o final do século XVIII encontramos em todas as sociedades o sistema econômico imerso no sistema social. “O sistema econômico estava submerso em relações sociais gerais: os mercados eram apenas um aspecto acessório de uma estrutura institucional controlada e regulada, mais do que nunca pela autoridade social” (Polanyi, 2000, p. 80). Dessa forma, observa que, com as grandes mutações societais ocorridas na história do mundo moderno, “a civilização do século XIX ruiu” e assim:

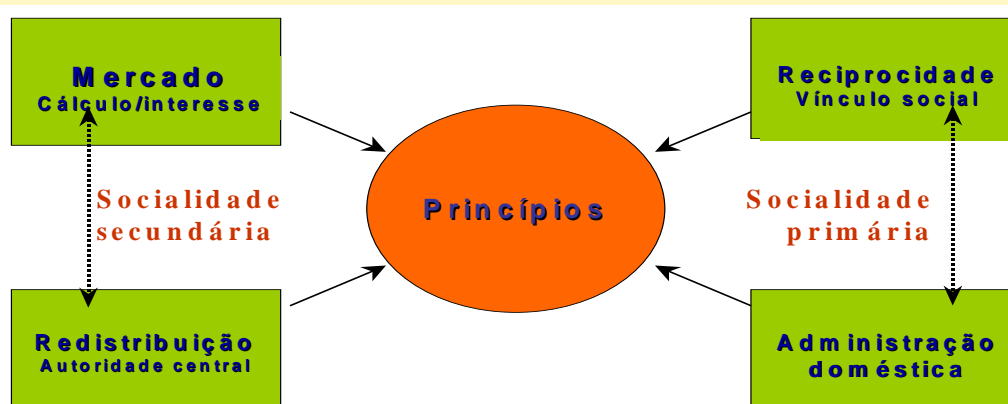
A idéia do mercado auto-regulável (...) não poderia existir sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade. Ela teria destruído fisicamente o homem e transformado seu ambiente num deserto. Inevitavelmente, a sociedade teria que tomar medidas para se proteger, mas quaisquer que tenham sido essas medidas, elas prejudicaram a auto-regulação do mercado, desorganizaram a vida industrial, e assim, ameaçaram a sociedade em mais de uma maneira. Foi esse dilema que forçou o desenvolvimento do sistema de mercado numa trilha definida e, finalmente, rompeu a organização social que nele se baseava (Polanyi, 2000, p. 23).

Para Polanyi, a “Revolução Industrial foi apenas o começo de uma revolução tão extrema e radical” (Polanyi, 2000, p. 23). Os “moinhos satânicos” representativos da ferocidade da Revolução foram o que esse autor chamou de mudanças radicais¹⁴ de valores na sociedade europeia, o que configurou na metamorfose do tecido social fruto da economia de mercado e do progresso do capitalismo, um caminho sem volta. Todavia, conforme Polanyi,

¹⁴ Para Polanyi, “a transformação implica uma mudança na motivação da ação por parte dos membros da sociedade: a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência. Todas as transações se transformam em transações monetárias (...) É isto o que significa o simples termo sistema de mercado onde os preços devem ter a liberdade de se auto regularem. É justamente esse sistema auto regulável de mercados o que queremos dizer com economia de mercado” (Polanyi, *op. cit.*, p. 60).

embora a economia mercantil constituísse força de mudanças, ela não eliminou outras atividades que preexistiam. Na sua célebre obra, *A Grande Transformação: as origens da nossa época*, o autor escreveu que o intercâmbio de mercado, embora dominante em várias sociedades, não eliminou outras modalidades de trocas¹⁵. Polanyi contrasta a sociedade moderna emergente da Revolução Industrial com as sociedades primitivas e mostra que a modernidade não exclui a tradição, e, portanto, é possível que coexistam em diversas sociedades diferentes modalidades de trocas que não somente a monetária, como mostrado no esquema abaixo.

Polanyi e a natureza plural da economia



45

FIGURA 1 - Polanyi e a natureza plural da economia

Fonte: Grupo de Pesquisa em Economia Solidária da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Grupo Ecosol - UNISINOS 2008.

Conforme sugere a FIG. 1, Polanyi constrói um traçado teórico metodológico onde, segundo ele, é possível reconhecer o caráter plural da economia que não se resume somente à economia de mercado. De acordo a abordagem etnológica de Polanyi, cada um dos quatro princípios em tela está associado a um modelo institucional “identificados em qualquer sociedade como fatores de organização da produção e distribuição da riqueza” (Pinto, 2006, p. 46). O primeiro princípio corresponde **ao mercado**, é o lugar do encontro da oferta e da demanda de bens e serviços para fins de interesse, são as relações de troca em que o nex

¹⁵ Foi com esse enfoque que Maia e Lopes (2003) apresentaram um estudo das formas tradicionais de solidariedade camponesa no Vale Jequitinhonha no Nordeste de Minas Gerais no final da década de 1970. As autoras partiram da antropologia econômica de Polanyi (2000) para analisarem empiricamente que o comportamento econômico dos indivíduos não é motivado meramente pelo nex monetário, mas está imerso em relações sociais tecidas em redes tradicionais de cooperação baseadas em princípios de confiança, amizade, afinidade, parentesco e de gênero. Com esse estudo, a análise corroborou aquilo preconizado por Polanyi, que o intercâmbio de mercado, embora fundamental em várias sociedades, não elimina outras modalidades de trocas.

monetário é o fundador das relações sociais. Nesse circuito do ponto de vista de Polanyi o que interessa são as relações econômicas utilitaristas, pois, ao contrário da reciprocidade e da solidariedade, esse sistema privilegia o lucro e o poder como elementos determinantes. Nas palavras de Polanyi (1980, p. 72), nessa economia de mercado, “ao invés da economia estar embutida ou embebida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico” ou “colonizadas pelo mundo da vida” via o econômico, conforme diria Habermas citado por Lisboa (2000).

Ao contrário, como destaca Laville (2004), nas sociedades tradicionais, os vínculos sociais eram considerados prioritários em relação à produção de riquezas, uma vez que a economia estava imbricada ou embebida nas relações sociais.

No segundo princípio, da **redistribuição**, o agente principal é representado por uma autoridade central responsável por redistribuir a produção, que pode ficar à tutela de uma tribo, do senhor ou na modernidade na figura do Estado, encarregado de distribuir os recursos alocados dos impostos destinados a prover as necessidades dos indivíduos; o terceiro princípio, **da domesticidade**, governa a produção domiciliar, distribuída e consumida no âmbito do grupo familiar. Esse modelo é caracterizado pelo grupo fechado. No último princípio, **da reciprocidade**, observa-se a relação estabelecida entre várias pessoas por meio da troca de dádivas entre os membros visando criar ou reforçar laços sociais. Esse tipo de sistema econômico presente nas sociedades primitivas como percebido por Mauss (2001; 2003) pode ainda ser observado na modernidade, no contexto das relações familiares e comunitárias como, por exemplo, na Economia Solidária. De acordo com Laville (2004), o aspecto essencial da reciprocidade é que os objetos não são indissociáveis dos doadores e representam, portanto, uma relação social, como no caso dos Bancos Comunitários, objeto deste estudo.

Quanto às duas formas representativas dos princípios das sociabilidades primárias e secundárias, Caillé (2004) explica que sociabilidade primária funciona pela dádiva e pelo simbolismo. Nessa sociabilidade, reina o princípio da personalização que permite afirmar que as pessoas são mais importantes de direito e de fato que as funções por elas exercidas. A sociabilidade primária funciona pelo interconhecimento e pela dádiva. A sociabilidade secundária funciona pela impessoalidade e pela funcionalidade. Na dimensão da sociabilidade primária, desenvolvem-se relações familiares, de vizinhança, camaradagem, o amor, a amizade e ela não pode ser erradicada. Na segunda sociabilidade, que ocorre na sociedade formalmente racionalizada, como diria Weber, as relações são hierarquizadas pelo imperativo da eficácia funcional.

Quanto a uma síntese da relação histórica dos quatro princípios nas sociedades ocidentais, Pinto contribui ao dizer que:

Laville reconhece que até o século XVIII os sistemas econômicos operavam combinando cada um desses princípios, sendo que até o século XVI nas sociedades feudais predominava o da domesticidade. Vai ser no século XIX, com o advento da industrialização, que o princípio do mercado se torna dominante. A dominância do mercado está associada não apenas a dinâmica imposta pela máquina à sociedade comercial anterior, mas também à emergência da moderna comunidade política referida na liberdade e igualdade de indivíduos auto-interessados. Tal dominância do mercado fez, contudo, sacrificando ou submetendo as outras relações sociais não orientadas pela lógica maximizadora de ganhos privados. (...). Sem dúvida, o elemento associativo emergia desse contexto, (...) abrindo espaço para práticas cooperativas a partir de engajamento voluntário. O movimento associativo imprimia assim, ao processo de produção e distribuição à lógica da reciprocidade, cujo objetivo não estava referido à lucratividade ou rentabilidade do capital empregado, mas sim à produção de vínculos sociais e benefícios mútuos (Pinto, 2006, p. 46-47).

A partir do quadro de análise de Polanyi sobre os aspectos plurais da economia, França Filho e Laville trazem alguns questionamentos:

Será que a economia, entendida em seu sentido amplo, ou seja, como o conjunto das atividades que contribuem para a produção e distribuição de riquezas, pode resumir-se ao circuito clássico das trocas constituído das esferas clássicas do Estado e do mercado? Será que a própria sociedade não tem nada em termos de criação e distribuição de riquezas ou de um outro modo de fazer economia? (França Filho e Laville, 2004, p. 30).

São com essas questões que os autores lançam um olhar histórico, sociológico e antropológico sobre o tema da Economia Solidária e convergem com Polanyi no tocante ao não reducionismo da ação econômica apenas do ponto de vista do sistema capitalista.

Nesse sentido, França Filho e Laville (2004) dentre outros defendem que em diferentes partes de mundo existem outras economias que nascem a partir da sociedade civil e dos meios populares. Tais iniciativas assumem diferentes configurações, desde aquelas que criam seu próprio circuito de produção e consumo, alimentando cadeias produtivas autônomas e, em algumas, fortemente baseadas em relações não-monetarizadas, até outras que empreendem relações mais permanentes com o mercado e desenvolvem diferentes tipos de parcerias como os poderes públicos. As formas assumidas por essa economia também variam de acordo com as diferentes regiões e países: de cooperativas de produção e prestação de serviços em países latino-americanos até as cooperativas sociais, os sistemas de trocas locais, entre outros, em países europeus. “Essas práticas seriam, portanto responsáveis por religar o

econômico ao social, combinando a reciprocidade às lógicas de barganha e redistributivista. Reside aí o sentido plural da Economia Solidária” (Pinto, 2006, p. 49).

Quanto ao conceito de economia plural, França Filho e Dzimira (2004, p. 142) esclarecem que o termo “permite dar conta de uma ampla dimensão da vida econômica, em especial, aquela prioritariamente regida pela solidariedade, esquecida pela teoria econômica convencional”.

1.1.2. A perspectiva da economia plural na Economia Solidária

Os estudos sociológicos da economia desenvolvidos por França Filho e Laville partem da releitura da econômica plural desenvolvida por Polanyi. Os distintos princípios do comportamento econômico mostrados por Polanyi são resumidos por França Filho e Laville (2004) em três formas, mercantil, não-mercantil e não-monetária como mostrado na FIG. 2.

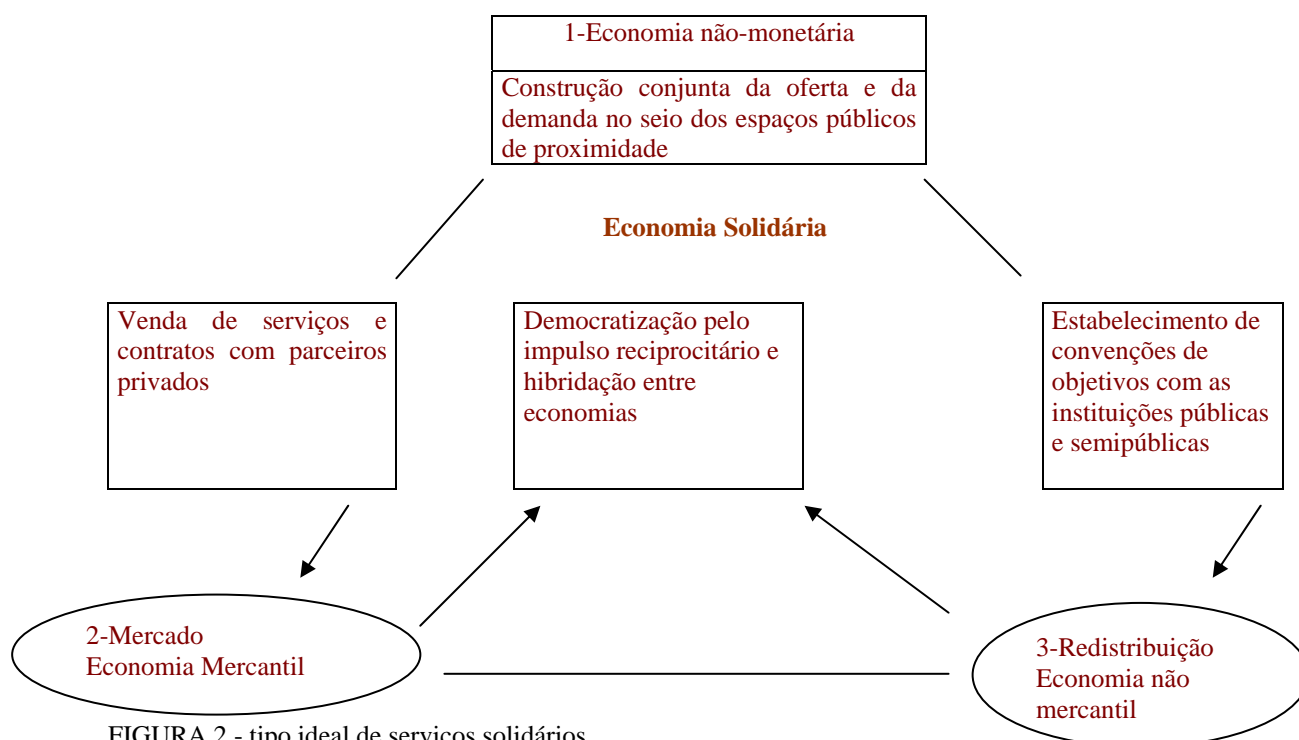


FIGURA 2 - tipo ideal de serviços solidários
Fonte: França Filho e Laville (2004).

Na perspectiva desenvolvida por França Filho e Laville (2004); Laville e Gaiger (2009), a Economia Solidária participa da economia plural, constituindo-se suas iniciativas em tipos híbridos, entre as economias pública e privada e articula-se por três fontes distintas de recursos que podem ser de natureza *não-mercantil*, por meio de financiamentos à atividade oriundos do poder público ou instituições não-governamentais, *mercantil*, pela venda ou

prestação de serviços a particulares – recurso ao mercado e *não-monetária*, via participação voluntária de certos membros, ou seja, sob a forma material ou humana (doação de tempo), recurso a uma lógica reciprocitária ou uma lógica de dádiva.

Quanto à fonte de recurso marcada pelo princípio não-monetário, que equivale à reciprocidade, França Filho e Dzimira (2004) destacam que este é um tipo de sistema de relação de trocas orientado segundo a lógica da dádiva, tal como formulada e descrita por Marcel Mauss. Nesse tipo de sistema, os bens circulam de modo horizontal e o objetivo mesmo da circulação desses bens é a perenização dos laços sociais.

O que Mauss mostra, com efeito, estudando a dádiva arcaica, é que a ação social não obedece somente ao interesse racional, mas também a uma lógica primeira da simpatia, e que essa tensão entre interesse e desinteresse coincide com outra, entre obrigação e liberdade. A exigência de dar é ato compulsório paradoxal de liberdade (Caillé, 2009b, p. 106).

A lógica da dádiva nesse sentido obedece a um tipo de determinação social específica, pois ao mesmo tempo livre e obrigada, ela é essencialmente paradoxal, conforme veremos mais adiante no caso dos Bancos Comunitários, que mostram nas suas práticas reciprocitárias a obrigação da retribuição da confiança e da solidariedade ao mesmo tempo em que essa é gratuita. Segundo Caillé, se olharmos a sociedade pelo viés do paradigma da dádiva, perceberemos a existência de outras ações que não somente aquelas derivadas

(...) do interesse material calculado (como no caso do mercado) ou de uma obrigação (como no caso do Estado e da redistribuição), mas também e primeiramente de uma lógica da aliança e de certa gratuidade. O paradigma antiutilitarista, em compensação, encontra-se incontestemente mais próximo dos partidários da economia solidária e da valorização de tudo o que se faça em nome do princípio associativo (...) No setor associativo, o espírito da dádiva é em princípio hierarquicamente dominante em relação às lógicas do interesse individual e da obrigação (Caillé, 2009b, p. 106).

Vista assim, “a Economia Solidária tende a reunir diferentes lógicas em interação” (França Filho e Laville, 2004, p. 17). Além dos aspectos da hibridação de economias, França Filho acrescenta um outro traço característico das iniciativas econômicas solidárias, trata-se:

Da chamada construção conjunta da oferta e da demanda, ou seja, diferentemente do que ocorre na lógica da economia de mercado, que funciona na base de uma separação abstrata entre oferta e demanda (que supostamente viriam a se harmonizar por obra da graça divina, da tão sonhada mão invisível smithiana, o que, entretanto, nem sempre acontece na realidade), no caso da economia solidária a oferta e os serviços prestados através das iniciativas vinculam-se exclusivamente às necessidades ou demandas reais vividas localmente pelas populações. Portanto, o motor da geração de atividades econômicas ou criação de oferta não é a lógica de rentabilidade do capital investido na ação, mas o desejo de atendimento das reais necessidades/demandas exprimidas pelos grupos sociais. A idéia de economia solidária reflete assim a própria ação desses grupos locais na sua tentativa de autogeração de riqueza, ou seja, de tentativa de resolução das suas problemáticas sociais (França Filho, 2002, p. 14).

Na Economia Solidária, conforme França Filho e Laville (2004), a esfera das atividades econômicas encontra-se embricada junto às demais dimensões da prática (com o social, o político, o cultural etc.).

Nessa perspectiva, Carvalho (2008, p. 98) comenta que Laville, ao reestudar as propostas de Polanyi “faz a crítica da separação entre o social e o econômico; mostra que a história da economia foi marcada por interesses, lutas sociais contra a idéia do *homo oeconomicus* e compreende o mercado, o Estado e a sociedade civil em interação permanente”. França Filho e Laville (2004) lembram que não é difícil que imaginemos que exista somente um princípio econômico, aquele construído ao longo da modernidade capitalista onde a esfera econômica se autonomiza em relação às demais dimensões da vida em sociedade através do advento do princípio do mercado autorregulado (mais conhecido sob a expressão economia de mercado). Os autores complementam que é com a noção da existência de um único sistema econômico difundido, praticamente pouco mais de duzentos anos que habitamos a pensar a economia como sinônimo exclusivo de troca mercantil, como se não houvesse ou não fosse possível conceber-se outro modo de fazer economia além desse.

O que dizer, então das outras formas de produzir e distribuir riqueza construída pelos circuitos não-mercantis da economia? Uma delas seria em torno da ação do Estado, que se baseia num princípio econômico que poderíamos chamar de redistribuição e outras são as variadas formas de reciprocidade, que alimentam relações econômicas não-monetarizadas e permitem a sobrevivência de largas parcelas das populações em diferentes partes do mundo (França Filho e Laville, 2004, p. 117).

Com essas palavras, França Filho e Laville (2004) nos convidam à compreensão do fenômeno da Economia Solidária sob uma outra perspectiva, diversa daquela concebida pela dinâmica da economia convencional, que se reduz ao princípio mercantil. Desta feita, em

vez de um olhar para uma economia eminentemente mercantil, de mercado e, portanto, única, é possível pensar um espaço com uma “economia plural”.

A Economia Solidária, que se manifesta nos Bancos Comunitários, conforme nossa hipótese, compreende uma tentativa de articulação entre uma pluralidade de princípios que hibridizam lógicas econômicas com sociais que, segundo França Filho e Laville (2004), podem ser representadas pela economia mercantil (mercado-trocas), não-mercantil (Estado-redistribuição) e não monetária (reciprocidade-dádivas).

Consideramos que é na articulação desses três tipos de circuitos econômicos que se dá estruturação de um Banco Comunitário que pode ser formado por laços econômicos e sociais via relações de reciprocidade responsáveis por produzir novos vínculos sociais, conforme QUADRO 1.

QUADRO 1
A natureza plural da economia nos Bancos Comunitários

Natureza mercantil	Natureza não – mercantil	Natureza não-monetária
Ocorre nos Bancos Comunitários mediante a venda ou prestação de serviços dos comunitários a particulares, o que configura um recurso ao mercado. O membro de um Banco Comunitário na sua maioria depende da venda de seus produtos ou serviços para manutenção da atividade econômica e, por conseguinte, para o acesso ao crédito. Nesse sentido, recorrem e ao recurso mercantil.	Ocorre mediante ao acesso ao poder público ou a instituição da sociedade civil para obtenção de subsídios para o fomento das atividades econômicas e poupança dos membros do Banco Comunitário que passam a ter, além disso, um papel de redistribuição dos recursos a fim de resolução de seus problemas (escassez de renda) que é de responsabilidade pública.	Ocorre mediante a circulação de bens simbólicos como, por exemplo, no trabalho voluntário de doação das mais diversas formas de troca-dádiva identificada: na doação de tempo como na administração das finanças prestadas voluntariamente por uma comissão executiva eleita democraticamente por todos os comunitários, na circulação de presentes, na amizade, nos gestos, nas relações de confiança no sistema solidário de aval, nos mutirões (festival de sorvetes, feijoada, etc.) A ideia de obrigação nesse contexto de ação leva em conta os interesses coletivos da organização.

Adaptado de França Filho e Laville (2004).

O QUADRO 1 apresenta as três dimensões da economia presentes nos Bancos Comunitários. Acrescenta-se aos princípios em tela a dimensão religiosa presentes nas práticas grupais.

Diante dos princípios econômicos e sociais mostrados, cabe observar que nos Bancos Comunitários ao mesmo tempo existem uma sociabilidade primária e outra secundária: a primeira conduz os sujeitos sociais para uma relação interpessoal face a face e a outra direciona as ações para o campo da funcionalidade econômica. Nesse sentido, podemos inferir que a racionalidade nos Bancos Comunitários é híbrida.

Quanto ao modelo interpretativo de natureza não-monetária nos Bancos Comunitários, Mauss (2003) chama de “obrigação moral coletiva” que envolve todos os membros da organização. Essa obrigação envolve aspectos diversos tais como o aval solidário pautado por uma confiança moral, a participação nas reuniões ou assembleias realizadas, na rotatividade da diretoria executiva responsável pela direção e representação do Banco junto à instituição de fomento, na distribuição dos créditos aos membros, recebimento e controle da poupança, controle dos pagamentos etc. De acordo com Mauss (2003), a obrigação de retribuir é imperativa, ou seja, o que se dá no Banco, como a confiança, por exemplo, deve transitar pela trilogia do dar, receber e retribuir.

Desse modo, essa seria uma das condições de manutenção do circuito econômico. A retribuição da confiança é primordial para que o vínculo social permaneça entre os grupos. Como ressaltado por Mauss (2001, p. 123), “o indivíduo que não pode retribuir o seu empréstimo perde a sua posição social” (ocorrência essa verificada pela pesquisa). Ainda conforme Mauss, nesse contexto de ação, da vida material e moral, a troca funciona sob uma forma desinteressada e obrigatória ao mesmo tempo, ou seja, de maneira paradoxal. Além disso, esta obrigação exprime-se de maneira mítica, imaginária ou, se quiser, simbólica e coletiva, sendo que o contrato social equivalente à reciprocidade não é feito entre indivíduos, mas entre pessoas morais. A pressão coercitiva do grupo nas transações financeiras assegura as amortizações dos empréstimos de cada um dos membros. Esse ativo moral de coerção traz bons resultados quanto ao adimplemento. O sucesso dos programas de microfinanças em diversas partes do mundo, a exemplo dos Bancos Comunitários, prova que os investidores podem confiar nessa clientela de baixo rendimento, mas forte em capital social, ativo verificado nos grupos, sobretudo nas relações de confiança, argamassa que mantém o vínculo social e as relações de reciprocidade.

Godbout (1999) acrescenta que a dádiva está viva, assim como o Mercado e o Estado. O que se observa segundo Godbout, é que a representação da dádiva no imaginário utilitarista dominante é que ela deve ser unilateral (sem guardar retorno). Essa concepção utilitarista da dádiva se assemelha a sua interpretação religiosa de que os homens devem se esforçar por imitar Cristo, que é o único que pode conceder graça gratuitamente. Conforme

Godbout, nenhuma sociedade pode funcionar somente a partir dos sistemas de mercado e Estado, nisso corre-se um sério problema de dissolver o sistema da dívida entre o mercado e Estado. Como explica, a dívida nesse caso é pensada como uma relação social que não se reduz somente às relações mercantis, mas leva em conta outros atributos. Nesse sentido, ao mesmo tempo livre e obrigatório ou de caráter paradoxal, como diria Marcel Mauss, o princípio econômico da dívida presente na Economia Solidária dos Bancos é necessário para a reprodução social dos grupos, para o estabelecimento de alianças e fortalecimento do laço social.

Todavia, cumpre ressaltar que, como assevera França Filho e Laville (2004), os recursos não-monetários presentes na Economia Solidária (as relações de reciprocidade, confiança, solidariedade etc.) são importantes porque ajudam na sobrevivência das estruturas implantadas. Contudo, esses recursos não são suficientes para assegurar uma maior sustentabilidade das atividades. Dessa forma, deve haver um equilíbrio entre os recursos monetários e não-monetários de maneira que garanta sua viabilidade econômica. O que os autores esclarecem é que não somente a noção de hibridização existente na Economia Solidária é relevante, mas há ainda que se considerar um equilíbrio entre os recursos.

Para Caillé (2004, p. 26), os Bancos Comunitários poderiam ser caracterizados por uma associação de membros caracterizados pelo multipertencimento, “nascidos da deficiência de aparelhos próprios da sociabilidade secundária, da incompletude do mercado destinado a sustentar as suas demandas as mais evidentes (...)”. São formados a partir da exigência da reciprocidade e da dívida inerentes ao espírito da associação.

1.2. Crise do paradigma vigente de desenvolvimento e a emergência da Economia Solidária

Não estamos apenas em uma crise econômica, mas numa crise do compromisso que funda a sociedade, na crise do projeto. O que, às vezes, é chamado de crise de hegemonia, isto é, da capacidade das elites e dos grupos sociais que a sustentam de propor uma visão de mundo e um modelo de desenvolvimento aceitáveis para toda a sociedade¹⁶.

Unir-se para lutar contra as eventualidades da vida é uma prática muito antiga. Pode ser observada desde os primórdios da humanidade, nas sociedades primitivas. Mesmo

¹⁶ LIPIETZ, A. **Audácia: uma alternativa para o século XXI**. São Paulo: Nobel, 1991. In. MICHEL, Renaut; RIBEIRO, Rosana. Considerações sobre a determinação do nível de emprego em contexto de reestruturação produtiva e globalização financeira. Revista Archétypon.V.1, nº.1 dez. 1999. p. 15.

antes do feudalismo e do capitalismo existiam formas socioeconômicas construídas sobre acúmulos comunais e trocas mediante os mais diversos rostos e nos mais dispersos lugares. Foram, de fato, muitos os fenômenos sociais localmente enraizados que subsistiram como experiências residuais e como expressões de uma energia cooperativa latente, ao longo da história. Namorado (2007) recorda as diversas formas de organização comunitária de atividade agrícola, as múltiplas uniões profissionais radicadas na solidariedade, os inúmeros fenômenos associativos tantas vezes religiosamente marcados e que eram feitos de maneira coerente por meio de um mutualismo igualitário.

Nesse sentido, a solidariedade sempre foi um valor na vida em comunidade em toda formação social. Se pensarmos numa perspectiva durkheimiana, na modernidade, o tema da solidariedade remete ao século XIX, percebida como uma das formas de manter coesa a sociedade instável na integração dos indivíduos por meio de valores. Embora a solidariedade na economia sempre existisse nas organizações dos povos antigos, tais como os chineses, astecas, maias, incas, dentre outros, que viviam em regime de ajuda mútua, neste trabalho a proposta é estudar a solidariedade na economia ou a Economia Solidária, como é chamada em tempos recentes, no contexto das transformações em curso ou do conflito que sempre existiu na história do capitalismo ocidental entre capital e trabalho¹⁷, que traz de “volta à arte da associação” (Pinto, 2006). Assim, a proposta da pesquisa é analisar uma experiência local particular, mas sem perder de vista que ela é perpassada pelo não local, ou seja, por processos sociais, econômicos e políticos mundializados e, portanto, definidos longe de fronteiras regionais. A Economia Solidária neste estudo é percebida como produto das metamorfoses gerais. Por isso, tratar dessa temática implica situá-la num determinado contexto - o da crise da sociedade salarial, o que, segundo Robert Castel (1998), implica o aumento do desemprego, da informalidade e da precarização do trabalho. Falar de Economia Solidária, então, significa falar de formas de trabalho alternativas ao desemprego advindo da crise do sistema capitalista e da falência do Estado de Bem-Estar Social.

Por isso, antes que se faça a discussão sobre a Economia Solidária, é preciso o entendimento do contexto sobre o qual se deu o seu surgimento, é mister, pois, que façamos uma breve abordagem de alguns elementos que impulsionaram e estão a impulsionar o

¹⁷ Para Marx (1996), capital e trabalho são duas categorias cruciais no sistema de produção capitalista. É no âmbito dessas relações que ocorre o conflito distributivo. Marx procurou esclarecer os condicionantes históricos da desigualdade social da dominação nas sociedades, identificando o capitalismo como marcado pela posse da riqueza econômica, distinguindo os donos dos meios de produção dos que nada possuem, além da sua força de trabalho. Assim, a riqueza de uma nação gera abundância de renda para alguns poucos e miséria absoluta para outros muitos.

florescimento das práticas de Economia de Solidária com algumas questões relativas quanto aos modelos de desenvolvimento do sistema capitalista de produção.

O ponto de partida para essa análise é a idéia/concepção de que o mundo vive uma espécie de crise. No entanto, é importante perguntar de que tipo de crise está se falando? Apple (1989, p. 20) esclarece que vivemos numa crise estrutural e, portanto, capitalista, mas a crise não é apenas econômica, “ela é também política e cultural/ideológica” e ainda “moral e espiritual, resultante dos modelos atuais de desenvolvimento científico-tecnológico e da generalização do reino da lógica do mercado que reduz as coisas e os seres a seu valor monetário” (Tiriba, 2001, p. 50). Sobre a problemática da crise do sistema do capital, Arruda acrescenta que:

O mundo é hoje mais rico do que nunca antes. E mais desigual também. Existe algo de podre no reino do Capital. Começemos lembrando que, enquanto os investidores, que se conta em milhões, vivem os terrores de uma crise financeira, os povos empobrecidos da terra, que se conta em bilhões, vivem um cotidiano de crise crônica, que é a falta de acesso aos bens e recursos produtivos e ao essencial para uma vida humana digna: alimento, energia, trabalho prazeroso, disponibilidade de tempo para o desenvolvimento dos seus potenciais, padrão de vida digno e relações sociais e ecológicas afáveis, seguras, gratificantes e duráveis. (...) Por esta via a humanidade caminha para a autoextinção, a menos que se decida a dar um salto quântico de consciência do *Homo Sapiens Aggressans* ao *Homo Sapiens Amans*, capaz de reconceber e recriar suas relações uns com os outros, com os coletivos sociais e com a Natureza, erradicando do planeta a violência, a fome, as guerras, a exploração, a destruição dos ecossistemas, o sofrimento e a infelicidade desnecessários! (Arruda, s/d, p. 2).

A crise apontada não se trata de uma crise fictícia porque ela se apresenta diariamente no trabalho, nas escolas, nas famílias, no governo, enfim, em tudo ao nosso redor. Trata-se de uma crise do processo civilizatório que corrobora e torna atual a afirmação: “Tudo que é sólido desmancha-se no ar” preconizada por Marx e Engels no Manifesto Comunista. A expansão do sistema capitalista em toda parte já apontada por Marx como causadora de desemprego, exclusão social, concentração de renda e riqueza, trouxe o que Dupas (1999) chama de desamparo do homem pelo Mercado e Estado. Assim, “postula-se que o acirramento do conflito entre capital e trabalho ainda é um elemento explicativo para o drama social” (Carvalho, 2008, p. 108) na contemporaneidade como o dizia Marx. O modelo ocidental de sociedade e de desenvolvimento econômico difundido por todo mundo, longe de produzir a paz, a segurança, a felicidade e a liberdade de todos os seres humanos, tem produzido a miséria e opressão para grande maioria da humanidade e para os demais seres que povoam o planeta (Tiriba, 2001, p. 50). Nesse sentido, “o mundo não apenas está em crise,

mas em agonia – onde forças de vida e de morte se encontram (...). A consciência de ser solidários com a vida e morte une, a partir de agora, os humanos uns aos outros”¹⁸.

Nessa perspectiva, diferentes estudos têm destacado que o capitalismo é um modelo econômico que afeta diretamente a vida das pessoas, de qualquer pessoa, mesmo as residentes em lugares mais longínquos. Esse sistema está subjacente em todas as grandes questões que vivemos como, por exemplo, a globalização, a revolução científica, a problemática do desemprego e da exclusão social (Oliveira e Rodrigues, 2000). Desse modo, “o capital dissolve, recobre ou recria formas de vida e trabalho, de ser e pensar, em âmbito local, regional, nacional e internacional (...). O que era uma possibilidade, nos seus primórdios, revela-se real e inexorável nesta altura do século XX” (Ianne, 1997, p. 48) e XXI. Como explica Tiriba:

A lógica do atual modelo de desenvolvimento econômico é a de que a plenitude do homem e de suas diferentes dimensões humanas devem ser reduzidas ao campo econômico. Nesse sentido, a totalidade humana foi substituída pela representação de um “homem econômico”, que se move pelo princípio do prazer e desprazer. Sendo cada vez menor a diferença entre o destino econômico e o homem mesmo, “cada qual vale o que ganha, cada qual ganha o que vale (Tiriba, 2001, p. 50).

O caráter desumano do “projeto civilizatório” em destaque tem sido o foco da *Plataforma*¹⁹ por um mundo melhor responsável e solidário constituída por personalidades de diferentes nacionalidades na primeira metade da década de 1990. O alerta nesse âmbito foi chamar atenção da sociedade para os grandes desequilíbrios existentes entre o norte e o sul; entre os ricos e pobres dentro de cada sociedade e entre os seres humanos e o meio ambiente (Tiriba, 2001). No contexto da crise, no final do século XX, ganha evidência a crise contemporânea do sistema capitalista de produção em massa ou modelo fordista, cujas dimensões solapam o tecido social “afetando de forma mais ou menos severa determinadas regiões, países, setores da economia e segmentos da sociedade (...). A crise (...) marcaria desse modo, o fim da ‘era fordista’ de desenvolvimento do capitalismo nos países centrais” (Ferreira, 1997, p. 175).

Nesse cenário, “o que se evidencia é a crise da forma de regulação social até então sustentada pela teoria keynesiana, de intervenção planejada do Estado para regular o

¹⁸ Morin (2000, p. 204) citado por Pires (2003, p. 4).

¹⁹ Formada em dezembro de 1993 com o apoio da Fundação para o Progresso do Homem – (FPH; Suíça). Considerando as diversidades das culturas e das sociedades, apresenta princípios comuns e estratégias conjuntas de ação que permitirão alcançar, até o ano de 2010, um novo equilíbrio entre os seres humanos e o planeta (Tiriba, 2001, p. 49).

ciclo econômico, tendo em vista a garantia das condições gerais para o funcionamento da produção capitalista e evitar a desordem produzida pela fúria do mercado” (Tiriba, 2001, p.59). Como resultado desse processo, o que se tem presenciado nas últimas décadas nas sociedades capitalistas é uma organização e reestruturação no sentido de implementar novas formas de racionalizar o trabalho e a vida social. Sobre isso, Wallerstein esclarece:

(...) o capitalismo, uma vez adquirido a sua liberdade de ação, mostrou-se certamente um sistema muito dinâmico, assumiu rapidamente o controle e finalmente engoliu todo o planeta em sua órbita. (...) a razão de ser da economia-mundo-capitalista, sua força motora, foi à acumulação incessante de capital que se baseia na apropriação da mais-valia de outros por alguns. O capitalismo representa a recompensa material para alguns, mas para que isto possa acontecer, nunca pode haver recompensa material para todos (Wallerstein, 2003, p. 275).

A crise vista por Harvey (1996) deve-se à mudança no padrão de acumulação de um modelo rígido (Fordismo²⁰) de produção para um padrão de acumulação mais flexível. Tal fato se explica, segundo Ferreira (1997), pela improdutividade e esgotamento do Fordismo como sistema de produção. “Esse esgotamento da capacidade do sistema de gerar ganhos de produtividade possui razões tanto de ordem técnica quanto de ordem social e econômica” (Ferreira, 1997, p. 175). O resultado tem sido a produção da fragmentação, da insegurança e do desenvolvimento desigual no interior de uma economia de fluxos de capital do espaço global unificado que aumenta a distância entre centro e periferia, aprofundando as desigualdades sociais. Esse processo reflete uma produção desigual da natureza em diferentes regiões geográficas, pois as mesmas não têm possibilidades iguais de criarem condições para o desenvolvimento do capital. Assim, o capital age, separa ou agrupa de acordo com seus interesses. Harvey assinala ainda que o capitalismo (modo dinâmico e revolucionário de organização social) é responsável por transformar de modo “incansável e incessantemente a sociedade em que está inserido” (Harvey, 1996, p. 116). No seu entedimento:

Se houve alguma transformação na economia política do capitalismo do final do século XX, cabe-nos estabelecer quão profunda e fundamental pode ter sido a mudança(...) em processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas do Estado etc (Harvey, 1996, p. 117).

²⁰ “A um nível mais global, fordismo designa o modo de desenvolvimento-articulação entre um regime de acumulação intensiva e um modo de regulação ‘monopolista’ ou ‘administrado’ que marca uma determinada fase de desenvolvimento do capitalismo em países de centro: os anos de prosperidade sem precedentes (conhecidos como a ‘era de ouro’) do sistema no pós-guerra (...). A um nível menos global, designa um princípio geral de organização da produção compreendendo o paradigma tecnológico, forma de organização do trabalho e estilo de gestão” (Ferreira, 1997, p. 167).

Harvey define esse momento histórico de “crise de superacumulação”, iniciada no final dos anos de 1960 e que chegou ao auge em 1973, está relacionada à lógica transformativa do capital entendido com o um processo de reprodução da vida social por meio da produção de mercadorias.

Ao estudar as metamorfoses do sistema capitalista, sobretudo nas últimas décadas do século XX, Bertucci e Ferreira (2005, p. 6), focalizam que “o novo regime de acumulação do capitalismo no âmbito mundial está marcado pelo processo da globalização e financeirização do capital e pelas mudanças na estrutura do emprego”. A crise de superacumulação destacada por Harvey, “estava associada à norma salarial fordista, que viabilizou efetivamente a progressão do poder aquisitivo do salário e estava ligada também à existência do “Welfare State”, ao Estado de Bem-Estar Social²¹ (nos países do centro do sistema) que pode ser considerado como a mais avançada conquista do capitalismo civilizado” (Bertucci e Ferreira, 2005, p. 7).

Ferreira denomina o momento histórico destacado por Harvey de:

(...) Processo de crescimento sustentado, associado a uma considerável estabilidade que marca o período que vai de grosso modo, do final da Segunda Guerra Mundial até o início dos anos de 1970 – “a era de ouro” do capitalismo – nos principais países industrializados (...). A partir do início da década de 70 (e mesmo antes, em alguns países), porém, este panorama de crescimento e prosperidade sofre drástica inflexão, a economia mundial ingressa então numa nova fase, bastante diferente da anterior, caracterizada por significativa desaceleração das condições de funcionamento dos mercados de trabalho (em particular, aumento generalizado do desemprego associado a uma “precarização” do emprego) (Ferreira, 1997, p. 165).

Nesse processo, todas as pessoas pertencentes ao mundo capitalista estão profundamente implicadas, pois estamos longe de habitar um espaço que não seja aquele dominado pelo capital. Portanto o que o Ocidente nos apresenta até o momento é “uma sociedade em que a produção em função dos lucros permanece como princípio organizador básico da vida econômica” (Harvey, 1996, p.117).

²¹ “Em decorrência do caráter socialmente excludente e fortemente concentrador do desenvolvimento capitalista no Brasil, não ocorreu aqui à formação de uma verdadeira norma de consumo de massa e pouco se avançou no caminho da edificação de um Estado de Bem-Estar nos moldes daquele existente nos países fordistas do centro. As condições políticas que viabilizaram tal evolução naqueles países, nunca se concretizaram plenamente no caso brasileiro” (Ferreira, 1997, p. 184). “Para os países periféricos como no caso do Brasil, as consequências do desabamento do Estado vem representando levar até as últimas consequências o processo de exclusão e marginalização dos setores populares quanto ao direito ao trabalho, à saúde, educação e moradia. Com a perda, por parte dos Estados – Nações, do controle monetário de suas economias e com os fundos públicos sendo reduzidos, as estratégias para o capital se recompor produzem a perda destas conquistas, de forma paulatina e crescente, a partir dos cortes salariais e do chamado enxugamento dos serviços sociais, da privatização das empresas estatais, das demissões em massa etc., promovendo a precarização do trabalho, aumentando o desemprego e a pobreza” (Tiriba, 2001, p. 58).

Castel atribui às mudanças ocorridas no modelo de produção capitalista à “instituição do livre acesso ao trabalho” no século XVIII. De acordo com o autor, esse mecanismo de controle das massas é tão importante quanto às transformações que vem ocorrendo no bojo do sistema capitalista.

O princípio do livre acesso ao trabalho abre uma era turbulenta e de conflitos. A questão social²² - problemas sociais - é reformulada a partir de novos núcleos de instabilidade que são como a sombra do desenvolvimento econômico, entregue a si mesmo, o processo de industrialização engendra o monstro – o pauperismo (Castel, 1998, p. 277).

Como frisa, foi o com o advento da “condição salarial” que foi reintroduzida a “questão social” sobre bases absolutamente novas no início do século XIX e nos séculos que se seguiram “em um ambiente macroeconômico marcado pela hegemonia das políticas de corte neoliberal (...) com notório desemprego de massa e a precarização das relações de trabalho e emprego” (Bertucci e Ferreira, 2005, p. 8).

Para Carvalho (2008), os modelos de racionalização capitalista, taylorista e fordista começaram a dar sinais de esgotamento nos anos 1970. Nesse período, o papel do Estado era intervir no mercado para assegurar o padrão de produção e garantir a reprodução da força de trabalho para tal intento. O processo de globalização, a crise do Estado, a queda dos ganhos de produção, a flexibilidade do capital e a concorrência internacional foram fatores de promoção para a passagem do modelo fordista para o toyotista, porque havia a necessidade de adaptações às novas exigências do padrão acumulativo do capital. Nesse momento, no plano político, a tese do pensamento único instaura a lógica do Estado mínimo, de desregulamentação e privatização da esfera pública. A ascensão do neoliberalismo²³

²² Segundo Castel (1998, p. 282-306), a questão social surge como uma nova despesa porque os “novos pobres” agora estão implantados no coração da sociedade, formam a ponta da lança de seu aparelho produtivo. Será que uma sociedade pode ficar indiferente ao risco de sua fragmentação? A sociedade da primeira metade do século XIX não ficou. Vai mobilizar estratégias originais que exibem ostensivamente suas pretensões “sociais”. Pode-se então “fazer social” e avançar bastante nesse sentido, sem recorrer ao Estado para isso e até mesmo para, ao contrário, afastar sua intervenção (...). Uma resposta ao mesmo tempo política e não estatal à questão social é possível desde que seja possível instrumentalizar, a partir dessas noções, uma ordem de relações bastante forte para afastar o risco de dissociação que persegue a sociedade no início do século XIX. O “fazer social”, na perspectiva casteliana, significa “trabalhar sobre a miséria do mundo capitalista, isto é, sobre os efeitos perversos do desenvolvimento econômico. É tentar introduzir correções às contrafinalidades mais desumanas da organização da sociedade, porém sem tocar em sua estrutura” (Castel, 1998, p. 316).

²³ Modelo econômico que define o nosso tempo. Consiste em um conjunto de políticas e processos que permitem a um número relativamente pequeno de interesses particulares controlar a maior parte possível da vida social com o objetivo de maximizar seus benefícios individuais. Surgiu depois da Segunda Guerra Mundial na Europa e América do Norte (Estados Unidos e Canadá). Inicialmente associado a Reagan e Thatcher, o neoliberalismo é a principal tendência da política e das economias globais nas últimas duas décadas (McChesney, 2000, p. 7). No Brasil, o modelo neoliberal teve seu início como o Governo de Fernando Collor de Mello em 1989, seguindo-se

significou o desmonte do social. No Brasil as décadas de 1980 e 1990 são marcadas pela crise produzida pela globalização seletiva que se refletiu em todas as dimensões. O fenômeno da globalização e concomitantemente das políticas neoliberais trouxeram grandes consequências para o país, principalmente no tocante às mudanças no mercado de trabalho.

Antunes (2006) recorda que foram profundas as transformações ocorridas no capitalismo recente no Brasil, particularmente na década de 1990, quando, com o advento do receituário e da pragmática definidos no Consenso de Washington, desencadeou-se uma onda enorme de desregulações nas mais distintas esferas do mundo do trabalho.

De acordo com Pochmann (2006), no contexto do novo modelo econômico brasileiro de corte neoliberal, vive-se a mais grave crise de emprego de sua história, que envolve praticamente todos os segmentos sociais. Desse modo, o desemprego é uma realidade incontestável que nesse início de século XXI coloca o país entre o grupo com maior quantidade de desempregados no mundo. Ademais, conforme ressalta Pochmann, o desemprego deixou de ser um fenômeno relativamente homogêneo que atingia segmentos específicos do mercado de trabalho de baixa escolaridade como mulheres, negros, jovens sem qualificação e passou também às camadas de maior escolaridade, profissionais com experiências. Pode-se concluir, portanto, que não há mais estratos sociais imunes ao desemprego no Brasil.

Para Vasapollo (2006, p. 43):

Tudo isso se soma e não substitui às (sic) velhas formas de pobreza. Os dados oficiais continuam a assinalar que no Sul do mundo são mais de 100 milhões de crianças que vivem nas ruas, mais de 250 milhões de meninos que trabalham, mais de 300 milhões de meninos que são militares e mais de 1 milhão de mulheres jovens que são obrigadas a se prostituir. E esses dados não consideram o Sul profundo, onde qualquer estimativa é impossível. É suficiente lembrar apenas que 80% da população mundial vive no Terceiro Mundo e tem à sua disposição menos de 20% da riqueza mundial, e que, a cada ano, mais de 14 milhões de meninos morrem antes de chegar aos 15 anos. Para ter uma idéia do problema da pobreza, é suficiente pensar que, em 2001, mais de 1,2 bilhão de pessoas não dispunham sequer de um dólar por dia para satisfazer suas necessidades básicas (45% da população da África subsaariana, 40% da população da Ásia e 16% da população da América Latina vivem com menos de um dólar/dia).

Guimarães (2003) observa que as mudanças no mercado de trabalho no Brasil, sobretudo na década de 1990 com a globalização da economia e a reestruturação produtiva,

pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). O texto original do neoliberalismo encontra-se no livro *O caminho da servidão*, de Milton Friedman e Hayek, escrito em 1944.

somada à privatização das empresas públicas, representaram para os trabalhadores brasileiros, principalmente aqueles inseridos no mercado formal, uma dramática ruptura causadora do desemprego com índices jamais vistos na nossa história. A redução do emprego, aliada à diminuição das responsabilidades públicas do Estado no domínio dos serviços e direitos sociais, contribui diretamente para o aumento do número de pessoas que vivem em situações de extrema pobreza.

Numa perspectiva atual, Arruda (s/d, p. 9) acusa a existência de uma crise financeira provocada pelo sistema de capital globalizado que está abalando o mundo. Nesse sentido, a regra para busca de acumulação do lucro e do capital é expressa no lema “*lucrar sem produzir*”. Segundo o autor, essa é “a tônica da fase avançada do capitalismo mundial”.

Enquanto 850 milhões de seres humanos padecem e morrem de fome na Terra, outros ganham fortunas sem produzir, apenas especulando²⁴. Um sistema econômico que é irracional, ineficiente e imoral, do ponto de vista da maioria dos habitantes e dos ecossistemas do planeta. E que reproduz continuamente uma profunda divisão das sociedades e da espécie em classes sociais, que transcendem os territórios nacionais e se globalizam (...) Existe, sim, uma cultura da maximização dos lucros, mas existe o sistema de instituições e de relações sociais que lhe dá corpo! O coração e a ética do capitalismo é a busca de acumular lucro, dinheiro, capital, riqueza material. Vale quem tem capital. Portanto, o responsável de primeira e última instância pela crise financeira que está abalando o mundo é o sistema do capital globalizado: sua compulsão de crescer indefinidamente, seu modo de ‘desenvolvimento’ e ‘progresso’ reduzido a um padrão compulsivo de produção, de consumo e de exploração predatória dos ecossistemas, seu universo de valores – ganância, egoísmo, competição, e suas instituições de governança global, em particular o FMI, o Banco Mundial e a OMC – **Principais órgãos de defesa das idéias e práticas neoliberais** - grifo nosso (Arruda, s.d.²⁵, p. 8-9).

De acordo com Sen (2000, p. 9), estamos vivendo igualmente em um mundo de privações onde os conceitos de direitos humanos e liberdade política são partes do discurso prevalecente. Assim, descreve que “existem problemas novos convivendo com antigos a persistência da pobreza e de necessidades essenciais não satisfeitas (...) como ampla negligência no interesse de condição de agente das mulheres (...). Essas privações podem ser encontradas sob uma ou outra forma tanto em países ricos como em países pobres”.

²⁴ “Especular vem do latim *speculum*, espelho. É a produção de dinheiro a partir do dinheiro e não da produção de riqueza real. Por que fazer isto? Ganância. Sede de ganhar mais, de acumular dinheiro sem limites” (Arruda, s/d, p.9).

²⁵ Sem data.

A respeito do mal estar social destacado por Arruda (s/d) e Sen (2000), Singer (2006, p. 11) salienta que “é provável que o desemprego esteja contribuindo para o avultamento da pobreza”. O que observa são diversas atividades que desconectadas do grande capital monopolista passam a ser exercidas por pequenos empresários, trabalhadores autônomos, cooperativas de produção dentre outras atividades inseridas, sobretudo na informalidade.

Nesse sentido, apesar da crise apontada, o ser humano ainda tenta lutar, buscar saída, e junto aos seus pares construir alternativa. Assim, o que se tem presenciado nas últimas décadas nas sociedades capitalistas é uma reorganização e reestruturação no sentido de implementação de novas formas de racionalização do trabalho e da vida social. Nesse processo, “alguns encontram o crime como resposta, outros disputam pelas formas mais bárbaras de competição os restos deixados pelo mercado, enquanto que uma outra parte escolhe se unir pela solidariedade” (Ferreira e Bertucci, 2005, p. 11) via fator trabalho. Segundo Carvalho (2008), o processo de “desafiliação” dos trabalhadores e precarização do emprego no Brasil levaram à construção de zonas vulnerabilidade, com riscos à manutenção dos vínculos sociais. Contudo, impulsionou também as mudanças nas relações sociais, desdobrando-se em novas formas de sociabilidades.

Muitos autores como Antunes (2006), por exemplo, que se debruçou sobre os efeitos da crise sobre a classe que “vive-do-trabalho” reforça a idéia de que os empregos eliminados ao longo do processo de reestruturação produtiva e de crise econômica das últimas décadas do século XX e XXI dificilmente retornarão, a menos que ocorra um expressivo crescimento da atividade industrial e dos serviços. Por isso tem surgido com alguma expressão a idéia de que deve se buscar ocupação e não necessariamente emprego, trazendo à tona a discussão sobre alternativas de organização dos trabalhadores por uma via autônoma e solidária. Como explica Pires (2003, p. 6):

Para alguns autores, a saída para a atual crise da sociedade do trabalho está relacionada à dimensão que “a economia social”, “economia solidária” ou “terceiro setor” ou ainda “dádiva” ou paradigma do dom” passem a assumir na atualidade. As concepções em torno desses conceitos estão associados via de regra, à idéia de falência do Estado expressa na sua dupla crise: salarial e providencial (que desemboca numa terceira crise que é a crise de legitimidade), forjando a consciência de que o Estado não pode agir só no suprimento do emprego nem no atendimento das necessidades sociais crescentes (...) e que por outro lado, o mercado não vem se mostrando capaz de oferecer uma contrapartida como solução para as lacunas aí observadas.

De acordo Chaniel e Laville (2009, p. 21) “a cada ano, nascem e desenvolvem-se milhares de associações, nas quais se inventam novos lugares de definição e de exercício da cidadania, implantando-se redes de solidariedade e ajuda mútua às margens do Estado ou do Mercado”. Na seção seguinte trataremos desse assunto.

1.2.1. Exclusão Social e Redes de Solidariedade

É no cenário descrito anteriormente que a ideia de exclusão torna-se um lugar comum nas análises sobre os problemas sociais contemporâneos. Diversos estudos mostram que face às mudanças na sociedade e aos processos de exclusão social têm surgido novas redes de solidariedade que não só são perceptíveis no campo da Economia Solidária, mas também nas ações voluntárias empreendidas pelo Terceiro Setor. Assim, é mister que façamos uma breve discussão sobre o conceito de exclusão e sua correlação com as redes de solidariedade que emergem sobretudo em consequência dos impactos provocados pelo modelo de desenvolvimento hegemônico.

1.2.1.1. Exclusão social

A ideia de exclusão torna-se um lugar-comum nas análises sobre os problemas sociais contemporâneos. Estivill (2003), por exemplo, em sua obra *Panorama da luta contra a exclusão social: conceitos e estratégias*, inicia seu estudo sobre a temática considerando a sua gênese. Segundo o autor, o termo “exclusão social” tem origem na Europa, especificamente na França, com René Lenoir, em 1974. Foi nesse país que se deu o maior desenvolvimento e uso do conceito devido à incapacidade da sua “economia expansiva” em incluir determinados grupos, diminuídos físicos, psíquicos e sociais. A aplicação do conceito expandiu-se para a América Latina, África e Ásia e tem se tornado umas das chaves para compreender a situação econômica e social no mundo hoje. Não obstante, esse conceito apresenta diversas faces nos vários continentes e, dentro deles, nas regiões e países. Assim, a exclusão social:

Pode ser entendida com uma acumulação de processos confluentes com rupturas sucessivas que, despoletada no centro da economia, da política e da sociedade, vão afastando e inferiorizando as pessoas, grupos, comunidades e territórios em relação aos centros de poder, aos recursos e aos valores dominantes (Estivill, 2003, p. 20).

Na concepção de Estivill, a exclusão é multifacetada e se apresenta sob as dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais. Assim, dado o caráter pluridimensional da exclusão, “situações como insuficiência de rendimentos, habitações degradadas, baixa escolarização e qualificação profissional, emprego precário, problemas de saúde, ausência de direitos, etc., exigem ações que ataquem em todas estas frentes” (Estivill, 2003, p. 111).

Martins concorda com Estivill no que se refere à gênese da exclusão social, ao considerar que “o problema da exclusão nasce com a sociedade capitalista com o desenraizamento dos camponeses que eram trazidos para o Brasil quando expulsos de suas terras na Europa nas últimas décadas do século XIX” (Martins, 1997, p. 20). Ao contrário de Estivill, Martins prefere ter mais cautela com o uso do conceito de exclusão e nos chama a atenção para termos cuidado com o uso do termo, pois ele contém certa insuficiência na explicação da realidade. Conforme explica, numa perspectiva sociológica, a exclusão de fato não existe. O que há são formas precárias de inclusão ou “inclusão marginal”, porque todo processo de exclusão implica em outro de inclusão. Deve-se, portanto, ficar atento à dialética exclusão/inclusão e de que forma esta inclusão está sendo realizada, se realmente atende as expectativas dos que foram excluídos. Nas palavras do autor, “a sociedade capitalista *desenraiza, exclui, para incluir*, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica. O problema está justamente nessa inclusão” (Martins, 1997, p. 32).

Castel (1998) preferiu utilizar outros termos em vez de exclusão social. As denominações de “desafiliação”, “dissociação”, “invalidação social” etc. são alguns dos termos utilizados pelo autor para designar as populações que se encontram fora do jogo social. O perfil da população excluída dos benefícios do progresso são, segundo Castel, “os clientes potenciais do social-assistencial”. Castel entende que a crise das sociedades salariais, além do aumento da pobreza e do desemprego, produz uma profunda anomia social que diz respeito muito mais que simplesmente estar excluído, mas implica em perda de vínculos sociais básicos, seja na família ou da vizinhança. O autor define os conceitos de desafiliação como um duplo processo de desligamento, em termos de trabalho e de inserção relacional (Pinto, 2006).

Estivill (2003) reconhece que os tipos de exclusões causadas em épocas da Revolução Industrial não se extinguíram: o que aconteceu nos séculos que se seguiram foi o aparecimento de novas formas de exclusão social que se incorporaram às “velhas”. Por isso, o que caracteriza a exclusão são os “circuitos de privação e as desvantagens acumuladas” como, por exemplo:

as origens familiares, um nível de escolarização baixo, nulo ou deficiente, uma formação profissional escassa ou reduzida, a falta de trabalho, o trabalho precário ou sazonal, uma alimentação deficiente, vencimentos reduzidos, uma habitação inadequada ou em más condições e a falta de acesso a serviços públicos, entre outros, costumam ser os elementos mais evidentes destes circuitos empobrecedores (Estivill, 2003, p. 42).

É nesse sentido que o citado autor correlaciona exclusão social e pobreza como dois conceitos complementares, mas não equivalentes ou sinônimos, porque é “possível ser pobre e não excluído, o contrário, nem todos os excluídos são, pobres, embora (...) exista um vasto círculo onde coincidem os pobres e excluídos” (Estivill, 2003, p. 20). Para Estivill, há um consenso que a exclusão social tem aumentado no capitalismo contemporâneo. As análises de Cimadamore, Hartley e Siqueira (2006, p. 28) vão no mesmo sentido quando dizem que:

A experiência recente da América Latina mostra que a reestruturação econômica no contexto das reformas de cunho neoliberal tem sido ineficiente e ineficaz em sua tentativa de lidar, seja com a “velha pobreza” seja com a nova pobreza (...). A política social continua sendo uma prioridade gritante na maioria destes países (...) por apresentarem fatos inaceitáveis e as estatísticas da pobreza e de extrema pobreza (...), o que lança uma sombra sobre os discursos e as boas intenções declaradas, em nível nacional e internacional.

Singer (2006), ao refletir sobre as origens da exclusão social, salienta que nos países em desenvolvimento, como no caso do Brasil, por exemplo, existe uma forma de exclusão que é gritante: a exclusão econômica, essa forma é a mais ampla e perceptível nas vítimas, que na sua maioria estão excluídas de outras redes sociais. Nesse sentido, a exclusão econômica “gera um processo circular vicioso” (Menezes, 2007, p. 6). O resultado é a exclusão não apenas econômica, mas também social. Singer (2006) assevera que a exclusão econômica, por consequência, influi na geração da pobreza. Para exemplificar, diz que:

Os sem-teto são uma consequência da exclusão econômica ou aqueles que não conseguem recursos para alugar uma moradia acabam nas ruas, perdendo desse modo qualquer possibilidade de manter-se em contato com o mundo. Se alguém deixa de ter endereço, segue-se aí uma exclusão social total como consequência da desvinculação social (Singer, 2006, p. 63).

Araújo e Lima (2006), ao falarem sobre as raízes históricas da exclusão social brasileira, salientam que, no Brasil, a matriz geradora de iniquidades sociais é a questão distributiva. Nessa perspectiva, a raiz da questão social no Brasil está na arrancada industrial a

partir de 1930 e em estratégicos momentos de planejamento do desenvolvimento industrial brasileiro. O perfil das desigualdades no Brasil toma uma nova dimensão a partir da década de 1980 quando se esgota o ciclo de crescimento iniciado nos anos de 1930. Em 1980 tem-se um período de crise de estagnação e inflação em que o crescimento, nos termos em que se processava, não erradicava a pobreza e gerou elevado nível de desemprego e precarização das relações de trabalho. Nesse sentido, na visão dos autores, o termo “excluídos” não é mera retórica, crescem de fato os segmentos excluídos do processo de crescimento.

Os estudos de Oliveira (2005) mostram que a alta desigualdade distributiva é um dos traços mais característicos da situação social no Brasil. Alguns dados mais recentes pesquisados pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL, referentes ao ano de 2001, apontam que os 40% mais pobres recebiam 10,2% da renda, enquanto os 10% mais ricos ficavam com 46,8% da renda produzida no país. Conforme a autora, de toda a América Latina, o Brasil, seguido pela Bolívia, era o país com maior nível de concentração de renda em 2002.

É nesse contexto, que diferentes autores apontam para um novo paradigma que se delinea sob a égide da participação, da responsabilidade e da cooperação. Assim, a questão social passa a ser problema de todos. Governo, Mercado e sociedade devem dar a sua contribuição nas mazelas que afligem a humanidade. A pobreza, a miséria, a exclusão social devem incomodar toda a sociedade.

O sentido dessa tomada de consciência passaria pela promoção dos princípios da auto-organização, e da co-participação e da responsabilidade da sociedade civil face à “redução da esfera de atuação dos estados nacionais” (Matos, 2005, p. 17).

Em diversos fóruns mundiais discute-se a descentralização e o combate à pobreza por meio do fortalecimento dos poderes locais, sustentabilidade ambiental, expansão do emprego e inclusão, gestão participativa e co-gestão, parcerias público-privadas, ações afirmativas e cooperação interinstitucional envolvendo entidades governamentais e não-governamentais (Matos, 2005, p. 17).

Estas orientações responderiam às mudanças no processo de globalização em curso que tem submetido países a seguir um único caminho, qual seja o de homogeneizar as suas políticas econômicas e assim se sujeitarem à financeirização da economia mundial. Dessa forma, de acordo Matos (2005), o que subjaz no debate internacional é o discurso da

necessidade de se investir “em novas alternativas de desenvolvimento baseadas no poder local²⁶”. Como bem disse o autor:

O poder local não é solução para questões de competência nacional, embora não deva ser subestimado (...) as sucessivas crises que abateram sobre as economias desenvolvidas em fins de século XX, não obstante as orientações internacionais do FMI e do Banco Mundial - os senhores do mundo - a própria instabilidade do capitalismo global e os problemas do livre mercado sugerem novos caminhos a partir de reações concertadas da periferia do mundo atual. Nessa perspectiva convém não subestimar palavras de ordem como descentralização, liberdade e cidadania (...) democracia de base e solidariedade, defesa de reconstrução de identidades, sustentabilidade ambiental e gestão participativa (Matos, 2005, p. 19).

Estivill, em consonância com Matos (2005), compreende que não se pode negar “que a globalização econômica está a afetar a divisão internacional do trabalho, a circulação de capitais, bens e pessoas. Não só condiciona a capacidade de manobra dos Estados, como também incide nas condições de vida experimentadas em muitos territórios concretos” (Estivill, 2003, p. 51). O autor defende que o território é o lócus “onde se produz e manifesta a exclusão”, não obstante, também continua “sendo uma das dimensões chave para tentar conhecer e combater a exclusão” (Estivill, 2003, p. 52).

1.2.1.2. Redes de solidariedade

As redes de solidariedade se inscrevem nesse contexto de retorno de iniciativas tomadas na esfera privada para compensar o fracasso do Estado na manutenção da ordem pública (Montaño, 2002).

Matos e Braga (2005) atribuem ao conceito de redes “vários tipos de sistemas e de relações”. Segundo os autores, por meio de redes é possível que se tenha uma maior visibilidade das interações sociais que se complexificam cada vez mais no espaço urbano.

Com as redes aprimoram-se (sic) a visão dos desdobramentos espaciais causados por fenômenos políticos, sociais e econômicos, sejam os desencadeados pelas transformações estruturais dadas pela formação da sociedade urbano-industrial em várias partes do mundo, sejam aqueles associadas mais recentemente, às novas materialidades e virtualidades advindas de processos globalizadores de alargamento de contextos (Matos e Braga, 2005, p. 4).

²⁶ Ver mais sobre esse assunto em MATOS, Ralfo. Das grandes divisões do Brasil à idéia do urbano em rede triparte. Cap.I. In. MATOS, Ralfo (org.) **Espacialidade em Rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: C/ Arte, 2005.

Assim, é preciso tecer algumas observações sobre a teoria das redes no sentido da relação que se dá entre redes e poder. Sobre isso, Albagli (2004, p. 36) tem a dizer que “redes estabelecem ligações e conexidades, mas também exclusões e seletividade”. O fato de os membros estarem conectados entre si não é garantia de operação em rede. Olhando na ótica da inclusão social nem sempre que se tem uma rede vai se ter a garantia de fortalecimento emancipatório ou de empoderamento de atores dentro de um dado território.

Para efeito de representação gráfica, rede é um conjunto de pontos ou nós conectados entre si por segmentos-arcos (sic) que viabilizam o intercâmbio de fluxos, bens e pessoas, idéias ou informações entre diversos pontos (...). As redes podem ser abstratas (redes sociais, sistemas de relações que vinculam indivíduos ou grupos sociais entre si) ou concretas (redes de transporte e comunicação); podem ser visíveis (rodovias e ferrovias) ou invisíveis (redes de telecomunicações). As redes podem ser ainda formais/explicitas ou informais/ tácitas (Albagli, 2004, p. 35).

Matos e Braga (2005), ao utilizarem o conceito de redes geográficas, ressaltam que essas ao mesmo tempo em que são homogeneizadoras fragmentam e excluem. Com a expansão do capitalismo e a lógica do lucro e conseqüentemente com a distribuição desigual entre países e regiões, é evidente a presença variada de redes.

As redes geográficas ao caracterizar as novas formas de organização social e produtiva da modernidade contemporânea, marginalizam atores e distribuem novos poderes (...). Assim como os lugares não são iguais, as redes que nele se instalam são marcadas pela heterogeneidade, tanto na forma como na composição (...) (Matos e Braga, 2005, p. 111- 114).

Conforme Matos e Braga (2005), na atual conjuntura socioeconômica e política é possível a existência de diversos tipos de redes, como, por exemplo, as redes de Economia Solidária vistas na próxima seção.

Por redes de solidariedade entendemos uma multiplicidade de relações sociais que podem se apresentar de duas formas, tradicional e moderna, conforme aponta o estudo de Draibe (1989). A tradicional será composta por relações primárias com a família extensa, a comunidade local, a igreja e a filantropia e as associações corporativas etc. Na forma moderna, encontram-se organizações contemporâneas de associativismo e cooperativismo, envolvendo associações de bairros, de vizinhança, de comunidades, as Organizações Não-Governamentais - ONG's. “Todas estas formas (...) se articulam, tanto para a demanda, quanto para a distribuição e controle de bens e serviços sociais” (Draibe, 1989, p. 7).

Carvalho (1997), ao fazer um estudo sobre as redes de solidariedade tradicionais, salienta que elas são os braços solidários da própria comunidade e ao, mesmo tempo, o braço do Estado. Elas são representadas pela família, pela igreja, pela vizinhança no local. A razão de existência dessas redes é uma clientela ou minoria que depende de ações como as dos mutirões de autoconstrução, as diversas experiências de ajuda mútua, práticas comunitárias e de vizinhança (na guarda das crianças, no setor de alimentação, na coleta e processamento do lixo, etc.). As considerações feitas por Carvalho (1997) são pertinentes às questões desenvolvidas neste estudo. Em artigo que trata da *Reemergência das Redes de Solidariedade no Brasil na Formatação da Política Social Contemporânea*, a autora afirma que as redes de solidariedade primárias nunca foram descartadas, mesmo em tempos de globalização da economia, já que elas foram e ainda são, para as camadas populares, a condição de resistência e sobrevivência. Como exemplo, cita a “família alargada” composta por um “grupo de conterrâneos” que possibilita a maximização de rendimentos, apoios, afetos e relações que facilitem a obtenção de emprego, moradia, saúde, etc. Além das “microrredes” de solidariedades denominadas por Carvalho, outras formas de solidariedade no âmbito privado caminham *pari passu* com o Estado, ou melhor, muitas vezes caminham à frente como apontam os estudos.

Kanitz (2000), economista brasileiro, ressalta que o Terceiro Setor (nem Mercado, nem Estado) está na ordem do dia. Composto por ONG's, fundações, associações etc., o crescimento do segmento nos países da América Latina e no Brasil deve-se aos resultados das intensas crises do mundo moderno, crises que geraram a falência do Estado.

O segmento cresce na proporção direta de quatro crises recentes: a falência do Estado social, a crise do desenvolvimento, (com a paralização do crescimento aumenta a exclusão social), o fim do socialismo e desmoronamento do Leste Europeu, tido como esperança de justiça social. Tudo isso leva a degradação do ambiente, da segurança e da educação além do rebaixamento do sentimento de cidadania (Kanitz, 2000, p. 6).

Kanitz (2000) comenta ainda que a filantropia²⁷ na contemporaneidade se difere daquela descrita por Castel (1998) na Europa do século XIX. De acordo com Kanitz (2000), as agências que compõem o Terceiro Setor não se dispõem mais a distribuir sopa ou agasalho somente, mas tem a função de reintegrar drogado, alfabetizar adulto, dar empregabilidade, introduzir no mercado de trabalho dentre outras atividades.

²⁷ “Expressão das capacidades humanas de generosidade, compaixão, entrega, talento e esperança” (Rafael, 1997, p. 12).

Rafael (1997) entende que as milhares de ONG's que surgem organizam-se e fortalecem-se mediante redes temáticas e setoriais, tanto no âmbito nacional como internacional.

graves problemas sociais devem ser de responsabilidade de todos. Não haverá qualquer mudança significativa sem que a sociedade, com união de todos os seus segmentos, se dedique parte de seu tempo para a resolução dos problemas que não são apenas do governo e da classe política: o problema social deve ser resolvido pelos cidadãos, individualmente considerados, bem como pelas organizações da sociedade civil, vale dizer, todas as pessoas (Rafael, 1997, p. 15).

O enfoque neoliberal implícito nas análises de Rafael (1997) é corroborado por Montaño (2002) quando ressalta que o florescimento das práticas de solidarismo social e econômico aparece como um discurso de responsabilidade cidadã e de solidariedade utilizadas amplamente em contextos neoliberais e soam como uma interpelação aos indivíduos e grupos para a ação comunitária. Para Montaño (2002), a noção de solidariedade seria impulsora de uma nova cultura carregada de valores altruístas, colaboracionistas, onde trabalhadores e cidadãos em geral estariam percebendo a necessidade de ajuda ao próximo; estimularia a participação cidadã, cada qual se sentido responsável pela solução das próprias necessidades como do carecimento do seu vizinho e da sua comunidade. O autor chama a atenção para uma nova solidariedade em curso que está relacionada a ações implementadas pela sociedade civil em âmbito local. Dessa maneira, com a diminuição das respostas estatais às necessidades sociais, os laços de solidariedade entre os particulares tendem a aumentar, criando espaços de participação social. Segundo Montaño, existe um ocultamento no que ele chama de autorresponsabilização dos usuários particulares quando de refere ao projeto de solidariedade. Na verdade, o que se percebe nesse processo é a “des-responsabilização estatal (e do capital) com a resposta às seqüelas da questão social” (Montaño, 2002, p. 168).

No contexto das redes de solidariedade, a sociedade participa na questão social e, portanto, no complemento de ações públicas. Com o enfoque na análise do Terceiro Setor, Montaño (2002) denuncia que o segmento significa menos Estado e maior sociedade civil, ou seja, o projeto neoliberal transfere a ação social para a sociedade. Por isso “entendemos que o neoliberalismo ainda é hegemônico no campo da questão social” (Montaño, 2002, p. 11). O Terceiro Setor, para Montaño, teria a função de estimular os laços de solidariedade local e voluntária (no caso da Economia Solidária nos Bancos Comunitários, por exemplo). Montaño (2002) diz que, o que comumente vem sendo chamado de solidariedade no Terceiro Setor está relacionado a “uma forma de operacionalizá-la”.

O termo solidariedade pode definir um direito e/ou uma obrigação. Entendida como direito, a solidariedade é tida como uma opção: ser solidário remete aqui a uma ação voluntária, que exige valores individuais altruístas. Entretanto, a solidariedade considerada como uma obrigação refere a uma atividade compulsória, necessária, exigida por leis e operacionalizada por uma instituição geral: como no padrão fordista/keynesiano é o Estado (...). O que se esconde por trás deste desenvolvimento dos laços de solidariedade particulares, categoriais, voluntária, é tanto a recusa ao princípio da solidariedade baseada em direitos universais quanto à (sic) recusa da solidariedade de classe. O conceito de solidariedade empregado no debate hegemônico do Terceiro Setor baseia-se no voluntarismo, na doação. Elimina, portanto, o direito de receber assistência e serviços. Esta concepção de solidariedade é diferente daquela erguida no keynesianismo e, no Brasil, distinta daquela plasmada na intenção do constituinte, em 1988, que remete a lutas e conquistas de classes (Montaño, 2002, p. 166-167).

Em complemento, Rosanvallon (1997) destaca que o Estado não é hoje como o foi em tempos de Welfare State em alguns países centrais, o único agente de solidariedade. Em contexto de crise, a solidariedade não é somente estatal, mas passa a ser de múltiplos atores sociais que compõem a sociedade-providência que constituem, em comum, “braços de um Estado inadimplente com os empobrecidos e excluídos” (Carvalho, 1997).

Montaño (2002) diz que o Estado no Brasil nunca desenvolveu um bom e efetivo sistema de proteção social. O que tem-se presenciado é um processo de “passagem” da intervenção estatal para a intervenção comunitária na área social. Assim, a diminuição da ação estatal nas sequelas da “questão social” teria sido compensada pelo crescimento da intervenção da sociedade civil.

O que é “um recorte” de políticas sociais e assistência do Estado e uma redução relativa do seu gasto social passa a ser visto como uma “passagem” de um setor (o estatal, o “primeiro”) para outro (“o terceiro”, “a sociedade civil”). O que é uma perda – os direitos conquistados – passa a ser considerado com o aumento – da atividade civil (Montaño, 2002, p. 222).

De acordo com Montaño (2002), há estrategicamente no atual contexto duas modalidades de intervenção social, características do padrão neoliberal de resposta às demandas sociais. A primeira modalidade do tipo “solidariedade social” típica do (Welfare State) é aquela que intermediada pelo Estado tenta responder às demandas sociais. Por ser setorialista no “trato às refrações da questão social”, essa modalidade é constitutiva de direito de cidadania e de universalidade do serviço. A segunda forma de intervenção na questão social em tempos neoliberais se faz por meio da solidariedade local, que significa uma forma de descentralização e focalização das respostas na questão social. Nesse tipo de intervenção, a

responsabilidade passa a ser dos próprios portadores de necessidades, de seus pares e suas localidades em resposta às suas demandas.

Como destaque, entendemos que a Economia Solidária seria representativa da segunda modalidade de intervenção social. Diante dos impasses no mercado de trabalho, emerge no Brasil nas décadas de 1980 e 1990 diversas experiências de Economia Solidária apoiada muitas vezes pelo Terceiro Setor. Como iremos mostrar na próxima seção, a Economia Solidária na perspectiva de alguns autores surge no Brasil no espaço intermediário entre o Estado, Mercado e economia informal através das comunidades e redes que exercem um papel político e não só econômico (Oliveira, 2005).

1.3. Contexto e desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil

Dada a acentuada crise global já mencionada, o desenvolvimento econômico no Brasil gerou um paradoxo que consiste em não conseguir fazer acompanhar o crescimento econômico com crescimento da proteção social ou pelo menos desenvolver equivalente políticas sociais de forma compartilhada. A ideia de superação da crise, sobretudo do trabalho, está presente em autores que promulgam uma nova ética societária a partir de valores imateriais como solidariedade, bondade, participação, doação, criatividade capazes de exaltar o ser sobre o ter ou o *homo donator* sobre *homo oeconomicus* (Pires, 2003).

Singer (2003), um dos pioneiros na elaboração teórica da Economia Solidária, faz parte da linha argumentativa que associa a expansão da Economia Solidária no Brasil nos anos 1980 e 1990, com a grande crise do processo civilizatório de exclusão social. O autor entende que a Economia Solidária caminha *pari passu* com as mudanças do Estado e do sistema capitalista, por isso surge como o modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram marginalizados do mercado de trabalho. Como relata, no Brasil, o debate em torno da Economia Solidária é relativamente recente e tem se intensificado, sobretudo nas últimas décadas do século XX. Quanto à sua origem, pode ser associada ao quadro das condições sociais e políticas das últimas décadas e dos embates da sociedade civil frente à crise e ao desemprego estrutural²⁸.

²⁸ Aquele que a vaga do trabalhador foi substituída por máquinas ou processos produtivos mais modernos.

A economia solidária começou a ressurgir, no Brasil, de forma esparsa na década de 1980 e tomou impulso crescente a partir da segunda metade dos anos de 1990. Ela resulta de movimentos sociais que reagem à crise de desemprego em massa, que tem seu início em 1981 e agrava-se com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990 (Singer, 2003, p. 25).

Santos e Rodrigues (2005, p. 29) destacam que no campo de iniciativas de Economia Solidária se inscrevem um conjunto de experiências das mais variadas que incluem desde organizações econômicas populares constituídas pelos setores mais marginalizados na periferia até cooperativas prósperas no centro do sistema mundial como o caso exemplar do complexo cooperativo de Mondragón²⁹, na Espanha, em que predominam laços múltiplos de mútua dependência. Trata-se provavelmente do maior complexo cooperativo do mundo, que combina cooperativas de produção industrial e de serviços comerciais com um banco cooperativo, uma cooperativa de seguro social e uma universidade.

O que impulsiona essa tendência das pessoas se agregarem coletivamente em busca de objetivos comuns é o mesmo motivo que impulsiona o conjunto de fatores que produz a centralização dos capitais em empresas multinacionais e conglomerados: os ganhos em escala que permitem reduzir custos e necessidades de juntar recursos (Singer, 2005). Singer argumenta que a Economia Solidária cresce em função das crises sociais que a competição cega dos capitais privados ocasiona periodicamente em cada país. O autor a considera como um projeto que se manifesta em diversos países há mais de dois séculos e que cujos resultados históricos podem ser sintetizados da seguinte forma: homens e mulheres vitimados pelo capital organizam-se como produtores associados tendo em vista não só ganhar a vida, mas reintegrar-se à divisão social do trabalho; pequenos produtores de mercadorias, do campo e da cidade, se associam para comprar e vender em conjunto; assalariados se juntam para adquirir em conjunto bens e serviços de consumo, visando melhor qualidade de vida; pequenos produtores e assalariados se associam para reunir suas poupanças em fundos rotativos que lhes permitem obter empréstimos a juros baixos e eventualmente financiar empreendimentos solidários. As iniciativas destacadas por Singer são consideradas tipos de organização diferenciadas das tipicamente capitalistas por pertencerem àquelas pessoas excluídas da posse dos meios de produção e distribuição. “A extraordinária variedade

²⁹ O que torna Mondragón ainda mais notável é a aplicação coerente dos princípios do cooperativismo a todas estas sociedades: elas não empregam assalariados, a não ser em caráter excepcional e procuram aplicar a autogestão além de ter como objetivos centrais a manutenção do emprego dos trabalhadores e capitalização das empresas a partir das contribuições dos trabalhadores e não de investidores externos (Singer, 2002).

de organização que compõem o campo da Economia Solidária permite formular a hipótese de que ela poderá se estender a todos os campos de atividade econômica” (Singer, 2003, p. 23).

Nesse cenário, o território passa a ser alvo de uma série de experiências de desenvolvimento local e do florescimento de diversas formas de organização. As iniciativas das mais variadas nuances são exemplificadas nas cooperativas tradicionais ou autogestionárias, clubes de troca, associações de produção e comércio no campo e na cidade, crédito cooperativo, Bancos Comunitários, enfim, uma gama variada de formas de organização e ação social no âmbito do coletivo que se espalham no Brasil e em diversos países. “O nome genérico que damos a esta (...) forma de organização econômica é Economia Solidária” (Singer, 2006, p. 132), que têm a sua razão de existir no desmonte do Estado que se combina a uma reestruturação produtiva marcada pela desregulamentação dos mercados e, portanto, diferencia-se das formas tradicionais de iniciativa empresarial e produzem efeitos igualmente diferenciados sobre o conjunto da economia (Oliveira, 2005).

A maioria das experiências de Economia Solidária está vinculada a um quadro territorial específico de pertencimento, como um bairro ou uma região, sendo que o maior apoio a essas iniciativas provém de agências e instituições de fomento, como movimento sindical, universidades, entidades católicas e organizações do terceiro setor, além do apoio governamental que recentemente passa a se preocupar com políticas públicas para o segmento. O GRAF. 1 mostra o crescimento das práticas de Economia Solidária no Brasil no período mencionado por Singer.

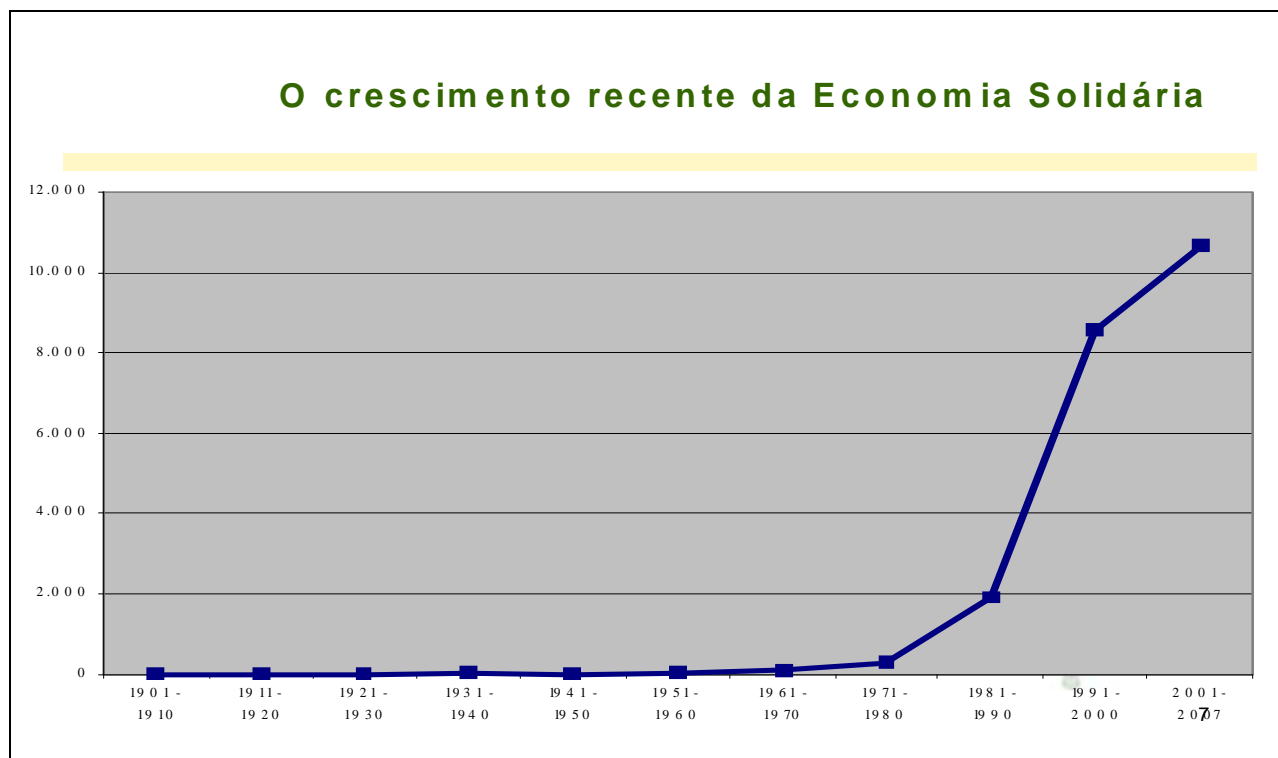


GRÁFICO 1- Crescimento recente da Economia Solidária no Brasil

Fonte: Grupo de Pesquisa em Economia Solidária da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Grupo Ecosol - UNISINOS 2008.

De acordo com Arroyo e Schuch (2006), para entender o processo recente de desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil é importante analisar as transformações socioeconômicas ocorridas durante as décadas de 1970-1990. A década de 1970, principalmente na segunda metade, é marcada pela transição do modelo keynesiano para o modelo econômico neoliberal e caracterizava-se pelo início de uma nova crise econômica mundial, com o aumento significativo do preço internacional do petróleo e de seus derivados. A década de 1980 é a década do novo liberalismo econômico, na qual se verifica o início de mudanças profundas nas estruturas econômicas e políticas de países em desenvolvimento, nos quais os termos economia de mercado, privatizações e investimentos estrangeiros passam a ser extremamente utilizados.

Bertucci e Silva (2004, p. 14) também acrescentam que:

La década de 1980 también fue marcada por la recesión económica acompañada de inflación descontrolada, lo que repercutió directamente en el mercado de trabajo, disminuyendo el crecimiento de los empleos formales y aumentando el número de trabajadores sin contrato de trabajo y de trabajadores pro cuenta propia. Fue en este contexto de quiebra del “milagro económico” y aumento de las crisis social que surgieron alternativas socio-económicas de producción, consumo, salud, etc. El apoyo y la diseminación de esas iniciativas fueron conducidos principalmente por entidades no gubernamentales, contando con la orientación y el apoyo de diferentes entidades internacionales (como organismos multilaterales como el Banco Mundial, el UNICEF y la FAO.). Poco a poco esas experiencias pavimentaron caminos e indicaron alternativas de política pública en este campo.

Na década de 1980, a Cáritas³⁰ financiou pequenos Projetos Alternativos Comunitários (PACs) a fim de gerar trabalho e renda de forma associada para moradores de periferias pobres das grandes cidades e da zona rural em vários locais do Brasil. Vários desses projetos se transformaram em unidades de Economia Solidária, tanto nas cidades, como no campo. Na área rural, houve o assentamento de milhares de famílias através dos projetos de reforma agrária e de pressão dos movimentos de trabalhadores sem-terra. Esses assentamentos, em sua maioria, adotam a forma de cooperativas autogestórias para promoção da agricultura.

No Norte de Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha, na década de 1990, encontramos evidências da gênese da Economia Solidária nos trabalhos da Professora Geralda Vânia Nogueira Fonte Boa Carneiro, da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, que publicou um artigo no livro *Trabalho, cultura e sociedade no norte de Minas*. Nesse estudo, a autora apresenta algumas reflexões sobre os Projetos Comunitários desenvolvidos pelo Fundo de ajuda ligado à Igreja Católica - FUNDAJU³¹ no Norte de Minas Gerais como resposta ao modelo de desenvolvimento implantado da região.

³⁰ Organização Não-Governamental da Igreja Católica criada no Brasil em 1956. Atua com projetos sociais junto às camadas mais pobres.

³¹ Tratava-se de Fundo da Cáritas na região, de ajuda aos pequenos produtores e trabalhadores desempregados. Recurso ligado a um projeto da Alemanha com o propósito de organizar grupos de trabalho com características dos empreendimentos da Economia Solidária. Em entrevista concedida para o presente estudo, a professora Edina Ramos, da Universidade Estadual de Montes Claros – MG, conta que desde 1986 ela vinha mantendo contato com esses grupos apoiados pela FUNDAJU. A professora salienta ainda que em nenhum momento utilizava-se o termo Economia Solidária ou Economia Popular Solidária, mas grupos de geração de trabalho e renda.

Com o processo de “modernização” implantado na região norte e nordeste a partir da década de 1960, observou-se um enorme contingente de famílias marginalizadas e expulsas da terra (...). A expansão capitalista, encaminhada, sobretudo pelas políticas de incentivo, subsídios e investimentos, acelerou a utilização do trabalho assalariado, provocou o rompimento com as bases de subsistência, desarticulou o antigo comércio regional e propiciou uma absorção da força de trabalho da região sob condições bastante precárias e desvantajosas (...). As grandes empresas chegaram transformando imagens tradicionais das regiões sejam no nível ambiental, sócio-econômico ou cultural. A nova imagem implantada possui faces bastante contraditórias. A face da produtividade e dos grandes empreendimentos por um lado, e a face da carência, da pobreza e da exclusão econômica, social e cultural, por outro (Carneiro, 1997, p. 17).

Segundo Gaiger (1996, p. 105), os projetos de apoio a miniprojetos desenvolvidos pela Igreja Católica há cerca de dez anos no norte de Minas Gerais traduzem uma preocupação das pastorais sociais com a situação de penúria e dependência dos pequenos agricultores e dos moradores das periferias urbanas. “Para combater tais iniquidades, decidiu-se fomentar iniciativas econômicas coletivas de pequeno porte, modestas, porém capazes de reativar os laços comunitários e estimular a participação e a iniciativa dos beneficiários”. Poderíamos a partir desse diagnóstico apontado por Carneiro (1997) e Gaiger (1996) inferir que a Economia Solidária no Norte de Minas Gerais teria a sua razão de existir nas “transformações causadas pela modernização do sertão”, cujas marcas hoje são “visíveis aos olhares mais desatentos” (Carneiro, 1997, p. 17).

Bertucci e Silva (2004, p. 15) entendem que as iniciativas dos PACs não são um iniciativa exclusiva da Cáritas e nem uma ação social da Igreja. “Estos hacen parte de un contexto más amplio de reorganización de la sociedad al inicio de los años 80, en la lucha contra el régimen militar, cuando se fortalecieron los movimientos populares como alternativas organizativas, valorizando los espacios de la vida cotidiana y de la política”. Como sinalizado por Bertucci e Silva, as manifestações da Economia Solidária são diversas, assim como as instâncias que estão ligadas entre ela. De modo geral, pode-se observar que o universo da Economia Solidária no Brasil é vasto e, de acordo com Singer, esse é um campo que

está aún em construcción, en el Brasil, por numerosas agencias de fomento, de las cuales se destaca Cáritas, al lado de la Asociación Nacional de Trabajadores em Empresas de Autogestión (ANTEAG), la Agencia de Desarrollo Solidário (ADS), el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin-Terra (MST), la Fundación Unitrabajo, la Red Universitária de Incubadoras de Cooperativas Populares, lá Fase, el Ibase, la PACs y otras (Singer, 2004c, p. 10).

A amplitude constatada na FIG.3 mostra como está estruturada a Economia Solidária hoje após ter sido institucionalizada recentemente como política de governo, sendo considerada como vertente fundamental de desenvolvimento.

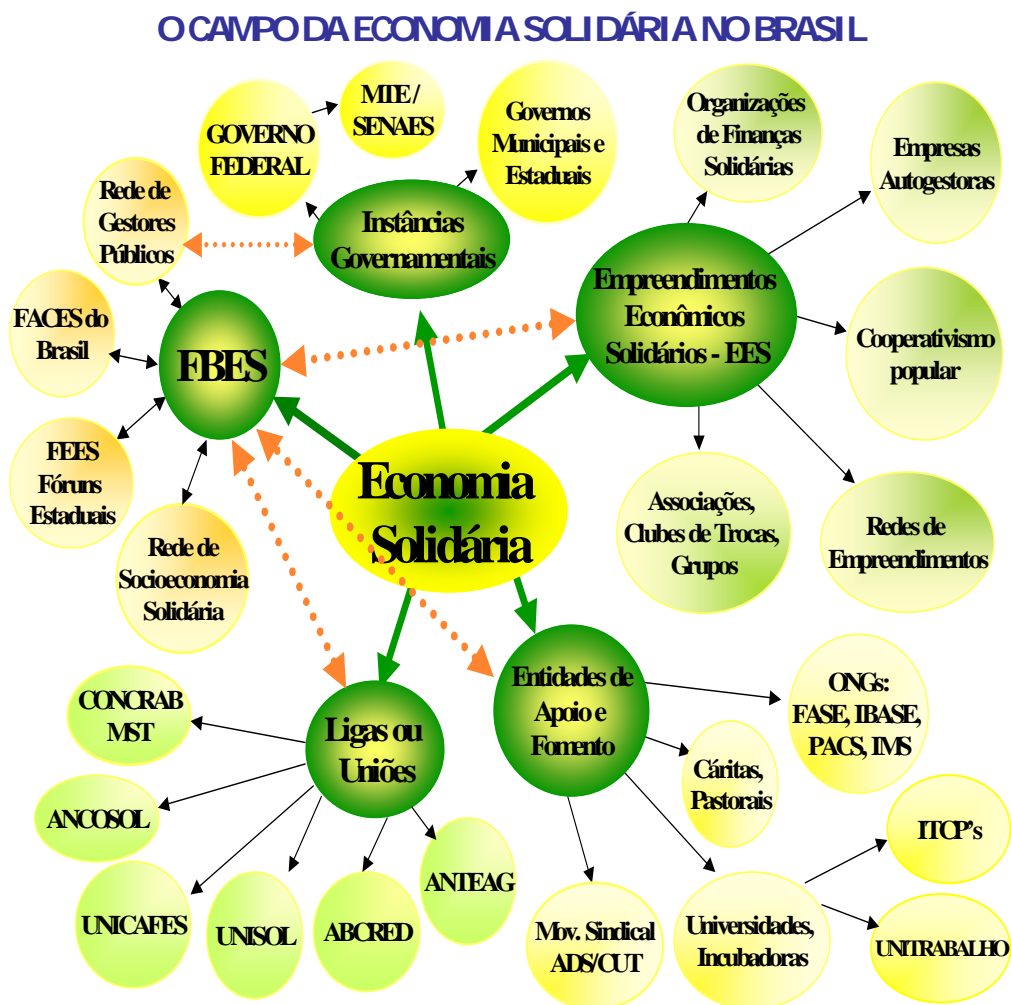


FIGURA 3 - O campo de atuação da Economia Solidária no Brasil
 Fonte: Grupo de Pesquisa em Economia Solidária da Universidade do Vale do Rio dos Sinos
 Grupo Ecosol - UNISINOS 2008.

A FIG. 3 é um desenho do campo da Economia Solidária no Brasil. Como percebemos, a Economia Solidária não é um universo separado do restante da sociedade, da cultura política, de seu contexto socioeconômico, das suas conquistas e contradições. Ela está em rede com diversos segmentos da sociedade e com o poder público, apresentando-se como movimento com diferentes racionalidades de interação social. As suas manifestações são diversas, assim como as instâncias que estão ligadas a ela. De modo geral, observa-se que o universo da Economia Solidária é vasto e, segundo Singer, esse é um campo que está em construção, por instâncias governamentais e não-governamentais.

Ao contrário segundo nossa interpretação, as experiências de economia solidária supõem uma articulação específica entre esferas econômica, social e política em razão dos diferentes registros de ação ou das diferentes lógicas que atravessam essas experiências. Trata-se, portanto, de uma forma de economia que ao invés de se constituir como setor à parte (terceiro setor), tem mais vocação, para interagir com as formas econômicas dominantes (Estado e Mercado), numa perspectiva de elaboração de arranjos particulares de princípios econômicos diversos (França Filho e Laville, 2004, p. 114).

Na análise dos autores citados, a economia não se resume ao mercado, mas supõe também a solidariedade, seja ela em termos de redistribuição ou de reciprocidade. Segundo suas hipóteses, a Economia Solidária admite uma pluralidade de princípios do comportamento econômico, pois a:

Economia plural nos permite dar conta de uma ampla dimensão da vida econômica, em especial aquela regida pela solidariedade, esquecida pela teoria econômica convencional ou neoclássica. Esta dimensão não pode ser desprezada, pois dela depende a sobrevivência de grande parte da população do mundo (França Filho e Laville (2004, p. 115).

Segundo Carvalho (2008, p. 109), uma das alternativas para a crise do trabalho parece ser uma possível rearticulação entre Estado, Mercado e sociedade civil, “na realidade vive se hoje uma crise de integração pelo trabalho e a Economia Solidária pode significar a perspectiva de ligar a questão do trabalho à coesão social e afirmar vínculos sociais relevantes para manutenção da vida social”.

O campo da Economia Solidária no Brasil pode ser inscrito no que França Filho e Laville (2004) chamam de *espaços públicos de proximidade* no global, onde parece se gestar uma nova articulação entre economia e política. Nesse campo, diversos atores sociais governamentais e não-governamentais insinuam sua relação com a Economia Solidária.

A dinâmica desse campo parece evoluir de formas de auto-organização sócio-econômica em direção às formas de auto-organização sociopolítica, o que nos leva a pensar tal campo também como um tipo de movimento social de natureza singular. Isto precisamente em função da característica dos atores que o compõe (França Filho, 2007, p. 6-7).

O movimento não se restringe aos “desafiliados” ou supranumerários da sociedade salarial na expressão casteliana (1998), mas envolve inúmeras entidades ou instâncias reivindicatórias como os fóruns estaduais e nacionais. A ação coletiva não se dá apenas em relação ao Mercado nas trocas de bens e serviços, mas também na arena política onde se dá a articulação da Economia Solidária com os diversos atores sociais. “É a partir

desses *espaços públicos de proximidade* que se têm uma rearticulação econômica, social e política na luta pela inclusão social” (Araújo e Rodrigues, 2008, p. 8). Não é o objetivo deste trabalho enumerar cada parceria e iniciativas do conjunto de atores engajados nas práticas de Economia Solidária, mas a discussão segue na proposta de uma abordagem geral do desenho dessa Economia.

Ao analisar o campo da Economia Solidária no Brasil mostrado na FIG. 3, França Filho (2007) distinguiu nesse universo quatro categorias de atores sociais ou instâncias organizativas envolvidas nas atividades que podem ser representadas (i) pelos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), núcleo fundamental de constituição do campo da Economia Solidária ou principal razão de existir do movimento; (ii) pelas organizações ou Entidades de Apoio e Fomento (EAF), representadas pela Cáritas, movimento sindical, universidades e ONGs que atuam no apoio e na formação dos grupos para o trabalho autogestionário; (iii) pelas formas de organização política ilustrada nas redes e fóruns de Economia Solidária a exemplo do Fórum Brasileiro de Economia Solidária; (iv) e, por fim, a quarta categoria é representada por uma espécie de nova institucionalidade pública de Estado, exemplificada na rede de gestores de políticas públicas de Economia Solidária, ou da própria Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, ou ainda, através de uma série de outras instâncias políticas de Estado, na maioria das vezes em forma de secretarias ou mesmo diretorias ou departamentos, que estão tentando construir políticas públicas de Economia Solidária em governos municipais ou estaduais.

Em face da sua importância, dentro do campo de atuação da Economia Solidária, cabe destacar neste estudo alguns aspectos em relação aos EES. Como ilustrado na FIG. 3, esse segmento apresenta distintas formas de organizações econômicas singulares que, de acordo com França Filho e Laville (2004), assumem diferentes configurações, desde aquelas que criam seu próprio circuito de produção e consumo alimentando cadeias produtivas autônomas (em alguns casos baseados em relações não-monetarizadas) até outras que empreendem relações mais permanentes com o Mercado e desenvolvem diferentes tipos de parcerias com poderes públicos. França Filho assim esclarece:

As organizações de primeiro nível ou empreendimentos econômicos solidários (EES) representam o núcleo fundamental de constituição do campo. Trata-se das formas, por excelência, de auto-organização sócio-econômica. Neste âmbito podem-se alinhar diferentes experiências (podendo ser vistas como categorias de EES), permitindo distinguir variadas práticas de economia solidária. Por exemplo, as finanças solidárias envolvem experiências de bancos populares, cooperativas de crédito e mais recentemente ganha força a noção de bancos comunitários. Existem ainda iniciativas que participam de uma categoria mais conhecida como comércio justo, assim como, existe o segmento do chamado cooperativismo popular, como expressão talvez majoritária em termos de quantidade no campo mais geral. Devem-se incluir ainda iniciativas como os clubes de troca, participando de uma categoria que poderíamos definir como economia sem dinheiro que são formas muito específicas de práticas de economia solidária. Em seguida, devem-se salientar as associações, que constroem redes de práticas. Um caso muito conhecido no Brasil, e talvez emblemático, é a associação de moradores do conjunto Palmeiras, em Fortaleza (CE), conhecido como o Banco Palmas. Ele consegue promover uma articulação entre diversas categorias de práticas de economia solidária, porque ali reúnem, ao mesmo tempo, finanças solidárias, comércio justo e cooperativismo popular (França Filho, 2007, p. 7-8).

Segundo França Filho (2007), os diversos ramos dos EES se encontram em subcampos da Economia Solidária, tais como as finanças solidárias, o comércio justo, as formas de economia sem dinheiro, o cooperativismo popular ou empresas autogeridas. Esse campo heterogêneo refletido nas diversas formas de atividades econômicas de auto-organização é considerado pela SENAES (2005) como organizações com finalidade de gerar trabalho e renda solidariamente.

Gaiger (2009) compreende os EES como diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação de trabalhadores, nas quais a cooperação funciona como esteio de sua eficiência e viabilidade. Sua presença tem se verificado em setores da produção, prestação de serviços, comercialização e crédito. Esses empreendimentos adotam, em proporção variável, arranjos coletivos na posse dos meios de produção, no processo de trabalho e na gestão do empreendimento. Mediante a socialização dos meios de produção e a autogestão, expressam uma inflexão da economia popular. Apresentam-se sob forma de grupos de produção, associações, cooperativas e empresas de autogestão, combinando suas atividades econômicas com ações de cunho educativo e cultural. Valorizam, assim, o sentido da comunidade de trabalho e o compromisso com a coletividade na qual se inserem. As práticas características de tais empreendimentos inscrevem-se em uma nova racionalidade produtiva, na qual o solidarismo converte-se em sustentáculo dos empreendimentos, ao gerar resultados materiais e ganhos extraeconômicos. Em sentido propriamente conceitual, segundo

o autor, o termo empreendimento econômico solidário foi introduzido pelas formulações de Luis Razeto (Chile) acerca das formas de economia popular.

França Filho (2007) assinala que além das diferenças em relação à atuação de cada EES, há que considerar um outro nível de análise que diz respeito ao grau de institucionalidade das iniciativas, sendo possível distinguir práticas mais consolidadas que envolva um número maior de pessoas com mobilidade de maiores recursos, com outras práticas de menor porte que estão na informalidade enfrentando grandes dificuldades de sustentabilidade e nível de renda gerado.

Para a SENAES (2005), a Economia Solidária corresponde a um conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito organizadas sob a forma de autogestão, isto é, pela propriedade coletiva dos meios de produção de bens ou prestação de serviços e pela participação democrática nas decisões dos membros da organização ou empreendimento. Como revelam alguns estudos, as práticas são realizadas há mais de trinta anos, contudo o movimento está organizado há pouco tempo, como confirmado pelos estudos de Barbosa. A autora defende que as experiências de Economia Solidária entram na agenda do Estado como parte de processo de ressignificação semântica, política, econômica e social do trabalho.

Nos anos 2000, o interesse pelo tema ampliou-se bastante por parte dos governos regionais de esquerda que apoiaram e fomentaram iniciativas econômicas dessa natureza. Com Luiz Inácio Lula da Silva na presidência da República, esse apoio à economia solidária ganha estatuto de política pública federal e ingressa no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego através da Secretária Nacional de Economia Solidária (Senaes) – Lei n.10.683 de 28 de maio de 2003; Decreto n. 4764 de 24 de junho de 2003. Ao mesmo tempo, cria-se, no âmbito da sociedade, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que articula as experiências de economia solidária no território nacional e passa a representá-las junto aos governos e fóruns internacionais (Barbosa, 2007, p. 22).

Barbosa (2007) destaca que, no Brasil, as experiências de trabalho associado em Economia Solidária e sua evolução³² parecem situar-se numa das veredas das mudanças societárias, quando o Estado se descompromete com a ainda incipiente perspectiva social de universalização de direitos entre eles, o trabalho assalariado ao mesmo tempo em que ensaia maior apoio a iniciativas de autoemprego. O estudo aborda a desocupação, a baixa qualidade

³² Segundo a SENAES, estima que até o ano de 2005 no Brasil existiam mais de 20.000 unidades produtivas que envolviam segmentos heterogêneos de trabalhadores, desde os extremamente vulnerabilizados, com baixa escolarização e que nunca fizeram parte do mercado de trabalho contratualmente formalizado até os trabalhadores ante assalariados, empurrados para relações de trabalho precarizadas via auto-emprego (Barbosa, 2007).

dos empregos e a desproteção social como fatores da crise capitalista que fizeram emergir práticas como as ações econômicas realizadas de forma solidária. Barbosa destaca ainda que a emergência da Economia Solidária no Brasil se deve ao desmonte do Estado que se combina a uma reestruturação produtiva marcada pela desregulamentação dos mercados.

Paranhos e Martins (2006) esclarecem também que, após a década de 1980, houve um robustecimento da sociedade civil e o surgimento de “redes e de parcerias público-privadas”. A razão desse processo se deve a dois fatores importantes na história do Brasil, um está relacionado ao “movimento de consolidação democrática”. Os dispositivos constitucionais trataram de garantir aos cidadãos o direito à participação. O outro fator está relacionado à emergência da sociedade civil. Os autores afirmam que a ascensão das políticas neoliberais, que defendem o Estado mínimo, incentivou a sociedade civil³³ a assumir o papel de executor das ações deixadas pelo Estado. Devemos acrescentar que nesse momento, os discursos dos governos neoliberais passam a ser articulados globalmente e controlados pelos grandes arquitetos das políticas econômicas por meio do chamado *consenso* [neoliberal] *de Washington*³⁴ que marca uma nova era imperial com rígidos programas de ajuste estrutural, ou “reformas de Estado”. O coquetel de recomendações³⁵ tem como alvo as sociedades mais vulneráveis ou periféricas (Mota, 2000; Montaña, 2002).

De acordo as análises de Oliveira (2005), o Brasil e demais países da América Latina foram signatários da implantação dessas diretrizes caracterizadas por um conjunto abrangente de regras de condicionalidades aplicadas de forma cada vez mais padronizada aos diversos países e regiões do mundo, para obter o apoio político e econômico dos governos centrais e dos organismos internacionais. Trata-se também de políticas macroeconômicas de estabilização acompanhadas de reformas estruturais liberalizantes.

Na contemporaneidade, e em tempos neoliberais, “a questão social” apontada por Castel (1998) como desagregadora da vida societal passa ser de responsabilidade de todos.

³³ Para Gohn (2005, p. 107), a sociedade civil é um termo construído historicamente e seu significado vem se transformando nos últimos anos. Tem como atores principais protagonistas como as ONGs, os movimentos sociais, as comissões, grupos e entidades de direitos humanos e de defesa dos excluídos por causas econômicas, de gênero, raça, etnia, religião, portadores de necessidades físicas especiais, associações e cooperativas autogestionárias de redes de economia popular solidária, inúmeras associações e entidades com perfis variados do Terceiro Setor, fóruns locais, regionais e internacionais de debates e lutas para o encaminhamento de questões sociais etc.

³⁴ “Conjunto de princípios orientados para o mercado, traçados pelos governos dos Estados Unidos e pelas instituições financeiras internacionais que ele mesmo controla e por eles mesmos implementados de forma diversa” (Mota, 2000, p. 29).

³⁵ As recomendações se concentram em dez áreas: 1. liberalização comercial, 2. privatização de estatais, 3. redução dos gastos públicos, 4. disciplina fiscal, 5. reforma tributária, 6. desregulamentação, 7. estímulo aos investimentos estrangeiros diretos, 8. juros de mercado, 9. câmbio de mercado, 10. direito à propriedade intelectual.

Palavras como solidariedade e co-participação tornaram-se senso comum passando a significar a disposição altruísta voluntária de um indivíduo, de grupos, de organizações ou empresas. Nesse contexto, a Economia Solidária é entendida como proposta de desenvolvimento ou de elevação das satisfações das necessidades humanas.

Como afirma Gohn, no neoliberalismo, o Estado não é o único agente de solidariedade social e não pretende sê-lo, pois:

Novíssimos atores sociais entraram em cena, como terceiro setor, e com ele novos tipos de ONGs e uma variada gama de entidades, fundações, associações etc., com uma variada gama de novas práticas sociais. Essas práticas constituem um tecido denso e diversificado que tencionam as velhas formas de fazer política e criam novas possibilidades concretas para o futuro, em termos de alternativas democráticas (...). Esses níveis se expressam em espaços públicos, consolidados em instituições que dão forma aos direitos humanos e ao exercício da participação cidadã, presentes nos conselhos, plenárias, fóruns e outras possíveis instituições a serem inventadas (...). Em suma, estamos vivendo um novo momento na trajetória do associativismo brasileiro. Os movimentos sociais voltaram a ter visibilidade e centralidade, como atores que pressionam por processos de mudança social (...). No país inteiro, de Norte a sul, de leste a oeste, surgiram comunidades organizadas em projetos sociais com crianças, jovens, adolescentes, mulheres, cooperativas de todos os tipos de produtos e serviços, todos atuando segundo a lógica do desenvolvimento sustentável, nos marcos de uma nova economia social, criando o “capital social” (Gohn, 2005, p. 108-113).

O culto à parceira e co-participação da sociedade tornaram-se nesse cenário uma bandeira de organismos multilaterais como das Organizações das Nações Unidas – ONU que estabeleceu as oito metas do milênio³⁶ (oito jeitos de mudar o mundo) para serem alcançadas até 2015. Dentre as metas, destaca-se a oitava cujo apelo se expressa no lema **Todo Mundo Trabalhando para o Desenvolvimento**. Nesse sentido, o movimento da Economia Solidária teria a sua função de contribuir com as metas do milênio e reforçar a coesão social mediante atividades econômicas colocando a solidariedade como base de sua ação. Por isso, o contexto de emergência da Economia Solidária enquanto movimento político e social.

Gohn (2005, p. 114) assinala que o social não é uma “engenharia de regras, totalmente orquestrada pelos desígnios dos políticos e programas estatais, sob a égide do neoliberalismo, mas de um processo eminentemente político, usualmente o resultado é um

³⁶ As oito metas do milênio traçadas pela ONU são: 1) Acabar com a fome 2) Educação básica de qualidade para todos 3) Igualdade entre os sexos e valorização da mulher 4) Reduzir a mortalidade infantil 5) Melhorar a saúde das gestantes 6) Combater a AIDS, a malária e outras doenças 7) Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente 8) **Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento**. Ianni (1997, p. 109) observa que a cidadania do cidadão do mundo está apenas em esboço, pensada, prometida, imaginada como declarações de intenções desde a Declaração Universal dos Direitos do Homem promulgada pela ONU em 1948.

cenário sociopolítico bastante tenso, cheio de conflitos e contradições”. Desse modo, “a sociedade civil reage, elabora saberes a partir de suas experiências. Cria resistências e alternativas”. Segundo a autora, “é isso que explica o fortalecimento e/ou o surgimento, nos anos 1990, de movimentos como dos indígenas e dos sem-terra, o desenvolvimento de uma rede de economia popular solidária, a constituição de inúmeros fóruns de defesa, debates e proposições”.

Esse cenário complexo é reparado por Boaventura de Sousa Santos (2005), ao dizer que a “globalização neoliberal” não é a única e que, de par com ela, e que por reação a ela, está emergindo uma outra globalização constituída pelas redes e alianças transfronteiriças entre movimentos, lutas e organizações locais ou nacionais que nos diferentes cantos do globo se mobilizam para lutar contra a exclusão social, a precarização do trabalho, o declínio das políticas públicas, a destruição do meio ambiente e da biodiversidade, o desemprego, as violações dos direitos humanos, as pandemias, os ódios interétnicos produzidos direta ou indiretamente pela globalização neoliberal.

Como titular da SENAES, Singer reconhece que o apoio de governos regionais e locais as iniciativas de Economia Solidária vem se registrando em vários países³⁷, e no Brasil isso se verifica, ainda que em medida modesta. Em Minas Gerais, por exemplo, cabe destacar a aprovação da Lei Estadual de nº 15.028, de 19/01/2004, que institui a política estadual de fomento à Economia Popular Solidária no Estado de Minas Gerais. A história da Economia Solidária em Minas Gerais destaca-se a partir de 1995/96, com a estruturação do fórum de entidades de geração de trabalho e renda, envolvendo entidades da sociedade civil como ONGs, movimentos, grupos de produção e outros. Nesse sentido, o Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária em 2002 resultou da mobilização de grupos de estudo, encontros, cursos, oficinas, intercâmbios, políticas de desenvolvimento socioeconômicas, projeto de lei, feiras estaduais de reforma agrária, banco do povo, programas de geração de trabalho e renda, feira de artesanato e outras.

Ao fazer um estudo da Economia Solidária em Minas Gerais, em especial em Belo Horizonte, Bertucci e Ferreira (2005, p. 17) destacam que:

³⁷ “Enquanto política pública, a economia solidária é definida pelos contextos históricos de sua emergência. No caso europeu, pode ser entendida como uma busca de reconfiguração do papel do Estado (poder público) para garantir coesão e proteção social baseadas em novas formas de solidariedade, em frente à crise da sociedade salarial e às metamorfoses atuais da questão social. No caso latino-americano, a economia solidária resulta da crise do modelo neoliberal que orientou a ação governamental na década de 1990, constituindo-se, ao mesmo tempo, em alternativa crítica a esse mesmo modelo” (Schiochet, 2009, p. 268).

O Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária (FMEPS) realizou em junho de 2003, na Praça da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, a 1ª Feira Solidária e o 1º Ciclo de Debates. Esse tipo de evento, de nível Estadual, visa o fortalecimento das organizações autogestionárias que desenvolvem experiências alternativas em todas as regiões do estado. Além da exposição e comercialização dos produtos e serviços de cooperativas, associações e empreendimentos autogestionários de agroecologia, da agricultura familiar, de artesanato, do ramo metalúrgico, de confecção, etc., ocorreram debates e oficinas acerca de questões que formam o quadro atual da Economia Solidária em Minas Gerais.

Em Montes Claros-MG também foi aprovada recentemente mais uma lei de fomento a Economia Solidária, elaborada em parceria com Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Montes Claros (ITCP/UNIMONTES) e Secretária de Políticas Sociais do Município de Montes Claros. Aprovada em 16 de julho de 2008, a Lei nº 3.977 dispõe sobre a política municipal de fomento à Economia Popular Solidária e o fundo municipal de Economia Solidária no Município. Nesse contexto, cabe destacar a importante atuação da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES na Economia Solidária por meio da experiência da ITCP recentemente implantada na região.

Em artigo intitulado *O Papel da Universidade na Economia Solidária: Desafios e Possibilidades*, Araújo (2008c) ressalta que as ITCPs nascem como projeto de extensão universitária e tem sido uma das alternativas criadas pelas universidades brasileiras³⁸ para fomentarem o desenvolvimento local. Segundo a autora, a criação (em 2007) da ITCP/UNIMONTES está associada com a necessidade de apoiar as emergentes práticas da Economia Solidária existentes no Norte de Minas. A Professora Edina Souza Ramos, coordenadora da ITCP, conta como se deu o surgimento da Incubadora:

³⁸ Diante do atual cenário brasileiro, é crescente a proliferação de Incubadoras Universitárias que atendem uma demanda crescente de trabalhadores que buscam formar, pela via do coletivo, Empreendimentos Econômicos Solidários. Hoje, mais de 60 universidades brasileiras possuem projetos de Incubadoras. Em Minas Gerais, ganham destaque as universidades Federais de Juiz de Fora, São João Del Rei e Viçosa, que apoiam as iniciativas de Economia Solidária através das ITCPs (Araújo, 2008c).

A idéia do projeto surge da necessidade de aproximar cada vez mais a Unimontes com o movimento de Economia Popular Solidária na região. Desde 2004, o Departamento de Ciências Sociais, através de disciplinas optativas, vem incluindo no conteúdo de formação dos futuros sociólogos as temáticas do Cooperativismo, da Economia Popular Solidária e do trabalho Comunitário. Em 2005, iniciamos uma articulação com os grupos comunitários dos bairros: Major Prates, Vila Sion, Village do Lago, Maracanã, Alto São João, dentre outros e entidades de apoio que praticam a Economia Popular Solidária, tais como: Pastoral da Criança, Programa de Apoio a Criança - PAC/Visão Mundial, Centro de Agricultura Alternativa-CAA, Casa de Pastoral, MST, Cáritas, Grupos de saúde alternativa, entre outros, através da realização de um encontro sobre Economia Popular Solidária, no próprio espaço da Unimontes. Neste encontro foi lançada a idéia de criação do Centro de apoio à Economia Popular Solidária de Montes Claros. Mantivemos um contato constante com estas entidades e grupos, através de reuniões e debates, no processo de construção do Centro de Apoio, fundado em 19 de maio de 2007. A ITCP/ Unimontes, é resultado desta demanda de uma contribuição mais efetiva da Universidade na construção e desenvolvimento de alternativas econômicas e sociais que promova a inclusão de trabalhadores desempregados ou em trabalhos precários (Araújo, 2008c, p. 11).

Dessa forma, o envolvimento da ITCP/UNIMONTES dá-se entre movimentos de Economia Popular Solidária, ONGs e Poder Público, uma articulação ampliada no âmbito estadual com o Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária. No âmbito nacional, a ITCP/Unimontes está articulada com a Rede Brasileira de Incubadoras Universitárias e com o Fórum Brasileiro de Economia Popular Solidária. No âmbito internacional, está prestes a formalizar um acordo de cooperação mútua com o Centro de Investigação Psicológica e Sociológica de Cuba (Araújo, 2008c).

Segundo Singer, o desenvolvimento da Economia Solidária e sua integração podem também se dar de baixo para cima (como no caso dos Bancos Comunitários) por iniciativas das próprias empresas ou instituições de apoio, sem interferência direta de autoridades governamentais.

De acordo com França Filho e Laville (2004), o que tem contribuído para a consolidação e o estreitamento de laços entre as diversas modalidades de Economia Solidária são os espaços de encontros, onde se passa a conhecer e estabelecer contatos regulares. Esses espaços, ou portos, são os fóruns de Economia Solidária incluindo o Fórum Social Mundial³⁹. É a partir desses *espaços públicos de proximidade* que se tem uma rearticulação econômica, social e política na luta pela inclusão social. Nesse sentido, a ação coletiva não se dá apenas

³⁹ Evento de âmbito mundial organizado por movimentos sociais com o objetivo de celebrar a diversidade, discutir temas relevantes e buscar alternativas para as questões sociais.

em relação ao mercado nas trocas de bens serviços, mas também na arena política onde se dá a articulação em rede da Economia Solidária com os diversos atores sociais.

Rifkim constata que:

Neste século, o setor de mercado e o setor público desempenharão (já desempenham - grifo nosso) um papel cada vez mais reduzido na vida cotidiana dos seres humanos em todo mundo. “O vácuo do poder” provavelmente está sendo preenchido por uma participação cada vez maior do Terceiro Setor (nem Estado nem Mercado). Isso não quer dizer que o primeiro e segundo setores irão desaparecer, mas que seu relacionamento com as massas necessitadas provavelmente mudará de forma significativa (Rifkim, 1995, p. 272).

Rifkim ressalta ainda que os assuntos comunitários, nesse sentido, tendem a ser assumidos pelas próprias comunidades locais mediante iniciativas de voluntários e profissionais do Terceiro Setor contando com subsídios públicos. A globalização do setor de mercado e a diminuição do papel do setor governamental significarão que as pessoas são forçadas a se organizarem em comunidades de interesses para garantirem seu próprio futuro.

Depreende-se desse movimento que a Economia Solidária é vista como um complemento da ação estatal. A concepção de solidariedade nesse sentido aparece afirmada como uma ação voluntária das pessoas e projeta-se sobre um espaço público em relação à problemática de geração de trabalho e renda (o que pode ser visto como um problema público). Os grupos organizados desenvolvem uma dinâmica comunitária na elaboração das atividades econômicas, porém com vistas ao enfrentamento de problemas públicos mais gerais, que podem estar situados no âmbito da educação, cultura, meio ambiente, do emprego, etc. Com isso, estamos sugerindo a ideia de que a Economia Solidária tem por vocação combinar uma dimensão comunitária (mais tradicional) com uma dimensão pública (mais moderna) na sua ação. Isto é particularmente evidente nos casos em que a ação associativa, fortemente baseada em vínculos comunitários, ataca a resolução de problemas públicos concretos ligados às condições de vida das pessoas no contexto de um bairro, por exemplo.

Conforme França Filho e Laville (2004, p. 18), “a idéia de solidariedade passa a ser vista não apenas como a redistribuição vertical do Estado, mas também como o laço social voluntário e horizontal de cidadãos que se juntam para trabalharem a economia”.

Singer (2003) afirma que é possível uma Economia Solidária à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista, fazendo uso da prática da solidariedade em lugar da competição. Ao contrário de Singer, Montañó (2002) é cético quanto à Economia Solidária representar uma solução não-capitalista para os problemas da exclusão social. Para o

referido autor, a hegemonia do capital permitiria certas iniciativas somente num mercado de pouca representatividade e de reduzido lucro, dessa forma, as estratégias de Economia Solidária ficariam sempre nas franjas do sistema, representando, portanto muito mais alternativa de sobrevivência do que de desenvolvimento. Segundo Montaña, “o novo canto da sereia” tem encantado àqueles que acreditam que com um terceiro setor e com um setor econômico solidário venha a promessa de dar emprego aos excluídos do mercado formal de trabalho. “O que está subjacente nesse discurso da solidariedade é observado em governos neoliberais cuja pretensa é acalmar os conflitos sociais para que os mercados recuperem a sua supremacia mansamente” (Montaña, 2002, p. 30).

Estivill (2003), assim como Kliskberg (2001), Boaventura de Sousa Santos (2005) e Singer (2003), apostam na conjugação de múltiplos atores que desenvolvam ações em rede contra a pobreza e a exclusão tão necessárias e urgentes. Os atores socioeconômicos, como são chamados por Estivill (2003), representam na atual conjuntura dos países da América Latina, Ásia e África uma importante via de intervenção social no combate à exclusão social, à pobreza e às desigualdades.

Na opinião de Balsa (2006), os mecanismos de funcionamento entre Estado e Mercado produzem efeitos sobre o modo como os indivíduos reagem através da mobilização de recursos disponíveis ou criados para resolução dos seus problemas tendo em vista a repartição desigual dos frutos do crescimento. Segundo o autor, há uma tendência crescente da responsabilização dos indivíduos na questão social.

Hinkelammert e Jiménez também observam que:

A opção pela vida humana ameaçada requer uma nova solidariedade, aquela que reconhece ser a opção pela vida do outro, a opção pela própria vida. O outro está em mim, e eu estou no outro. Em nome desse sujeito, toda lei absoluta, e especialmente a lei do mercado, deve ser relativizada com relação à possibilidade de viver. Essa lei pode ser válida apenas enquanto se respeite à (sic) vida, não sendo legítima se exigir a morte ou conduzir a ela, ao sacrifício de vidas, ao cálculo de vidas (Hinkelammert e Jiménez, 2009, p. 143).

Nessa mesma perspectiva, Soulet (2006, p. 81) vem acrescentar que essa “nova relação entre indivíduos e sociedade (...) não seria mais instalado de cima para baixo, mas construído de baixo, a partir das interações entre os indivíduos” ou, como afirmam França Filho e Silva Júnior (2009), a partir da mobilização endógena do território e do desejo intrínseco da comunidade ainda que exista uma motivação e processos de excitação por

agentes externos. É a partir do desejo da comunidade que se inicia o processo de implantação da Economia Solidária.

(...) Noutras palavras, os nós convocados cedem lugar aos nós constituídos (...). As normas sociais não caracterizam mais um conteúdo imposto de cima. A verticalidade institucional é substituída por acordos localizados, nascidos a partir da interação entre indivíduos (...). O controle social não é mais tanto a emanção de uma instância superior, que tome ela a forma de tradição ou lei, mas resultante de um processo horizontal de validação mútua e de aprovação recíproca das condutas travadas como referências mobilizadas (...) (Soulet, 2006, p. 81).

Vista aos olhos de Soulet (2006) a Economia Solidária, da forma estruturada no Brasil, poderia ser descrita como um novo modelo sociocultural cujas características parece qualificar uma sociedade associacionista constitutiva de indivíduos individualizados. Boaventura de Sousa Santos (2005) percebe que esse movimento da Economia Solidária faz parte de um desenvolvimento alternativo⁴⁰ ou globalização alternativa ou em curso, organizada da base para o topo das sociedades, constituída por movimentos, lutas e organizações locais ou nacionais nos diferentes cantos do globo que se mobilizam para lutar contra a pobreza e a exclusão social, a precarização do trabalho, o declínio das políticas públicas, a destruição do meio ambiente, o desemprego, as violações dos direitos humanos produzidos direta ou indiretamente pela globalização neoliberal. Contudo, Santos (2005) propõe uma reinvenção dessas formas alternativas econômicas, para que de fato elas sejam alternativas perante os efeitos excludentes do capitalismo. O que significa formas de vida mais justa e emancipada.

1.3.1. Origem e base conceitual

A história da Economia Solidária entendida enquanto modelo teórico tem mais de dois séculos e tem suas raízes no contexto europeu, sobretudo francês. “A proposta de uma economia fundada na solidariedade, na partilha social da riqueza, do poder e do saber, emerge no meio do século 19, a partir das próprias contradições do capitalismo industrial” (Arruda, 2003, p. 234).

⁴⁰ A teoria do desenvolvimento alternativo tem origens nos anos 1970 pela fundação sueca Dag Hammarskjöld. É uma das principais fontes de crítica a globalização neoliberal. O desenvolvimento alternativo inspira-se nos valores de igualdade e cidadania, isto é na inclusão plena dos setores marginalizados na produção e no usufruto dos resultados do desenvolvimento (Santos, 2005).

Singer (2002) recorda que a Economia Solidária de alguma forma era vista como sinônimo de cooperativismo pelas primeiras cooperativas que surgiram na Europa do século XIX durante décadas na França e Inglaterra em decorrência dos processos contraditórios do sistema capitalista advindos da precarização do trabalho e do não-trabalho que se alastrava pela Europa e pelo resto do mundo. A questão social (desemprego, precarização do trabalho, violência, desagregação familiar, exclusão social), vista por Castel (1998) como desagregadora da vida societal, levou o movimento de operários e agricultores no século XIX na Europa a se unir para tentar mostrar que poderiam existir princípios múltiplos capazes de organizar a produção, a exemplo da solidariedade. Nesse sentido, foram organizadas diversas sociedades com características de cooperativas. Esses movimentos de cooperação foram conduzidos segundo Arruda por:

Diversos autores e lutadores sociais como Etienne Cabet, Louis Blanc, Pierre Leroux, H. Desroche e C. Gide. Outra raiz histórica é a tradição nascida com os pioneiros do cooperativismo em Rochdale, Inglaterra, assim como as diferentes correntes do socialismo, em particular os chamados utópicos⁴¹ (Fourier, Saint-Simon, Robert Owen, Proudhon) mas também Karl Marx, Antônio Gramsci, Landauer, Martin Buber, Jaroslav Vanek. A práxis da economia solidária que se constrói hoje deve muito a essas tradições e enfrenta o desafio de estudá-las a fundo, para aprender dos seus acertos e erros e ultrapassar suas condições e limites (Arruda, 2003, p. 232).

Conforme Singer (2002), as propostas defendidas por esses autores eram baseadas na ideias de ajuda mútua, igualdade, associativismo e autogestão. Considerados por muitos como precursores do cooperativismo, esses pensadores estudaram formas de organização das civilizações antigas e descobriram a cooperação⁴² como instrumento de organização social.

⁴¹ Precursores e idealizadores de processos econômicos como resultados de articulação solidária. Foram chamados de socialistas utópicos por Karl Marx porque elaboraram modelos de sociedades mutualista cooperativa e solidária, porém não apresentaram uma formulação objetiva de como transformar a sociedade da época. Embora eles tenham fracassado, a Economia Solidária deve muito às contribuições teóricas desses autores que acabaram por inspirar formas mais locais e modestas de solidariedade econômica. Entre elas, é necessário mencionar as cooperativas de trabalho nascidas na França sob a impulsão de Buchez (1864), as cooperativas de Rochdale na Inglaterra (1844) e as cooperativas de créditos rural e urbana na Alemanha (1864) de criação de Raiffessen e Delitzsch respectivamente. Uma das cooperativas mais importantes do período foi a *Rochdale Society of Equitable Pioneers*, cooperativa de consumo fundada em 1844, no norte da Inglaterra por vinte e oito operários que se encontravam desempregados devido às consequências trazidas pela Revolução Industrial. Outras cooperativas foram criadas antes dela não só na Inglaterra, como em outros países, mas essa foi a primeira a formular princípios de igualdade e democracia como síntese entre associação e empresa. Esses princípios até hoje inspiram o cooperativismo mundialmente (Schneider, 1991). Ver detalhamento sobre as diversas cooperativas em SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

⁴² O termo cooperar vem do latim *cum operari*, que significa “trabalhar com ou fazer com”. O dicionário de ciências sociais, da Fundação Getúlio Vargas, define cooperação como uma ação de indivíduos ou grupos que visam a realização de metas desejadas por todos os interessados. Cooperação, assim, é todo ato coletivo (que envolve mais de uma pessoa) e organizado com vistas à realização de objetivos comuns (Barreto, 2003).

Com isto começaram a divulgar ideias e experiências destinadas a modificar o comportamento do homem com o propósito de construir uma “sociedade harmoniosa, mais ou menos igualitária, em todo caso distante das desigualdades geradas pelo mercado” (Demoustier, 2001, p. 16).

Quando discorre sobre as bases ideológicas da Economia Solidária, Singer (2003) ressalta que a mesma não é criação intelectual de uma ou de outra pessoa, embora segundo ele, os grandes socialistas denominados utópicos da primeira metade do século XIX tenham dado as suas contribuições acerca de seu desenvolvimento. Contudo, a Economia Solidária, vista por Singer (2003), é um processo contínuo de luta de trabalhadores contra o capitalismo, por isso parte do pressuposto que ela nasceu no bojo do sistema capitalista e caminha como uma sombra em toda sua evolução. O autor entende que a Economia Solidária surge como o modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram marginalizados do mercado de trabalho. Assevera ainda que a maior expressão das iniciativas de Economia Solidária foi o cooperativismo autogestiniário, nascido na Europa do século XIX como forma de amenizar os traumas sociais que assolavam a classe de trabalhadores, com as transformações trazidas pela Revolução Industrial. Assim ilustra:

A economia solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão “desregulamentada” das máquinas-ferramenta e do motor a vapor no início do século XIX. As cooperativas eram tentativas por parte de trabalhadores de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. Sua estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizados na ideologia do socialismo (Singer, 2005, p. 84).

Singer (2002) denomina o período descrito de momento histórico da Economia Solidária que tem sua fase inicial no cooperativismo revolucionário “o qual jamais se repetiu de forma nítida”. Para uma análise de um contexto atual, conforme França Filho e Laville (2004), o universo da Economia Solidária tem se complexificado ao longo dos últimos anos com a diversidade de arranjos organizativos. Pode-se encontrar a sua tradição histórica no cooperativismo do século XIX, todavia ela não se restringe somente a essa prática, embora conforme Singer (2002), essa seja a sua forma principal, não obstante o campo de atuação da Economia Solidária, como visto, abrange outras formas de organização econômica como as dos Bancos Comunitários, por exemplo.

Segundo Pires (2003), o tema da solidariedade é retomado nas últimas décadas por diversos autores, todos preocupados com a crise da sociedade do trabalho, suas

consequências e o crescimento da exclusão social. Quanto às origens do conceito de Economia Solidária, o termo vai ser elaborado na França no início da década de 1990 em decorrência das pesquisas desenvolvidas no *Crida* em Paris (*Centre de Recherche et d'Information sur la Democratie et l'Autonomie*), sob a coordenação de Jean-Louis Laville, francês que há muitos anos tem se dedicado ao tema na Europa visando dar conta da emergência e do desenvolvimento da proliferação de iniciativas e práticas diversas, as chamadas iniciativas locais (França Filho e Laville, 2004).

Conforme Laville e Gaiger (2009, p.162), o conceito de Economia Solidária é “amplamente utilizado em vários continentes, com acepções variadas que giram ao redor da idéia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado”.

Arroyo e Schuch (2006, p. 61) entendem que a solidariedade na Economia “remete a ajuda mútua, a solução dos problemas individuais passando pela solução dos problemas coletivos”.

Conforme Singer (2003), a solidariedade na economia, é vista como alternativa de distribuição de renda e de desenvolvimento social através das ações locais. O conceito de Economia Solidária, no seu entendimento, refere-se ao conjunto de atividades em que os trabalhadores se organizam sob a forma coletiva e de autogestão para realizarem atividades de produção de bens e de serviços, crédito e finanças, trocas, comércio e consumo. Uma especificidade desse setor solidário da economia é que os atores envolvidos no processo associativo buscam um trabalho de forma participativa e solidária. Os partícipes seguem trocando bens materiais e imateriais por meio de relações de doação, cooperação e reciprocidade. Estas características, segundo Razeto (1991), são uma especificidade do setor solidário da economia.

Para um entendimento do princípio da solidariedade expressa no conceito de Economia Solidária, Arruda ressalta sobre a gênese do genuíno conceito de economia, cujo sentido em comento nasce da cultura da Grécia clássica, mas que, ao longo dos tempos, reduziu-se a necessidade de acumular riqueza materiais. Como comenta:

A noção de solidariedade surgiu na história econômica como reação à cultura do egoísmo, do individualismo, da ficção do *homo oeconomicus*. O vocábulo fazia parte da linguagem jurídica e queria dizer responsabilidade comum. No século XIX foi transposto para a filosofia social. Autores como E. Durkheim e M. Scheler o desenvolveram, sublinhando sua significação como relação moralmente qualificada, essencial e ativa do indivíduo com a comunidade e vice-versa. É também concebida como equivalente ao conceito de “fraternidade” (ou melhor, “irmandade”) (...). A compreensão da solidariedade nessas duas dimensões situa este valor num patamar que não é meramente moral, mas ontológico, intrínseco à própria natureza ao mesmo tempo individual e social do ser humano. Disso decorre que, sendo a humanidade naturalmente solidária entre si e com a natureza e o cosmos, as formas solidárias de organização social econômica, mais do que resultantes de opções morais, tornam-se um imperativo racional (...). O princípio da solidariedade tem inspirado movimentos sociais e laborais ao longo da história do capitalismo. Como valor fundamental de uma outra ordem social, ele se tensiona e se contrapõe ao princípio da competição, que o capitalismo transformou em modo de relação único e absoluto. No contexto da complexidade, porém, nem mesmo o capitalismo consegue eliminar a presença da cooperação e da solidariedade nas relações produtivas, mercantis e financeiras (Arruda, 2003, p. 233).

Observa-se na descrição acima duas dimensões de solidariedade, uma que remete a idéia de filantropia, em que a solidariedade nesse caso assume a forma de beneficência onde não há reciprocidade. O ato é unilateral, a solidariedade, nesse sentido, tem sinônimo de caridade. Na outra dimensão, ao contrário, há reciprocidade na solidariedade, os sujeitos sociais se ajudam mutuamente. Segundo França Filho e Laville (2004, p. 24), a solidariedade é definida, nesse caso, “como laço social voluntário que une os cidadãos livres e iguais no direito. Em torno desse ideário, muitos grupos vão se organizando, sobretudo por profissões, e as formas assumidas serão as associações ou organizações mutualistas”.

Cunha afirma que nessa dimensão de solidariedade pode-se verificar uma concepção política, em que a ideia de Economia Solidária, no contexto atual do século XXI, procura resgatar as experiências associativistas dos trabalhadores europeus no século XIX. A Economia Solidária vista sob essa perspectiva, segundo a autora, “vem sendo interpretada como um conjunto amplo de iniciativas como forma de resistência e fontes de alternativas à crise do modelo de desenvolvimento dominante” (Cunha, 2003, p. 48).

Os estudos de Laville mostram que na América Latina e no Brasil a emergência das práticas no âmbito da Economia Solidária guarda a mesma origem verificada na Europa, sobretudo na França, qual seja a crise do desemprego e a precarização das relações de trabalho. Contudo é preciso ressaltar, que “as formas de manifestação são deveras diferentes” Laville (2004, p. 56), pois não existe um modo único e definido de organizar as unidades econômicas sob os princípios da solidariedade. O processo de incorporação da solidariedade

na economia é multifacetado e, portanto, várias são as situações e motivos pelos quais diversas pessoas têm acesso ou se aproximam para procurar alguma participação na Economia Solidária (Razeto, 1997).

Para França Filho e Laville (2004), algo comum entre as diferentes iniciativas no campo da Economia Solidária é o fato de elas incorporarem o fator solidariedade no centro da elaboração das atividades econômicas. A primazia da solidariedade sobre o interesse individual e o ganho material se expressa mediante a socialização dos recursos produtivos e a adoção de critérios igualitários (Laville e Gaiger, 2009, p. 162).

Singer (2004) pontua que a proliferação de práticas no campo da Economia Solidária, na sua maioria, buscava responder a certas problemáticas locais específicas ligadas à problemática da exclusão social que tanto na sua origem, na primeira metade do século XIX, como no seu contexto atual, mais uma vez a Economia Solidária constitui uma resposta ao agravamento da crise do trabalho ou crise do paradigma fordista e da crescente insatisfação com o desempenho do sistema público. Nessa óptica, o tipo de solidariedade aplicada à economia é definida:

De um lado nem tanto enquanto solidariedade abstrata (estatal), pois se trata de indivíduos engajando-se voluntariamente em projetos coletivos concretos, emanados no seio da sociedade civil, e não meros assistidos, gozando ou tendo acesso a certos direitos de modo passivo. Nem tão pouco, trata-se, por um lado, de uma forma típica de solidariedade tradicional (características dos grupos primários), pois a ação organizacional tende a não se fechar num pequeno grupo de beneficiários. A vocação de tais iniciativas, conforme sugerimos antes, parece ser a de combinar a dimensão pública da primeira com a força dos laços comunitários da segunda, resultando em dinâmicas comunitárias abertas à alteridade, ou que se projetam num espaço público, criando em alguns casos o que poderíamos chamar de espaços públicos de proximidade (França Filho e Laville, 2004, p. 20).

Segundo Bertucci e Silva (2004), apesar do debate sobre a temática ser recente, existem diversas linhas de investigação que estão refletindo sobre a importância das perspectivas de uma economia popular ou uma economia popular e solidária.

Arroyo e Schuch (2006, p. 36) trazem informações da primeira publicação sobre o tema no Brasil. Em destaque, os autores comentam que, o termo, ainda sob a denominação economia de solidariedade, aparece pela primeira vez em 1993 no livro *Educação Comunitária e Economia* organizado por Moacir Godotti e Francisco Gutiérrez. De acordo com Pinto, (2006, p. 28), o termo Economia Solidária é introduzido no Brasil por Paul Singer no artigo *Economia Solidária contra o desemprego*, publicado na Folha de São Paulo, em 11

de julho de 1996. A partir de então, várias denominações serão feitas, como economia de novo tipo, socioeconômica solidária (Arruda, 2003), economia popular solidária (Bertucci e Silva, 2004), a outra economia (Catanni, 2003), Economia do Trabalho (Coraggio, 2001) economia moral (Lechat, 2003) e Economia Solidária (Singer, 2003) termo adotado para esse estudo. Segundo Arruda, pela diversidade de adjetivos compondo o vocábulo economia, é possível inferir que a economia não é única. Embora o termo seja abstrato por se referir a toda forma de organização social da produção e da reprodução da vida a partir do uso dos recursos, pode se vislumbrar diferentes práticas fundadas em relações de colaboração solidária.

Por traz (sic) da diversidade de conceitos que visam instituir novos modos de organização do trabalho e da produção existe uma busca comum de se recuperar o sentido original do vocábulo economia - gestão da casa (...) que se transformou em algo que ficou conhecido como atividade de acumular riqueza (...). Por outro lado, esses conceitos emergem da necessidade de distinguir as abordagens econômicas alternativas das práticas da economia capitalista (Arruda, 2003, p. 234).

Quanto ao conceito da socioeconomia solidária adotado por Arruda (2003, p. 32), esse é sinônimo de Economia Solidária, “tendo como única diferença, a ênfase no sentido social que deve ter a verdadeira economia – aquela que é fiel ao seu sentido etimológico – *gestão, cuidado da casa* e por conseqüência, *dos que nela habitam*”.

De acordo com França Filho e Laville (2004, p. 162), todas essas expressões dizem respeito a formas alternativas em relação a formas tipicamente capitalistas de organização das atividades econômicas. Ressaltam que a sociedade sempre desenvolveu meios de sustento material através de atividades produtivas alternativas e, portanto, embora os conceitos sejam novos a incorporação da solidariedade e da reciprocidade não o é, pois se trata de “um prolongamento de práticas de solidariedade familiares e/ou comunitárias”⁴³ como percebido por Tiriba:

⁴³ Segundo Gaiger (2003), porque o povo é solidário por natureza, essa condição não pode ser idealizada. De acordo com Montaña, existe um ocultamento no fenômeno da autorresponsabilização dos usuários particulares quanto se refere ao projeto da solidariedade. “Na verdade, o que se percebe nesse processo é a desresponsabilização estatal (e do capital) com a resposta às seqüelas da questão social. E este é o grande desejo/finalidade do projeto neoliberal” (Montaña, 2002, p. 167-168).

Não é novo o fato da população criar, individual ou coletivamente, estratégias econômicas como forma de se organizar contra as injustiças sociais. (...). A informalidade das relações econômicas começou na América Latina quando colonizados e colonizadores começaram a trocar penas por espelhos. O que é novo é exatamente o fenômeno generalizado que se estende nos países latino-americanos, como parte integrante de um contexto maior da nova ordem internacional em que o trabalho assalariado vem perdendo sua centralidade nas relações entre capital e trabalho (Tiriba, 2001, p. 192).

Quanto à definição de cada uma das formas antes citadas, percebe-se que, não há um consenso teórico na demarcação ou contorno em relação à concepção de cada uma das expressões. Mas o debate que se tem sobre essas atividades tanto da Economia Solidária e suas variantes, Economia Popular, Economia Informal na América Latina quanto do chamado Terceiro Setor ou Economia Social, é que são atividades que se expandiram notadamente nos últimos tempos com a crise do sistema capitalista ou crise do fordismo e da reestruturação produtiva das últimas décadas do século XX. Nesse sentido, apesar de não haver um consenso na leitura dos conceitos em tela, as diferentes abordagens parecem confluir a um ponto comum, qual seja, que essas “outras economias” têm contribuído para que a pobreza e miséria social não fossem ainda maiores. “Qualquer que seja o termo, todos se referem a entidades de natureza não-governamental e não-lucrativa voltadas para o atendimento ao público” (Pires, 2003, p. 6).

França Filho (2007) acrescenta que o conceito de Economia Solidária se aproxima do conceito de economia popular que diz respeito a um conjunto de atividades de produção, comercialização ou prestação de serviços efetuados coletivamente (e sob diferentes modalidades do trabalho associado) pelos grupos populares, principalmente no interior de bairros pobres e marginais das grandes cidades latino-americanas. Tais grupos se estruturam, em geral, de modo bastante informal e encontram nas relações de reciprocidade tecidas no cotidiano de suas formas de vida (ou seja, nos próprios laços comunitários) os fundamentos para tais práticas.

Esta economia popular permite a geração de trabalho para aqueles que estão às margens dos circuitos formais da economia, constituídos principalmente pelas esferas do Estado e do mercado, entretanto os níveis de renda que se obtém são bastante frágeis, garantindo, na maioria dos casos, apenas a sobrevivência dos grupos implicados em tais projetos. O desafio desta economia popular consiste, então, na possibilidade de ultrapassar este plano de uma chamada reprodução simples das condições de vida, na direção de uma chamada reprodução ampliada. O que ocorre quando as atividades empreendidas impactam sobre as próprias condições de vida mais gerais das pessoas, isto é, seu plano sócio-territorial maior, como a melhoria da infraestrutura urbana, por exemplo. Este desafio é próprio ao projeto de uma economia popular e solidária e deve ser aqui assinalado em razão precisamente de certas qualidades (ou características) próprias a esta economia popular (França Filho, 2007, p. 9).

Conforme Icaza e Tiriba, além daquelas iniciativas econômicas cujo objetivo imediato é a geração de renda, as atividades da economia popular se verificam nas ações de solidariedade entre familiares, amigos e vizinhos e também nas ações coletivas organizadas no âmbito da comunidade. Nesse sentido a economia popular é:

O conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos sujeitos pertencentes às classes trabalhadoras com o objetivo de assegurarem a reprodução da vida social mediante a utilização da própria força de trabalho e a mobilização dos recursos disponíveis. Diz respeito às estratégias populares de trabalho e sobrevivência, entendidas como a arte de criar condições favoráveis para satisfação das necessidades humanas, tanto materiais como imateriais. A economia popular refere-se a uma forma de produzir, distribuir e consumir bens e serviços que transcende a obtenção de ganhos monetários, vinculando-se estreitamente à reprodução ampliada da vida (e não do capital) e tendo como horizonte a satisfação de valores de uso e a valorização do trabalho e dos seres humanos (...). Nessa economia, as mulheres, como líderes da cotidianidade se destacam pela sua capacidade de criar e ativar redes de solidariedade que favoreçam a reprodução da unidade doméstica e a proteção local onde vive a família, contando com apoio de redes primárias e comunitárias de convivência (Icaza e Tiriba, 2003, p. 101-152).

Sobre as manifestações da economia popular e solidária na América Latina, Laville e Gaiger fazem uma breve exposição ao dizerem que:

Nos países periféricos, sempre subsistiram práticas econômicas escoradas em laços de reciprocidade, nas quais a produção material subordina-se a necessidades coletivas e guarda um sentido primordialmente social. Sobretudo a partir da economia popular, ganharam forma experiências genuínas na América Latina, como alternativas para trabalhadores rurais e urbanos, indígenas e imigrantes que valorizaram as práticas autóctones de ajuda mútua e fizeram seu sentimento comunitário prevalecer contra a desordem introduzida pelo capital. Desde então, mesmo sob formas mitigadas, a cooperação permaneceu como um elemento estruturante da vida econômica de parcelas expressivas da população (Laville e Gaiger, 2009, p. 163).

Para Coraggio (2001) e Razeto (1991), as práticas econômicas incluídas nessas denominações descritas anteriormente “participam da tradição de uma chamada economia popular”, termo utilizado por Razeto para identificar uma realidade heterogênea, um processo social que pode ser traduzido pela aparição e expansão de numerosas pequenas atividades produtivas e comerciais no interior dos setores pobres e marginais das grandes cidades da América Latina como no caso de Santiago, no Chile⁴⁴.

A noção de economia popular para Coraggio (2001) está relacionada à existência de um setor agregado de unidades domésticas (UDs) unipessoais ou coletivas, familiares ou comunitárias que dependem, para sua reprodução, da realização ininterrupta de seu fundo de trabalho. As atividades econômicas incluídas nesse conceito de economia popular, segundo Coraggio, se organizam mediante unidades domésticas, redes de ajuda mútua, comunidade e associações voluntárias diversas por meio de intercâmbio mercantis ou de reciprocidade. Valorar o trabalho próprio é o objetivo principal que define a racionalidade dessas pequenas empresas de trabalhadores, nas quais o trabalho não está marcado pela forma assalariada, mas pela autonomia e pelo trabalho associativo ou em cooperação.

Coraggio compreende que a economia popular tem a capacidade de trabalho como capital principal. Razeto complementa que de fato “o trabalho é o único fator disponível, já que outros fatores - meios materiais, tecnologias, capacidades de gestão, financiamentos são tão escassos e pequenos que mal poderiam se constituir no centro de qualquer coisa” (Razeto, 1997, p. 94).

Coraggio percebe que dentro do contexto da crise do assalariamento latino-americano, as diversas formas de alternativas de ocupação, embora com base no trabalho, se realizam de modo precário. Desse modo, a economia popular se encontra no estágio da

⁴⁴ Na área metropolitana de Santiago, no Chile, a economia popular abarca cerca de 50% da força de trabalho envolvendo um milhão e duzentos mil microunidades econômicas geridas seja individualmente, familiarmente ou em grupos e, sem contar com nenhum capital, “a única riqueza é à (sic) força de trabalho, mas também e, sobretudo a ânsia de viver” (Razeto, 1991, p. 30).

reprodução simples ou no nível de sobrevivência e poderia evoluir para uma reprodução ampliada na medida em que eleva a qualidade de vida das pessoas e provoque alguma mudança que não necessariamente passe pela aquisição de maiores ganhos monetários, mas uma mudança na qualidade do consumo, nos padrões de relação social, nas condições de habitação etc.

Segundo (França Filho, 2007, p. 9), percebe-se ainda nessas práticas a força da dimensão não monetária. Porém, salienta que essa economia popular não recobre o conjunto das atividades desenvolvidas nos meios populares. Por isso, importa sublinhar a diferença dessa economia popular em relação a outros modos de atividades econômicas oriundos dos setores populares, como, por exemplo, o que representa a economia informal. Essa compreende, sobretudo, iniciativas individuais, sem relação com tradições locais nem com laços comunitários. Ela representa uma espécie de simulacro das práticas mercantis oficiais, pois trata-se de reproduzir tais práticas e a lógica que as acompanha, porém sem adoção do registro legal o que permitiria o acesso à direitos.

Ferreira (2007, p. 45) explica que “a informalidade tampouco é um setor estático da sociedade, mas uma das formas mediante a quais (sic) os trabalhadores excluídos do mercado formal encontram possibilidades para não cair na marginalidade social”.

De modo geral, como informa Souza (2003), o setor informal é composto por pequenos produtores, mão de obra familiar, trabalhadores por conta própria, ajudantes, prestadores de serviços domésticos, que não dispõem de contrato de trabalho e proteção legal. Além da forma de organização da produção, o setor informal costuma ser definido em função das características de grande parcela das pessoas que integram tais como mulher, negro, migrante, idoso, adolescente com baixos níveis de escolaridade e de qualificação profissional, deficiente físico ou mental, ou seja, muitas pessoas com condições desfavoráveis na disputa por vagas no mercado de trabalho formal que acabam se refugiando na informalidade, em condições precárias. Nesse “oceano da informalidade encontramos algumas pequenas ilhas chamadas de empreendimentos comunitários” (Vieira, 2005, p. 67), cujo aspecto diferenciador é o seu caráter coletivo capaz de criar o laço social.

Segundo as análises de Carvalho (2008, p. 21), a Economia Solidária tem sido destacada da economia informal porque a sua característica é a base coletiva e solidária⁴⁵ de

⁴⁵ O termo solidariedade também é usado em organizações e atividades não populares com funções sociais e solidárias nas formas de cooperativas existente em outros contextos sociais, por profissionais, cientistas e técnicos. A diferença entre as atividades de economia popular das tipicamente capitalistas é a diferença de capital empregado (Costa, 2001).

organizar a produção e o trabalho, o que não é necessariamente atributo da informalidade da economia que realiza trabalhos em sua maioria de forma individualizada.

Souza compreende que as atividades econômicas solidárias, na sua maioria, estão situadas no contexto da informalidade urbana capitalista, logo do ponto de vista econômico, a maioria dos empreendimentos comunitários está no setor informal, que se baseia em formas de organização da produção da força de trabalho não assalariada, portanto “trata-se de trabalho autônomo que persiste até hoje no interior da produção capitalista” (Souza, 2003, p. 250).

Segundo Icaza e Tiriba (2003, p. 102), frente aos processos de exclusão social, as pessoas se inserem em diversas atividades que, embora desempenhadas pelos setores populares, não pertencem ao mundo da economia popular, mas da economia informal. Como exemplos, citam a grande quantidade de trabalhadores ambulantes que contribuem para escoar as mercadorias fabricadas no Paraguai e em outros cantos do mundo globalizado, isentando os empresários não apenas de impostos fiscais como também do pagamento de salário e outros direitos trabalhistas. Para as autoras, existe uma diferenciação entre economia popular (onde se encontra parte das atividades de economia solidária) e economia informal ou economia invisível. Conforme salientam, não se pode confundir esses dois setores da economia.

Tiriba (1998) defende que na Economia Solidária encontram-se aspectos de solidariedade em empreendimentos organizados pela economia popular. Assim, a Economia Solidária pode ser um tipo de economia popular, porém, nem toda Economia Solidária é popular, assim como nem toda economia popular é solidária. Para que seja caracterizada por Economia Solidária, é necessário que exista a cooperação, ajuda mútua, ação coletiva e solidária entre os trabalhadores. De acordo com a autora, na economia popular encontram-se atividades produzidas no fundo do quintal, com ajuda da família como, por exemplo, doces regionais, ervas medicinais, bonecas artesanais, dentre outras atividades. A economia informal ao contrário da popular é composta por “atividades de produção e distribuição de bens e serviços promovidas pelos empresários, ou seja, por aqueles que buscam o enriquecimento próprio, mediado pela exploração da força de trabalho daqueles que não são os proprietários dos meios de produção” (Tiriba, 1998, p. 87). Nesse setor, pode-se encontrar a venda de rádios de contrabando, videocassetes, guarda-chuvas de uma empresa de capital instalada em Taiwan.

Icaza e Tiriba reconhecem que pode ocorrer um hibridismo entre as duas economias, popular e informal, num mesmo espaço de comercialização. Contudo, mesmo que o trabalhador venda na mesma barraca, guarda-chuvas de uma empresa capitalista e ao mesmo tempo bonecas

artesanais produzidas no grupo familiar, “a economia popular não se confunde com a economia informal” (Icaza e Tiriba, 2003, p. 105). Isso porque, como depreende Coraggio (2001), o principal elemento diferenciador da economia popular de outros setores é a lógica da “reprodução ampliada da vida”, que inclui atividades formais ou informais realizadas em geral no contexto doméstico e comunitariamente inseridas em que “nelas têm grande peso os laços culturais e as relações de parentesco, de vizinha e afetiva, não motivadas pela idéia da maximização do lucro” (Icaza e Tiriba, 2003, p. 106).

Com efeito, segundo Souza (2003), dentro do universo da informalidade, encontram-se algumas atividades de Economia Solidária que não são, portanto, formas individuais como a maioria das atividades que compõem o setor informal, mas trata-se de uma parcela que abarca as atividades comunitárias que têm como traço marcante e diferenciador das outras atividades de natureza popular o seu caráter coletivo como proposta comunitária. Uma das características dos grupos de Economia Solidária nela engajada é distribuição da renda fruto do trabalho coletivo. Não obstante, “os empreendimentos comunitários⁴⁶ não estão imunes à acusação (procedente em alguns casos) de precarização do trabalho, dado que muitos de seus membros têm baixa renda, trabalham muitas horas e, sobretudo, não dispõem de mecanismos de seguridade social” (Souza, 2003, p. 252). O autor lembra ainda que a Economia Solidária também não deve ser confundida com o Terceiro Setor, pois ela caracteriza-se pela produção, administração e comercialização de bens ou serviços de forma autônoma. Um empreendimento de Economia Solidária não é de fato uma empresa capitalista, também não é um organismo ligado ao Estado e nem é uma ONG. A Economia Solidária não deve ser confundida com Terceiro Setor que é algo heterogêneo composto por fundações, centros, núcleos, organizações não-governamentais com várias finalidades, como assistência social, pesquisa, representação política, etc. Em alguns países da Europa, as organizações do Terceiro Setor são tidas como parte da chamada Economia Social. Muitos empreendimentos da Economia Solidária nascem e permanecem com o apoio do Terceiro Setor (como no caso dos

⁴⁶ O diagnóstico de Souza ilustra o contexto onde estão situados os Bancos Comunitários em Montes Claros, Norte de Minas, pois a maioria das atividades econômicas dos membros que participam das atividades de crédito e poupança está na informalidade urbana atuando de forma precária, seus componentes em geral possuem baixa escolaridade e precária ou nenhuma qualificação profissional. A participação de mulheres é maior que a dos homens nesse segmento de Economia Solidária que se localizam nas periferias das cidades e são ligadas ou recebem apoio de entidades do Terceiro Setor.

Ao estudar os aspectos da economia popular no Norte de Minas (Costa, 2001, p. 11) destaca sobre o papel desta como parte do processo de desenvolvimento do capitalismo, o que a autora evidencia é que além da expansão dessa economia dos setores populares, a “grande questão a ser pensada é a extensa contradição de pobreza ligada a essa economia”.

Bancos Comunitários). Pode-se dizer que parte do Terceiros Setor brasileiro é responsável pelo desenvolvimento da Economia Solidária (Souza, 2003).

O conceito de Economia Solidária muitas vezes está associado ao conceito de economia social e em alguns casos são utilizados simultaneamente. Na opinião de Wautier (2003), existe uma distinção entre os dois conceitos. Ao analisar as práticas de Economia Social na França, a autora diz que:

A Economia Social pode ser definida como um conjunto de organizações e empresas cujas atividades produtivas respondem a princípios prioritários: adesão livre, democracia interna (uma pessoa, uma voz), lucratividade limitada (reinvestimentos dos excedentes na ação social e não-lucratividade individual dos associados), respeito da dimensão humana da atividade e solidariedade. Os três pilares desta economia são as cooperativas, inseridas na economia mercantil; as mutualidades, inseridas na economia não mercantil com o aval do Estado providência; as associações, caracterizadas pelo trabalho de proximidade (Wautier, 2003, p. 109-110).

Sobre a Economia Solidária, Wautier a designa “pela noção de projeto, de desenvolvimento local e de pluralidade das formas de atividade econômica, visando à utilidade pública, sob forma de serviços diversos, destinados, principalmente, mas não exclusivamente, à população carente ou excluída” (Wautier, 2003, p. 10).

Razeto (1991) esclarece que o conceito de Economia Solidária adequa-se melhor à realidade dos países da América Latina, constituída por um conjunto de atividades econômicas cujos atores sociais fazem parte das camadas sociais mais pobres da cidade, nesse sentido, as realidades dos países em desenvolvimento na África e na América Latina são diferentes nos países do Norte, onde o conceito de economia social se adequou melhor por ter uma concepção mais ampla.

Para Arruda (2003), o termo economia social pode expressar dois sentidos, um que indica uma dimensão da atividade econômica que deve estar voltada para o social, o outro sentido seria idêntico ao da Economia Solidária ou socioeconomia solidária, cujo objetivo é responder às necessidades sociais e humanas ou atender à dupla demanda da reprodução simples (sobrevivência) e da reprodução ampliada da vida (crescente bem viver individual, comunitário e social).

Singer (2003) entende que o modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. Mas na verdade ela constitui uma síntese que supera ambos. Já na perspectiva de França Filho e Laville (2004), a Economia Solidária é uma tentativa inédita de articulação entre a economia

mercantil (mercado – trocas), não-mercantil (Estado – redistribuição) e não-monetária (reciprocidade – dádivas), conformando uma economia plural que hibridiza princípios econômicos. A noção de Economia Solidária para esses autores se refere às formas inéditas de ação pública que refletem a uma tendência atual de desenvolvimento de novas formas de solidariedade empreendidas por novos movimentos sociais.

Na mesma direção de França Filho e Laville (2004), Coraggio (2001) se distancia de Singer (2003) ao apontar que a Economia Solidária, inserida numa economia popular, não tem a pretensão de substituir a economia capitalista, na realidade o seu desenvolvimento depende da articulação com os outros dois subsistemas destacados por Laville, a economia mercantil e a pública. Coraggio, por sua vez, entende que o que difere a Economia Solidária da lógica de acumulação de capital é que ela se caracteriza pela “lógica de reprodução da própria vida”. Não obstante, o autor propõe que a Economia Solidária deve ir além da mera reprodução da vida, porque não é aí que o ser humano esgota a sua aspiração. A aspiração de todo ser humano, mesmo o mais alienado, vai além de, simplesmente, sobreviver. Desse modo, o desafio é, portanto, ir além da mera reprodução da vida física.

A ideologia em torno da Economia Solidária segue na seguinte perspectiva de que uma atividade econômica isolada é extremamente frágil, muito embora várias atividades organizadas em rede de forma cooperativa e solidária possam se fortalecer no mercado e possam passar de um condição precária para uma condição de sustentabilidade (é o chamado ciclo virtuoso do trabalho cooperativo, que inclui o conceito de capital social). Nesse sentido, sendo a globalização inevitável, a alternativa mais sensata é organizar-se para conviver e coexistir no sistema de mercado. Esta é uma visão de ordem prática e que tem estimulado diversos autores, como os já citados anteriormente, a propor a tese da Economia Solidária ou as suas variantes denominações como forma de combater o desemprego e das urgências por ele provocadas.

A conjuntura sinalizada é também destacada por Kraychete (2000) como uma realidade em que as condições de trabalho necessárias à reprodução da vida de parcelas crescente da população não vêm sendo proporcionadas nem pelo mercado capitalista e muito menos pelas cada vez mais restritas ações compensatórias do Estado. A Economia Solidária encontra-se, desse modo, num contexto paradoxal que Godelier prefere chamar de contexto de sociedade capitalista de tecido social “esgarçado”, cuja economia é a principal fonte de exclusão dos indivíduos. “Mas essa exclusão não os exclui apenas da economia, ela os exclui ou os ameaça ao (sic) longo prazo de exclusão de sociedade (...) o paradoxo é que a economia

que cria excluídos em massa confia à sociedade a tarefa de reincluí-los, não na economia, exceto em proporções muito pequena, mas na sociedade” (Godelier, 2001, p. 19).

1.4. Desenvolvimento e Economia Solidária

A realidade econômica e social do Brasil tem demonstrado que desenvolvimento não pode ser confundido com crescimento e que o progresso não necessariamente traduz-se em garantias de bem-estar para a maioria da população. Os desequilíbrios sociais advindos do modelo ocidental de desenvolvimento hegemônico têm demonstrado que o crescimento econômico é condição necessária, mas não suficiente na garantia de direitos sociais. Infelizmente, apesar dos avanços tecnológicos de nossa sociedade do século XXI, a pobreza continua resistente às análises e os esforços que os Estados dizem estar empreendendo. Nesse sentido, para analisar a Economia Solidária enquanto possibilidade de mudanças no modo de vida das pessoas cabe um breve estudo sobre o conceito de desenvolvimento, sem o qual não é possível qualquer alteração.

Na perspectiva do Mercado, o conceito de desenvolvimento identifica-se com o crescimento do produto nacional, com o aumento das receitas pessoais, com a industrialização, com o progresso tecnológico, ou com a modernização social. Percebe-se que o conceito de desenvolvimento é confundido como crescimento econômico que é a ampliação quantitativa da produção, ou seja, de bens que atendam às necessidades humanas.

De acordo com Sen (2000), o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. O sentido de desenvolvimento para esse autor, está relacionado à melhoria da qualidade de vida das pessoas, ampliando sua capacidade de construir o próprio futuro, ou seja, de possuírem condição de ser agentes. De modo geral, isso requer maior renda *per capita*, mas implica algo mais: garantia de educação e oportunidades de emprego mais igualitárias, maior igualdade entre os sexos, mais saúde e melhor nutrição, um meio ambiente mais limpo e sustentável, liberdades civis e políticas mais amplas, uma vida cultural mais rica.

Sachs compreende que o desenvolvimento, distinto do crescimento econômico, cumpre esses requisitos propostos por Sen, na medida em que os objetivos do desenvolvimento vão além da mera multiplicação da riqueza material. Dessa maneira, o crescimento é uma condição necessária, mas de “forma alguma suficiente (muito menos objetivo em si mesmo), para se alcançar à (sic) meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos” (Sachs, 2004, p. 13).

Sen (2000) reforça que pensar o desenvolvimento por esse prisma requer um esforço para saber diferenciá-lo de crescimento. O crescimento não pode ser um fim em si mesmo, mas ele deve se constituir em desenvolvimento econômico na medida em que o ser humano passa ser o meio e fim quando acompanhado de bens sociais, direcionados para a melhoria da qualidade de vida.

Da mesma forma, Gremaud *et al.* (2002) afirma que o conceito de desenvolvimento deve ser entendido de maneira mais ampla e englobar o conceito de crescimento econômico. Nesse sentido, é importante observar não apenas os aspectos de expansão da produção no sentido quantitativo em termos de evolução do PIB, outrossim, deve se observar a natureza e a qualidade desse crescimento. O autor fala em termos de distribuição equitativa da renda e da qualidade de vida da população de um país tomado como aspectos centrais do desenvolvimento.

Numa perspectiva antropológica, Costa (2005, p. 49) nos permite perceber que “uma outra política de desenvolvimento é possível por meio de lógicas e de estratégias criadas pelas populações excluídas dos benefícios gerados pelo desenvolvimento econômico”.

Fontes também observa que:

No quadro atual de mudanças no cenário nacional e internacional surge a exigência de repensar as tradicionais estratégias de desenvolvimento. A noção de desenvolvimento econômico local contrapõe-se às estratégias de desenvolvimento “por cima”, polarizado, hierarquizado e concentrador. Vale dizer, propõe-se um novo enfoque “de baixo para cima”, de caráter difuso, com diversas fontes de propagação e efeitos de fluência e sustentado por fatores não somente econômicos, mas também sociais, culturais, ambientais, históricos e territoriais (Fontes *et al.*, 2003, p. 1).

Vista por esse enfoque, a Economia Solidária poderia ser pensada numa outra perspectiva de desenvolvimento assentado em valores distintos aos predominantes na economia capitalista como autonomia, democracia, fraternidade, igualdade e solidariedade.

Sob a óptica da Economia Solidária, o aspecto econômico do desenvolvimento é entendido como simples meio para promover as bases materiais para o pleno desenvolvimento da pessoa e das coletividades humanas. Pochmann (2002) ressalta que o futuro da Economia Solidária pressupõe uma estratégia de inclusão social, capaz de combinar o fortalecimento de medidas comprometidas com a redistribuição de renda com caminhos de emancipação social e econômica. Conforme o autor, para que ocorra o desenvolvimento social dos atores engajados nessas práticas, faz-se mister ações em termos de políticas públicas como forma de potencializar as oportunidades do seu desenvolvimento.

Ademais, a Economia Solidária, movimento crescente na sociedade brasileira, deve estar inserida numa política que tenha como prioridade não apenas a geração de trabalho e renda, mas um desenvolvimento como processo integral, incluindo, para além dos instintos, impulsos e necessidades materiais a dimensão emocional, mental, psíquica e espiritual, o ser humano, como indivíduo e coletividade.

A Economia Solidária vista como possibilidade de se buscar um outro modelo de desenvolvimento, mais humano e social, tem mobilizado a atenção de muitos autores. Com efeito, nesse contexto mais amplo de crise, as formas associativas são identificadas como portadoras de novas alternativas econômicas viabilizadas por laços de cooperação e de solidariedade capazes de estabelecer novas dinâmicas comunitárias. Tal perspectiva apoia-se na ideia de que, por meio do fortalecimento de coletividades locais, seja possível a formação de uma sociedade mais democrática e menos excludente.

Nesse sentido, as estratégias de colaboração da Economia Solidária passam a ser um instrumento de resistência à racionalidade instrumental do capitalismo. Para atuar nesses circuitos, o setor de microfinanças é visto como aquele dotado de condições de atender às demandas específicas da Economia Solidária, “demonstrando que é possível garantir o acesso ao crédito, a empreendimentos que historicamente estiveram à margem do sistema financeiro formal” (Fontes *et al.*, 2003, p. 2). Com esse enfoque, no capítulo seguinte faz-se uma abordagem das microfinanças, microcrédito e finanças solidárias. O objetivo da discussão é contribuir para o debate sobre o papel do setor de microfinanças e a formulação de políticas públicas de desenvolvimento econômico local, além de situarmos o objeto de estudo nesse âmbito.

2. MICROFINANÇAS E OS BANCOS COMUNITÁRIOS EM MONTES CLAROS

*Dinheiro, diz o provérbio, faz dinheiro. Quando se tem um pouco, é mais fácil obter mais. A grande dificuldade é ter pouco*⁴⁷.

Objetiva-se nesse capítulo a compreensão do campo onde se inserem as experiências de Bancos Comunitários. Em decorrência da amplitude das iniciativas de Economia Solidária, estamos interessados em compreender mais particularmente uma que se articula no âmbito das finanças solidárias ou finanças de proximidade, tipologia existente no âmbito da Economia Solidária. Entendemos também que o objeto de estudo em questão remete às abordagens de microcrédito e de microfinanças, por isso é mister que situemos os Bancos Comunitários entre esses conceitos, estabelecendo algumas diferenças entre eles. Outro enfoque explicitado é sobre a expansão do setor microfinanceiro nas últimas décadas no cenário mundial e brasileiro. Em seguida, enfocamos as experiências dos Bancos Comunitários, como funcionam e estruturam-se. Inicialmente, apresenta-se a concepção de Bancos Comunitários, e depois uma discussão de redes e capital social, o contexto em que estão inseridos os grupos, e um breve histórico das organizações interlocutoras das iniciativas. Por fim, é feita uma análise descritiva do funcionamento dos Bancos, seus fluxos e processos, além de abordamos alguns pressupostos acerca da teoria da ação coletiva para melhor entendimento das práticas dos grupos pesquisados.

2.1. Microcrédito e microfinanças: algumas diferenças conceituais

Os conceitos de microcrédito, microfinanças e finanças solidárias são termos usados frequentemente como correlatos ou como sinônimos. Os conceitos são operacionalizados pelos bancos de desenvolvimento, cooperativas de poupança e crédito, bancos cooperativos e pelas instituições de microfinanças (Abramovay e Junqueira, 2005). Segundo Coelho (2003), as expressões precisam ser diferenciadas, pois cada uma contém na sua essência um significado e objetivos distintos. Não é pretensão deste estudo aprofundar no debate, mas trazer elementos de análise que caracterizem cada conceito em tela que por vez está associado aos Bancos Comunitários.

Abramovay e Junqueira (2005) esclarecem que as diferenças fundamentais dos conceitos em comento repousam nos princípios e nas metodologias empregadas para atingir

⁴⁷ SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. vol I.

tal objetivo. O microcrédito, como diz o próprio nome, é empregado para definir operações de empréstimo de pequenos montantes (em geral variam de R\$300,00 a R\$ 3.000,00), destinado a pessoas físicas ou jurídicas, cuja principal fonte de renda sejam as vendas provenientes da realização de atividades produtivas de produção de bens e serviços. Nessa modalidade, não se considera a possibilidade de outros serviços financeiros como previsto nas práticas das microfinanças como, por exemplo, o incentivo e captação de poupança local, oferta de crédito ao consumidor, seguros, dentre outros. Nesse sentido, o conceito de microcrédito avança para o de microfinança quando há a incorporação de outros serviços financeiros. As microfinanças, portanto, é um sistema de concessão de um conjunto de serviços financeiros destinados à população de baixa renda que normalmente não consegue acessar o sistema financeiro convencional. Muñoz (2009) ressalta que a proposta do setor microfinanceiro é aliviar a pobreza e sua população-alvo é aquela excluída do sistema financeiro formal, havendo uma predominância de mulheres entre os usuários. Embora o microcrédito seja o instrumento microfinanceiro mais conhecido, existem outros serviços, entre os quais se encontram os microdepósitos, microsseguros, micropensões, etc.

Soares e Sobrinho também sugerem algumas diferenças quanto aos conceitos de microfinanças e microcrédito, assim, explicam:

O termo microfinanças, portanto, refere-se à prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para população de baixa renda, tradicionalmente excluída do sistema financeiro tradicional, com utilização de produtos, processos e gestão diferenciados. Nessa linha, entidades ou Instituições Microfinanceiras - IMFs são entendidas como aquelas pertencentes ao mercado microfinanceiro, especializadas em prestar esses serviços, constituídas na forma de Organizações Não-Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), cooperativas de crédito, Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM) e fundos públicos, além de bancos comerciais públicos e privados (principalmente por meio de correspondentes no País e de carteiras especializadas). Já a atividade de microcrédito é definida como aquela que, no contexto das microfinanças, se dedica a prestar esses serviços **exclusivamente a pessoas físicas e jurídicas empreendedoras** [grifo no original] de pequeno porte, diferenciando-se dos demais tipos de atividade microfinanceira também pela metodologia utilizada, bastante diferente daquela adotada para as operações de crédito tradicionais. É entendida como principal atividade do setor de microfinanças pela importância para as políticas públicas de superação da pobreza e também pela geração de trabalho e renda (Soares e Sobrinho, 2008, p. 23-24).

Segundo os autores, a tecnologia desenvolvida pelas atividades de microcrédito é diferenciada em relação aos métodos de financiamento convencionais e “pode ser resumida à utilização de **(i) agente de crédito (ii) garantia solidária e (iii) prazos curtos e valores**

crescentes” (Soares e Sobrinho, 2008, p. 23-24). Sobre cada item mencionado complementamos com algumas informações: a figura do **agente de crédito** nos programas de microcrédito ou de microfinanças é de suma importância, pois é o responsável por fazer crescer a carteira (mediante trabalho acirrado de campo com visitas de porta em porta com o propósito de descobrir as potencialidades produtivas locais, efetivação de análise socioeconômica da atividade produtiva dentre outras atribuições) e pela sanidade da mesma. É ele quem vai a campo, personaliza o atendimento ao cliente e intermedeia as relações e o elo entre cliente e instituição financeira. O perfil do agente de microfinanças deve incluir a sensibilidade para lidar com um público historicamente excluído do sistema financeiro e firmeza para não se deixarem envolver emocionalmente, uma vez que a relação em primeiro lugar é econômica. Essa concepção deriva do fato de que o microcrédito não é uma caridade e, portanto o que se toma emprestado deve ser devolvido para ser emprestado para outras pessoas.

As pessoas simples, apartadas do sistema financeiro tendem a **confundir o fornecimento de crédito com favor**. Uma das missões do agente de crédito é desfazer esse engano e lutar para que se estabeleça um novo tipo de vínculo, onde as relações são humanizadas, as condições facilitadas, porém sem espaço para o paternalismo. **O agente precisa cobrar e o cliente precisa pagar** (Instituto Centro CAPE/ SEBRAE, 2001, p. 195).

Quanto à **garantia solidária**, essa ocorre mediante a formação de grupos de pessoas que se avalizam mutuamente. Nesse sistema, substituem-se as garantias reais (bens a penhora, cheques, aval etc.) pelo aval moral, pelas proximidades geográficas e sistemas de vizinhança com forte presença do capital social (a confiança, redes e cooperação), que funciona como poderoso redutor do inadimplemento ou do risco do crédito, que passa ser minimizado.

Essas formas adaptadas de pressão social levam os grupos solidários obrigatoriamente, a assumir custos de transação e responsabilidades, isto é, aqueles que antes eram assumidos pelas organizações financeiras passam a ser assumidos, em grande parte pelos indivíduos: um aprimoramento institucional que requer condições e mecanismos de gestão financeira e administrativa bastante avançados. A vasta literatura internacional sobre o tema aponta para a importância da confiança na pressão dos grupos solidários através de mecanismos de responsabilidade coletiva. Em muitos programas, a constituição de grupos é condição necessária para a tomada de empréstimo. Esses grupos são responsáveis pela seleção dos beneficiários, criando mecanismos que vinculem socialmente um tomador ao outro: a liberação de um empréstimo depende do pagamento do outro. São mecanismos que diminuem os custos de transação, facilitando o acesso aos serviços financeiros, não demandam garantias reais e ajudam a diminuir as taxas de juros e o índice de inadimplência através de um monitoramento “invisível” efetivo (...) Esses elementos são uma pista encorajadora para garantir a saúde financeira da organização, ao mesmo tempo em que se preocupa com as demandas dos beneficiários, princípio básico das microfinanças de proximidade (Abramovay e Junqueira, 2005, p. 6).

Dessa forma, nos grupos solidários reduzem-se os custos de transação das operações microcreditícias, uma vez que o monitoramento dos pagamentos é realizado pelos próprios membros do grupo. “O próprio grupo se comporta como agente de crédito influenciando o comportamento do restante dos membros” (Moraes, 2008, p.12). É importante destacar que os ativos garantidores de sucesso dos programas microfinanceiros desenvolvidos com grupos, não seriam eficazes numa área onde não exista um forte senso de comunidade. “Esse jeito de lidar com as finanças é eficiente ali nas relações localizadas, de vizinhança e familiares (...). A base de confiança faz com que a inadimplência seja quase nula porque sustentada em obrigações, relações morais recíprocas” (Barbosa, 2007, p. 157). Desse modo, “a instituição além de reduzir o custo tem possibilidade de expandir a oferta de crédito, aumentando o leque de clientes contemplados” (Moraes, 2008).

Conforme ressaltam Abramovay e Junqueira (2005), diversas experiências mostram que os grupos de empréstimos solidários não só ajudam as populações mais pobres a obterem renda como servem de um potente recurso de fortalecimento e participação comunitária. Trabalhar por meio dessas modelos creditícios fundamentados no grupo é uma decisão estratégica que a organização deve tomar, nem sempre o grupo solidário é a melhor alternativa. Em condições de crise, por exemplo, o não pagamento de um membro pode causar um “efeito sistêmico” em toda comunidade. Por fim, em relação aos prazos curtos e valores crescentes adotados nos financiamentos, um dos objetivos da estratégia visa também à minimização dos riscos, pulverizando-se o crédito em vez de concentrá-lo em um único tomador. Esse sistema de aval solidário foi muito difundido com a experiência recente de

microfinanças de Yunus, na Ásia, na década de 1970. Yunus é um dos pioneiros na difusão das metodologias de microcrédito no mundo como será melhor discutido. Em relação às diferenças da oferta de serviço do microcrédito e da microfinança, o QUADRO 2 mostra as dimensões dos serviços incluídos em cada conceito tratado. Como percebemos, as microfinanças têm uma abrangência maior em relação ao microcrédito tanto no que se refere ao tipo de serviço quanto ao tipo de cliente.

QUADRO 2
Dimensão do setor de microcrédito e microfinanças

Fatores	Microcrédito⁴⁸	Microfinanças
Tipo de serviço	Crédito produtivo	Outros serviços para produção e consumo
Tipo de cliente	Microempreendedores formais e informais	Pessoas, famílias e microempreendedores

Fonte: Projeto: Perspectivas de Expansão das Microfinanças no Brasil: Marco Legal, Capitalização e Tecnologia, Relatório elaborado pelo Núcleo de Economia Local - NEL, IBAN, Fundação Ford. Relatório Final, Rio de Janeiro, abril, 2001, p. 14. Disponível em <http://www.iban.org.br/microcre/relfinal.pdf>.

Como apresenta o QUADRO 2, “o conceito de microfinanças é mais abrangente que microcrédito, na medida em que inclui além do crédito outros serviços financeiros essenciais para vida produtiva e o consumo familiar como poupança e seguros” (Barbosa, 2007, p. 158). As microfinanças assim como o microcrédito são vistas como um instrumento de política pública no combate à pobreza. No que se refere ao microcrédito, segundo Barbosa, esse disseminou-se no mundo, e, hoje, afastado de suas perspectivas iniciais, o conceito é “adotado pelo mercado financeiro sob as orientações do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional - FMI, induzindo a criação de carteiras de crédito específicas para o setor informal e de pequenas empresas nos bancos tradicionais” (Barbosa, 2007, p. 158).

No Brasil, o reforço do conceito foi instituído pela Lei Federal nº11.110, de 25 de abril de 2005, que instituiu o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO - instituído no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego com objetivos de incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares formais e informais; disponibilizar recursos e oferecer apoio técnico às Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado para garantir o fortalecimento institucional destas e a efetiva prestação de serviços aos empreendedores populares. De acordo Soares e Sobrinho, a lei em comento,

⁴⁸ Com relação ao microcrédito, algumas instituições propõem expandir suas operações para o crédito de consumo sem restringi-lo ao crédito produtivo. Além de ser um tema de debate, a história do microcrédito e todo o marco legal discutido no Brasil limitam-se ao crédito produtivo (IBAN, 2001).

veio consolidar o conceito de Microcrédito ao apresentar o Microcrédito Produtivo Orientado (MPO) como o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, com renda bruta anual de até R\$120 mil que utiliza metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores por meio dos agentes de crédito, no local onde é executada a atividade econômica (Soares e Sobrinho, 2008, p. 24).

No PNMPO⁴⁹ podem atuar como instituições repassadoras: bancos públicos e privados detentores de depósitos à vista; bancos oficiais já autorizados a operar com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Banco da Amazônia - BASA e Banco do Nordeste - BNB); cooperativas de crédito; SCM e OSCIP, desde que estabeleçam contato direto e presencial com os microempreendedores.

De acordo com o que foi instituído pelo PNMPO⁵⁰, o atendimento ao tomador final dos recursos deve ser feito por pessoas treinadas para efetuar o levantamento socioeconômico e prestar orientação educativa sobre o planejamento do negócio, para definição das necessidades de crédito e de gestão voltadas para o desenvolvimento do empreendimento; o contato com o tomador final dos recursos deve ser mantido durante o período do contrato, para acompanhamento e orientação, visando ao seu melhor aproveitamento e aplicação, bem como ao crescimento e sustentabilidade da atividade econômica.

Conforme assinalado anteriormente, os conceitos de microfinanças e microcrédito se diferenciam. Soares e Sobrinho (2008, p. 25) complementam ao dizer que “o termo Microfinanças tem caráter mais abrangente, sendo os demais conceitos (Microcrédito e Microcrédito Produtivo Orientado) subconjuntos dele”. Em suma, ressaltam que o termo microfinanças refere-se à prestação de serviços financeiros à população de baixa renda que pode incluir o microcrédito, poupança seguros, serviços bancários entre outros serviços com

⁴⁹ As fontes de recursos para subsidiar o Programa são oriundas de depósito especial do FAT e a outra, de uma parcela de 2% dos depósitos à vista de que trata o art. 1º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003. Operam com recursos do FAT: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES (instituições financeiras oficiais de que trata a Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990); com a parcela dos recursos de depósitos à vista: os bancos comerciais, os bancos múltiplos com carteira comercial e a Caixa Econômica Federal. In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11110.htm.

⁵⁰ De acordo diagnóstico do Ministério do Trabalho e Emprego, foram R\$ 1,8 bilhão destinado aos empreendedores, a maioria deles (64%) era mulher. De 2005 a 2008, o valor repassado cresceu 200%. Quanto ao Cenário segundo as informações houve expansão do número de instituições habilitadas ao Programa Nacional de Microcrédito. Divididas em Oscips, Cooperativas, Agências de Fomentos entre outras, a quantidade saltou de 52, em 2005, para 278 em 2008. In: <http://www.mte.gov.br/pnmpo/default.asp>.

utilização de produtos, processos e gestão diferenciados. O microcrédito, como conceito mais limitado em relação às microfinanças, refere-se a serviços financeiros ao microempendedor para finalidade produtiva. Diferente das microfinanças, os serviços de microcrédito não são destinados para fins pessoais ou consumo, mas para finalidade produtiva. Da mesma forma, no novo conceito de Microcrédito Produtivo Orientado amparado no PNMPO não se financia para consumo. O crédito é destinado para a produção incluindo o acompanhamento do investimento na atividade para geração de renda.

Na visão de (Muñoz, 2009), na América Latina, a institucionalização das microfinanças está produzindo uma concentração de demandas no microcrédito em relação a outros instrumentos e modalidades financeiras. Coelho (2003) e Fiori *et al.* (2004) também esclarecem que embora tenha surgido como proposta de democratização do sistema financeiro, a maioria das Instituições de Microfinanças brasileiras se limita a oferecer apenas microcrédito a sua clientela negligenciando os demais serviços que caracterizam o setor. Conforme os autores, isso se explica devido às limitações da estrutura jurídica das Instituições de Microfinanças que estão proibidas em oferecer outros produtos de grande procura como, por exemplo, mobilizar depósitos ou fazer empréstimos não comerciais como crédito ao consumidor, serviços de penhor e empréstimos para habitação. Tampouco podem oferecer serviços de seguro direto ou facilidades para descontar cheques. Outro ponto a ser notado é que a maioria das Instituições de Microfinanças utiliza os bancos tradicionais com um canal para desembolso do crédito, e depósitos de poupança.

2.2. A emergência do setor microfinanceiro

Embora o debate acerca da temática do microcrédito (1970) e microfinanças (1990) seja recente, as práticas são antigas. Historicamente, a solidariedade na economia via atividades de crédito não é algo novo e podem ser verificadas no século XVIII e XIX⁵¹ nos exemplos de sociedades mutualistas e associações que se instituíram em reação ao sistema capitalista com a Lending Charity (concessão de empréstimos de caridade para empreendedores no século XVIII, em Londres); o sistema de fundo de empréstimos no século XIX na Irlanda e os movimentos de cooperativas de crédito que começaram no fim do século XIX na Alemanha e Itália. Uma das experiências mais significativas foram os Fundos de Crédito Irlandeses (Irish Loan Funds), instituição de Microcrédito criada há 200 anos na

⁵¹ Ver mais sobre histórico das experiências de microcrédito ou microfinanças em COELHO, Franklin Dias. **Finança Solidária**. In: CATTANI, Antônio David (org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

Irlanda. A instituição concedia pequenos crédito para os pobres e no seu auge estava emprestando a 20% das famílias irlandesas. Aproximadamente um quarto dos tomadores de crédito no século XIX eram mulheres, proporção extremamente alta para aquele período (Coelho, 2003). “Estimam que em seu ápice, esse sistema atendeu 500.000 cidadãos irlandeses – através de cerca de 300 instituições especializadas em produtos de crédito e poupança” (Fiori *et al.*, 2004, p. 38).

Ao longo desse período, as práticas microfinanceiras foram assumindo diversas formas organizacionais e diversificando as modalidades de sua intervenção. Na fase moderna, a solidariedade na economia via atividades de crédito é resgatada num novo paradigma de crédito popular que pode ser indentificado internacionalmete. Trata-se da experiência emblemática do *Grameen Bank* ou *banco de aldeia* no idioma local (banco privado que realiza operações de empréstimos de baixo valor a pessoas pobres) criada em Bangladesh em 1976 sob a liderança do prof. de economia Mohammed Yunus⁵², considerado o principal responsável pela difusão dos programas de microcrédito no mundo e também um dos principais autores que influenciou a construção de uma economia voltada para os setores populares principalmente, daquelas comunidades excluídas do sistema bancário convencional. O conceito de microcrédito foi idealizado por Yunus. O economista foi nomeado com o prêmio Nobel da Paz pela sua iniciativa original de concessão de microcrédito destinada à redução da pobreza. “O prêmio traduz também o reconhecimento de que dificilmente haverá paz sem que a sociedade internacional reveja e mude a estrutura econômica, de modo a diminuir a desigualdade social” (Soares e Sobrinho, 2008, p. 19). O seu programa de crédito influenciou o surgimento de instituições e programas similares na Ásia, África e América Latina como veremos no caso dos Bancos Comunitários.

Hoje, afastado de suas perspectivas iniciais, o conceito de microcrédito é adotado pelo mercado financeiro sob as orientações do Banco Mundial e FMI, induzindo a criação de carteiras de crédito específicas para o setor informal e de pequenas empresas nos bancos tradicionais (Barbosa, 2007, p. 158).

⁵² Yunus, ao instituir o seu sistema de microcrédito, revisita as experiências do cooperativismo instituído nos séculos XVIII e XIX que à época tinha o nome original de Banco do povo que hoje é uma instituição criada pelo poder público para o repasse de crédito. Atualmente, a natureza jurídica dos Bancos do povo estão limitados às personalidades jurídicas de OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público ou as SCMs – Sociedades de Crédito aos Microempreendedores. Todas são agências de microcrédito que estão restritas, na sua maioria, aos recursos disponibilizados pelo poder público. Essas organizações utilizam respaldo governamental para viabilização de fundos para operacionalizarem seus serviços de crédito.

Em sua grande obra *O Banqueiro dos Pobres*, Yunus mostra empiricamente as experiências de microcrédito consolidadas em Bangladesch através do *Grameen*. Segundo seu depoimento, o microcrédito constitui-se num modelo de política pública que atende, tanto às demandas de instrumentos de combate à pobreza, quanto às políticas de fomento do empreendedorismo, de apoio às micro e pequenas empresas e de geração de emprego e renda. Alguns estudos mostram que o *Grameen* iniciou com o microcrédito e expandiu seus serviços, oferecendo poupança popular, financiamento habitacional e educacional, seguros e cartão de crédito, entre outros serviços que se enquadram no conceito original de microfinanças. “Mais do que um operador financeiro, o *Grameen Bank* se considerava um programa de redução de pobreza, em que as finanças eram meios e não o fim” (Fiori *et al.*, 2004, p. 82).

Conforme estudos do IBAM, “o programa atingiu, no ano de 1997, um total de 2,7 milhões de clientes, dos quais 92% são mulheres (cerca de 2,2 milhões), desenvolvendo um montante de desembolso acumulado, até novembro de 2000, de US\$ 3,227 bilhões e uma taxa de inadimplência média em torno de 3%” (IBAM, 2001).

Servet (2009, p. 243) registra que o *Grameen* é a organização de microfinanças com o maior número de tomadores de empréstimos (4 milhões) . De acordo Yunus (2001), as experiências dos países da Ásia Oriental mostram que desde que se tenha acesso ao crédito e aos mercados a pequena empresa pode desenvolver-se ainda que sujeita a juros.

A história do microcrédito no Brasil é relativamente recente. Estudos apontam que as primeiras experiências começaram a surgir na década de 1970 conduzidas por organismos internacionais e governos locais quando o país iniciou seu primeiro programa microfinanceiro em 1973 na cidade de Recife/PE e Salvador/BA com o projeto UNO – União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações - associação civil sem fins lucrativos. “Projeto pioneiro que marca a primeira tentativa na América Latina de oferecer crédito simples destinado a capital de giro” (Fiori, *et al.*, 2004, p.74) para empreendedores informais. Em parceria com diversas entidades empresariais e bancos de Pernambuco e Bahia implementaram o microcrédito destinado ao setor informal. A UNO era especializada na oferta de crédito individual e capacitação e foi a principal referência para a expansão dos programas na América Latina. A partir dessas experiências surgiram outras a exemplo do Centro de Apoio ao Pequeno Empreendedor (CEAPE) presente em vários Estados brasileiros, PortoSol em Porto Alegre, Banco da Mulher, Vivacred, Programa “CrédiAmigo” do Banco do Nordeste⁵³,

⁵³ Experiência de Microcrédito de larga escala, um dos maiores programas da América Latina que incorpora vários princípios das práticas de microfinanças. O programa é o principal fornecedor de microfinanciamento. Os estudos de Luciana Maria da Costa (vide referência) trazem um enfoque sobre o impacto do Programa de

o crédito produtivo popular do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Banco do Povo dentre outras⁵⁴.

A história das microfinanças mostra que vai ser a partir da década da segunda metade da década de 1990 que o *boom* do setor microfinanceiro irá crescer no Brasil. Começa nesse período a chamada “revolução das Microfinanças” tendo como mola propulsora o contexto político que favorecia a expansão de políticas localizadas no apoio ao fornecimento de Microcrédito com uma série de descobrimentos técnicos e de práticas voltadas para o oferecimento de serviços financeiros especificamente para populações de baixa renda. Conforme análise de Moraes, a emergência das experiências com o microcrédito surge pela incapacidade do Estado em atender comunidades carentes e excluídas do sistema bancário:

Seja pelo gigantismo de suas instituições financeiras e pela falta de *expertise* em fazer uso de conhecimentos comunitários e da lógica das redes sociais. O setor bancário privado, por sua vez, apresenta altos custos operacionais e um sistema complexo de análise de crédito, que impossibilita o atendimento dos indivíduos de baixa renda, por não serem suficientemente rentáveis para os bancos. Assim, a análise histórico-estrutural entende que o microcrédito significa um sistema bancário paralelo e intersticial, com vistas a preencher lacunas do mercado bancário, sejam elas lucrativas ou não (Moraes, 2008, p. 5).

Ao estudar sobre o papel do microcrédito na redução da pobreza, Costa (2005) diz que uma possível forma de diversificação de renda poderia ocorrer pelo maior acesso a recursos financeiros. Nesse sentido, é que se sugere o microcrédito, não como uma solução, mas como forma de intervenção pública preferida entre agências internacionais de desenvolvimento a exemplo da Organização das Nações Unidas (ONU), que reconheceu a importância do setor no combate à pobreza. Por isso declarou o ano de 2005 como o ano Internacional do Microcrédito. Conforme Soares e Sobrinho (2008), o ano Internacional do Microcrédito é mais um esforço no sentido de melhorar o acesso das pessoas de baixa renda a serviços financeiros. Essa iniciativa teve como principal objetivo despertar o interesse do público para o tema e promover parcerias inovadoras entre governos, doadores, organizações internacionais, ONGs, setor privado, mundo acadêmico e clientes das microfinanças.

Servet explicita que:

Microcrédito do Banco do Nordeste no Norte de Minas. A autora analisa a efetividade do programa “CrediAmigo” quanto aos impactos da geração de emprego e renda. A pesquisa revelou que a aplicabilidade do programa não demonstrou efetividade quanto à geração de novos empregos ou mesmo no aumento do volume da renda, mas demonstrou a garantia de sustento dos beneficiários.

⁵⁴ Ver mais sobre as principais Instituições Microfinanceira em Goldmark, Lara *et al.* **A situação das microfinanças no Brasil**: Projeto BNDES-BID de Microfinanças. Seminário Internacional BNDES de Microfinanças, 2000. Disponível em www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/microfin.asp.

No início dos anos 1990 o microcrédito foi objeto de uma popularização crescente. Passou com frequência, a ser apresentado como um instrumento, entre os mais eficazes, para se erradicar a pobreza ou garantir um desenvolvimento local. Ele é, sobretudo operacionalizado pelos poderes públicos no âmbito das estratégias estabelecidas para se atingirem, em 2015, os Objetivos do Milênio de luta contra a pobreza. Sua difusão foi bastante beneficiada pelas cúpulas do microcrédito e por sua reduplicação nos níveis continentais e nacionais com o apoio do Banco Mundial (Servet, 2009, p. 243).

Ainda de acordo o autor, o último encontro sobre o microcrédito ocorreu em novembro de 2006, no Canadá, em Halifax (Nova-Escócia), para consagrar o sucesso dessas campanhas com vistas a atingir 100 milhões de pobres e definir novos objetivos para as campanhas de mobilização em torno do microcrédito. “É surpreendente o contraste que há entre o luxo geralmente evidenciado nesses encontros e sua finalidade expressa de contribuir para a luta contra a pobreza” (Servet, 2009, p. 244).

Fiori *et al.* (2004) discorre que nas economias em desenvolvimento, a prestação de serviços financeiros institucionalizados continua mantendo à margem do sistema inúmeras pessoas físicas e jurídicas que persistem utilizando serviços informais. A exclusão do sistema financeiro formal deriva notadamente da privação de cidadania.

Oliveira (2005, p. 159) observa que mesmo não existindo um “Estado de Bem-Estar Social” no Brasil, ao invés de as políticas públicas desenvolverem-se no sentido da construção e consolidação dos direitos sociais garantidos constitucionalmente, na década de 1990 o Estado optou por concepções focalistas, emergenciais e parciais, num retrocesso histórico em que o indivíduo deve, sozinho, resolver os seus problemas.

Segundo Bittencourt (2001), um dos fatores determinantes na explosão do setor microfinanceiro foram os crescentes índices da informalidade da economia, aumentando significativamente a parcela da população excluída do setor formal de crédito, bem como originando milhares de microempreendimentos, carentes de recursos para alavancar suas atividades. Nesse contexto começa a se ampliar o debate sobre Economia Solidária e as práticas do crédito produtivo ou microcrédito num cenário de estagnação econômica, de ampliação do desemprego e de informalidade das atividades econômicas mais populares no contexto da reestruturação produtiva.

Como destacado por (Servet, 2009, p. 244), o microcrédito é pensado pelos neoliberais como um estímulo ao trabalho via auto-emprego e como um meio particularmente insidioso de se dismantelarem as políticas de auxílio aos desempregados e às pessoas desfavorecidas, nas zonas mais marginalizadas. “Esses auxílios constituiriam despesas sociais

passivas, enquanto o apoio dado sob forma de microempréstimos tangeria às despesas sociais ativas, sendo mais eficaz ao desenvolvimento econômico local”.

Costa (2001, p. 39) salienta que se o propósito dos programas de microcrédito é o “aumento da renda do grupo alvo”, ou seja, o crescimento da renda resultando em uma redução da pobreza. “Essa suposição deve ser examinada cuidadosamente, pois se a renda aumentada não permitir um maior acesso a produtos que propiciem o maior bem estar, não haverá nenhum aumento efetivo de riqueza e nenhuma redução da pobreza”.

Para Servet (2009, p. 244) “a crença na possibilidade de se implantarem rapidamente instituições rentáveis de microcrédito é sedutora. Para se alcançar esse objetivo, são definidas normas de boa gestão das Instituições de Microfinanças, que devem privilegiar largamente critérios financeiros”. No Brasil, com o interesse dos governos e de entidades apoiadoras foram criadas ONGs especializadas dentre outras organizações que passaram a atuar amparadas pela legislação na oferta de microcrédito. Nesse sentido, cria-se uma série de novas iniciativas e políticas em apoio às microfinanças e microcrédito.

Fiori *et al.* (2004) explica que tempos atrás, no Brasil, muitas Instituições de microfinanças operavam às margens da lei, em virtude de alguns obstáculos, entre eles a lei da usura⁵⁵, que impedia qualquer instituição financeira não regulada de cobrar mais de 1% de juros por mês. Desde março de 1999⁵⁶, porém, uma série de novas iniciativas e políticas em apoio às microfinanças oferece basicamente duas opções a estas instituições: o registro como programa sem fins lucrativos na modalidade de OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público com o direito de mobilizar recursos externos e operar uma carteira de microfinanças, ou a obtenção de uma licença do Banco Central para abrir uma sociedade de microcrédito com fins lucrativos, chamada Sociedade de Crédito ao Microempreendedor-SCM ou operações separadas em bancos como do “CrediAmigo” do Banco do Nordeste. A expansão das Instituições microfinanceiras vem sendo fortemente motivada pelo apoio do setor público, mediante presença dos bancos públicos, Banco do Nordeste Brasileiro - BNB e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES principal fonte de

⁵⁵ A lei da usura proíbe que as instituições não reguladas cobrem juros acima de 1% ao mês, bem abaixo dos níveis necessários para sustentar uma operação de crédito (no Brasil, as IMFs lucrativas costumam cobrar entre 4-7% ao mês de juros nominais). Embora a lei não seja sistematicamente cumprida, ela cria um clima de incerteza para as instituições de microfinanças e seus investidores (Goldmark *et al.*, 2000, p. 20).

⁵⁶ Março de 1999 - A Lei nº 9.790 criou um novo tipo de instituição não governamental chamada OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público). As OSCIP têm a permissão explícita de mobilizar recursos externos para atividades incluindo microfinanças. Agosto de 1999 - A resolução do Banco Central de nº 002627 criou uma licença para uma nova entidade especializada chamada Sociedade de Crédito ao Microempreendedor, SCM “criada pela Medida Provisória nº 1.894-24, de 23 de novembro de 1999. As SCM são isentas da lei da usura por serem instituições financeiras reguladas (Goldmark *et al.*, 2000, p. 20 - 21).

recursos para o microcrédito no Brasil. Importa destacar que para o setor bancário tradicional, a expansão dos mercados de renda baixa é uma oportunidade de crescimento, tendo em vista que a maioria das Instituições microfinanceira brasileiras utiliza os bancos tradicionais como um canal para desembolso do crédito e pagamento do mesmo.

A regulamentação da atividade de concessão de microcrédito no Brasil estabelece que ela possa ser realizada pelas seguintes instituições, chamadas instituições de microfinanças (IMF): a) Sem fins lucrativos: Organizações Não-Governamentais (ONG) qualificadas a atuarem como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP); b) Com fins lucrativos: Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM), equiparadas a instituições financeiras, supervisionadas pelo Banco Central, e demais instituições financeiras ligadas ao Sistema Financeiro Nacional. Deve-se acrescentar a esta lista de instituições os chamados Bancos do Povo, os quais geralmente estão ligados a governos locais e funcionam sem supervisão da autoridade monetária, operando com taxas de juros geralmente subsidiadas, utilizando recursos de fundos orçamentários específicos. Com relação ao perfil da evolução do setor de microfinanças no Brasil:

Constata-se que o setor é composto pela ação de instituições governamentais e não-governamentais- ONGs, OSCIPs e SCMs, sendo que a maioria absoluta é de caráter não-governamental. As ONGs, OSCIPs e SCMs, juntas, representam cerca de 90% das instituições existentes, enquanto as três esferas de governo compõem os outros 10% restantes. Verificou-se, também, a progressiva mudança do perfil institucional das Instituições Operadoras de Microcrédito - IOMs. Se em 1999, no primeiro levantamento realizado, poucas eram as ONGs com titulação de OSCIP, em 2001 elas já correspondiam a quase a metade das IOMs brasileiras. Praticamente a metade das instituições é composta por OSCIPs, alcançando o montante de 47,46% do setor. As ONGs também compõem grande parcela das instituições existentes, representando 30,51% das mesmas. As SCMs representam, por sua vez, apenas 11,86% do mercado (Fontes, 2003, p. 3).

Apesar de as Instituições microfinanceiras se diferenciarem quanto à estrutura jurídica, missão, metodologia e sustentabilidade, o ponto em comum entre elas é a oferta de serviços financeiros para uma clientela que não é alcançada pelos bancos tradicionais.

Como influenciadora dessas práticas pode-se destacar a contribuição de três instituições em torno do mundo, a saber, o já citado *Grameem Bank* em Bangladesh, BRI - Bank Rakyat Indonésia - e o BancoSol⁵⁷ - Banco Solidário da Bolívia a instituição microfinanceira mais famosa na América Latina. As citadas instituições são vistas como

⁵⁷ A criação do BancoSol marcou claramente o início da época da regulação das microfinanças na América Latina. A Sociedade de Crédito ao Microempreendedor no Brasil- SCM é um desses exemplos.

destaque internacional na difusão de metodologias de microcrédito adequadas às necessidades de tomadores pobres envolvidos em atividades produtivas. Além das experiências de microfinanças citadas, outras podem ser verificadas conforme ilustração da TAB 1.

TABELA 1
Panorama das microfinanças⁵⁸

Sigla	Nome e localização	Início	Programa de Microfinanças
BRI	Bank Rakyat Indonesia, Unit Desa System Indonesia	1897	BRI é um banco estatal orientado para áreas rurais e está operando desde 1897. O sistema Unit Desa é uma extensa rede de pequenas unidades bancárias que funcionam como centros de negócios e provêm empréstimos individuais e serviços de poupança.
BKDs	Badan Kredit Desa Indonésia	1940	O BKD é um sistema de pequenos bancos em cidades ao longo da Indonésia que emergiu durante o período colonial holandês, começando a operar em 1940. Os bancos estão sob a supervisão de BRI e oferecem empréstimos individuais e serviços de poupança.
Grameen	Grameen Bank Bangladesh	1976	O Grameen Bank é uma das instituições de microfinanças mais conhecidas no mundo, tendo começado como um projeto experimental em 1976 e ganhou uma escritura bancária especial em 1983. Trabalha principalmente com mulheres e opera em toda a área rural de Bangladesh.
ASA	Association for Social Advancement / Bangladesh	1978	ASA é um ONG que oferece serviços de crédito à população rural pobre em Bangladesh. A maioria de seus clientes são mulheres sem-terra. Foi fundado em 1978 e passou, no início dos anos 90, de uma estratégia de desenvolvimento integrado ao enfoque atual em serviços financeiros. Usa uma metodologia de crédito com grupos comunitários.
TSPI	Development Corporation Filipinas	1981	TSPI opera em áreas urbanas e semi-urbanas das Filipinas e oferece crédito a grupos de microempresas. Foi fundado em 1981 e se filiou à Opportunity Network, a MicroFinance Network e CASHPOR, entre outros.
ADOPEM	Asociación Dominicana para el Desarrollo de la Mujer – Rep. Dominicana	1982	ADOPEM está filiada a WWB (Women's World Banking) e é uma ONG dedicada ao serviço de crédito para mulheres microempreendedoras. Está em operação desde 1982.
FWWB Cali	Fundación Women's World Banking Cali / Cali, Colômbia	1982	FWWB Cali, Também um afiliado do WWB, começou a emprestar em 1982. Faz empréstimos individuais a microempresas urbanas em Cali.
ACP	Acción Comunitaria del Perú - Lima, Peru	1984	ACP é uma ONG que oferece crédito em Lima, no Peru, e está filiada à ACCIÓN International. Seu programa de crédito começou em 1984.
FINCA / CR	FINCA Costa Rica Costa Rica	1984	FINCA Costa Rica, fundada em 1984, é um dos programas que mais cedo desenvolveu uma metodologia bancária para pequenas comunidades. Atende homens e mulheres, direcionando seus empréstimos para a população rural.
LPD	Lembaga Perdkreditan Desa Bali, Indonésia	1984	LPD opera em Bali e é uma rede de instituições das comunidades supervisionada pelo governo regional. Instituições de LPD são administradas através dos conselhos tradicionais das aldeias em Bali. O sistema foi fundado

⁵⁸ Alguns programas de crédito cresceram até tornarem-se instituições financeiras formais. Os casos mais conhecidos são: Banco *Grameen* de Bangladesh, Banco SEWA da Índia e o Bancosol da Bolívia, que se diferenciam dos bancos comerciais pelo fato de suas atividades visarem objetivos de desenvolvimento e erradicação da pobreza. Eles trabalham com um universo muito amplo de prestatários pobres e oferecem uma gama limitada de serviços, que giram em torno do crédito. Há também bancos que abriram programas de crédito para microempresas. É o caso de três bancos no Chile, que operam com um subsídio estatal que lhes permite cobrir custos de operação. Mas o caso mais bem-sucedido, que não utiliza nenhum tipo de subsídio, é o da instituição-líder nesse país: o programa Banestado Microempresas, do Banco do Estado do Chile. Esse programa serviu de principal inspiração para o Crediamigo, do Banco do Nordeste (OIT, 2005, p. 31).

			em 1984.
CMM / Med	Corporación Mundial de la Mujer Medellín – Medellín, Colômbia	1985	CMM Medellín é filiada à rede WWB e opera exclusivamente em Medellín e áreas circunvizinhas. Foi fundado em 1985 e empresta a homens e mulheres.
Compartamos	Compartamos México	1985	Compartamos é o projeto de crédito de Gente Nueva, uma ONG mexicana fundada em 1985. O programa usa uma metodologia bancária para pequenas comunidades, com foco nas mulheres, em áreas rurais e semiurbanas do México. Começou a emprestar em 1990
FMM / Pop	Fundación Mundo Mujer Popayán – Colômbia	1985	FMM Popayán é filiado ao WWB que trabalha no estado de Cauca, na Colômbia. Começou a emprestar a microempresas em 1985.
FUPACODES	Fundación Paraguaya de Cooperación y Desarrollo Assunção, Paraguai	1985	FUPACODES está filiado à ACCIÓN e empresta a microempresas em Assunção e áreas circunvizinhas. Foi fundado em 1985 e fornece tanto empréstimos individuais como em grupos.
Liberación	Cooperativa Liberación Chile	1986	A Cooperativa Liberación é uma união de crédito dedicada a microempresa. Oferece empréstimos individuais e serviços de poupança a seus sócios, principalmente em Santiago, Chile. Foi fundado em 1986.
PRODEM	Fundación para la Promoción y Desarrollo de la Microempresa Bolívia	1986	PRODEM começou em 1986 como uma ONG que oferece créditos a grupos de microempresas urbanas, foi o precursor do BancoSol. Quando sua carteira de crédito urbana foi passada ao BancoSol, em 1992, começou a desenvolver uma clientela nova em áreas rurais e urbanas na Bolívia.
ACEP	Agence de Crédit pour l'Enterprise Privée - Senegal	1987	ACEP começou como uma ONG, atuando em uma província, em 1987, e expandiu-se para operar em outras áreas urbanas no Senegal.
ABA	Alexandria Business Association Alexandria, Egito	1988	ABA provê crédito para pequenas e microempresas, usando uma metodologia de créditos individuais. A ONG foi fundada em 1988 e atua principalmente em áreas urbanas. O programa de crédito começou em 1990.
Corposol	Corposol Bogotá, Colômbia	1988	Corposol é uma ONG que se transformou em uma financeira (FinanSol) em 1997. Seu predecessor, Actuar Bogotá, foi fundado em 1988.
FIE	Centro de Fomento a Iniciativas Económicas Bolívia	1988	Centro FIE é uma ONG que oferece empréstimos individuais a microempresas em áreas urbanas da Bolívia. Começou a emprestar em 1988.
Gênesis	Genesis Empresarial Guatemala	1988	GÊNESIS é uma ONG com trabalho em áreas urbanas da Guatemala e fornece crédito a microempresa. Está filiada à ACCIÓN Internacional e concede empréstimos desde 1988.
Sartawi	Servicio Financiero Rural, Fundación Sartawi – Bolívia	1990	Fundación Sartawi oferece crédito a grupo de produtores e microempresas em áreas rurais da Bolívia. O programa de crédito opera desde 1990.
FAMA	Fundación de Apoyo a la Microempresa – Nicarágua	1991	FAMA opera principalmente em áreas urbanas da Nicarágua e provê crédito a microempresas. Foi fundado em 1991 e está filiado à ACCIÓN.
BancoSol	Banco Solidário Bolívia	1992	BancoSol é um banco comercial autorizado e dedicado a microfinanças, oferecendo crédito e caderneta de poupança a microempresas. Seu programa de crédito está focado em grupos solidários e opera em áreas urbanas da Bolívia. Cresceu a partir do trabalho da ONG PRODEM e se transformou em um banco, em 1992. É um filiado à ACCIÓN Internacional.
Emprender	Emprender Buenos Aires, Argentina	1992	Emprender, fundado em 1992, é filiado à ACCIÓN, oferece crédito a microempresas em áreas urbanas da Argentina. A maioria de seus empréstimos destina-se a grupos solidários

Los Andes	Caja de Ahorros y Créditos Los Andes Bolívia	1992	Caja Los Andes surge a partir do ProCrédito, uma ONG relativamente jovem que começou a conceder crédito em 1992. Foi transformada em uma companhia de finanças especial em 1995. Los Andes opera em áreas urbanas e algumas áreas rurais na Bolívia, fornecendo empréstimos individuais e serviços de poupança.
Calpiá	Financiera Calpiá, S.A. El Salvador	1995	Financiera Calpiá começou como uma cooperativa de crédito (AMPES), e transformou-se em uma financeira, em 1995. Oferece empréstimos individuais a microempresas e pequenos negócios, capta poupanças e opera principalmente em áreas urbanas.
PROPESA	Corporación de Promoción para la Pequeña Empresa, Chile.	1996	PROPESA é uma ONG filiada à ACCIÓN e oferece microcrédito desde 1988. Opera principalmente em Santiago, no Chile.

Fonte: Elaborado pelo Núcleo de Economia Local- NEL. Projeto: Perspectivas de Expansão das Microfinanças no Brasil: Marco Legal, Capitalização e Tecnologia. Área de Desenvolvimento Econômico e Social - DES do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM. Fundação Ford. Relatório Final, Rio de Janeiro, abril, 2001, p. 16-17 (<http://www.ibam.org.br/microcre/relfinal.pdf>) com base em informações do Microbanking Bulletin (<http://stripe.colorado.edu/~econinst/mft98/mbbtop.htm>).

Como mostra a TAB. 1 apesar de ser considerada recente, a história das microfinanças não se inicia na década de 1970, mas é a partir dessa data que as iniciativas começaram a expandir principalmente após a experiência precursora do *Grameem Bank*. Segundo estudos do IBAM (2001), nas últimas décadas, as instituições da América Latina que se têm dedicado às microfinanças ganharam espaços importantes ao inserirem-se no cenário político nacional e no internacional, por sua capacidade de prover serviços financeiros aos setores produtivos que não lhes têm acesso, consolidando marcos institucionais e atraindo o apoio das agências donantes internacionais.

Pelo olhar do setor de microfinanças, tipos diferentes de pequenos empreendimentos têm características distintas e demandam serviços diferentes. Conseqüentemente, era desejável encorajar uma diversidade de instituições com métodos especializados para determinados nichos de mercados particulares. Nestas instituições incluem-se bancos comerciais e de desenvolvimento, uniões de crédito, bancos comunitários, organizações não governamentais (ONGs), financeiras, associações de crédito e poupança e outras instituições intermediárias especializadas (IBAM, 2001, p. 18).

Quanto aos princípios metodológicos previstos nas práticas microfinanceiras destaca-se a avaliação do caráter e conhecimento das comunidades locais como fatores decisórios no processo de concessão; o uso de redes e grupos como substitutos às garantias, a cobrança de juros reais, a busca de manutenção de uma relação personalizada com o cliente, ou seja, a visão de um banco proativo que vai até aos seus clientes na busca de novos negócios evitando a imagem de um banco passivo, garantias baseadas em grupos solidários,

oferta de créditos renováveis e escalonáveis, com prazos curtos de amortização, captação de poupança e ou seguros dos usuários como parte do *mix* de serviços, oferecendo aos clientes proteção para os períodos de crise. Quanto à aplicabilidade desses princípios, cabe observar que o *Grameen Bank* foi um dos que mais contribuíram com as metodologias microfinanceiras, sendo utilizadas em parte ou integralmente por instituições em todo mundo.

Fiori *et al.* (2004) salienta que as diversas ONGs de microfinanças vêm crescendo e florescendo no Brasil, o que demonstra uma tendência dos bancos e empresas financeiras ligados a elas entrem no setor de microfinanças de forma agressiva e em larga escala.

No final dos anos 1990, o campo das microfinanças havia mudado substancialmente. O que anteriormente era considerado tema para ser tratado por bancos públicos e ONGs bem – intencionadas, mas nem sempre eficientes, tornou-se um universo habitado por reguladores, banqueiros e investidores especializados. Especialistas de marketing do mundo corporativo eram contratados para compartilhar seu conhecimento sobre o processo de desenvolvimento de produtos, e tecnologias avançadas, tais como *palm pilots*, passaram a ser usadas pelos agentes de crédito para processar e aprovar créditos no campo. As microfinanças, a menina-dos-olhos dos doadores internacionais ao fim dos anos 1980, se tornaram quase um tema familiar nos anos 1990. Atribui-se ao BancoSol da Bolívia a abertura do caminho para uma tendência mundial denominada de comercialização das microfinanças. A partir de 1990 a venda de serviços financeiros a microempreendedores de baixa renda, já reconhecida como viável financeiramente, começa a ser vista por um grupo importante de profissionais de setor como estratégia de mercado (Fiori *et al.*, 2004, p. 34).

Como Brasil e em outros países da América Latina, as Organizações Não-governamentais (ONGs) somam os maiores volumes nos serviços microfinanceiros. Além disso, foram as primeiras a introduzir metodologias atuais de microfinanças no Brasil.

De acordo com Fiori *et al.* (2004) a demanda potencial para as microfinanças no Brasil é significativa, existem 8,2 milhões de microempreedimentos elegíveis para microfinanças, muito embora, a penetração da indústria microfinanceira seja de 02% da demanda potencial⁵⁹. Apesar da rápida aceleração, a penetração das microfinanças no Brasil permanece fraca, especialmente se comparada aos países vizinhos.

Alguns dados evidenciam que no Brasil há um mercado potencial para as operações de microfinanças visto que quase 70% da população está completamente excluída do sistema bancário, o que significa não utilizar qualquer serviço disponível. Se incluirmos nesse grupo os clientes que têm apenas caderneta de poupança, sem qualquer privilégio de

⁵⁹ Restam 98% de mercado potencial que pode ser explorado por outros agentes financeiros como os Bancos privados e públicos.

cheque ou saques a descoberto, a proporção de brasileiros às margens do sistema bancário chega a 85% da população.

Segundo Bittencourt (2001), cerca de 34% dos municípios brasileiros não possuem nenhuma agência bancária. Os bancos públicos e privados têm uma grande dificuldade em trabalhar com a população de baixa renda, seja por meio de financiamentos produtivos de pequeno porte ou no fornecimento de serviços (talão de cheques, cartões, poupança etc.). A recusa em atender esta camada da população é aplicada por meio de excesso de burocracia e exigências, bem como a imposição de capital mínimo para operar com o banco. A exceção ocorre por parte de alguns bancos em relação à poupança, nesse caso o interesse é do banco, que busca captar os poucos recursos poupados sem fornecer nada em troca a estes poupadores, direcionando os recursos para outros setores econômicos. Nesse sentido, as dificuldades apresentadas pelos bancos em atender os menos favorecidos se explicam pelo fato de esse contingente movimentar pouco ou nenhum recurso bancário e por apresentar pouca ou nenhuma garantia ao banco. São por esses motivos dentre outros que os bancos não se interessam em emprestar aos pobres.

O Brasil possui uma estrutura legal complicada, não apenas na área financeira, como também em algumas outras áreas que impactam na implementação de programas microfinanceiros: impostos, leis trabalhistas, código de defesa do consumidor, etc. Os governos passados e ao atual efetuaram progressos nessas áreas. No entanto, várias reformas adicionais ainda são necessárias no sentido de tornar as microfinanças uma atividade viável. Em geral, entretanto, a vinculação à lógica convencional de mercado, de remuneração do dinheiro e de resposta aos custos operacionais, tem determinado a prática de taxas elevadas de juros, encarecendo o crédito inclusive das taxas médias, tornando alto o custo do dinheiro para quem mais precisa dele para sobreviver.

Singer (2002) observa que o crédito comunitário na luta contra a pobreza é essencial, sobretudo em países em desenvolvimento como Ásia, África e América Latina, onde impera uma maioria que se encontra em situação de pobreza. Nesses países, de acordo Singer, existem inúmeras famílias que subsistem em microunidades agrícolas, em atividades artesanais, no comércio ambulante, etc. Essas famílias não se beneficiam de salário mínimo nem de outras medidas de proteção do trabalhador formal. Para ajudá-las, torna-se necessário capitalizá-las e dar aos seus membros treinamento básico em tecnologia produtiva e em procedimentos contábeis e financeiros.

Na opinião de Toscano:

Não é crível que, apenas pelo acesso ao crédito, o enorme contingente de excluídos que vivem na informalidade possa garantir seu sustento e consolidar suas estratégias de sobrevivência de forma sustentável no longo prazo. A questão do crédito está umbilicalmente ligada ao crescimento econômico. No Brasil, a relação Crédito/PIB (cerca de 25%) é uma das mais baixas do mundo. Há que se reconhecer o esforço do atual governo em estimular, via bancos convencionais, a concessão de créditos de baixos valores, com a criação do “Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social – PIPS”. Contudo, limita-se à “bancarização” de uma parcela ainda pequena da população não atendida pelo Sistema Financeiro Nacional - SFN e, além da concessão de créditos, não amplia a gama de serviços financeiros oferecidos à população de mais baixa renda (Toscano, 2004, p. 4).

Oliveira (2005) também defende que outro limite que se apresenta é a necessidade de conjugar políticas públicas para enfrentar problemas estruturais antigos, como a pobreza e a exclusão, e problemas mais recentes, como o desemprego e a informalidade. O desafio é a construção de uma rede complexa de proteção social, que oportunize a todos o acesso aos direitos sociais.

2.3. As finanças solidárias como novos arranjos sociais possíveis

No contexto da conjuntura atual que se apresenta com limites e desafios quanto à proposição de políticas públicas de fomento as microfinanças, cabe destacar as finanças solidárias situada como campo da Economia Solidária. Segundo Vasconcelos (2002), as finanças solidárias são uma subárea ou campo específico da Economia Solidária. “Como qualquer sistema de financiamento, se constituem num instrumento de intermediação que procura produtos financeiros às necessidades básicas da população e ao fortalecimento do trabalho social acumulado em cada território” (Coelho, 2003, p. 153).

A história das microfinanças muitas vezes confunde-se com a história das finanças solidárias. Na visão de Coelho, as experiências nesse campo integram-se ao movimento fundante de uma economia alternativa que vai além do acesso ao mercado. “A construção dos produtos financeiros alternativos passa, portanto, por uma dimensão de integração comunitária e territorial que diferencia de uma visão de setor econômico de microfinanças” (Coelho, 2003, p. 162). Ainda cita o autor:

A economia e as finanças devem ser entendidas como processos socioespaciais. Não temos o hábito de pensar o território. Pensamos os setores, as políticas macro e quando muito a cidade. Pensar o território significa identificar as formas distintas de organização econômica, de relações próprias entre sistemas urbanos e agrários, às imposições em termos de mobilidade de trabalho, à história do lugar, sua cultura. Ou seja, significa pensar a sua construção social (Coelho, 2003, p. 163).

Na perspectiva de Coelho (2003), o conceito de finanças solidárias é mais completo e envolve os três conceitos (microcrédito, microfinanças e finanças solidárias) simultaneamente, embora os conceitos de microcrédito e de microfinanças nem sempre contenham o conceito de finanças solidárias, por não estar relacionado aos seus objetivos, que é o de formar grupos solidários com princípios comunitários, captar poupança dos usuários e oferta de crédito escalonáveis, com prazo curto de amortização. Como observa Coelho, o conceito de finanças solidárias amplia a concepção de microfinanças ao criar condições para o desenvolvimento humano. Essas ideias podem ampliar a noção de finanças, não a reduzindo somente à dimensão monetária.

Em relação ao conceito de finanças, Muñoz (2009, p. 208) explica que:

referem-se à utilização do dinheiro, seu preço, rendimento, proteção, transferência e controle, empréstimo e, em geral, a todas as atividades que conformam o fluxo monetário de entrada e saída ao longo do tempo. Tal conceituação não faz qualquer referência a quem sejam os atores envolvidos, os objetivos almejados, etc., preocupações estas que se fazem necessárias ao apontar-se que, em seu desenvolvimento “normal”, as finanças hegemônicas captam recursos de muitos para gerar crescente concentração e centralização entre poucos.

Muñoz ressalta que, em resposta a essa lógica, estruturam-se diversas modalidades financeiras muitas vezes denominadas de “finanças solidárias” como proposta de democratizar os recursos financeiros a serviço das necessidades de todos e não somente de uma pequena parcela de privilegiados.

Quanto ao conceito de finanças solidárias, esse pode ser entendido:

Como um instrumento de democratização do sistema financeiro, se insere no campo da economia solidária como instrumento de democratização das relações econômicas e do mercado (...) deve ser vista como um processo no qual se acumula socialmente; mudam relações de poder (...) configurando novas regras (...) insere-se como elemento central destas relações de força o poder da moeda. Em particular, no caso das finanças solidárias assume uma dimensão de meio de pagamento, funciona como forma de operacionalizar um sistema de garantia e de crédito, ou ainda como reserva de valor no caso da poupança ou do seguro (Coelho, 2003, p. 153-55).

Trata de pensar uma economia alternativa no mesmo tempo histórico do modelo dominante e trata-se também de pensar relações de poder e solidariedade no interior do processo produtivo. Seu sentido vai além de um acesso ao mercado, mas trabalha a democratização das relações econômicas e a expansão de formas de cooperação e de solidariedade (Coelho, 2003).

Muñoz traz como exemplo clássico de finanças solidárias, o cooperativismo de crédito⁶⁰, cuja forma é baseada nas cooperativas compostas de sócios/proprietários que se prestam a mutualizar-se como credores e devedores simultaneamente. “Essas cooperativas funcionam, ao menos formalmente, de maneira democrática, já que cada sócio tem um voto. Essa modalidade dá lugar a diferentes formas cooperativas cujo status legal e regulamentação varia muito de país para país” (Muñoz, 2009, p. 208). Os estudos de Muñoz apresentam diversos exemplos de práticas de finanças solidárias, além da forma tradicional de cooperativas de crédito, cita as organizações de microfinanças, os bancos comunales, finanças éticas a exemplo do Banco Palmas em Fortaleza - CE dentre outros. Não constitui nosso objetivo detalhar cada experiência, mas trazer elementos de compreensão do nosso campo investigativo acerca dos Bancos Comunitários.

Percebe-se que, para Muñoz, não há diferenciação entre o conceito de finanças solidárias e microfinanças. Para autora, tanto as modalidades de bancos comunales quanto as organizações que ofertam serviços microfinanceiros como o BancoSol da Bolívia e o Grameen, fundado por Yunus na Ásia, fazem parte da modalidade de finanças solidárias. Passos (2007, p. 47) esclarece que “as Finanças Solidárias não dizem respeito a todas as Instituições Microfinanceiras, mas àquelas pautadas na ética e na solidariedade”.

Quanto ao conceito de banco comunal descrito nas análises de Muñoz, é notório perceber que a definição se enquadra nas mesmas práticas dos Bancos Comunitários que investigamos em Montes Claros, o que poderia explicar as origens desse nosso objeto de estudo.

⁶⁰ As primeiras cooperativas de crédito foram organizadas na Europa a partir da segunda metade do século XIX, principalmente na Alemanha e Itália. A idéia era permitir que as pessoas juntassem dinheiro e pudessem tomar empréstimos mutuamente, criando assim condições para que a população mais pobre do campo pudesse ter alternativas para sair da miséria e melhorar de vida. No Brasil, o cooperativismo de crédito surgiu no início do século XX, trazido pelos imigrantes alemães e italianos. Eles implantaram um sistema de crédito cooperativo nos moldes das organizações que existiam em suas cidades e vilas de origem, na tentativa de resolver seus problemas de crédito, produção e consumo. A primeira cooperativa de crédito brasileira foi fundada em 1902 na cidade de Nova Petrópolis (serra gaúcha), funcionando até hoje. A partir dessa iniciativa, outras organizações de crédito foram criadas no Rio Grande do Sul e difundidas nos demais Estados. As cooperativas de crédito tiveram um grande desenvolvimento até os anos 1960, tornando-se principal sustentação financeira em muitos municípios brasileiros. Contudo, os problemas administrativos enfrentados por muitas destas cooperativas contribuíram para criar, a partir do final dos anos 50, uma situação de desconfiança e de desvirtuamento dos seus próprios propósitos iniciais (Bittencourt, 2001, p. 32).

O banco comunal consiste na formação de grupos de 30 a 50 membros proprietários, que o administram por meio de um comitê que recebe capacitação de uma agência de fomento. Essa tecnologia creditícia mobiliza poupança e outorga créditos, havendo reuniões periódicas dos membros. Os bancos são financiados por uma conta externa e por outra interna. A conta externa baseia-se em empréstimos concedidos pela agência promotora, no montante de uma quantia igual à soma das solicitações de empréstimos individuais. A exemplo do que ocorre nos grupos solidários, os membros de um banco comunal assinam uma garantia coletiva e, então, outorgam-se os empréstimos individuais. Por sua vez, a conta interna é formada por recursos dos membros, incluindo poupança, juros, multas cobradas dos integrantes, lucros de outras atividades, pagamentos parciais à conta externa, etc (Muñoz, 2009, p. 211).

O modelo de banco comunal com as características descritas foi idealizado na América Latina, nos anos 1980, por membros da Fundação para a Assistência Comunitária Internacional (FINCA). Um modelo similar a esse é o do Grupo Associativo Centro Internacional de Desenvolvimento e Pesquisa, localizado na França e operando principalmente na África. Esse se difere do FINCA por seus bancos formarem-se a partir da comunidade como um todo e não de diversos grupos.

Outra experiência ilustrada por França Filho e Laville (2004), no campo das finanças solidárias na França, é o caso dos Clubes de investidores para uma gestão alternativa e local da poupança, os chamados *CIGALEs – Clubs d’ Investisseurs pour une Gestion Alternative et Locale de l’Épargne*, estes se relacionam em rede mobilizando uma poupança de proximidade, a partir dos próprios membros associados. Os resultados dessa solidariedade são revestidos em projetos sociais locais com vistas a reforçar o tecido econômico local e dos laços sociais.

Outro exemplo emblemático de finanças solidárias que se diferencia do nosso objeto de estudo em alguns aspectos está localizado na região Nordeste do País. Trata-se do Banco Palmas, criado em 1998, também considerado uma espécie de banco comunitário ou uma instituição de crédito montada pela associação de moradores com apoio de ONGs. O Banco Palmas enquadra-se no campo das de “finanças éticas” conforme conceito citado por Muñoz. Essa tipologia “baseia-se na aplicação de uma série de ‘critérios positivos’ para promover determinadas atividades como o financiamento de atividades de comércio justo e solidário” (Muñoz 2009, p.210). O banco comunitário Palmas, diferentemente do Banco Comunitário, objeto desse estudo, tem personalidade jurídica própria e se enquadra na modalidade de OSCIP e conta com uma linha de microcrédito alternativo (para produtores e consumidores) para quem deseja criar ou ampliar um pequeno negócio. Possui também instrumentos de consumo local (cartão de crédito e moeda social, alternativas de

comercialização, feira e loja solidária), além de uma escola para desenvolver e disseminar os princípios da Economia Solidária.

França Filho e Silva Junior (2009, p. 31) denominam a tipologia do banco Palmas de Bancos Comunitários de Desenvolvimento – BCD que se enquadram na modalidade de finanças solidárias de “apoio às economias populares situados em territórios com baixo índice de desenvolvimento humano (IDH), estruturados a partir de dinâmicas locais”.

Nota-se que os fundamentos descritos na tipologia de BCD esboçado pelos autores guardam estreita aproximação com os princípios dos Bancos Comunitários em Montes Claros, todavia, no que diz respeito às ações, podemos notar algumas diferenças. Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento a exemplo do banco Palmas segundo França Filho e Silva Junior:

Apóiam numa série de ferramentas para gerar e ampliar a renda no território (por possuir estrutura para tal) Para tanto, articulam-se quatro eixos centrais de ações em seu processo de intervenção: fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em economia solidária. Diferente das práticas de microcrédito convencionais, orientadas à pessoa ou organização individual, os BCDs preocupam-se com o território ao qual pertencem, seja ele uma comunidade, um bairro, seja um pequeno município. Nesse sentido, os BCDs procuram investir simultaneamente nas capacidades de produção, geração de serviços e consumo territorial. Para tanto, financiam e orientam a construção de empreendimentos socioprodutivos e de prestação de serviços locais, bem como o próprio consumo local. Isso porque, para além da disseminação de microcréditos com múltiplas finalidades conforme as linhas de crédito definidas pelos bancos, seu maior objetivo e compromisso são a construção de redes locais de economia solidária mediante a articulação de produtores, prestadores de serviços e consumidores locais. Tais redes são também conhecidas como redes de prossumidores, pelo fato de associarem produtores e consumidores locais por meio do estabelecimento de canais ou circuitos específicos de relações de troca, o que implica uma ruptura com a clássica dicotomia entre produção e consumo, característica da lógica capitalista de organização do funcionamento econômico. A construção de redes desse tipo materializa a expressão concreta de uma outra economia nos territórios, a forma encontrada para se fortalecerem as economias locais, reorganizando-as na direção de um outro modo de promover o desenvolvimento, com base nos princípios da economia solidária (França Filho e Silva Junior, 2009, p. 31).

Os bancos comunitários descritos fazem parte de um movimento de Economia Solidária e integram a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, sendo o banco Palmas o maior expoente que atua no âmbito dos fóruns regionais e nacionais. A Rede criada possibilitou a criação de novos bancos do tipo Palmas. Conforme França Filho e Silva Junior (2009, p. 33), “até o primeiro semestre de 2008 foram implantados 30 BCDs em diferentes

idades brasileiras”, com parcerias com diversas instituições no Brasil. A reaplicação do modelo de banco Palmas expandiu-se também para a Venezuela por interesse do governo do País que adotou o modelo como política pública de desenvolvimento.

Os traços comuns entre os dois modelos de bancos comunitários podem ser percebidos nas contribuições que cada um possa oferecer quanto ao fortalecimento do tecido social local mediante novos padrões de sociabilidade calcados na disseminação de valores como confiança, lealdade e solidariedade.

A ousadia de um BCD reside na busca pela restauração de laços e vínculos sociais seriamente degradados pelas condições mais gerais de vida das pessoas localizadas em bairros populares por meio de um novo tipo de relação com o dinheiro e de organização da vida econômica e local (França Filho e Silva Junior, 2009, p. 34).

Nessas características, os bancos com adjetivo comunitário podem guardar estreita aproximação pela geração de “mais valia social” e pelo seu modo de atuar no território.

Conforme Burigo (2006), as finanças solidárias encontram-se em construção e vêm ganhando consistência teórica e transformando-se num movimento social, em algumas partes do mundo. Sua ideia apareceu na Europa nos anos 1980, época que marcava o fim do ciclo de crescimento econômico acelerado que a região vivera desde 1950. Especialmente na França, mas também em outros países europeus – está presente, igualmente, no Quebec. Como friza o autor:

As Finanças Solidárias foram um tipo de resposta original dada pela sociedade civil, no momento em que emergiam os fenômenos da exclusão social e da pobreza relativa (...). Ao contrário dos países do Sul, onde uma grande parcela da população vive em condição de pobreza absoluta, nos grupos atendidos pelas finanças solidárias européias e do Quebec, as pessoas tornaram-se pobres, principalmente pela perda de seus empregos. Assim, a perspectiva é a de re-enquadrar as pessoas excluídas no meio social, re-assegurando para uma minoria as mesmas condições em que vive a maioria (Burigo, 2006, p.155).

No Brasil, o movimento das finanças solidárias possui desenvolvimento relativamente incipiente⁶¹. Segundo Coelho (2003), as iniciativas crescem na década de 1990 ao lado da renovação e uma intensificação na busca de formas econômicas alternativas,

⁶¹ Segundo informações do MTE, o acesso ao crédito é também uma demanda prioritária da Economia Solidária, nesse sentido, a SENAES/MTE, desde 2004 vem apoiando projetos de finanças solidárias e estimulando o debate junto aos órgãos públicos e outras entidades sobre a criação de linhas direcionadas para segmentos específicos. O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado é parceiro do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento. Atualmente, no âmbito desse programa, a ação destina-se prioritariamente ao fomento a dois tipos de atividades de finanças solidárias: Bancos Comunitários e Fundos Rotativos.

orientadas para introduzir relações de cooperação e solidariedade no cenário de intensa fragmentação social e territorial.

Como afirma Burigo:

No Brasil, a ação das organizações financeiras solidárias se volta normalmente para grupos sociais que vivem sob a égide de mercados financeiros informais e semiformais, mas em alguns casos alcança também os que se relacionam com os mercados formais. Por isso, além das experiências das cooperativas de crédito solidárias, podem ser inseridos neste rol: bancos do povo (organizações de microcrédito popular), fundos rotativos (especialmente aqueles conduzidos por ONGs e entidades religiosas), modalidades de aval comunitário e solidário, circuitos financeiros informais (caixinhas), cartões de crédito informais e sistema de bônus, como o criado pelo Banco Palmas de Fortaleza e os clubes de trocas de moeda social, entre outras (Burigo, 2006, p. 156).

Quanto às referências principais de experiências de microcrédito no âmbito das finanças solidárias no Brasil, podem ser citadas: a Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (FENAPE), a instituição de crédito PORTOSOL sediada em Porto Alegre, o VIVACRED, no Rio de Janeiro, o BRB, em Brasília dentre outras ações municipais de geração de trabalho e renda. Coelho entende que as ações de microcrédito no campo das finanças solidárias constituem um sistema de apoio alternativo às redes e arranjos produtivos locais, ao fortalecimento de cadeias produtivas, às cooperativas e associações de produtores de comércio justo, à garantia de sistema de compras solidárias e aos sistemas populares de poupança e seguro, os fundos solidários dentre outros.

Coelho reconhece que “a construção dos produtos financeiros alternativos passam, portanto, por uma dimensão de integração comunitária e territorial que diferencia de uma visão de setor econômico de microfinanças” (Coelho, 2003, p. 162). Ainda assinala que:

As experiências de finanças solidárias se integram ao movimento fundante de uma economia alternativa. A necessidade de pensar uma economia alternativa ao mesmo tempo histórico do modelo dominante constitui também uma ruptura do pensamento tradicional dos movimentos sociais (...) seu sentido vai além do acesso ao mercado, mas trabalha a democratização das relações econômicas e a expansão das formas de cooperação e solidariedade (Coelho, 2003, p. 162).

Esse paradigma relativamente recente pode ser identificado em diversos países, desde as iniciativas do *Grameen Bank* nos países Asiáticos a iniciativas espalhadas em África e na América Latina. Os bancos comunales como são chamados em países como Argentina, Chile, Bolívia e Venezuela e Brasil (Bancos Comunitários), embora cada um com as suas especificidades, trazem na sua origem o mesmo traço, qual seja, o de congregar nessas

experiências pessoas que estiveram historicamente à margem do sistema financeiro formal e do acesso a outros benefícios sociais.

Quanto à abrangência do campo das finanças solidárias, Burigo (2006) explica que o movimento é integrado por redes de articulação de âmbito local e nacional e transnacional, a exemplo da Associação Internacional de Investidores na Economia Social (Inaise) e a Finansol⁶², associação com grande representatividade no campo das finanças solidárias na França.

No Brasil, no âmbito da Secretária Nacional de Economia Solidária - SENAES, “as Finanças Solidárias estão hoje em pauta, tendo lugar, principalmente, entre os grupos de trabalho no âmbito das redes e dos fóruns de Economia Solidária” (Passos, 2007, p. 19). O apoio às iniciativas advém do reconhecimento do acesso ao crédito como uma demanda prioritária da Economia Solidária.

A partir de 2003, formou-se um grupo de trabalho de finanças solidárias junto à Secretaria Nacional de Economia Solidária. Dele participam representantes das organizações civis e técnicos do Governo. Diante da fragilidade das organizações solidárias dentro do mercado financeiro formal, a preocupação do Governo localiza-se também na geração de políticas públicas e linhas de crédito oficiais (isso aconteceu, por exemplo, na formulação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO) adequadas à realidade financeira dos microempreendedores e das iniciativas que emergem no campo da Economia Solidária a exemplo dos Bancos Comunitários e Fundos Rotativos Solidários (Burigo, 2006).

De modo geral, as finanças solidárias ou finanças de proximidade abordadas podem ser entendidas como estratégias ou uma via para a obtenção de recursos. Como no caso dos Bancos Comunitários que serão apresentados em seguida.

⁶² Fundada em 1995, a Associação Finansol é um coletivo de representação das finanças solidárias sediada na França, mas com atuação em vários países. De acordo com o seu boletim ela valoriza os circuitos das finanças solidárias que é uma solução eficaz permitindo às pessoas em dificuldades, aos territórios e setores econômicos marginalizados, encontrar financiamentos que eles não encontram nos sistemas financeiros clássicos. Ela estimula, igualmente, o interesse do público para a prática da poupança solidária, que ajuda a financiar os circuitos e contribui para o desenvolvimento com equidade social. Integram a rede Finansol iniciativas como a Associação para o Direito à Iniciativa Econômica (Adie), Cigales, o fundo France Active, Nova Economia Fraternal – NEF e outras entidades civis, bem como alguns sistemas cooperativos de crédito de grande porte, como o Crédit Mutuel e Crédit Cooperative (Burigo, 2006, p. 155).

2.4. Racionalidade econômica dos Bancos Comunitários

Quando nos referimos a um banco, logo se remete a um *lócus* onde se realizam movimentações financeiras de depósitos, saques e empréstimos, entre outros serviços. As relações econômicas são baseadas em contratos.

O Banco Comunitário, conforme tipologia apresentada, remete inicialmente a ideia de um banco comum por realizar transações financeiras de crédito e poupança, dentre outros serviços. Todavia, em um Banco Comunitário, diferentemente de um banco convencional onde o que importa é o lucro e não as pessoas, as relações sociais são guiadas, em grande medida, por um conjunto de redes e de trocas materiais e imateriais. “Se a Economia Solidária, à primeira vista, carrega um contra-senso semântico (...) o Banco Comunitário ainda mais, posto que a instituição bancária é o coração do sistema capitalista” (Passos, 2007, p. 19). Em um Banco Comunitário, diferentemente de um banco convencional, as relações sociais são guiadas pela “mão invisível” da solidariedade, reciprocidade e confiança. A relação econômica é permeada por um circuito de princípios e preceitos. O simbólico hibridiza-se com o material, ou seja, as prestações se deslocam para outras fronteiras de inserção: social, cultural e religioso. A vida econômica encontra-se baseada em interesses comuns, participam de uma vida comum. É uma relação em que todos vivem o “nós” e que o “nós” vive em todos. Na perspectiva de Durham (2004), os Bancos Comunitários estariam inseridos na concepção de comunidade que implica em convivência comum associada à consciência coletiva de reprodução de práticas sociais locais ou a noção de pertencimento. Nesse ambiente, além das transações econômicas concretas, nos Bancos Comunitários, no processo de interação, há trocas simbólicas. No espaço comunitário, o que se deposita são soluções para os problemas sociais compartilhados cotidianamente, e o que se retira são sonhos, esperança, desejos e novas possibilidades de desenvolvimento, novas perspectivas.

Nesse sentido, postulamos que as ações coletivas microfinanceiras dos grupos sociais estudados estão imersas ou *embedness* no social no sentido polanyiano, ao contrário do banco convencional, onde o econômico encontra-se deslocado ou separado do social. A concepção de Bancos Comunitários é entendida com um espaço econômico diferenciado do espaço de um banco tradicional em que as relações de troca não remetem à noção comunitária nos interstícios da vida social. “Essas experiências concretas demonstram a economia como um lugar determinante, enraizada à vida social, caracterizada pela auto-produção e por

relações sociais de natureza coletiva, voltada para as necessidades e redes de consumo local” (Carvalho, 2008, p. 101).

A criação de mecanismos para prover serviços financeiros aos pobres não é algo recente. Como informa Fiori *et al.* (2004), a história mostra que ao longo dos séculos os mecanismos de finanças informais sempre foram utilizados por populações pobres que não tinham acesso a serviços financeiros tradicionais. Como ponderam, “os bancos tradicionais “não foram inventados para servir aos pobres” (Fiori *et al.*, 2004, p. 11). Ao estudarem a história das microfinanças desde os seus primórdios, os autores concluem que:

(...) a literatura sobre a história dos bancos e do dinheiro mostra um sistema construído para proteger os ativos dos ricos. Nessa história, os pobres desempenham papel secundário (...) quando da invenção das moedas em 600 anos antes de Cristo e quando do surgimento dos bancos italianos na renascença (...). As inovações da indústria financeira serviram para a marginalidade em relação aos pobres, com a adoção dos cartões de crédito ao final do século XX (Fiori *et al.*, 2004, p. 11).

Os Bancos Comunitários, inseridos no contexto do século XXI, são um desses exemplos de iniciativas que emergem como reação das populações desfavorecidas às condições impostas pelo sistema econômico dominante. São entendidos como modalidades da Economia Solidária e podem ser compreendidos como espaço social em que as pessoas de determinada comunidade criam redes de solidariedade para gerirem um fundo econômico relacionado ao crédito, poupança e outras atividades para obtenção de recursos escassos. No *locus* onde se encontram as experiências de Bancos Comunitários tem-se o que França Filho e Laville (2004, p. 104) denominaram de “espaços públicos de proximidade, que permitem uma construção conjunta da oferta e da demanda graças às interações entre as diferentes partes envolvidas”. Nesses espaços, ocorre “uma ação voluntária tratando coletivamente problemas cotidianos na esfera pública, em vez de cada um tentar resolvê-los individualmente na esfera privada” (França Filho e Laville, 2004, p. 104). Nessa perspectiva, os partícipes das experiências recorrem a diversas estratégias desde as econômicas a práticas de reciprocidade⁶³ e da cooperação como forma de obtenção de recursos escassos. Assim, nos Bancos Comunitários, a ação não se reduz a racionalidade do *homo oeconomicus*, mas desloca-se para

⁶³ A noção de solidariedade nos Bancos Comunitários aproxima-se da concepção de reciprocidade ou “de uma prestação feita em vista de outrem”, como diria Marcel Mauss (2003, p. 308), que vê nesse contexto de ação um espírito da dádiva que não apenas de mantém relevante na contemporaneidade, mas se constitui num aspecto central das relações sociais.

o *Ser Solidário*, em que “as relações diretas personalizadas ultrapassam o contrato entre pessoas, para englobá-lo na busca de fins comuns” (Chanial e Laville, 2009, p. 21).

Sabourin é um dos que se recusa a acreditar que toda ação reduzir-se-ia à racionalidade instrumental, assim comenta em seu artigo intitulado *A reciprocidade e os valores éticos da solidariedade econômica*, que:

A partir da reciprocidade é possível ter uma outra leitura teórica das prestações econômicas e sociais. Essa leitura não pretende ser exclusiva. Não nega a existência, a utilidade e a extensão das relações de intercâmbio mediante o mercado capitalista dos bens e do trabalho. Apenas propõe a base teórica para analisar práticas e relações econômicas, que não correspondem apenas ao princípio do intercâmbio mercantil, como, por exemplo, várias das iniciativas e prestações reunidas por meio da noção de economia solidária (Sabourin, 2007, p. 2).

Em meio ao exposto, a tese de Sabourin parece vir ao encontro das análises de Araújo e Rodrigues (2008b) quando percebem nas experiências de Bancos Comunitários no Norte de Minas Gerais evidências empíricas de uma racionalidade econômica diferente formada por laços sociais de cooperação e solidariedade, que, na perspectiva de Coraggio (2001), seria guiada não somente por aspectos materiais privados e públicos, mas pelo conjunto de recursos subjetivos demonstrados nos valores éticos e sociais na co-responsabilidade em busca de objetivos comuns. Nessa outra economia dos Bancos Comunitários, “assim como nas demais economias dos setores populares, dezenas de pessoas dependem, para sua reprodução, da realização ininterrupta de seu fundo de trabalho (...) para satisfazerem suas necessidades de maneira imediata ou mediata” (Coraggio, 2001, p. 117). De acordo com a abordagem de Coraggio, ainda que possa haver dinheiro envolvido nos intercâmbios derivados da solidariedade como acontecem nos Bancos Comunitários:

Não se trata de transações impessoais regidas pelos tipos de contratos e regras que caracterizam as relações de mercado. Não são impostos por mecanismos sem sujeito como no mercado, mas por pautas morais de comportamento histórica e culturalmente determinada. A solidariedade é uma dimensão muito importante da Economia Popular, porque a qualidade de vida alcançável depende não só das capacidades e recursos materiais, mas também do justo e do possível (Coraggio, 2001, p. 117).

No circuito econômico de um Banco Comunitário, “a criação associativa é impulsionada pelo sentimento de que a defesa de um bem comum supõe a ação coletiva” (Chanial e Laville, 2009, p. 21) “caracterizada pelas trocas monetárias e não-monetárias,

introduzindo relações sociais onde o valor de troca, de uso e de vínculos, podem ser igualmente considerados na relação social” (Carvalho, 2008, p. 102).

Numa perspectiva atual da Economia Solidária, poderíamos descrever os Bancos Comunitários na tipologia de *novos arranjos organizacionais possíveis*⁶⁴, vistos por França Filho (2001), mas que remontam segundo Singer (2002), ao cooperativismo de crédito do século XIX, cujo ponto de partida era a autoajuda dos interessados que conseguiam obter empréstimos no mercado financeiro ao construir uma garantia solidária mediante a confiança e a responsabilidade ilimitada⁶⁵ traduzida no lema *todos por um e um por todos*. O cooperativismo de crédito do século XIX criado pelos alemães Hermann Schulze-Delitzsch (no meio urbano) e Friedrich Wilhelm Raiffeisen (no meio rural) traz algumas características presentes nos Bancos Comunitários, como, por exemplo: as garantias dos empréstimos são confiadas ao caráter dos membros que o recebem; os empréstimos são destinados para investimento produtivo; a porta está sempre aberta à pessoa de valor necessitadas de empréstimo ou de poupar, sem distinção de profissão ou classe; a autogestão (participação dos membros na operação direta do banco) nesse caso, o trabalho de gestão é inteiramente voluntário e está sob a responsabilidade um conselho executivo formado por um presidente, (tesoureiro e secretário) eleito pela assembléia geral composta por todos os sócios. Singer (2002) assinala que uma das características desse tipo de sistema criado na Europa, notadamente na Alemanha, é que as cooperativas populares fossem operadas pelos próprios membros. “Assim, os membros assinam cadernetas de depósito e notas promissórias. O conselho de supervisão decide sobre os pedidos dos empréstimos” (Singer, 2002, p. 65).

Ainda explica o autor que:

⁶⁴ A tipologia descrita por França Filho (2001) diz respeito às experiências de Economia Solidária inscritas numa dinâmica atual em torno das chamadas novas formas de solidariedade que fazem alusão à iniciativa cidadã em oposição, ao mesmo tempo, às formas abstratas de solidariedade praticadas historicamente pelo Estado, de um lado e às formas tradicionais de solidariedade marcadas pelo caráter comunitário. Nesse sentido estamos diante de um fenômeno efetivamente inédito, pois estas experiências não parecem orientar-se segundo registro de uma sociabilidade típica da *Gemeinschaft* (comunidade), princípio comunitário (Tonnies), ou seja, uma sociabilidade comunitária (Weber), ou ainda, uma solidariedade mecânica característica das sociedades tradicionais (Durkheim). O tipo de comunitarismo que marca essas experiências emana de um comunitarismo muito mais escolhido como referência coletiva a um bem comum do que imposto pelo costume ou herdado. Além disso, o caráter inédito destas novas formas de solidariedade reside ainda na afirmação de uma dinâmica comunitária no seio de uma sociedade onde as relações relevem primeiro de uma solidariedade orgânica (Durkheim) ou da *Gesellschaft* (sociedade) princípio societário (Tonnies), ou ainda da sociabilidade societária (Weber). Vale ressaltar ainda que este campo da economia solidária circunscreve um universo específico de experiências neste domínio das novas formas de solidariedade.

⁶⁵ Princípio criado pelo alemão Hermann Schulze-Delitzsch criador das primeiras cooperativas de crédito no meio urbano. No meio rural, a invenção se deve a Friedrich Wilhelm Raiffeisen. Ambos procuraram criar meios cooperativos alternativos para financiar os pobres diante do desemprego e de outras adversidades provocadas pela Revolução Industrial (Singer, 2002).

Cooperativas com estes princípios passaram a ser conhecidas como Banco do Povo (...) que é autogestionário: a autoridade suprema é da assembléia dos sócios, em que cada um tem um voto, independentemente da sua quantidade de cotas do capital. A assembléia elege um conselho de supervisão e este escolhe um executivo, em geral formado por presidente, tesoureiro e secretário. Schulze achava importante que os membros aprendessem como opera o seu Banco do Povo, participando de suas atividades rotineiras. Assim os membros assinavam cadernetas de depósitos e notas promissórias. O conselho supervisão decide sobre os pedidos de empréstimos e, quando os atende, deve providenciar os fundos necessários (Singer, 2002, p. 62).

Como veremos, a filosofia de cooperativismo alemão do século XIX está presente no cerne da metodologia de Bancos Comunitários que desenvolve o capital social e gera capacidades de autogestão nas comunidades de baixa renda. Pode-se depreender que essa experiência não é uma cooperativa de crédito no sentido estrito, nem um intermediário financeiro a exemplo de uma instituição microfinanceira ou um banco propriamente dito, mas uma organização de pequenos poupadores e consumidores de crédito que se unem para gerirem um fundo, praticar as finanças e potencializar seu acesso mediante financiamento mútuo. Em contextos de crise, Fiori *et al.* (2004) reconhecem que a sociedade civil, ao longo dos séculos, vem se organizando de forma criativa e solidária para ter acesso aos serviços essenciais de crédito e poupança.

De acordo com Barcelos e Beltrão (2003, p. 187), no Brasil, as estruturas oligopolizada do mercado financeiro são mais um dos fatores que historicamente vêm contribuindo significativamente no processo das desigualdades sociais, ao não incluírem no seu público-alvo as pessoas de baixa renda, ou seja, a maior parte da população brasileira. “Sem este acesso, a conduta da vida cotidiana numa sociedade capitalista contemporânea é bastante problemática” (Menezes, 2007, p. 6).

Coraggio (2001) tem ressaltado que, frente às tendências excludentes, empobrecedoras e precarizantes do capital, as unidades domésticas populares não só incharam a tendência ao trabalho por conta própria, mas também foram se adaptando, combinando múltiplas formas de sobrevivência: o trabalho por conta própria individual, familiar ou associativo, a participação em redes de ajuda mútua, entre outras. Sem dúvida, os Bancos Comunitários existentes em Montes Claros fazem parte desse contexto esboçado por Coraggio. A Economia Solidária que se materializa nos grupos pode ser considerada uma metodologia de intervenção ou tecnologia social, um instrumento ou ferramenta para geração de trabalho, renda e para a promoção de desenvolvimento local em territórios caracterizados por alto grau de vulnerabilidade e exclusão social.

Nesse sentido, os Bancos Comunitários são intencionalmente criados para fazer face aos problemas e limitações gerados pela exclusão econômica e social. É uma forma de investimento em capital social aplicado por meio de tecnologias sociais a partir de investimento na capacidade das pessoas para que elas possam autogerir o seu próprio desenvolvimento no local como mostrado no estudo do terceiro capítulo.

2.5. Redes e capital social

Em face da tendência das práticas de Economia Solidária, cabe neste trabalho destacar duas categorias relevantes para o desenvolvimento dos Bancos Comunitários. A primeira categoria, a de redes sociais, que têm um papel indispensável nos processos de desenvolvimento local e, a segunda, o capital social.

Para uma explicação de redes, Mance (2002) discute que o grande avanço nos anos 1990 das práticas de Economia Solidária deveu-se à colaboração em rede entre organizações e esse é o caminho para a consolidação de uma alternativa ao capitalismo. O autor percebe que experiência da rede favorece a viabilidade de novas iniciativas econômicas. Assim, atuar em rede é quebrar o isolamento. Diante dessa perspectiva, as redes se apresentam como um processo de organização social e sua utilização prática têm sido utilizados para o desenvolvimento local. Por isso, Mance descreve que as redes solidárias são:

(...) uma articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir-se em novas unidades ou manter-se em equilíbrio sustentável. Cada nódulo da rede representa uma unidade e cada fio um canal por onde essas unidades se articulam através de diversos fluxos. Um princípio básico dessa noção de rede é que ela funciona como um sistema que se auto-reproduz, isto é, como um sistema autopoietico (...) (Mance, 2002, p. 24).

Rede na perspectiva miltoniana, é definida por dois aspectos; um material e outro social, o primeiro constata toda infra-estrutura que permite o transporte da matéria, de energia ou de informação e que localiza sobre um território com seus pontos terminais, nós de bifurcação ou de comunicação. O outro aspecto diz respeito às pessoas, as mensagens e valores que a freqüentam. Por meio das redes, é possível verificar três tipos ou níveis de solidariedade, o mundial, o do território e o local. Quanto ao terceiro nível, Milton Santos destaca que:

O lugar (...), é onde fragmentos da rede ganham uma dimensão única e socialmente concreta, graças à ocorrência, na contigüidade, de fenômenos sociais agregados, baseados no acontecer solidário, que é fruto da diversidade de um acontecer repetitivo, que não exclui a surpresa. (Santos, 2003b, p. 270).

É por isso, que Milton Santos dá atenção especial ao aspecto do local, do lugar, como ele mesmo diz – o que globaliza separa, é o local que permite a união, de modo que a base da ação reativa aos efeitos perversos da globalização se dá através da reconstituição de uma humanidade organizada em torno de comunidades que se reconhecem internamente, mas que também interagem, comunicam como o resto do mundo e participam de espaços mais amplos (Santos, 2003b).

Entendemos assim que, no lugar, espaço do acontecer e da resistência, a Economia Solidária tem como suporte as redes que passam a ser compreendidas como um dos instrumentos fundamentais para o fortalecimento das iniciativas econômicas e para a ampliação da capacidade política dos setores populares no sentido da conquista de políticas públicas. Destarte, a Economia Solidária, pela ótica dos movimentos sociais transformacionais, agindo em rede, onde se localizam no terceiro nível apontado por Milton Santos, na comunidade, pode ser entendida como uma estratégia de desenvolvimento local.

Quanto ao capital social proposto nessa reflexão, Lavelle (2002, p. 33) informa que as pesquisas em torno do capital social “ênfatizam as relações de cooperação e de solidariedade como recursos coletivos para a sociedade e para a economia”. Sobre o conceito, “capital social refere-se, em um sentido amplo, às características da organização social que facilitam a cooperação e a coordenação em prol do benefício mútuo, como, por exemplo, o compartilhamento de redes, a confiança e as pautas de reciprocidade” (Hintze, 2009, p. 49).

De acordo com Durston (2000, p. 5) “capital social, más allá de su expresión en la relaciones de confianza y reciprocidad entre individuos, articulados en redes interpersonales”. Pode-se depreender desse processo que a atuação em rede dos atores sociais na Economia Solidária possibilitaria o capital social que, segundo Putnam,

diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas.[...] O capital social facilita a cooperação espontânea (Putnam, 1996, p. 177).

O conceito de capital social, adotado por D’Araújo, é similar a uma “argamassa que mantém as instituições em contato entre si e as vincula ao cidadão visando o bem comum” (D’Araújo, 2003, p. 10). Como aponta a autora, longe de ser um antídoto mágico

contra todas as mazelas sociais, o conceito de capital social remete a valores que vão além do racionalismo econômico e lembra aspectos da vida em comum, valoriza a cultura humana em suas diferentes manifestações. Portanto, o capital social é um estímulo, uma ferramenta para os desafios práticos e teóricos do desenvolvimento e para a democracia. Como frisa a autora:

Capital social é bom para a economia e, portanto, para a sociedade. Isso porque as sociedades fortes em capital social não geram apenas mais riqueza: geram também sentimentos de igualdade, de justiça, de bem comum. O crescimento econômico viria acompanhado de bens sociais direcionados para o bem das pessoas e não para o aumento da riqueza como um fim em si mesmo (D'Araújo, 2003, p. 40).

Além disso, o capital social possibilita emergir um potencial ancorado em práticas de participação e interpelação que pela via democrática tem a capacidade de modificar o cenário de exclusão social que é característico da sociedade brasileira nesse século XXI como denuncia Baquero e Cremonese (2006). Esses autores defendem que o capital social e sua aplicabilidade podem vir a ser ou não “instrumento com possibilidades de abrir novos caminhos na resolução dos dilemas da ação coletiva” (Baquero e Cremonese, 2006, p. 9).

Tomando como pressuposto que “o capital social não é um instrumento que opera solitariamente” (D'Araújo, 2003, p. 40) e “facilita a cooperação espontânea” (Putnam, 1996, p. 177), é possível inferir que nos Bancos Comunitários, além de outros elementos, há uma forte presença do capital social, sobretudo demonstrado nas relações de confiança e reciprocidade.

Nos Bancos Comunitários viabiliza-se o florescimento de capital social a partir da cooperação que é o cerne do circuito. O capital social nos grupos emerge porque cria-se ambientes sociais para estimular a cooperação. Uma das regras para que exista capital social é a cooperação. A falta da cooperação significa a inexistência de capital social. Para Franco (2004), o estímulo à existência de redes sociais e de processos democrático-participativos possibilita o florescimento de capital social que vai se acumular e se expandir.

No circuito econômico solidário dos Bancos Comunitários a confiança é um elemento central no contexto de ação como visto por Balsa e Soleut (2006). Como observam os autores, os indivíduos confiam uns nos outros pelos custos e benefícios que tal atitude pode originar. A confiança como um dos elementos fundamentais do capital social pode se tornar um recurso para realização de objetivos sociais de amplo alcance.

Como se verá o capital social nos Bancos Comunitários serve como espécie de garantia, estando, porém disponível para os que não têm acesso ao mercado de crédito regular.

Não dispondo de bens físicos para dar em garantia, os participantes, na verdade, empenham suas relações sociais. O sistema de aval solidário nos Bancos é um exemplo de substituição de garantias reais pelo capital social.

Segundo Abramovay (1998), nem sempre o capital social (a confiança em especial) é um atributo de nobreza nas relações sociais. Como, por exemplo, cita as organizações, como a máfia, que estão apoiadas em laços de confiança, mas não residem numa reciprocidade ou geram instituições propícias à participação. Pelo contrário, em organizações criminosas, os laços de confiança residem na verticalidade dos contatos e, portanto, no desequilíbrio entre as partes. Não há uma equidade, por isso não se produz a regra da reciprocidade que é o elemento decisivo pelo qual o capital social gera instituições propícias à participação cívica. Outro fator apontado por Abramovay é que o capital social é um processo de aquisição de poder (*empowerment*) ou de autonomia. O autor ressalta que o capital social também aparece como um instrumento para solucionar os dilemas da ação coletiva. As ações cooperativas permitidas pelo capital social contrapõem-se ao princípio do pensamento clássico de que indivíduos não são capazes de cooperarem tendo em vistas seus interesses imediatos. Por isso Abramovay comenta que o capital social é antes de tudo a resposta ao dilema neoclássico da ação coletiva.

A noção de capital social é uma espécie de resposta a um dos mais decisivos mitos fundadores da civilização moderna, a de que a sociedade é um conjunto de indivíduos independentes, cada um agindo para alcançar objetivos a que chegam independente uns dos outros. Os indivíduos não agem independentemente, os seus objetivos não são estabelecidos de maneira isolada e seu comportamento nem sempre é egoísta (Abramovay, 1998, p. 4).

Conforme Baquero (2006, p. 61), “o pressuposto fundamental da teoria do capital social é de que tanto no sentido econômico quanto político, a cooperação voluntária é condição para alcançar objetivos comuns”. Assim, a cooperação é viabilizada pela confiança interpessoal, pela reciprocidade entre os cidadãos, pelas redes de envolvimento cívico e pela predisposição das pessoas em se envolver em atividades coletivas. Para Baquero e Hammes (2006, p. 235):

O capital social teria as funções de facilitar a constituição de organizações produtivas e de gestão coletiva e de gerar um entorno social propício para desenvolver ações inovadoras (apoio financeiro, acesso a capacitação, facilidade de adquirir novas tecnologias entre outras.

Como observado por Putnam, a união de vínculos de uma comunidade pode possibilitar através de uma cultura associativa que o desenvolvimento aconteça. Dessa forma, Dellabrida (2006) acrescenta que poderia se falar não somente de uma dimensão tangível do desenvolvimento, mas acrescenta-se a ele outros elementos onde se encontra uma dimensão intangível do desenvolvimento, imaterial e, portanto, com capacidade coletiva de realizar ações de interesse societário. São com essas questões que este estudo prossegue com o intuito de demonstrar que os aspectos imateriais e, portanto, simbólicos, são partes constitutivas da Economia Solidária que na perspectiva da economia plural apresenta diversos princípios.

2.6. Breve histórico das instituições de fomento dos Bancos Comunitários

O modelo de Bancos Comunitários, objeto desta pesquisa, são apoiados por organizações do Terceiro Setor. A Instituição⁶⁶ responsável pela criação da metodologia dos Bancos Comunitários é a Visão Mundial, organização não-governamental (ONG) humanitária cristã que atua em aproximadamente 100 países no enfrentamento da pobreza e da exclusão social. Ela tem como foco principal de atuação em seus programas, as crianças e as comunidades empobrecidas que vivem em situação de vulnerabilidade social. As suas ações buscam desenvolvimento de comunidades e de socorro em situações emergenciais. No Brasil, a entidade atua desde 1975 apoiando projetos sociais na erradicação da pobreza e conta com parceria internacional. Está presente em áreas estratégicas como em regiões empobrecidas do semiárido (Nordeste do Brasil, Norte de Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha, Amazonas, Tocantis e grandes centros urbanos como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Seu compromisso é com a promoção humana integral, desenvolvendo, portanto, o potencial não só das crianças, mas também de suas famílias e comunidades. A entidade desenvolve programas em diversas áreas, tais como: Educação, Saúde, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Rural, Desenvolvimento Comunitário, Direitos Humanos, Habitação e socorro em situações de emergências. A principal estratégia de intervenção de desenvolvimento local é o Programa de Desenvolvimento de Área (PDA). Segundo a ONG, essa é uma forma concreta de ação que gera impacto transformador em uma determinada área. Cada PDA se estrutura em uma área geográfica específica, na qual são estabelecidas parcerias

⁶⁶ Fundada em 1950, por Bob Pierce, jornalista, correspondente de guerra dos EUA na Coréia, que se sensibilizou com o sofrimento das suas vítimas, principalmente crianças. Através de imagens por ele enviadas aos EUA, iniciou-se uma campanha para apadrinhamento de crianças órfãs. Doações permitiam que milhares de crianças pudessem ter acesso à alimentação e escola (STIGERT, Alexandre *et al.*, 2004, p. 209).

com organizações locais e desenvolvidas ações e projetos integrados em diversas áreas temáticas como, por exemplo: Desenvolvimento Infantil (Saúde e Educação), Economia Popular Solidária, Agroecologia e Desenvolvimento Rural, Educação Financeira, Formação Sociopolítica, Prevenção a DSTs e HIV/Aids, Compromisso Cristão. Os projetos sociais apoiados pela Instituição ancoram-se nos princípios de sustentabilidade, integralidade e gradualidade. Os recursos que a Organização investe nos diversos projetos sociais mantidos no Brasil provêm de doações voluntárias de pessoas físicas e jurídicas do país e do exterior. No que refere às atividades de concessão de crédito realizados, a entidade trabalha com recursos advindos de Bancos Nacionais como o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BDMG - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais dentre outros recursos.

Em relação ao programa de Desenvolvimento Econômico⁶⁷ implementado pela ONG, destacam-se as ações de microcrédito⁶⁸ com atividades iniciadas em 1995 com um programa de Apoio ao Desenvolvimento de Microempreendimentos – PROMICRO, cujo objetivo central era a promoção, fortalecimento de empreendedores proprietários de microempresas, localizados em áreas urbanas pobres. No período de 1995 a 2005⁶⁹ O PROMICRO apoiou mais de 41 mil empreendedores pobres que experimentaram o desenvolvimento de seus negócios e melhoria de vida de suas famílias através do microcrédito. Isso representou um volume de operações num montante de R\$43,9 milhões de reais. No entanto, consciente das limitações legais de suas operações microcreditícias a ONG mentora dos Bancos Comunitários decidiu resguardar-se frente ao marco jurídico brasileiro e avançou no projeto de criação de uma Agência regulada na concessão de serviços microfinanceiros.

É desse contexto que nasce a ANDE - Agência Nacional de Desenvolvimento Microempresarial, organização especializada em microcrédito produtivo orientado⁷⁰,

⁶⁷ Os programas de desenvolvimento econômico englobam também programas de Comércio Solidário que promove a melhoria da produtividade artesanal e agrícola e viabiliza o acesso a mercados; Fundaf (microcrédito Rural) fundo para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar que apoia agricultores familiares na produção e comercialização de seus produtos; Proabite (programa voltado para construção e melhoria de habitações que viabiliza crédito habitacional para famílias de baixa renda; Cooperatur (Cooperativas Jovens de Turismo que atua nas áreas de hotelaria, animação e recreação, turismo ecológico e formação de guias de turismo.

⁶⁸ A ONG desenvolveu a experiência piloto de microcrédito na cidade de Recife – PE, expandindo-se, para os estados da Bahia, Minas Gerais, Ceará, Rio Grande do Norte e Alagoas, além de Pernambuco, oferecendo crédito para empreendimentos urbanos e rurais. No Norte de Minas Gerais e em especial em Montes Claros, a instituição atuou com programas de educação, saúde e desenvolvimento econômico, organização comunitária e promoção da justiça (STIGERT, Alexandre *et al.*, 2004).

⁶⁹ Informações obtidas do Relatório Executivo Anual-ANDE, 2008.

⁷⁰ Metodologia de concessão de crédito que prevê o acompanhamento e a orientação às atividades produtivas. Instituída pela medida provisória nº 226, de 29 de novembro de 2004. O Microcrédito Produtivo Orientado

responsável pela implementação da metodologia de Bancos comunitários, pessoa jurídica de direito privado que apoiada na Lei 9.790/90⁷¹ presta serviço de promoção de assistência social por meio de termo de parceria com o Estado no sentido de que é instituída por particulares; desempenha serviços não exclusivos do Estado, porém em colaboração com ele. Desse modo, a Agência recebe subsídios do poder público e de outros agentes financiadores para o fomento de suas atividades. Integra o Terceiro Setor, porque nem se enquadra inteiramente como entidade privada, nem integra a administração pública, direta ou indireta. Incluem-se entre as chamadas Organizações Não-Governamentais (ONGs) ou entidade paraestatal que atua ao lado do Estado. Como destacado pela ANDE⁷², em junho de 2004 a Agência iniciou o processo de transformação jurídica de ONG para OSCIP- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. Com o processo de mudança jurídica concluída, hoje, a Agência atua em parceria com a Visão Mundial passando a fazer parte do Programa de Desenvolvimento Econômico⁷³ da ONG.

A Agência de apoio aos Bancos Comunitários pode ser definida por uma associação civil sem fins lucrativos que tem como objetivo central a promoção, fortalecimento e desenvolvimento socioeconômico de empreendedores proprietários de pequenas atividades produtivas que vivem na região rural e urbana do semiárido brasileiro. Está estruturada nas cidades de Recife (PE), Fortaleza (CE), Salvador (BA) e Montes Claros (MG), além do Rio Grande do Norte e Alagoas. No meio rural, a ANDE possibilita que sejam potencializadas as capacidades produtivas das comunidades locais por meio do Fundaf – Fundo para o

integra o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - **PNMPO** criado no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego. Tem por objetivo incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares formais e informais, visa à estruturação e o crescimento sustentável dos empreendedores através de serviços microfinanceiros. Segundo a Agência apoiadora dos Bancos Comunitários, além do crédito, a metodologia proporciona serviços e ferramentas que favorecem a melhoria da gestão dos pequenos negócios, aumentando a capacidade sucesso e alcance da sustentabilidade. As ferramentas de gestão são proporcionadas através de cursos de capacitação, assessoria técnica direta e acompanhamento aos empreendedores durante o período de vigência do crédito (Relatório Executivo Anual - ANDE, 2007).

⁷¹ A Lei nº 9.790 criou um novo tipo de instituição não-governamental denominada OSCIP-Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. Essa definição baseia-se no Decreto Lei 3.100/99 que regulamenta a Lei 9.790/99 e na Portaria 361/99 do Ministério da Justiça. As OSCIPs têm a permissão explícita de mobilizar recursos externos para atividades, incluindo microfinanças. De outro modo, as ONGs que não estão habilitadas a esse tipo de comercialização do crédito tem restrições por se enquadrar na Lei da Usura que limita a cobrança de taxa de juros ao dobro da taxa legal que é de 1% ao mês.

⁷² Informações extraídas no site: www.agenciaande.org.br

⁷³ Este programa de Desenvolvimento Econômico, que atua em áreas rurais e urbanas, fornece apoio financeiro e técnico a microempreendedores, produtores e agricultores; qualificação profissional e geração de emprego e renda; formação de grupos produtivos; possibilita a melhoria da produtividade artesanal e agrícola viabilizando também acesso a mercados através do Comércio Justo e Solidário; apóia a criação e fortalecimento de cooperativas locais (crédito e turismo); promove a implantação de bancos comunitários; fornece financiamentos para a capitalização de micronegócios e também crédito habitacional para famílias de baixa renda (programa para construção e melhoria de habitações); promove ainda capacitação dos empreendedores envolvidos (Oliveira, 2005b, p. 80).

desenvolvimento da agricultura familiar. A proposta da Instituição é buscar a promoção da justiça por meio da melhoria do acesso dos empreendedores pobres ao crédito, do incremento de renda e da redução das desigualdades, problemas comuns no contexto de atuação da Organização.

O perfil dos clientes atendidos pela Agência microfinanceira constitui-se em microempresários formais e informais dos mais variados segmentos, comércio, serviço e indústria. Por meio da ação de financiamentos, a Instituição realiza operação de microcrédito produtivo orientado a partir das tipologias de Crédito Individual, Grupo Solidário e Bancos Comunitários. O Crédito Individual atende microempresários formais ou informais que possuem avalista para garantir o acesso ao empréstimo. De acordo com os dados mostrados no GRAF. 2, a carteira ativa institucional da agência possui 13% de clientes que acessam esse produto. Quanto aos Grupos Solidários, esses funcionam mediante o sistema de aval solidário e são entendidos como uma organização informal de indivíduos (de três a sete pessoas) com interesses compartilhados que respondem solidariamente pelo crédito. Essa modalidade representa 71% na carteira ativa da Agência microfinanceira. Assim como na modalidade de Grupos Solidários, os Bancos Comunitários funcionam também por meio de aval solidário e possuem suas especificidades como, por exemplo, o produto consiste na formação do grupo por meio de um programa de educação financeira, poupança e fortalecimento dos laços de solidariedade, com fins de viabilizar o empréstimo. Os Bancos Comunitários somam 16% das operações microcreditícias. São voltados para grupos maiores compostos por 10 a 25 pessoas de baixa renda (Relatório Executivo Anual- ANDE, 2008).

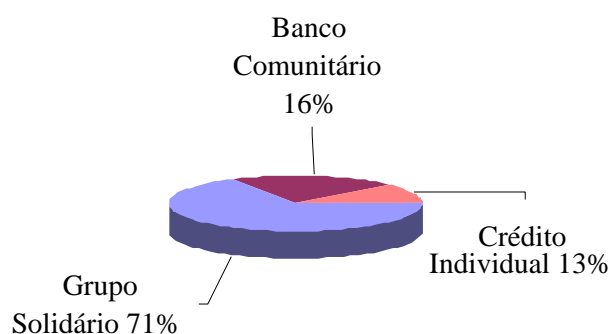


GRÁFICO 2 - Orientação em percentuais das operações de microcrédito pela Agência microfinanceira
Fonte: Elaboração nossa com base nos dados do Relatório Executivo Anual- ANDE, 2008.

Como ilustram as informações contidas no GRAF. 2, o principal produto difundido pela Agência microfinanceira vem sendo o crédito em grupos, com 87% da

demanda total dos recursos destinados a atividades produtivas. De modo geral, a metodologia de grupos solidários é uma estratégia utilizada internacionalmente na concessão de microcrédito. Dentre os motivos de escolha dessa estratégia está a adequação de garantias especialmente entre os clientes com dificuldade em oferecer garantias reais ou avalista. A coresponsabilidade de cada membro pelo pagamento do débito dispensa outras garantias, pois ao mesmo tempo em que o cliente é tomador do crédito ele é também avalista solidário. No que se refere aos Bancos Comunitários, em especial, a Agência considera a metodologia diferenciada em relação às demais por possuir características que se enquadram na chamada tecnologia social.

A Rede de Tecnologia Social (RTS), criada em fevereiro de 2005, define Tecnologia Social como produtos, técnicas e/ou metodologias desenvolvidos na interação com a comunidade e que devem representar efetivas soluções de transformação social. O conceito remete para uma proposta inovadora de desenvolvimento, baseada na disseminação de soluções para problemas relacionados a questões como água, alimentação, educação, energia, habitação, renda, saúde e meio ambiente, dentre outras. São exemplos de tecnologias sociais: as cisternas de placas pré-moldadas (utilizadas para levar água à população do semi-árido nordestino). O soro caseiro (mistura de água, açúcar e sal que combate a desidratação e a mortalidade infantil. Outro exemplo de tecnologia social são os programas de autogestão ou de Economia Solidária que podem ser desenvolvidos por Universidades mediante as Incubadoras de Cooperativas Populares. Nesse caso, o conhecimento técnico-científico pode aliar-se ao popular.

Conforme Dagnino (2009, p. 316), o surgimento da Tecnologia Social⁷⁴ como tecnologia alternativa à convencional ocorreu no Brasil recebendo essa designação no início da década de 2000. Seus atores estavam preocupados com a crescente exclusão social, precarização e informalização do trabalho e animados pela percepção de que era necessária uma tecnologia que pudesse contribuir com a solução desses graves problemas sociais.

A Agência de fomento dos Bancos Comunitários entende que a Tecnologia Social aplicada aos grupos de finanças solidárias:

⁷⁴ Embora associada aos movimentos sociais e, especialmente, à economia solidária, a definição de TS apresenta uma nítida fragilidade analítico-conceitual. Ela ainda não indica os elementos essenciais que garantiriam sua plena aplicabilidade (que não se resume à dimensão econômica). Esses elementos dizem respeito a um conjunto de indicações de caráter sociotécnico alternativo ao atualmente hegemônico capaz de orientar as ações de fomento, planejamento, capacitação e desenvolvimento de TS dos implicados com esses empreendimentos: gestores das políticas sociais e de C e T, professores e alunos atuantes nas incubadoras de cooperativas, técnicos de institutos de pesquisa, trabalhadores ou outros agentes (Dagnino, 2009, p. 315).

É reconhecidamente uma tecnologia com grande capacidade de impacto. A organização é feita através de processo de educação social, econômica e financeira, incluindo a educação para a poupança, como forma de aumentar a capacidade do grupo de se apoiar mutuamente para o desenvolvimento socioeconômico. O crédito surge como um dos elementos que potencializa o desenvolvimento das unidades produtivas e incrementa a geração de renda dos grupos (Relatório Executivo Anual – ANDE, 2007, p. 9).

Em 2007, a Agência recebeu o prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, concedido pela Fundação Banco do Brasil. O certificado de Tecnologia Social reconhece a organização como a primeira a fomentar a metodologia de Bancos Comunitários no Brasil, metodologia que passa a fazer parte do Banco de Tecnologias Sociais da Fundação Banco do Brasil.

Quanto ao crédito destinado aos Bancos Comunitários, parte⁷⁵ dos recursos advém do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO. A Agência apoiadora dos Bancos Comunitários repassa aos microempreendedores populares os recursos oriundos dessa linha de crédito do governo federal por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Como já explicitado no primeiro capítulo, a finalidade do Programa é disponibilizar recursos a empreendedores que estão geralmente na economia informal e que não têm acesso ao crédito nos formatos tradicionais oferecidos pelos bancos em geral. Para acesso ao Microcrédito Orientado, um dos requisitos do empreendedor é possuir pelo menos um ano de atividade produtiva e necessitar de investimento para aplicação em capital de giro (compra de mercadorias) e/ou fixo (compra de equipamentos). Quanto ao financiamento, a instituição disponibiliza valores⁷⁶ diferenciados para cada modalidade de crédito que variam de no máximo R\$ 10.000,00 para a modalidade Individual, R\$ 7.000,00 para cada integrante de Grupos Solidários e R\$ 3.000,00 para cada membro de Bancos Comunitários (Relatório Executivo Anual – ANDE, 2008). A oferta de crédito é estendida aos estados brasileiros do Nordeste: Pernambuco (Recife – Matriz); Alagoas (Maceió); Bahia (Salvador); Ceará (Fortaleza); Minas Gerais, Norte de Minas (Montes Claros, Janaúba, Bocaiúva, Pirapora, Lontra, Francisco Sá, Curvelo, Araçuaí, Itinga e Santo Antônio do Jacinto).

⁷⁵ Quando disponíveis, a Agência acessa fundos públicos e privados para expansão da oferta de crédito. A Agência concede empréstimos aos Bancos Comunitários que por sua vez repassam os empréstimos a comunidade.

⁷⁶ Em relação à média Brasil de empréstimos do crédito convencional da Agência, essa atesta que em 2007 foi de R\$ 881,00 o que sinaliza um direcionamento dos produtos oferecidos para os mais pobres (Relatório Executivo Anual – ANDE, 2007). Em relação à média de empréstimos dos Bancos Comunitários em específico em Montes Claros, até 2008, essa estava em torno de R\$ 360,00, segundo informações obtidas na ANDE – Montes Claros.

Quanto aos impactos⁷⁷ gerais de atuação da Agência microfinanceira no Brasil, os dados mostram que a organização possuía ao final de setembro de 2008, 22.565 clientes ativos como um volume de empréstimos na ordem de R\$ 9,2 milhões. Quanto ao perfil dos clientes, as mulheres representam 80% dos empreendedores beneficiados. Segundo Relatório Executivo Anual - ANDE, 2008, 44.102 crianças foram apoiadas direta e indiretamente por meio do incremento da renda familiar. Nesse sentido, conforme estimativas da Agência, foram gerados 36.752 empregos até setembro de 2008. Quanto à natureza das atividades financiadas, o Relatório Executivo Anual - ANDE, 2007, registra que 98% das atividades financiadas encontram-se na informalidade. Outro dado se refere ao número de 7.671 pessoas que participaram do programa de educação financeira e possuem poupanças em bancos oficiais, um ativo importante para o socorro e proteção da família, conforme informações da Agência Nacional de Desenvolvimento Microempresarial - ANDE.

2.7. O cenário da pesquisa e breve histórico dos Bancos Comunitários

Os Bancos Comunitários selecionados para a pesquisa estão situados em territórios do município de Montes Claros cuja população estimada em 2008 era de 358 mil habitantes (IBGE, 2008). No contexto mineiro, Montes Claros está localizada na mesorregião Norte de Minas uma das regiões com menor índice de desenvolvimento socioeconômico, representando uma zona de fronteira entre o Sudeste e o Nordeste. Ao ser considerada região periférica, com baixo dinamismo relativamente ao centro-sul do país, o Norte de Minas tornou-se objeto de políticas desenvolvimentistas da União passando a integrar, a partir da década de 1960, a área da Superintendência para o Desenvolvimento do Estado do Nordeste - SUDENE⁷⁸, órgão responsável por viabilizar o processo de industrialização na região via incentivos fiscais e financeiros.

Ao analisar o crescimento econômico da região Norte de Minas desde a década de 1960 e 1970, Rodrigues (2000) afirma que crescimento econômico da região oriundo do processo de industrialização⁷⁹ melhorou significativamente o setor de infraestrutura, contudo as

⁷⁷ Este relatório teve algumas limitações em função de dificuldades de acesso aos dados pertinentes para pesquisa. O acesso restrito às informações não nos permitiu elaborar um estudo que enfocasse dados mais detalhados em relação ao impacto quantitativo dos serviços microfinanceiros. Desse modo não foram obtidas informações específicas do impacto das operações de crédito no Norte de Minas Gerais.

⁷⁸ Autarquia Federal criada a partir da política desenvolvimentista do governo Kubitschek, quando se procurava alcançar o crescimento econômico do país de forma acelerada, e a integração das áreas consideradas periféricas ao núcleo mais dinâmico (Andrade, 1993, p. 38) citado por (Leite e Pereira, 2008, p. 46).

⁷⁹ Conforme Rodrigues (2000), o processo de modernização das estruturas econômicas da região norte mineira desenvolveu-se em decorrência das ações da SUDENE criada em 1959 pelo governo federal no sentido de agir

assimetrias permaneciam, o que evidenciava nas grandes desigualdades de condições de vida dos estratos sociais mais baixo tanto em áreas rurais quanto urbanas.

Como mostra os estudos de Leite e Pereira:

O Norte de Minas tem como uma das suas características mais marcantes o fato de localizar-se numa área de transição, tanto do ponto de vista ambiental, quanto socioeconômico. Com seus ecossistemas de cerrado e caatinga, seu clima tendendo à semi-aridez e as precárias condições de vida da maior parte da sua população, apresenta uma maior proximidade com a realidade nordestina. É comum relacionar a região com a pobreza, a seca, a marginalização, o isolamento regional, a dependência dos municípios frente às transferências da União e do Estado, fenômenos que, historicamente, aproximam-na mais do Nordeste brasileiro do que do Sudeste. É considerada como uma região de transição (...) Conhecendo mais de perto o Norte de Minas não podemos deixar dar razão a essa visão dualista da região, através da qual identificamos, concomitantemente, muita pobreza e nichos de riqueza, modernidade e tradicionalismo, produção e escassez, discursos e realidade. É nessa região que Montes Claros individualiza-se por ser o centro urbano mais desenvolvido (Leite e Pereira, 2008, p. 28-29).

Nesse contexto, a microrregião de Montes Claros, composta por 22 municípios e inserida na área mineira do polígono da seca ou região Mineira do Nordeste - RMNE vem se despontando dentre as cidades da área mineira da SUDENE como uma economia que reestrutura-se, amplia-se, consolida-se e diversifica-se por atrair “mais investimentos, em virtude da localização geográfica, da posição como centro regional e do fato de possuir boa infra-estrutura urbana” (Leite e Pereira 2008, p. 46). Por essas condições grande parte da população dos municípios da região tende a se transferir para a cidade o que contribui para o número de pessoas à procura de emprego e da informalidade devido à não absorção dessa população na oferta de emprego (Costa, 2001).

Nessa direção Ferreira (2000) acrescenta que pode-se verificar que Montes Claros continua mantendo sua liderança em relação a outros municípios norte-mineiros. Todavia, na configuração da cidade, há um grande contingente de trabalhadores na economia informal das mais variadas. A pesquisa da autora constatou que a maior parte dos negócios informais é de natureza individual, com participação direta de familiares, e o funcionamento das microunidades de produção funcionam dentro da própria residência ou cômodo anexo. Em vista disso, o paradoxo demonstrado na análise de Ferreira (2000) revela que Montes Claros como qualquer centro urbano apresenta contrastes de um país que apresenta duas lógicas

na região Nordeste e Norte de Minas com vistas ao desenvolvimento em relação aos incentivos à industrialização. O norte de Minas constitui região de transição entre o Sudeste e Nordeste. Geograficamente localiza-se na região Sudeste. Para fins de planejamento federal, está inserida na região nordeste, pela semelhança de traços entre seus indicadores socioeconômicos.

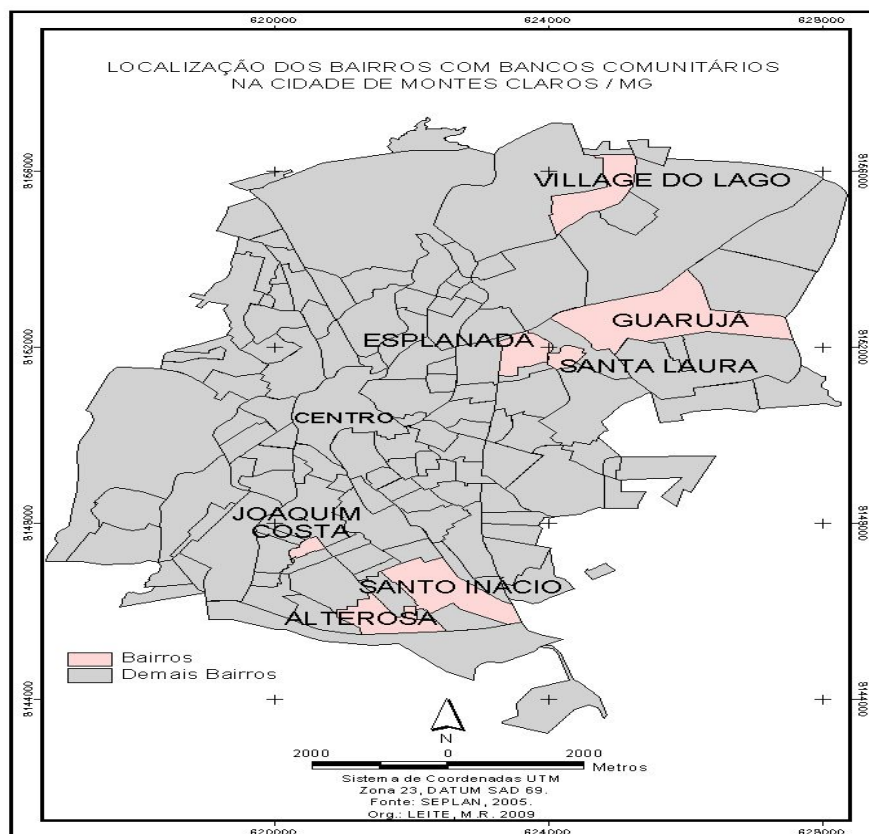
interdependentes de um mercado formal e de outro setor informal⁸⁰ composto pelos “supranumerários” ou pelos “desafiliados” da “sociedade salarial” nas expressões de Castel (1998).

Nesse cenário da crise do trabalho, o desemprego tem sido apontado como maior expoente. Ferreira (2000) estima que em Montes Claros existem cerca de 35 mil desempregados inseridos na informalidade. Com essas questões certamente para aqueles que vivem ou sobrevivem de algum modo dessa economia, haverá a necessidade de investimento nas suas atividades econômicas. A falta de acesso ao crédito⁸¹ entre outros recursos econômicos constitui um dos motivos pelos quais tem motivado os excluídos do mercado de trabalho formal a se auto-organizarem com vistas a ações coletivas. Os Bancos Comunitários em Montes Claros foram criados com o intuito de possibilitar acesso ao microcrédito e a poupança aos segmentos sociais situados em territórios marcados por pobreza e desigualdades sociais.

O conceito de Banco Comunitário para a Organização criadora do modelo está relacionado a grupos solidários de crédito e poupança que tem como objetivo promover o desenvolvimento local, dos negócios e das pessoas, por meio do fortalecimento da capitalização de pequenas atividades econômicas, gerenciamento de recursos e processo educativo. Na sua maioria, as pessoas que compõem os Bancos são mulheres, mais de 90%, que possuem seu próprio negócio, ainda que modesto vem contribuindo para o sustento familiar. O MAPA 1 mostra as áreas (excetuando o centro) em cujos bairros localizam-se os Bancos Comunitários no município de Montes. Os bairros são: Village do Lago II, Guarujá, Esplanada, Santa Laura, Conjunto Joaquim Costa, Santo Inácio e Alterosa.

⁸⁰ O termo setor informal foi cunhado pelo pesquisador Keith Hart nos anos de 1970, relacionando a uma variada gama de atividades econômicas nas quais as camadas pobres estavam engajadas, geralmente sem reconhecimento legal.

⁸¹ Os bancos brasileiros praticam uma das mais altas taxas de juros do mundo na ponta do consumidor, são extremamente seletivos na concessão de crédito (tanto produtivo, quanto o que se destina ao consumo das famílias), são restritos em seu atendimento – 35% da população e menos da metade dos municípios têm acesso aos serviços bancários – e, ao contrário do que seria desejável, não guardam nenhuma funcionalidade com qualquer projeto de desenvolvimento (Toscano, 2004).



Mapa 1 - Localização dos bairros onde existem Bancos Comunitários na Cidade de Montes Claros - MG
Fonte: Pesquisa de campo - 2008.

Ao mapear a desigualdade socioespacial urbana da cidade de Montes Claros/MG, no ano de 2000, Leite (2006) permite uma maior visibilidade dos contrastes socioeconômicos em que se encontram os Bancos Comunitários situados em regiões consideradas periféricas⁸² na cidade de Montes Claros. Os MAPAS 2 e 3 (adaptados) em tela fazem parte dos estudos desenvolvidos por Leite (2006) para compreender as consequências socioespaciais advindas do processo de crescimento urbano do município, a partir da década de 1970⁸³. A pesquisa mostra as desigualdades por regiões de planejamento no que refere aos indicadores socioeconômicos de nível de escolaridade (média de anos de estudo), renda per capita, valor e acesso a serviços de saneamento básico (água, esgoto e coleta de lixo). Com auxílio do

⁸² Segundo Leite (2006, p. 152), o conceito de periferia designa área da cidade ocupada por população pobre. Entretanto na configuração espacial de várias cidades, a periferia também vem sendo ocupada por uma população de alta renda, contrariando o conceito de periferia como *lôcus* de pobreza.

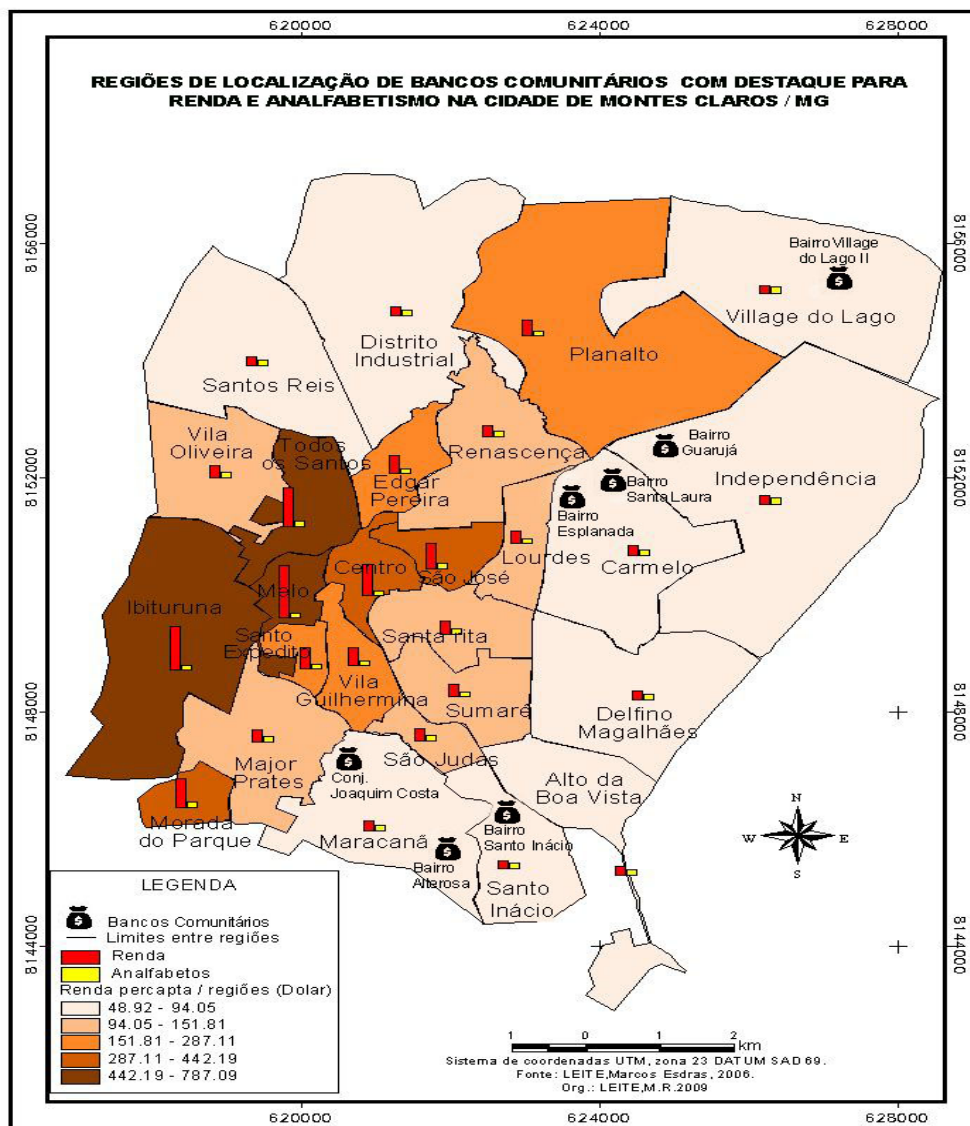
⁸³ A consolidação da posição de Montes Claros como centro regional a partir de 1970 teve forte influência do processo de urbanização vinculado a industrialização viabilizada pelos incentivos do governo por meio da SUDENE seu principal motor (Leite, 2006).

sistema de informação geográfica ou de técnicas do geoprocessamento, Leite identificou e analisou uma cidade dual polarizada entre ricos e pobres. Assim explica que:

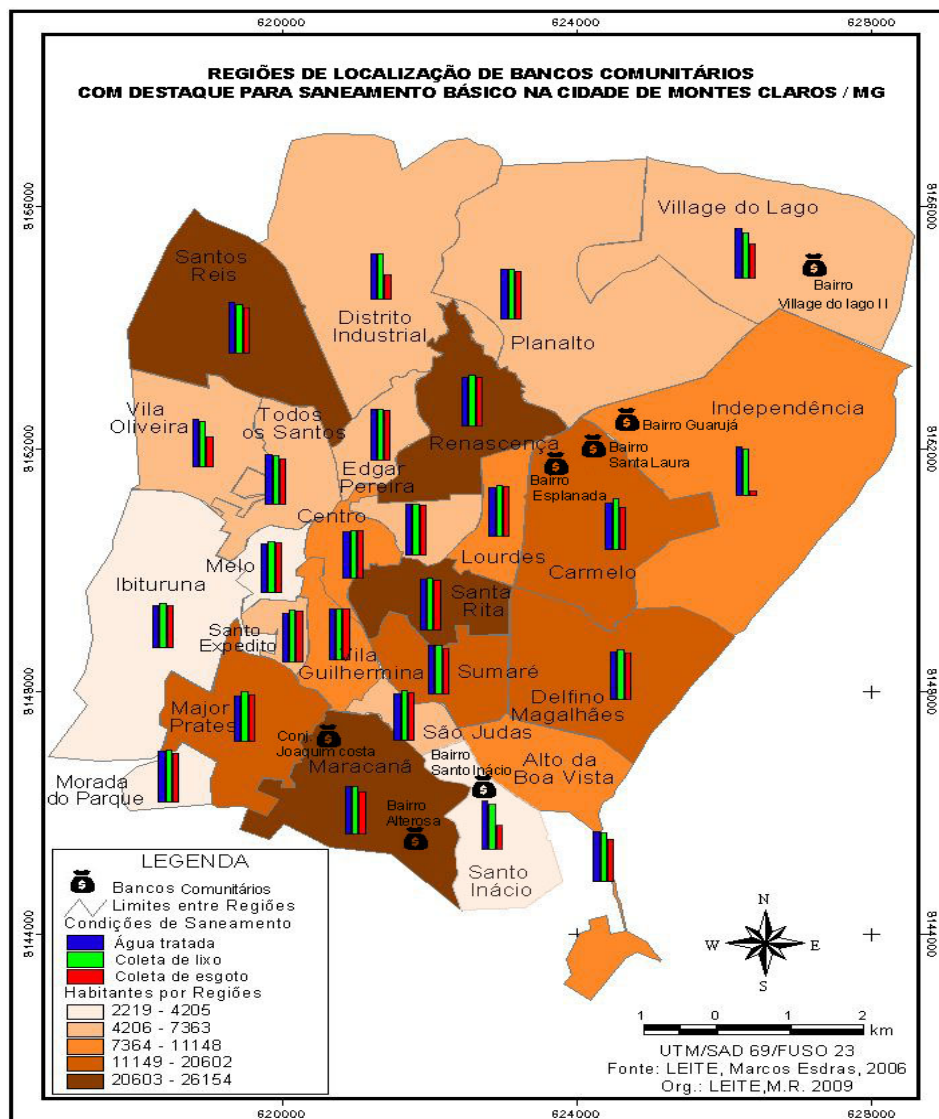
A diferença sócio-espacial de uma cidade, de maneira geral, é visível, mas, em Montes Claros, o contraste social é regionalizado, o que torna a fragmentação do espaço urbano mais excludente e, ao mesmo tempo, mais visível, haja vista que, existem áreas, na cidade, destinadas a abrigar determinada classe de pessoas. Isso pode ser facilmente constatado através da exposição de alguns índices e indicadores sociais (Leite, 2006, p. 129).

Em Montes Claros, segundo Leite, nas regiões de planejamento com menor índice de acesso à renda, escolaridade e infra-estrutura estão concentradas a população mais pobre (dentre as quais aquelas que participam dos Bancos Comunitários) em contraste com as regiões mais ricas (a exemplo dos bairros Ibituruna, Melo, Todos os Santos dentre outros) que apresentam a concentração da população com maiores indicadores sociais e econômicos. Percebe-se que a população com melhores condições de vida está localizada nas periferias Oeste, enquanto a população pobre e miserável⁸⁴ pulveriza-se nas demais periferias. Diante do exposto, Leite e Pereira (2005, p. 5) acrescentam que na expansão territorial de Montes Claros existe explicitamente um contraste social em duas regiões que dividem a cidade, uma a Leste considerada umas das mais populosas e, portanto a classe social que ali habita possui menor poder aquisitivo e convive com precárias condições de infraestrutura. A região Oeste por sua vez é a parte rica em infraestrutura e por isso o solo urbano nessa porção territorial é mais valorizado economicamente. Por isso, a população habitante dessa porção faz parte da classe média alta. Nesse sentido, “a desigualdade social se vê refletida na estruturação físico-territorial do espaço urbano” (Leite e Pereira, 2005, p. 5), como mostram os mapas a seguir.

⁸⁴ O estudo de Leite (2006) utilizou para definir pobres e miseráveis a classificação do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento – PNUD/ ONU. De acordo com essa classificação, podem ser consideradas pobres as pessoas que vivem com uma renda entre 1 a 2 dólares por dia, e miserável a pessoa que vive com uma renda inferior a 1 dólar por dia.



Mapa 2 - Regiões de localização dos Bancos Comunitários com destaque para a renda e analfabetismo na cidade de Montes Claros/ MG
Fonte: adaptado de Leite (2006).



Mapa 3 - Regiões de localização dos Bancos Comunitários com destaque para Saneamento Básico na cidade de Montes Claros/ MG.
Fonte: adaptado de Leite (2006).

Leite (2006, p. 145) conclui na sua análise, mediante os mapas apresentados, que a “desigualdade socioeconômica existente na área urbana de Montes Claros é notória, uma vez que denuncia, de maneira precisa a má distribuição de renda nessa cidade”. As regiões classificadas de pobres ou miseráveis convivem com a deficiência na infraestrutura e índices de escolaridade insatisfatórios. Segundo a sua classificação, são consideradas pobres aquelas regiões que representam uma renda per capita entre 1 a 2 dólares por dia a exemplo dos bairros Major Prates, Maracanã (onde existem 2 Bancos Comunitários) Alto da Boa Vista, Sumaré, Delfino, Carmelo (onde existem 2 Bancos Comunitários) Lourdes, Renascença e Vila Oliveira. As regiões consideradas miseráveis na visão de Leite representam uma renda

per capita inferior a 1 dólar por dia como no caso das regiões do Santo Inácio (onde existe 1 Banco Comunitário), Santos Reis, Independência (onde existe 1 Banco Comunitário), Village do Lago (onde existe 1 Banco Comunitário) e Distrito Industrial.

Nesse contexto, podemos inferir que os Bancos Comunitários inseridos nas regiões periféricas da cidade de Montes Claros tentam suprir a falta de solidariedade social do poder público pela solidariedade comunitária na providência de um mínimo de bem público para um contingente excluído dos processos de crescimento econômico. Os Bancos Comunitários são uma metodologia para trabalhar o microcrédito e a poupança e representam uma maneira informal de a população de baixa renda se unir de forma associativa para obtenção de recursos econômicos.

Na visão de Santos e Rodrigues (2005, p. 49):

O objetivo central destes programas é facilitar o acesso de famílias pobres a pequenas quantias que lhe permitam empreenderem ou sustentar atividades econômicas produtivas. Os programas de crédito têm sido utilizados com especial intensidade no Sudeste Asiático, particularmente em Bangladesh e na Índia, e passaram inclusive a ser uma bandeira do Banco Mundial na luta contra pobreza. Do ponto de vista do desenvolvimento alternativo, a proliferação de programas de microcrédito é um fenômeno de dois gumes. Por um lado os microcréditos em muitos casos providenciam meios de subsistência indispensáveis que têm efeito direto sobre o nível de vida dos seus beneficiários e que com frequência são acompanhados com programas de educação e desenvolvimento comunitário, contudo, por outro lado, alguns defensores do microcrédito e algumas organizações que implementam esse tipo de programa, encaram os créditos como fim em si mesmos e rejeitam enfaticamente qualquer tentativa de associar a prestação de serviços aos pobres com projetos de construção de poder comunitário.

O sistema de Bancos Comunitários poderia ser considerado estratégia de desenvolvimento local com base em sistemas alternativos fundados no princípio da reciprocidade. A FIG. 4 mostra a cronologia de surgimento dos Bancos Comunitários. Nota-se que o sistema surgiu no ano de 2001 em Alagoas como projeto piloto na comunidade de Brejal nos arredores de Maceió. Depois ampliou-se para outros Estados do Nordeste e para o Norte de Minas, onde existe desde 2004. O estudo identificou⁸⁵ que estão incluídos nesse sistema de Bancos Comunitários, dezenas de grupos sociais formados em todo Brasil dentro das comunidades mais pobres, do Nordeste (Ceará, Alagoas, Pernambuco e Bahia); Minas

⁸⁵ Informação extraída da matéria sobre Bancos Comunitários realizada pela Rede Globo no programa Ação Globo realizada pelo apresentador Serginho Groisman em 28/02/09. A entrevista enfocou a experiências de Bancos no Nordeste Recife e Fortaleza (onde existem um total de 78 Bancos Comunitários). Na reportagem não foi dado enfoque para os Bancos Comunitários do Norte de Minas Gerais.

Gerais (Montes Claros, Lontra e Japonvar) e Vale do Jequitinhonha⁸⁶ (Araçuaí, Itinga e Coronel Murta).

2001	2002	2002	2003	2004
Maceió	Recife	Fortaleza	Salvador	Montes Claros

FIGURA 4 - Linha Cronológica dos Bancos Comunitários.

Fonte: MUNDIAL, Visão. Avaliação dos Bancos Comunitários. Recife – PE, novembro, 2005.

Nas áreas onde são implementados os Bancos Comunitários geralmente são desenvolvidos outros Projetos de Desenvolvimento de Área -PDA- da instituição criadora dos Bancos, destinados à intervenção social nas áreas de educação e saúde em comunidades carentes. Não obstante, a metodologia de Bancos Comunitários tem se estendido para outras localidades que demandem crédito, ou seja, não ficando restrito ao grupo de famílias patrocinadas pela instituição. Em Montes Claros, por exemplo, existe somente um Banco Comunitário em área de PDA, que se localiza em uma das áreas mais pobres da cidade, a saber, no Village do Lago II⁸⁷. Um dos critérios para se descobrir nichos de pessoas que podem formar Bancos Comunitários parte do próprio agente de crédito em estudo de área que identifica a existência de atividades econômicas a partir da vocação local, isso se dá através de um diagnóstico na comunidade e/ ou informações contidas nos PDAs onde já existem pessoas que participam de projetos desenvolvidos pela entidade criadora e se enquadram dentro da metodologia de Bancos. Tal diagnóstico parte da constatação de que fazendo ou não parte dos programas já desenvolvidos pela ONG em determinada comunidade, os Bancos Comunitários podem ser acessíveis a todas as pessoas de baixa renda e em situação de pobreza, mas que sobrevivem por meio de pequenas atividades econômicas informais que demandem pouco investimento ou recurso financeiro e necessitem de um processo educativo de crédito e poupança. A metodologia de Bancos Comunitários é direcionada para setores de indústria, comércio e serviços das pequenas atividades econômicas que demandem pouco

⁸⁶ O Vale do Jequitinhonha, nordeste de Minas Gerais, é considerado uma das regiões mais desfavorecidas do país no que tange aos aspectos econômicos e sociais.

⁸⁷ No Banco Comunitário do bairro Village do Lago II, alguns comunitários possuem filhos apadrinhados pelo PDA, ou que estão integrados nos programas de desenvolvimento comunitário da ONG, mentora do projeto de Bancos Comunitários.

capital para sua operacionalização. A TAB. 2 mostra os locais onde se encontram atualmente Bancos Comunitários no Norte de Minas, a quantidade de Bancos e o número de mulheres e de homens participantes das experiências.

TABELA 2
Total de Bancos Comunitários Ativos no Norte de Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha em 2008

Localidade	Nº Bancos	Total de Membros	Mulheres %	Homens %
Montes Claros	08	118	98,30	1,69
Lontra	4	86	98,30	2,33
Japonvar	2	42	97,70	2,38
Umbuzeiro	2		-	-
Tabocas	1		-	-
Vila São Cristóvão	1		-	-
Araçuaí	3	31	80,65	19,35
Itinga	2	17	77,27	22,73
Coronel Murta	1	11	91,67	8,33
Total	24	305	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela Agência Microfinanceira 2008.

Dos dados obtidos, observamos que existiam em 2008, cerca de 24 Bancos Comunitários ativos no Norte de Minas com um total de 305 integrantes sendo que a maioria é composta por mulheres que desenvolvem pequenas atividades de artesanato, confecções, produtos alimentícios e correlatos. Como fica evidenciado, a participação do público-alvo nos Bancos é eminentemente de mulheres. Esse fato não constitui nenhuma coincidência, algumas características podem ser apontadas para se explicar os motivos que tornam a mulher o público-alvo a ser trabalhado nos programas de microfinanceiros.

Ao analisar as microfinanças e o seu efeito na vida das mulheres, estudos da ASEG (2002) mostram que na área da microfinança, a crescente evidência de algumas taxas de amortização serem maiores nas mulheres, conduziram alguns intermediários

microfinanceiros a especificamente se focalizarem nelas. Segundo o estudo, as mulheres constituem a maioria dos pobres, além disso, com “as mudanças no mundo do trabalho decorrentes da especialização flexível, as mulheres trabalhadoras continuam sendo submetidas a salários inferiores aos dos homens” (Ferreira, 2007, p. 55), tendo que recorrer a outras fontes de renda. Nesse sentido, os programas microfinanceiros que inicialmente pretendiam alcançar ambas as clientelas, feminina e masculina, passaram a ser predominantemente orientadas para as mulheres. Isso porque esses programas acreditam que as mulheres pobres cumprem melhor os seus compromissos dos que os homens pobres, e ainda porque as mulheres dedicam mais dos seus rendimentos produzidos pelas suas atividades financeiras para o bem-estar das suas famílias. Nesse sentido, o olhar da microfinança incide sobre as mulheres como agentes principais no desenvolvimento social e econômico. “As mulheres passaram a ser encaradas como microempresárias de sucesso; criadoras disciplinadas; investindo os lucros dos seus negócios na melhoria das suas casas e nutrição da família, no acolhimento das crianças, na saúde e na educação” (ASEG, 2002, p.25). Emprestar para mulher é uma forma de mitigar o risco, uma vez ela cumpre com as obrigações financeiras melhor que os homens. Vários estudos mostram que as mulheres têm taxas de inadimplência mais baixa do que as dos homens, especialmente no setor de microfinanças “elas representam 56% do total de clientes das instituições de microcrédito do mundo (...). No caso brasileiro, o melhor exemplo é o Banco do Nordeste com seu programa CrédiAmigo que possui 52% de mulheres entre seus clientes” (OIT, 2005, p. 20). No Norte de Minas Gerais, os estudos de Costa (2001) revelaram que mais de 60% dos clientes do CrédiAmigo são mulheres, o que reforça a característica do público-alvo dos programas microfinanceiros. No caso da Agência de fomento dos Bancos Comunitários, essa não foge a regra, no geral, o seu público feminino representa 80% dos investimentos em microcrédito (Relatório Executivo Anual - ANDE, 2008). No que refere aos Bancos Comunitários em específico, o percentual de mulheres de modo geral e no Norte de Minas chega a mais de 90% como mostrado na TAB. 2.

Segundo dados da OIT (2005, p. 26):

No Brasil, assim como em outros países, tanto bancos públicos, como as ONGs, trabalham mais com mulheres do que com homens conseguindo bons resultados. Tais instituições em geral não dificultam a participação das mulheres, pelo contrário, sabem que elas costumam ser boas pagadoras.

A predominância da clientela feminina nos programas microfinanceiros é explicada por Yunus (2006) que considera que esse nicho de mercado pode oferecer

perspectivas de desenvolvimento uma vez que as mulheres se preocupam mais com a família e com os filhos em particular. Ressalta que as mulheres em sua maioria são desprivilegiadas econômica e socialmente pela exclusão do mercado de trabalho com maior índice de desocupação e de precarização de emprego. Por isso, (Yunus, 2006, p. 192) acredita que “o microcrédito pode não ser a solução, mas é uma força de mudança, não só econômica e pessoal, mas também social e política”.

De acordo com a pesquisa de avaliação dos Bancos Comunitários realizada em 2005⁸⁸ pela Visão Mundial no nordeste do país, foi constatado que o investimento em mulheres contribui mais facilmente para o desenvolvimento da família e das crianças em particular.

Autores como Yunus (2006), Sen (2000), Angelin e Bernadi (2008) ressaltam a importância das questões de gênero, no sentido de que as mulheres têm dedicado muito de sua vida para manter as relações de reciprocidade que proporcionam coesão à família e à sociedade, sendo essas expressas nas práticas de se reunir em grupos, seja no clube de mães, na igreja ou comunidade, nas relações familiares e comunitárias. Em geral, elas são as primeiras a se auto-organizarem devido às dificuldades materiais que o mundo feminino apresenta como o acesso à propriedade, a terra e ao crédito dentre outros recursos.

Yunus tem destacado sobre a participação das mulheres em programas de microcrédito, e assim resalta por meio da experiência do *Grameem* que:

As mulheres são mais intensamente tocadas pela fome e pela pobreza (...) e o dinheiro, quando utilizado por uma mulher numa família beneficia mais o conjunto dos membros do que é utilizado por um homem. Além disso, o leque de prioridade dos homens é bem diferente do das mulheres, e as crianças não constituem para eles uma prioridade absoluta. Quando um pai miserável começa a aumentar sua renda, ele primeiro se ocupa de si mesmo. Quando uma mãe miserável começa a ganhar um pouco de dinheiro, é primeiro dos filhos que ela destina suas rendas. Depois vem a casa: ela compra alguns utensílios, refaz o teto e melhora as condições de vida da família. Se entre os objetivos do desenvolvimento figura a melhoria das condições de vida, o desaparecimento da pobreza, o acesso a um emprego digno e a redução das desigualdades, então é natural começar pelas mulheres. Econômica e socialmente desfavorecidas, vítimas do subemprego, elas representam a maioria dos pobres. E, na medida que estão mais próximas dos filhos, as mulheres encarnam para nós o futuro de Bangladesh⁸⁹ (Yunus, 2001, 116-117).

⁸⁸ MUNDIAL, Visão. Avaliação dos Bancos Comunitários. Recife – PE, Novembro, 2005.

⁸⁹ Bangladesh, um dos países mais desfavorecidos da Ásia, onde em 1976, o professor de economia Muhammad Yunus iniciou um movimento com a criação do Banco *Grameen*, que priorizou o microcrédito, acreditou na força e liderança das mulheres, sendo hoje um modelo que se expandiu para muitos países.

Nas análises de Yunus, não é por acaso que o *Grameen* tem focado sua atenção na concessão de empréstimos às mulheres carentes. O economista descobriu que as mulheres candidatas a empréstimos podem ser consideradas agentes privilegiadas do desenvolvimento. Assim ressalta Yunus (2006, p. 116), “quando mais eu avançava em meu projeto, mais eu tinha a certeza de que, quando o crédito era concedido às mulheres, produziria mais rapidamente mudanças do que quando ia para homens, pois os resultados já começam a aparecer”. É de se observar nessas questões, uma sensibilidade quanto à questão de gênero ao mesmo tempo que contribui para reforçar o argumento da responsabilidade das crianças e das mulheres no processo do desenvolvimento.

Amatya Sen também tem ressaltado sobre a importância das garantias de direito das mulheres quando lhes são dadas às condições de serem agentes de mudança não só para as suas vidas, como para a família e a sociedade na qual estão inseridas. De acordo com Sen, a expansão das capacidades das mulheres deve ir além do seu bem-estar que é um corretivo muitíssimo necessário, mas de receptoras passivas de auxílios, as mulheres devem ser vistas cada vez mais tanto pelos homens como por elas próprias, como agentes ativas de mudança, promotoras dinâmicas de transformações sociais que podem alterar a vida delas, das crianças e dos homens. Na percepção de Sen:

Nós não estamos apenas sãos ou enfermos, mas também agimos ou nos recusamos a agir, e podemos optar a agir de um modo ou de outro. Esse reconhecimento elementar, embora suficientemente simples em princípio, pode ter implicações rigorosas, seja para a análise social, seja para o raciocínio e ação práticos (Sen, 2000, p. 223).

O papel ativo das mulheres ou o seu empoderamento⁹⁰, no entendimento de Sen vai depender de algumas variáveis tais como, a independência econômica e emancipação social, ter direitos de propriedade, ser alfabetizadas e participar como pessoas instruídas nas decisões dentro e fora da família. O que os estudos do autor têm demonstrado é que quando há progresso nesses aspectos ocorre uma diminuição no que se refere às desigualdades de gênero, a injustiça social e mais respeito aos direitos humanos, sobretudo nos países em desenvolvimento.

Em um artigo intitulado: *Mulheres na Economia Popular e Solidária: desafios para a emancipação feminina e a igualdade de gênero*, as autoras Angelin e Bernadi (2007)

⁹⁰ De acordo com Sen (2000), as populações pobres não podem se desenvolver se não tiverem poder, ou seja, se não puderem exercer as suas condições de agente livres e ativos. Empoderar-se ou emancipar-se significa, portanto o poder de realizar ações, o acesso a diversas liberdades como da participação política, econômica e social. A constatação a que Sen chega é que o aumento de poder da mulher é importantíssimo para o desenvolvimento e esse exercício de poder vai depender das oportunidades que lhes são dadas.

discorrem que a história tem demonstrado que nesse processo de construção da Economia Solidária, vários grupos de mulheres têm se organizado, cada vez mais, em todo o Brasil, isso devido ao movimento da Economia Solidária ser mais latente em países mais atingidos negativamente pela lógica do capital, como aqueles localizados no hemisfério sul. Desse modo, o presente estudo contribui para o entendimento da maior participação feminina nos Bancos Comunitários e do contexto de solidariedade no desenvolvimento das capacidades das mulheres.

2.8. Fundamentos materiais e simbólicos dos Bancos Comunitários

A pesquisa de campo⁹¹ mostra que os Bancos Comunitários são formados por grupos de 10 a 25 pessoas que na sua maioria trabalham por conta própria. Em relação às atividades econômicas desenvolvidas com crédito obtido, elas são heterogêneas e apresentam como traço o pequeno porte, baixa capitalização e tecnologia com pouca inovação e não direcionadas a nichos específicos de mercado. São, em sua maioria, produtos e serviços voltados para camadas populares, vendidos em feiras ou em pontos estratégicos com grande fluxo de trabalhadores. Elas vão desde o pequeno comércio do bairro a atividades de fundo de quintal como, por exemplo, atividades de artesanato, produção de salgados, sacoleiras, biscoiteiras, costureiras, revendedoras de cosméticos, doceiras, vendedoras de hortaliças, de frangos, de queijo, prestação de serviços (eletricista e pedreiro) entre outras de natureza semelhante. Uma vez constituídos por pequenos grupos de vizinhança e de amizade, os Bancos Comunitários acessam recursos financeiros⁹² disponíveis pela instituição de fomento para fins de investimento nas atividades produtivas individuais ou coletivas. Assim, nesse sistema de ação poderíamos observar nas atividades econômicas empreendidas no interior dos Bancos Comunitários a criação de vínculos sociais mediante o capital social que surge nesse cenário como um “bem público capaz de gerar um novo contrato social baseado na cooperação recíproca, solidária e coletiva” (Baquero, 2003, p. 28). O capital social no

⁹¹Toda a dinâmica descrita baseou-se no trabalho de observação e entrevistas informais com alguns comunitários e representantes da instituição de fomento no período de agosto de 2008 a janeiro de 2009 a fim de obtenção de dados pertinentes ao estudo em questão.

⁹² Cada membro recebe financiamento que pode variar de R\$100,00 a R\$3000,00 com taxa inicial de 4,5% ao mês com prazo de financiamento em até 06 meses. Nas renovações do crédito, os juros podem chegar a 2% dependendo da quantidade de ciclos ou de renovações. A redução dos juros é gradativa sendo possível nas renovações do crédito. “Os empréstimos pequenos e/ou escalonáveis é uma tática de diversificação. Embora a teoria do empréstimo pequeno seja para introduzir os microempreendedores servem também para proteger a Instituição Microfinanceira contra qualquer risco concentrado em um único mutuário. Os empréstimos iniciais devem ser menores que os requeridos pelo mutuário. Cada empréstimo sucessivo cresce de acordo com o desempenho do cliente e capacidade de absorção de um empréstimo maior” (Brutt *et al.*, 2002, p. 27).

contexto dos Bancos pode ser percebível no processo de desenvolvimento da confiança recíproca entre os comunitários com objetivos de resolver problemas que exigem a ação coletiva (Putnam 1996).

Segundo Melo e Magalhães (2003), todo esse sistema não se sustenta se não houver um forte opção pela solidariedade. De todos, esse é o maior desafio, pois os produtores e consumidores do bairro estão impregnados pela cultura do medo, da desconfiança, da competição e da enganação que, segundo Giddens (1991), são condições características das *conseqüências da modernidade*⁹³, responsável por distanciar os indivíduos e as comunidades tradicionais. De acordo com Melo e Magalhães (2003), a cultura da solidariedade não se desenvolve de forma espontânea, é preciso esforço e pedagogia própria. Com base nisso, o modelo dos Bancos Comunitários prevê trabalhar questões conceituais, de solidariedade, cooperação, confiança, associativismo, desenvolvimento humano, da família e da comunidade.

As reuniões dos Bancos podem funcionar semanal, quinzenal ou mensalmente. Na prática solidária implementada nos grupos introduz-se mudança de mentalidade capaz de induzir a criação de capital social. Nesse sentido, Abramovay (1998) acredita que é possível criar e estimular o capital social onde ele é incipiente. Nesse caso, a Agência microfinanceira de apoio aos Bancos Comunitários tem um papel estratégico na articulação dos grupos mediante o estímulo a participação no circuito comunitário como ilustrado na FIG. 5 que mostra o fluxo de um Banco Comunitário.

⁹³Segundo Giddens, o conceito de modernidade está relacionado ao estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência.



FIGURA 5 - Fluxo de um Banco Comunitário. **Para melhor visualização vide figura anexa.**
 Fonte: Agência Nacional de Desenvolvimento Microempresarial – ANDE, 2008.

A FIG. 5 ilustra o funcionamento do circuito econômico empreendido nas ações dos Bancos Comunitários. Esse é um desenho de como está estruturada a experiência. A descrição da metodologia é baseada na captação de informações por meio das múltiplas fontes de evidências, pela observação das práticas dos grupos existentes em Montes Claros e mediante conversas com comunitárias e representantes da Instituição microfinanceira (gerentes, assessores e agentes de Bancos Comunitários) que aplicam a metodologia⁹⁴. Com esse estudo exploratório, procurou-se aproximar o máximo possível da realidade dos Bancos Comunitários procurando descrevê-la.

O fluxo em tela é um processo em que se dá todo o movimento das atividades do circuito econômico solidário dos grupos envolvidos na dinâmica. Esse fluxo é importante na análise na medida em que subsidia a reflexão acerca dos fundamentos materiais e simbólicos das experiências. O fluxo funciona como ciclo, isto é, como sequência de acontecimentos com começo e fim. Vejamos algumas características do ciclo quanto à duração, pagamento, autogestão dos recursos, adimplência, inadimplência, garantias e riscos.

Um ciclo é o tempo onde ocorrem as atividades de um Banco Comunitário que geralmente tem duração em torno de 4 a 6 meses. Durante esse período, os membros do Banco se comprometem em participar das atividades de crédito e poupança. O início do ciclo começa quando a Agência microfinanceira empresta o crédito ao Banco que repassa aos

⁹⁴ Embora exista um manual de metodologia de Bancos Comunitários, não nos foi dado acesso a esse material.

sócios que devem investir na atividade produtiva e retornar ao Banco que, por sua vez, reembolsa a Instituição credora completando o ciclo.

O recurso deve ser investido e mensalmente as comunitárias fazem o reembolso ou pagamento das parcelas à Instituição microfinanceira com o principal e os juros devidamente pagos. Dessa forma, esse fundo de investimento é autogerido pelo próprio Banco ou cada participante que recebe treinamento⁹⁵ por meio de educação financeira para aprender como deve poupar investir suas economias, controlar os pagamentos, a adimplência e pontualidade das sócias. O sistema da garantia do financiamento funciona mediante o aval solidário ou responsabilidade ilimitada cujo fundamento é expresso no lema *todos por um e um por todos* em substituição a garantia real. Nesse sentido, os riscos do não pagamento são compartilhados entre os membros.

O ciclo pode ser renovável caso os membros cumpram com as regras estabelecidas, quais sejam, o investimento na atividade e o reembolso do empréstimo para a instituição credora dentro do prazo. Para renovação do crédito, o grupo se reúne regularmente e aprova o pedido de empréstimo de cada membro. São as sócias do Banco quem decidem os valores de cada solicitante e quem poderá fazer parte do Banco. Nesse caso, as relações de vizinhança, de amizade e de confiança serão determinantes para a constituição dos laços sociais e acesso ao recurso. Se a mutuária não amortizar sua dívida nos termos do contrato, os demais membros do Banco o fazem em seu lugar, pois a inadimplência teria o corte de todos do circuito. O que leva uma pessoa para um Banco Comunitário em geral é o convite do amigo que se dispõe a cooperar e a confiar com vistas à obtenção do recurso financeiro. A cadeia de relações sociais em um Banco “permite transmitir e disseminar confiança: “Confio em você porque confio nela, e ela me garante que confia em você” (Putnam, 1996, p. 178). Os grupos confiam suas finanças levando em conta seu capital de confiança, de amizade e proximidade.

As análises mostram que há uma estreita relação dos Bancos Comunitários com o que França Filho e Laville (2004) chamam de finanças solidárias ou finanças de proximidade e que “corresponde à relação estabelecida entre os grupos ou pessoas graças à preservação de serviços que só ganham sentido pela vontade das partes interessadas de estabelecer laço social” (Laville, 2002, p. 30), como visto na figura, na forma que está estruturado os Bancos Comunitários.

⁹⁵ O treinamento dos membros do Banco é realizada em geral pelo agente de crédito ou agente de Bancos Comunitários.

Para participar de um Banco Comunitário, o interessado deve pertencer à comunidade local, possuir pequena atividade econômica (nos setores de indústria, comércio e serviços) que demande pouco capital para operacionalização, participar ativamente da implantação da metodologia de Banco Comunitário, gerenciar a atividade do Banco, participar da capacitação sobre a metodologia e das reuniões educativas, obrigarem solidariamente uns pelos outros na garantia dos pagamentos das parcelas do financiamento adquirido junto à Instituição financeira.

Quanto à estrutura dos Bancos Comunitários, esses são constituídos conforme representado na FIG. 6, por uma assembleia geral, uma diretoria e pelos sócios.

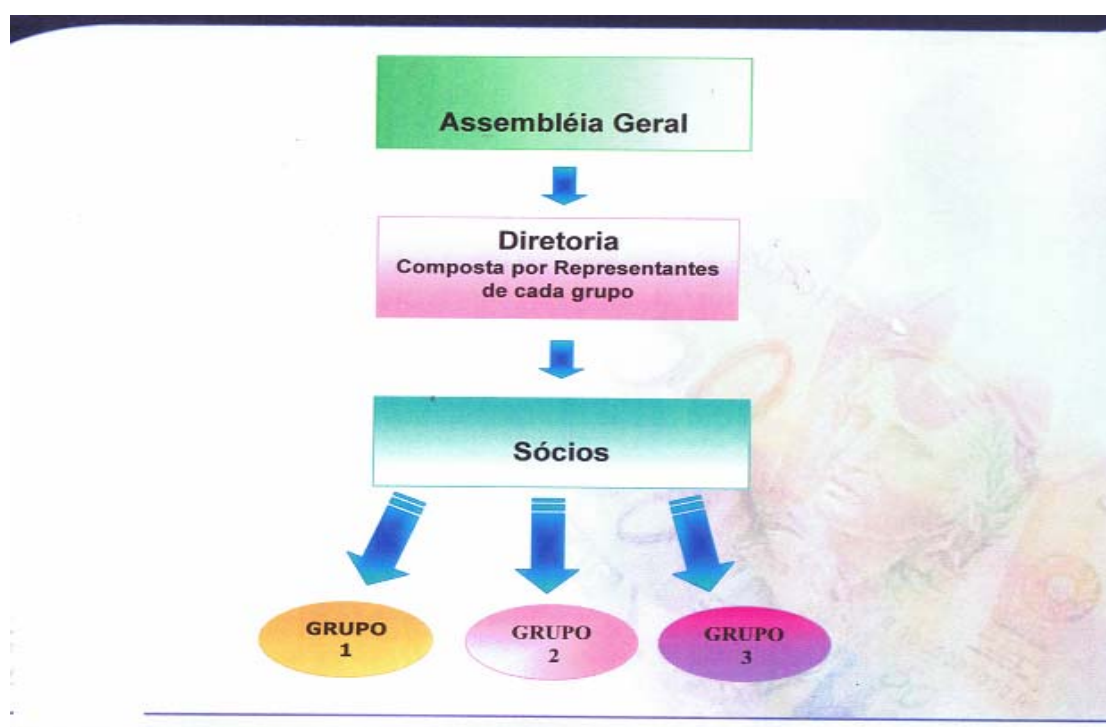


FIGURA 6 - Estrutura dos Bancos Comunitários

Fonte: Agência Nacional de Desenvolvimento Microempresarial – ANDE, 2008.

Em relação às atribuições referentes a cada um dos papéis dos membros do Banco, cabe destacar algumas definições:

Da Assembleia Geral:

A Assembleia Geral é a autoridade máxima do Banco Comunitário, é formada por todos os membros, que deverão estar inscritos em ata e cadastro. São responsáveis por eleger

e estruturar a diretoria do Banco; aprovar os financiamentos e ficar ciente das arrecadações do Banco; aprovar ou modificar o regulamento interno do Banco e aprovar as solicitações de crédito dos membros.

Da Diretoria:

Composta por seis membros representantes dos grupos solidários existentes no Banco. É formada por um presidente, um secretário, um tesoureiro, por três fiscais e ainda por uma comissão de eventos. É eleita por meio do voto aberto pelos membros da Assembléia Geral. Os candidatos a esse cargo deverão aceitar o ofício por vontade e não por pressão dos outros; o mandato deverá ser de seis meses, podendo ser renovado desde que para outros cargos (para que todos participantes vivenciem a troca de papéis e de responsabilidades compartilhadas).

A diretoria é responsável por coordenar as reuniões do Banco; controlar a arrecadação da poupança e representar o Banco junto à Agência microfinanceira; controlar as poupanças internas e externas do Banco. Cada cargo tem sua função específica, o que será definido pela assembléia geral, ou seja, por todos os membros do Banco Comunitário. Para composição da diretoria, os interessados no trabalho voluntário devem saber ler, escrever e realizar as quatro operações matemáticas (adição, subtração, multiplicação e divisão); estar disponível para capacitação necessária para administração do Banco, ter disponibilidade para realizar suas obrigações com o grupo: preenchimento de formulários, controles bancários, organização de reuniões, trabalharem para o Banco voluntariamente ou sem receber pagamento, não utilizar o cargo de diretoria para obter prestígio ou benefícios pessoais. Quanto às atribuições de cada cargo vejamos algumas definições:

Do Presidente: responsável por coordenar o Banco e suas reuniões mantendo a ordem e disciplina; motivar os membros, ser representante do Banco, tomar decisões finais caso a votação esteja empatada; preparar agenda junto à secretária, realizar junto com o tesoureiro os depósitos e retiradas da poupança do banco comercial, incentivar a democracia nas decisões do grupo, convocar reuniões extraordinárias junto com a secretária, quando necessário, informar a Instituição de apoio sobre o desenvolvimento das atividades do Banco.

Do Secretário: responsável por elaborar a ata das reuniões, ler em cada encontro a ata de reunião anterior e o saldo da poupança, elaborar as convocações para reuniões, fazer o controle de presença dos membros, ler correspondências recebidas pelo Banco, guardar os

documentos importantes do Banco, acompanhar o presidente e o tesoureiro quando forem realizar depósitos ou saques no banco comercial.

Do Tesoureiro: responsável por arrecadar os depósitos e pagamentos dos membros do Banco nas reuniões, manter atualizados os arquivos financeiros do Banco, ter controle detalhado das entradas e saídas de dinheiro, informar aos membros sobre situação financeira dos mesmos, controlar e supervisionar os formulários, manter os dados atualizados, realizar depósitos nas contas comerciais no prazo máximo de 24 horas após o recebimento dos pagamentos, fazer depósitos ou saques acompanhado do presidente e da secretária, buscar estratégias junto ao grupo para recebimento de parcelas atrasadas caso houver.

Dos Fiscais: responsáveis por fiscalizar a operacionalização do Banco Comunitário, solicitar prestações de contas, contribuir para o desenvolvimento do Banco Comunitário mediante supervisionamento de presenças e pagamentos e buscar estratégias junto à diretoria para recebimento de atrasos.

Da Comissão de eventos: responsável por promover e desenvolver eventos (bingos, bazares, rifas, feiras e outras estratégias para obtenção de recursos), buscando parceria e captação de recursos para o Banco.

Dos Sócios: Fazem parte da Assembléia Geral do Banco, são solicitantes do crédito e/ou poupadores devem pertencer a comunidade local. São responsáveis por assistir pontualmente às reuniões do grupo; investir o empréstimo na atividade produtiva; pagar pontualmente as parcelas do empréstimo; cumprir com depósitos de poupança; cumprir com as regras do Regulamento Interno do Banco (onde constam direitos e deveres do sócio, definição de quantidade mínima de poupança, sanções para cumprimento das regras); participar de todas as atividades realizadas pelo Banco e cooperar com os demais membros para um ambiente harmonioso e para crescimento conjunto.

Quanto às reuniões do Banco Comunitário, essas ocorrem conforme observação e relatos das comunitárias, com tempo total de mais ou menos uma hora na seguinte ordem: 1º inicia com uma oração, lista de presença, leitura de ata, capacitação (quando houver), arrecadação (pagamentos do crédito e poupança) dentre outros assuntos.

É importante destacar que para a formação e estruturação de um Banco Comunitário, a figura do Agente de Crédito ou Agente de Bancos é crucial, pois é ele quem faz o diagnóstico da comunidade de modo a identificar as potencialidades produtivas locais e mobiliza a comunidade para criação do Banco Comunitário. Após a identificação das potencialidades locais, o Agente de Crédito deverá marcar a primeira reunião com os potenciais membros do Banco Comunitário. Dentre outras atribuições do Agente de Crédito,

estão também: a divulgação do Banco; acompanhamento dos clientes do Banco; promover a capacitação para criação do Banco o que inclui o treinamento da diretoria para que esta possa: captar e registrar as poupanças e pagamentos de parcelas, acompanhar registrar a pontualidade, administrar os registros de conta interna e trabalhar com segurança, compromisso e solidariedade no grupo, elaborar projetos de análise dos negócios, supervisionar o desembolso e pagamento dos empréstimos, verificar controles financeiros, certificar-se do cumprimento das normas e facilitar as reuniões educativas.

Quanto às recomendações do cumprimento das regras do Banco, a metodologia estabelece regras e sanções como forma de conscientizar os membros de que o Banco constitui um grupo social, mas também um grupo econômico onde todos se comprometem a administrar o dinheiro da Instituição microfinanceira e de cada um dos membros de forma responsável. Nesse sentido, as regras e sanções devem ser estabelecidas antes do primeiro empréstimo e devem ser revizadas ao final de cada ciclo.

Diante dessas questões postas, cabe retomar uma indagação: o que impulsiona os indivíduos a se mobilizarem em torno do que aqui estamos chamando de Economia Solidária nas experiências de Bancos Comunitários? Milton Santos (2003) dá alguns *insights* nesse sentido. Em sua análise, o nosso tempo está consagrado pelo paradoxo avassalador do número de objetos ou bens materiais presentes no mercado ao mesmo tempo em que se multiplicam fontes de escassez de recursos para uma maioria da população.

A cidade pronta a enfrentar seu tempo a partir de seu espaço, cria e recria uma cultura com a cara de seu tempo e de seu espaço e de acordo ou em oposição aos donos de seu tempo, que são também os donos do espaço. É dessa forma que, na convivência com a necessidade e com o outro, se elabora uma política, a política dos de baixo, constituída a partir das visões do mundo e dos lugares. Trata-se de uma política de novo tipo, que nada tem a ver com a política institucional. Esta última se funda na ideologia do crescimento, da globalização etc., e é conduzida pelo cálculo dos partidos e das empresas. A política dos pobres é baseada no cotidiano vivido por todos, pobres e não pobres, e é alimentada pela simples necessidade de continuar existindo (Santos, 2003, p. 132).

Santos (2003) menciona ser a experiência das carências e escassez a ponte entre o cotidiano vivido e o mundo. Por isso, constitui um instrumento primordial na percepção da situação de cada um e uma possibilidade de conhecimento e de tomada de consciência. Santos observa ainda que os não possuidores ao lado da busca de bens materiais finitos cultivam a procura de bens infinitos como a solidariedade e a liberdade: esses quanto mais se distribuem mais aumentam. Milton Santos atribui um papel primordial dos pobres na

produção do presente e do futuro. Para ele, a pobreza é uma situação de carências, mas também de luta, um estado vivo, de vida ativa, em que a tomada de consciência é possível. Os pobres descobrem a cada dia formas inéditas de trabalho e de luta. Assim eles enfrentam e buscam remédio para suas dificuldades e, portanto, são obrigados a lutar todos os dias para prosseguir vivendo.

Octavio Ianni (1997, p. 113) contribui ao dizer que:

A emergência da sociedade global abre perspectivas novas e criativas para os indivíduos, grupos, etnias, minorias, classes, movimentos sociais, partidos políticos, etc. (...). Mas essa transformação de horizontes não é nem tranquila nem imediata. Realiza-se de modo contraditório e criativo.

Assim, os Bancos Comunitários constitutivos de um *espaço público de proximidade* ou de um espaço banal ou ainda de um cotidiano vivido como percebido por Milton Santos podem ser vistos como uma estratégia para além da simples sobrevivência. “Na realidade esse palco, junto com seus atores constitui a própria vida concreta da maioria das populações” (Santos, 2003, p. 130). Coraggio (2001) acrescentaria nessa afirmativa de Santos, que para além de um projeto de sobrevivência que é muito estreito, ao menos para as populações da América Latina, é preciso agregar a dimensão da reprodução ampliada da vida que significa à melhoria da qualidade de vida de todos.

Diferentes dos que acreditam que a Economia Solidária é um oxímoro, ou uma noção contraditória em si mesma, Singer, Gaiger, Laville, Boaventura de Sousa Santos, dentre outros, reconhecem que pode-se ficar na competição e não ir muito longe. Não obstante, associar-se através do fator trabalho pode possibilitar a geração de novas perspectivas de desenvolvimento.

Outrossim, entendemos, como Coraggio⁹⁶ (2001) e Sen (2000), que os inseridos na Economia Solidária, sobretudo os que compõem a Economia Popular Solidária, os mais carentes, possam ter o direito de uma reprodução ampliada da vida não só para si mas para o seu grupo e para a sua comunidade. Dessa maneira, a expansão das liberdades deve incluir além da reprodução da vida ao nível básico (alimento, abrigo, vestuário, etc.), deve perpassar pela reprodução ampliada da vida com qualidade, o que inclui educação, cultura, lazer, participação política e social.

⁹⁶José Luis Coraggio (2000), vide referência, aprofunda essa noção e com seus conceitos de reprodução simples e ampliada, explica que a reprodução simples significa a manutenção da vida dos membros de uma unidade doméstica ou de uma sociedade a um nível moralmente aceito como mínimo para a reprodução dos mesmos. Já a reprodução ampliada compreende uma melhoria estrutural da qualidade de vida, com base no desenvolvimento das capacidades e oportunidades sociais desses grupos.

2.9. Elementos da teoria da ação coletiva nos Bancos Comunitários

Para efeito desta pesquisa, entendemos ser necessário uma abordagem de algumas posições teóricas da teoria da escolha racional, tal entendimento nos auxilia na observação de outros aspectos concernentes ao objeto de estudo em questão. Não constitui pretensão desenvolver uma análise aprofundada sobre esse arcabouço teórico, apenas apresentar alguns elementos que possam subsidiar a análise.

A teoria da ação coletiva constitui um referencial para compreender o funcionamento dos agrupamentos sociais, a exemplo dos Bancos Comunitários. É importante destacar também que não se pretende restringir a análise dos grupos sociais estudados somente nessa perspectiva utilitária da escolha racional⁹⁷, tal reducionismo, impediria compreender outros aspectos importantes no estabelecimento do laço social nesse sistema comunitário.

A teoria da ação racional foi formulada inicialmente por Max Weber e retomada pelo pensamento econômico neoclássico, restringindo a uma teoria da relação meio-fim, à qual subjaz um critério de racionalidade instrumental próprio do cálculo hedonista de utilidade (utilitarismo) e das relações mercantis - eficiência formal (Hinkelammert e Jiménez, 2009). Os teóricos da escolha racional analisam ação e a racionalidade humanas segundo a teoria dos jogos inaugurada pelos matemáticos e economistas John Von Neumann (1903-1957) e Oskar Morgensten (1902-1977).

O tema da ação coletiva pode ser datado do início do debate contemporâneo atualizada pela teoria neoclássica proposta por Mancur Olson em 1965. A ação coordenada com vistas a objetivos comuns recebe o nome de ação coletiva termo cunhado por Olson (1999) criador “da teoria da ação coletiva” para explicar o comportamento humano. Segundo Olson, para que uma ação seja qualificada como coletiva, ela deve ser executada por todos os membros da organização. Desse modo, o interesse comum recebe o nome de ação coletiva. Olson também entende que o interesse de qualquer associação, seja um sindicato, clubes de moradores de um bairro, é sempre promover os interesses comuns de seus membros. Olson alerta que, supostamente nos grupos de interesse comuns pode haver também interesse puramente pessoais ou individuais.

⁹⁷ A escolha racional ocupa-se dos resultados pretendidos na ação. Não obstante, a racionalidade não é garantia de sucesso (Elster, 1994, p. 91).

Para Orenstein (1998, p. 60), em geral os modelos de ação coletiva partem do princípio de que o total de recursos para a provisão do bem coletivo resulta da soma das contribuições individuais como ocorre nos Bancos Comunitários, onde “as contribuições individuais se agregam por soma”. Se analisado sob o viés da teoria da escolha racional que tem como objetivo explicar o comportamento humano, os sujeitos sociais em um Banco Comunitário fazem o que acreditam que levará ao melhor resultado global. A lógica da ação coletiva nesse grupo social diz respeito a ser “melhor para todos se todos cooperarem”⁹⁸, (Elster, 1994, p. 151).

Assim, poderíamos inferir que nos Bancos Comunitários os participantes empreendem uma ação coletiva que requer a capacidade de cooperação para aproveitarem as oportunidades. Como diria Elster (1994, p. 152), “conjuntamente oportunidade e desejos são as causas imediatas da ação”.

Olson (1999, p. 116-118) aponta para o problema da ação coletiva que ocorre quando o “espírito comunitário não está igualmente desenvolvido em todos os membros da comunidade” e explica ainda que “assim como a classe é egoísta também é o indivíduo”. Esse comportamento apontado por Olson é possível de ser verificado nos Bancos Comunitários. Além do espírito comunal, responsável pela reprodução dos grupos, prevalece muitas vezes o interesse individual, o que acaba por esvaziar *os espaços públicos de proximidade*, de encontros e de interesse de participar das atividades grupais. Por conseguinte a obtenção dos recursos e a continuidade dos ciclos ficam prejudicados. Nos Bancos Comunitários os participantes têm interesses comuns, mas como diria Olson (1999) existem também interesses individuais, diferentes dos interesses dos outros membros. Como no interior de qualquer grupo social existe o conflito, o antagonismo e o interesse independente ou em outras palavras existe “a combinação de interesses individuais e comuns” (Olson, 1999, p.21). Isso é claramente percebível na fala de uma das comunitárias quando diz: “*o Banco para trabalhar, ele tem que ter a união de todo mundo, todos tem sua cota de responsabilidade, se só uma fica puxando a corda, puxando a corda, puxando a corda, o Banco não anda*” (Comunitária do Banco “Jesus é a Força” do bairro Conjunto Joaquim Costa - momento de eleição da Diretoria em 21/01/09).

⁹⁸ O mais conhecido dilema da ação coletiva é o exemplo clássico do dilema do prisioneiro e a Tragédia dos bens Comuns respectivamente em PUTNAM, Robert. Comunidade e Democracia. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996 e em OSTROM, Elinor. El Gobierno de los bienes comunes. La evolución de las instituciones de acción coletiva. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

Em outros casos observados, o dilema da ação coletiva nos Bancos ocorre pela busca de outras oportunidades econômicas, como, por exemplo, um trabalho no mercado formal. Nesse caso, a lógica individual supera a coletiva. Há casos em que algumas comunitárias preferem conciliar o trabalho no mercado formal com a participação no Banco, maximizando assim seus recursos. De modo geral, o que parece prevalecer na maioria dos grupos, não é o interesse egoístico, mas o espírito comunal, tendo em vista que os membros “se dedicam à melhoria da sorte material (...) e o egoísmo dá lugar ao espírito de sacrifício, à lealdade e o espírito comunitário” (Olson, 1999, p. 116-140).

Na perspectiva de Orenstein (1998, p. 47) na ação coletiva encontra-se um conjunto formado por diferentes tipos: moralistas, altruístas, apaixonados, perversos, etc. Elster (1989, p.186) citado por Orenstein (1998, p.50) acrescenta:

Eu não acredito que muitos casos de ações coletivas bem sucedidas possam ser explicados pelo postulado de racionalidade egoísta tão somente. Por outro lado, jamais defenderia a tese de que este tipo de motivação não tem qualquer papel na superação do *free rider*⁹⁹. Quando se defronta com uma ação coletiva bem sucedida, a tarefa importante é identificar precisamente a combinação de motivações-egoístas e normativas racionais e irracionais que a produziu. Motivações que tomadas separadamente não são capazes de produzir ação coletiva, ao se combinarem das mais diferentes maneiras podem fazê-lo, de maneira que o todo possa a ser maior que a soma das partes.

Elster (1994) acredita que a maior parte da cooperação é devida a motivações não-egoísticas. Para ele, várias motivações coexistem e reforçam umas as outras. Alguns querem fazer aquilo que seria melhor se todos o fizessem, querem promover o bem comum. Outros são utilitaristas¹⁰⁰, alguns são motivados pela norma da equidade, eles não querem andar de carona na cooperação dos outros, mas também não querem cooperar quando poucos outros o fazem. Na visão de Elster, os problemas da ação coletiva surgem porque é difícil conseguir que as pessoas cooperem para seu benefício mútuo. “Resolver o problema é atingir a cooperação mutuamente benéfica” (Elster, 1994, p. 156).

Entendemos como Jon Elster que a tarefa das Ciências Sociais é elucidar e explicar os mecanismos que causam os fenômenos sociais. Por isso, no capítulo seguinte nos

⁹⁹ Comportamento *Free rider* significa aquele que leva vantagem nas costas dos outros.

¹⁰⁰ De acordo Elster (1998), um utilitarista deseja cooperar porque o ato de cooperação aumenta o benefício médio. Para Elster, mesmo se as pessoas estão motivadas apenas pelos interesses individuais, as regras e os mecanismos do debate público vão forçá-las a justificar suas posições em termos de interesse público, e isso limita o interesse particular em alguma medida. A escolha racional ocupa-se dos resultados pretendidos da ação. Não obstante, a racionalidade não é garantia de sucesso.

preocupamos em apresentar algumas singularidades que caracterizam o objeto de análise que se privilegiou para este estudo.

3. A CONSTRUÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS EM MONTES CLAROS

A realidade é um campo de possibilidades em que tem cabimento alternativas que foram marginalizadas ou que nem se quer tentadas (...) Não interessa que sejam portáteis ou mesmo soluções de bolso. Desde que expludam nos bolsos [grifo nosso]. É possível reinventar as mini-racionalidades da vida de modo que elas deixem de ser partes de um todo e passem a ser totalidades presentes em múltiplas partes. É essa a lógica de uma possível pós - modernidade de resistência¹⁰¹.

Neste capítulo buscamos analisar as experiências de Bancos Comunitários e como a Economia Solidária se materializa concretamente nos grupos sociais e ao mesmo tempo verificar as mudanças econômicas e sociais advindas das práticas recíprocitárias. De modo geral, no primeiro momento apresentamos uma visão das experiências existentes em Montes Claros a partir de pesquisa exploratória das dinâmicas de 7 Bancos Comunitários compostos de 108 pessoas. Os grupos visitados localizam-se, na sua maioria, na zona urbana, 6 bairros, de Montes Claros e 1 na zona rural. Para o estudo foram realizados trabalhos de observação, coletas de informações e entrevistas junto aos grupos participantes no período de agosto de 2008 a janeiro de 2009. No segundo momento, dentre os grupos visitados, optou-se por aprofundar a investigação em 2 dois Bancos Comunitários: o Banco “Unidos Venceremos”, do bairro Village do Lago II, e o Banco “Jesus é a Força”, do Conjunto Joaquim Costa, onde foram coletadas informações com o objetivo de amplitude e conhecimento mais aprofundados sobre as práticas com o propósito de responder as questões suscitadas na pesquisa.

3.1. Os Bancos Comunitários de Montes Claros e a ação coletiva

Esta seção traz uma apresentação dos Bancos Comunitários visitados, a saber, “Unidos Venceremos”; “ASA”- Amigas Solidárias do Alterosa; “A União Faz a Força”; “Jesus é a Força”; “MEU”- “Mandacaru, Esforço e União”; “Boa vontade” e “Aliança”.

Pudemos observar no estudo diversos aspectos concernentes às práticas de Bancos Comunitários, suas dinâmicas, estratégias e como se estruturam. É importante perceber que, embora estejam dentro de uma mesma metodologia, cada grupo tem a sua especificidade em relação ao tamanho e na forma de se apropriar dos recursos. Há grupos com 10 membros,

¹⁰¹ SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2000; SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2005.

outros com 15 outros com 20. Dos Bancos visitados somente em 1 constatou-se a presença de um homem, que exerce atividade de alfaiataria.

Uma característica marcante das experiências pesquisadas é que uns são mais “agitados”, outros mais tranquilos, uns conseguem ser mais dinâmicos, outros não e nem por isso deixam de empreender e de se articular, cada um a seu jeito. As características de cada grupo são diferentes, enquanto tem-se em um Banco uma mistura de mulheres jovens com idade entre 20 e 40 anos, em um outro tem-se um grupo de mulheres com “idade de ouro” (acima dos 50 como elas próprias se identificam) que, com a sua tranquilidade, mansidão e leveza, conseguem administrar o Banco e cuidar das finanças muito bem. Os sujeitos em um Banco Comunitário agem tendo em vista o benefício coletivo ou grupal. Nesse sentido, os Bancos Comunitários podem ser caracterizados segundo os pressupostos da Economia Solidária, sendo fundamentados nos princípios da autogestão, da cooperação e da solidariedade. Assim sendo, nesses espaços de encontros, além da distribuição dos recursos, “o laço social constitui uma relação social partilhadas por valores comuns” (Balsa, 2006, p. 19).

No espaço dos grupos, o agir dos sujeitos sociais torna-se não só uma alternativa de renda, como também possibilita a criação de um outro tipo de relação assentada no plano simbólico, de *responsabilidade-pelo-outro*¹⁰². Baseados na cooperação, as participantes dos Bancos Comunitários desenvolvem normas e padrões de reciprocidade que mais que uma simples “Instituição Econômica, é um mecanismo que fortalece a solidariedade comunitária” (Putnam, 1996, p.179). Nessa direção, é interessante a observação de algumas falas das participantes dos Bancos visitados como, por exemplo, uma que diz “*nós somos uma irmandade*”, outras “*nós somos umas pelas outras*”, “*uma mão lava a outra*”, “*Decidi lutar pela comunidade, estamos aí para falar pelas demais*”, “*sozinhas nós não somos nada, juntas é mais fácil*”. Em momentos de feiras esporádicas, a falas acima descritas corroboram a fala de uma jovem comunitária que nos disse: “*Quando tem eventos, nem todas podem ir, mas quem for leva os produtos das outras e às vezes eu não vendo o meu produto, mas eu vendo o dela. Quando tem um evento grande, duas vão de manhã e duas vão à tarde levando os produtos de todas do Banco*”. É notório observar nos depoimentos que, empiricamente, a solidariedade e a reciprocidade estão presentes nas ações empreendidas nas experiências, pois o que norteia as ações em um Banco é o fato de que um indivíduo sozinho não pode ter acesso

¹⁰² Termo utilizado por Viviane Châtel (2006, p. 58) para explicação do fundamento das relações sociais com base no laço social. Segundo a autora, esse princípio da *responsabilidade-pelo-outro* permite pensar o Outro Homem com um Homem e não como uma coisa ou como um meio para adquirir mais poder, mais bens materiais, mais importância...

aos serviços de crédito e poupança e ainda sozinho ele “não pode se precaver contra os riscos que o ameaçam, daí a idéia de mutualizar essa proteção, isto é gerenciar em comum a coleta das contribuições e a redistribuição entre os membros” (Demoustier, 2001, p. 70).

A TAB. 3 traz um resumo das informações. Nessa tabela listamos o início das atividades de cada Banco Comunitário, localização, número de sócias/os, local de funcionamento, número de ciclos e tomadores de crédito.

TABELA 3
Bancos Comunitários pesquisados em Montes Claros

BANCO/ Início de Atividades	BAIRRO	Nº SÓCIAS/OS	LOCAL DE FUNCIONAMENTO	Nº CICLOS	Nº SÓCIAS/OS QUE ACESSAM O CRÉDITO
Unidos Venceremos (2004)	Village do Lago II	24	Salão Comunitário	11º	14
ASA Amigas Solidárias do Alterosa (2004)	Alterosa	15	Na Casa	10º	10
A União faz a Força (2005)	Jaraguá	09	Na Casa	9º	05
Jesus é a Força (2006)	Conjunto Joaquim Costa	17	Salão Comunitário	6º	11
MEU Mandacarú, Esforço e União (2006)	Zona Rural de Mandacarú	13	Salão Comunitário	6º	10
Boa Vontade (2007)	Esplanada	19 ¹⁰³	Na Casa	5º	12
Aliança (2008)	Santo Inácio	11	Na Casa	3º	10

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa de campo 2008.

Quanto aos aspectos destacados, nas informações da TAB. 3 podemos observar que as experiências de Bancos Comunitários em Montes Claros são recentes, com início de

¹⁰³ Registra-se a presença de um homem no Banco Boa Vontade.

atividades em 2004. Os Bancos¹⁰⁴ em tela foram visitados no período de agosto de 2008 a janeiro de 2009. As experiências apresentadas estão localizadas em áreas urbanas, sendo que somente uma funciona em área rural (Banco Mandacaru), o que ilustra uma realidade onde o acesso aos serviços financeiros é ainda mais difícil para aqueles que não estão em áreas urbanas. Segundo Menezes (2007, p. 9) “a população rural é evidentemente ainda mais excluída do sistema financeiro, cujo padrão de localização é eminentemente urbano”. Dentre as experiências, o Banco do bairro Village do Lago II é a maior em número de participantes e uma das primeiras a ser implantadas. De modo geral, os grupos funcionam tanto no espaço da casa como em salões comunitários. Outro dado mostrado é em relação ao número de tomadores de crédito, do total de 108 sócias, 72 acessam o crédito, o que significa que a maioria possui atividade produtiva e tem no crédito um motivo para aumentar suas rendas.

Quanto aos aspectos observados em cada experiência percebemos alguns pontos que são comuns a todos os Bancos e podem ser destacados como, por exemplo, em relação às expectativas das comunitárias. Percebemos nas participantes o desejo de crescimento pessoal e do grupo por intermédio do Banco. As integrantes veem na participação solidária possibilidades de melhoria das suas condições de vidas mediante o apoio mútuo. Por isso justificam o porquê de estarem no Banco. Em relação às dificuldades apresentadas pelos grupos, as que apareceram com mais frequência foram: cumprimento das normas estabelecidas no regimento interno quanto à assuidade nas reuniões, pagamento de multas decorrentes de atrasos e faltas injustificadas nas reuniões, oportunidade de participação em feiras para comercialização dos produtos e acesso a cursos profissionalizantes.

Nesse sentido, cabe uma abordagem geral desses aspectos observados nas práticas de Bancos Comunitários. Percebe-se que alguns Bancos são ilustrativos do dilema da ação coletiva. A não participação ou faltas¹⁰⁵ nas reuniões tem comprometido o desenvolvimento das atividades. Outro aspecto observado é que há uma rotatividade constante de comunitárias.

¹⁰⁴ Não se inclui nesse total 2 Bancos Comunitários ativos que não foram visitados: Banco Comunitário do Bairro Santa Laura e Banco Comunitário do Bairro Guarujá. Hoje (até janeiro de 2009 - época da pesquisa) no total existem 08 Bancos Comunitários ativos. Desde a data inicial de implementação em 2004 foram criados 15 Bancos Comunitários somente em Montes Claros com um total de 134 membros (122 mulheres e 12 homens). Hoje (à época da pesquisa) encontram-se desativados 7 Bancos que se localizavam nos bairros periféricos: Vila Castelo Branco, Cidade Industrial, São Geraldo, Chiquinho Guimarães, Vila Grace, Maracanã e Jaraguá. Dentre os motivos da desistência dos grupos podemos citar alguns fatores tais como: metodologia recente ainda em fase embrionária de adaptação ao contexto regional, desarticulação comunitária (baixo grau de capital social); número insuficiente de tomadores de crédito (com a nova norma implantada no final de 2008 pede-se que um grupo tenha um mínimo de 10 membros para acessar o crédito, em Bancos como no Jaraguá, por exemplo, apenas 5 no total de 9 comunitárias acessavam o crédito o restante somente poupavam, o que impediu o grupo de renovar como Banco Comunitário.

¹⁰⁵ Segundo as normas, só é permitido 4 faltas justificáveis por ciclo. Acaso a comunitária exceda esse número, o Banco pode não aprovar a sua permanência no grupo.

Em alguns grupos somente algumas comunitárias estão desde o início de implantação do Banco.

O Banco ASA “Amigas Solidárias do Alterosa”, localizado no bairro Alterosa, teve início em 2004; em janeiro de 2009 participavam 15 comunitárias. As reuniões semanais funcionam em um espaço da garagem da casa de uma das participantes. O Banco “ASA” é ilustrativo do dilema da ação coletiva. Poucas comunitárias têm frequentado às reuniões, o que, segundo depoimentos poderá levar à extinção do grupo. Conforme a presidente, uma das fundadoras do Banco, as faltas nas reuniões comprometem as atividades. Outro aspecto observado é a alta rotatividade de comunitárias, somente 3 mulheres estão desde o início de implantação do Banco. Por lá já passaram mais de 50 participantes desde 2004. “*Muitas que saíram conseguiram emprego*”, conta a presidente, que acrescenta sobre a importância do Banco para a comunidade: “*tudo o que eu tenho no meu salão eu comprei com o empréstimo*”. Outra comunitária comenta que “*as pessoas que vêm para a reunião, pensam que vai ter alguma coisa de graça, daí elas percebem que têm que participar e por isso desanimam*”. Uma das comunitárias de 55 anos que está há dois anos no Banco “ASA” somente como poupadora, conta sorridente que antes lavava roupas ao sol, agora, com o recurso da poupança, conseguiu fazer melhorias na casa e cobrir o local onde lava suas roupas, na sua opinião, “*já é melhor que ficar no sol*”.

Além dessas questões, cabe ressaltar conforme outros depoimentos, que as comunitárias gostam de participar das atividades de Bancos Comunitários, contudo elas também comentam sobre a necessidade de um espaço constante de feiras em que pudessem comercializar seus produtos e trocar experiências. Conforme discorrem, o Banco Comunitário “ASA” tem participado de alguns eventos como, por exemplo, de encontros como o dos “Povos do Cerrado”, na feirinha da Igreja da Praça da Matriz, etc. Mas segundo seus relatos, essa participação deveria ser constante, como friza uma comunitária, “*eu achava que deveria ter uma banca para nós na feira da matriz*”. Outra informação relevante se refere ao desejo de integralidade com outros grupos de Bancos na cidade. Segundo depoimentos das comunitárias, falta uma articulação nesse sentido, pois os grupos acabam ficando isolados uns dos outros, e mal se conhecem, embora, já tenha havido alguma troca de experiências, como conta uma comunitária, que diz ter ministrado um curso de artesanato para o Banco Comunitário do bairro Village.

Para além dos Bancos Comunitários, os sujeitos sociais também empreendem outras ações coletivas que não dependem de ajuda de agentes externos. “Dada à limitação ao acesso a crédito formal, as mulheres recorrem frequentemente a fontes informais de

financiamento entre seus familiares e amigos não apenas para fazer frente as suas situações emergenciais, mas para suprir as necessidades de consumo habituais de suas famílias” (OIT, 2005, p. 24).

O Banco Comunitário a “União Faz a Força”, localizado no bairro Jaraguá, possuía 9 comunitárias. Com 3 anos de duração, o grupo reunia-se quinzenalmente muitas vezes na igreja local ou em uma das casas das comunitárias. Esse Banco foi extinto recentemente, em meados de outubro de 2008. Um dos motivos que levou à desintegração do grupo foi a dificuldade em se adequar a novas mudanças na metodologia de Bancos Comunitários. Tais mudanças estabelecidas desde então têm como critério a participação de no mínimo 10 pessoas para solicitarem o crédito, nesse caso, somente 5 acessavam o financiamento no momento e o restante atuava como poupadoras. Por não existir um número de pessoas suficientes para acessarem o crédito, esse grupo acabou por desfazer-se. De acordo com uma das comunitárias:

Hoje estamos vivendo um tempo que todo mundo está doido querendo dinheiro, e eu tenho certeza que se sair procurando 5 pessoas para acessar o crédito, achamos na hora, mas nós vamos correr o risco de colocar pessoas que não são confiáveis, porque nós somos avalistas. Antes quando uma pessoa entrava no Banco, ela tinha que passar um ciclo todinho para agente conhecer a pessoa para depois acessar o crédito, agora já pode conseguir um grupo de pessoas já querendo acessar logo o crédito, **eu não animo colocar pessoas desconhecidas no grupo** [grifo nosso]. Agora chegou no pé que vai acabar mesmo (depoimento em 10/10/08).

O relato mostra a importância do capital social como um dos fatores para a consolidação das experiências. Nesse sentido, Putnam explica que:

Assim como outras formas de capital, o capital social é produtivo possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse. Em um grupo cujos membros demonstrem confiabilidade e que depositem ampla confiança uns nos outros é capaz de realizar muito mais do que outro grupo que careça de confiabilidade (Putnam,1996, p.177).

Como alternativa, para as comunitárias que não poderiam acessar o crédito por causa do número insuficiente de tomadoras, foi formado um Grupo Solidário com as 5 comunitárias necessitadas do crédito. Nos depoimentos, elas declararam preferir trabalhar com o Banco Comunitário pelo acesso às vantagens que ele proporciona, quanto aos juros mais baixos¹⁰⁶, quanto aos eventos (mutirões) e a convivência com as colegas. Ao contrário

¹⁰⁶ À época da pesquisa os juros estavam em 2% para esse grupo.

no Grupo Solidário não ocorrem reuniões como no Banco Comunitário. As tomadoras de crédito se reúnem uma vez para solicitarem o empréstimo e cada uma se responsabiliza pelo total do débito, como no Banco Comunitário. Contudo, conforme ressaltam, a modalidade de Grupos Solidários não possibilita os *espaços públicos de proximidade* ou encontros constantes responsáveis por gerar sociabilidades mais amplas como ocorre nos Bancos Comunitários.

Quanto à organização do Banco, as comunitárias revelam ser ele muito organizado. O problema, segundo elas, é a nova norma que determina um mínimo de 10 pessoas para acessarem o crédito. Segundo comentam, sem o crédito, dificulta o investimento na atividade, pois *“a gente trabalha e quer dinheiro para investir”*.

Na falta do Banco, algumas integrantes relatam poder buscar outras alternativas para obtenção de recursos econômicos, o que indica a autonomia das mulheres. O sistema de consórcios de dinheiro realizado pelas famílias das comunitárias é uma prática constante na comunidade e acaba sendo uma alternativa a mais. De acordo com depoimentos, não existindo o Banco, uma saída seria buscar outras estratégias, e uma delas são as redes de consórcios entre parentes em que um grupo de 10 pessoas contribui com R\$10,00, R\$50,00 ou R\$ 100,00. Um aspecto positivo desse sistema de consórcios rotativos, segundo relatos, é que não se cobra juros nesse circuito econômico, a confiança na família é o maior ativo. Na descrição de uma comunitária: *“cada sorteio do consórcio é de acordo com as necessidades e não tem juros, todo mundo é da família”*. A comunitária diz que o sistema de consórcio monetário é uma prática constante na comunidade, o que merece um exame mais detalhado desse outro tipo de recurso existente nos interstícios da vida social.

O Banco Comunitário de Mandacaru denominado de “MEU” – que significa Mandacaru, Esforço e União, existe há 2 anos e está localizado na zona rural do município de Montes Claros, situado a 21 km da cidade. No total são 13 mulheres participantes das atividades de crédito e poupança. Uma das dificuldades percebida em relação a esse grupo foi a distância que muitas das vezes acaba impedindo algumas de participarem das atividades. Há mulheres que vão a cavalo para as reuniões por que moram muito longe da associação onde se reúnem. Se fossem caminhando a pé para o local da reunião gastariam cerca de 1 hora, debaixo de sol forte. Isso nos chamou a atenção, porque muitas desistem de estar ali por causa dessa dificuldade e as que estão, mesmo com as adversidades, parecem felizes de poder estarem juntas, de poder num dia de reunião juntarem as suas economias, conversarem, rirem, fazerem um lanche juntas, discutirem seus problemas, seus conflitos e suas expectativas.

O Banco “Boa Vontade” está localizado no bairro Esplanada e funciona de modo rotativo, na casa de cada comunitária. Iniciou suas finanças no ano de 2007 com 4 comunitárias, hoje participam 19 pessoas, sendo um homem que exerce atividade econômica de alfaiataria. Uma peculiaridade desse grupo é a predominância de mulheres com idade acima dos 50 anos de idade. Em depoimento de uma delas, hoje tesoureira do Banco, *“foi um desafio pra mim aprender a anotar as coisas, a fazer as contas, mas eu consegui”*. Nesse aspecto, cabe ressaltar que essa experiência constitui uma forma de geração de renda para quem dificilmente encontraria emprego formal dado os problemas de baixa qualificação, preconceito ou limitação pessoal concreta para trabalhar no mercado formal, que exige horário fixo e deslocamento.

O Banco Comunitário “Aliança” está localizado no bairro Santo Inácio. Iniciou suas atividades no ano de 2008 com 9 comunitárias, hoje está com 11 participantes. Esse grupo está passando por reestruturação e mudanças de diretoria, motivo que tem causado a falta de frequência nas reuniões. Conforme relatos de uma das comunitárias, hoje as pessoas quase não frequentam as reuniões, pois muitas trabalham e não conseguem conciliar o horário das reuniões. Nesse grupo, em contraste com o anterior, o componente solidariedade aparece menos consolidado. De acordo com uma das comunitárias, quando iniciou-se no grupo, havia mais eventos como festival de sorvete, feijoada etc., hoje esse recurso está sem mobilidade. Quanto às motivações para o abandono da participação nos Bancos Comunitários, isso precisa ser melhor estudado. De modo geral, como apresentado em outros momentos desse trabalho, há um conjunto de fatores que podem inviabilizar a iniciativa popular ou afastamento dos membros, que pode ocorrer por motivos diversos: pela não adequação quanto às normas do Banco, pela falta da solidariedade, da confiança, pelos conflitos pessoais, pela preferência do emprego devido a melhores garantias de salário e dos direitos sociais, por não ter tempo para as reuniões, pela falta de incentivos quanto ao oferecimento de cursos, capacitações e eventos necessários às iniciativas coletivas que possibilitem aumentar a renda, dentre outros fatores.

Os grupos constitutivos dos Bancos Comunitários funcionam como forma de obtenção de crédito e de acesso à poupança, mas além das práticas financeiras informais, nessas experiências, a moeda é um laço, um meio essencial para a coesão e fortalecimento do vínculo social. Sentimentos diversos co-existem numa mesma ação e num mesmo espaço. Tomando com pressuposto a concepção da Economia Plural, as práticas desenvolvidas extrapolam a esfera do financeiro, admitindo, assim, diversas formas de integração social. Nos *espaços públicos de proximidade*, além dos aspectos econômicos, também constituem espaços de sociabilidades e de vivências onde o espírito comunitário é permeado não somente

por aspectos monetários, mas perpassa-se pelo simbólico e pelas subjetividades fortalecendo assim o vínculo social de confiança e de amizade. A formação de redes de ajuda mútua entre as pessoas de um Banco Comunitário é permeada por uma cultura que envolve uma mistura de sentimentos, entre os quais, os componentes ético, moral e religioso, além do solidário, é notável para condução dos assuntos econômicos e parece ser um elemento a mais na motivação da união empreendida diante da fragilidade econômica que o cercam. Como ilustrado na FIG. 7, o ritual em cada reunião começa e termina sempre com uma oração em geral do *Pai-Nosso* e uma *Ave-Maria*. Nesse momento, são feitos os agradecimentos e pedidos para o bom andamento das atividades realizadas.



FIGURA 7 - Momento de oração: para além de uma racionalidade econômica: Banco “Boa Vontade”. Reunião: 13/1/2009.
Fonte: Arquivo pessoal – 2009.



FIGURA 8 - Controle da poupança e crédito Banco “Boa Vontade”. Reunião: 13/1/2009.
Fonte: Arquivo pessoal – 2009.



FIGURA 9 - Controle da poupança e crédito Banco “Boa Vontade”. Reunião: 13/1/2009.
Fonte: Arquivo pessoal – 2009.



FIGURA 10 - Controle da poupança e crédito
Banco “ASA”. Reunião: 12/1/09.
Fonte: Arquivo pessoal – 2009.

3.2. A reciprocidade no crédito, nos mutirões, na caixinha e na poupança solidária: distintas fontes de alocação de recursos

O estudo localiza os Bancos Comunitários no campo das finanças solidárias que diz respeito a práticas econômicas de autogestão financeira pela ajuda mútua. Nesse campo peculiar de finanças dos Bancos Comunitários, identificamos uma pluralidade de formas de alocação de recursos. As estratégias coletivas são buscadas no crédito, nos mutirões, na caixinha e na poupança. Vejamos alguns aspectos relacionado a cada recurso.

Para o acesso ao **crédito**, os sócios devem residir na comunidade, serem pessoas que tenham confiança no grupo e terem mais de 18 anos. Os sócios devem organizar-se em grupos solidários compostos por pessoas que estão de acordo em garantir mutuamente os pagamentos de capital e juros do Banco Comunitário. Caso os grupos não possam pagar, os empréstimos devem ser garantidos por todos os sócios do Banco Comunitário. Embora os valores sejam utilizados individualmente, todos se responsabilizam pelo montante global adquiridos junto à instituição financeira. Nesse sentido, uma solicitação de crédito deve ser aprovada por todos do Banco. Esse sistema de solidariedade reduz os riscos de inadimplemento, pois caso um dos membros não pague todos os demais membros o fazem em seu lugar, pois o que está em evidência nesse momento é o cumprimento das obrigações, o nome do comunitário e a sua permanência no Banco. Por outro lado, o sistema de garantias colaterais assegura para a instituição financiadora maior segurança no reembolso dos recursos emprestados, pois a adimplência verificada nos Bancos Comunitários em Montes Claros

hoje¹⁰⁷ chega a 100%, ou seja, esse sistema também funciona como um produto que traz bom retorno e confiança dos agentes financiadores nessas práticas. O capital social, as relações de proximidade e confiança dos comunitários são fatores endógenos que contribuem para esse resultado. Para acesso ao crédito, todo tomador terá que possuir uma poupança com fundo de reserva de 10% do valor que deseja financiar em depósito na conta interna do Banco a fim de solicitarem empréstimo externo.

Além do financiamento que exige intensa aquisição de capital social ou e aceitação de normas éticas e morais da comunidade, os grupos sociais são orientados a repartir o fundo extra que funciona como uma *caixinha* mantida pelo Banco com realizações de eventos como festival de sorvetes, feijoada, rifas etc. O sistema de *caixinha* serve, segundo Fiori (2004), para conceder crédito aos participantes, limitados ao valor disponível na *caixinha* sem a cobrança de encargos. Nos Bancos, a *caixinha* tem sido utilizada como fundo extra para engordar a poupança solidária ou para outras finalidades coletivas como pagamento de transporte para os membros quando no depósito do fundo da poupança em agência bancária central. A administração desse recurso pelos membros passa pela repartição igual do recurso aos participantes. O processo da administração do fundo extra é algo processual que os membros do Banco vão aprendendo a utilizar os recursos de forma coletiva.

O compartilhamento do trabalho nos **mutirões** é outra forma dos grupos se auto-organizarem para realização e concretização de projetos. Consiste em associar o conjunto de membros na execução de seus próprios projetos coletivos (França Filho, 2002). Nesse sistema, os partícipes reinventam práticas coletivas tais como festival de sorvetes, feijoada, venda de rifas, dentre outros. Cabe registrar que no regulamento interno de cada Banco há uma previsão de realização de mutirões pelo menos uma vez ao mês. A frequência da ocorrência dos mutirões varia de Banco para Banco, sendo que cada um tem uma dinamicidade diferenciada para recorrer-se a determinadas estratégias. Cada membro deve dar a sua contribuição no preparo e venda dos produtos e recebe cada qual a sua parte nas tarefas praticadas. O montante conseguido nesses eventos é repartido de forma simétrica para cada um que deu a sua contribuição no trabalho comunitário. Além da amizade, fortalecimento do laço social e união, os mutirões contribuem para o reforço da poupança solidária, pois na maioria das vezes, as comunitárias preferem guardar na poupança o recurso conseguido com esse tipo de estratégia, ou em outros casos, os recursos dos

¹⁰⁷ Informação segundo a Agência de fomento dos Bancos Comunitários e dos próprios grupos pesquisados.

mutirões servem para pagar o débito de algum membro que por ventura, esteja em dificuldades de pagamento do empréstimo. Nessas estratégias desenvolvidas pelo Banco, quem não participa perde prestígio e honra e não compartilha dos recursos alocados. Desse modo, pode-se verificar empiricamente no agir dos sujeitos sociais uma tríplice obrigação do dar, receber e retribuir.

A alocação dos recursos em um Banco Comunitário faz-se também mediante a **poupança solidária**, onde as participantes são orientadas a constituírem um fundo coletivamente. A poupança coletiva acrescentada ao financiamento dos comunitários é incentivada pela entidade apoiadora e cumpre os objetivos de capitalizar os associados, funciona como garantia colateral, elemento agregador do grupo, aumento do capital de trabalho para expansão das atividades econômicas ou para emergências de outras necessidades. Cumpre ressaltar que a poupança só poderá ser retirada após o ciclo ou em casos emergenciais. Ouvimos relatos da utilização da poupança como na realização de um sonho como, por exemplo, troca de telhado da casa, pagamento de promessa, compra de eletrodomésticos dentre outros. Como ressaltado, para a solicitação do crédito, o mutuário terá que ter 10% do valor da primeira prestação em poupança. É importante destacar que em um Banco Comunitário podem participar pessoas que sejam somente poupadoras e que não queiram acessar o crédito, não obstante em um Banco Comunitário deve haver um mínimo de 10 comunitários acessando o crédito. Desse modo, todo comunitário é um poupador, mas nem todo poupador acessa o crédito, porque, para tal ele deve possuir atividade produtiva. Quanto aos valores que serão depositados por cada integrante, esse é acordado no regimento interno de cada Banco. No geral observamos que em cada grupo, os valores de poupança são diferenciados, uns depositam mais, outros menos. O primeiro norteador para um Banco é a poupança que cria uma cultura de saber economizar. Quanto aos valores que serão depositados por cada integrante, esse é acordado no regimento interno de cada agrupamento. No geral observamos que em cada reunião, os valores depositados por cada membro podem chegar a R\$ 2,00; R\$ 5,00; R\$10,00 (...). Na observação de Abramovay (2002, p. 2):

A poupança foi, até recentemente, uma espécie de “metade esquecida” das finanças dos pobres. Por mais precária que seja sua situação, os indivíduos procuram preparar-se para enfrentar gastos referentes a seus ciclos de vida (casamento, enterro, nascimento de um filho), a emergências (morte de um animal, perda de emprego, doença) ou a oportunidades de compras e investimentos.

Em depoimentos verificamos algumas comunitárias que fizeram melhorias em suas casas com o dinheiro da poupança, como no caso de uma comunitária do bairro Alterosa que participa somente como poupadora há dois anos. A comunitária diz que ter trocado o telhado da casa, comprado um tanque para lavar roupas e também tijolos para ampliar a casa. Segundo ela: “*se o dinheiro for só para comprar comida não sobra para nada, por isso deposito*”. Outro fator interessante que merece ser destacado é o caso de um dos Bancos já ter emprestado dinheiro da poupança solidária para um dos membros do Banco para compra de mercadorias. Nesse sentido, além dos aspectos econômicos, a poupança também pode ser um elemento agregador do grupo.

Quantos aos valores da poupança arrecadada, estes são registrados em ata e depositados em uma conta externa de um banco convencional. Os extratos de depósitos são anexados nos controles contábeis do grupo. Os depósitos são realizados logo após o término das reuniões para que se evite que o dinheiro seja guardado na casa de algum comunitário e para salvaguardar de possíveis desvios do recurso. A conta poupança aberta no banco externo fica no nome de dois comunitários da diretoria, a saber, o presidente e o tesoureiro responsáveis por realizar os depósitos e retirada dos valores. Há Bancos que recolhem mais valores de poupança, outros recolhem menos. A área em que está localizado cada Banco influencia nos valores de depósito da poupança, como por exemplo, em áreas de maior precariedade social como no caso do bairro Village do Lago II, onde as condições socioeconômicas são inferiores em relação aos demais bairros em que existem Bancos Comunitários, os valores de poupança são menores. Notem nos valores ilustrados a seguir. Enquanto no Banco do bairro Village, as comunitárias depositam valores de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) R\$ 1,00 (um real), R\$ 2,00 (dois reais), R\$ 5,00 (cinco reais). No Banco do bairro Esplanada, os valores de depósito individuais podem chegar a R\$ 5,00 (cinco reais), R\$ 10,00 (dez reais) chegando até R\$ 50,00 (cinquenta reais) como mostram as FIG. 11 e 12.



FIGURA 11 - Poupança arrecadada no dia de reunião do Banco “Boa Vontade”
Bairro: Esplanada. Total R\$ 96,00 - 13/1/09.
Fonte: Arquivo pessoal - 2009.



FIGURA 12 - Poupança arrecadada no dia de reunião do Banco “Unidos Venceremos”
Bairro: Village do Lago II . Total R\$ 22,00 - 14/1/09.
Fonte: Arquivo pessoal - 2009.

Um Banco Comunitário bem desenvolvido terá a sua conta bancária (num banco convencional para realizar depósitos de poupança), uma diretoria composta por um presidente, secretário, tesoureiro e fiscal, livro de atas para registro de reuniões, regulamento interno determinando as normas e o sistema da autogestão.

A ação desencadeada nos grupos sociais articula a dimensão de solidariedade, que começa a ser constituída a partir da poupança e eventos na comunidade. A solidariedade nesse contexto de ação é crucial para o resultado final. Ao que se percebe, a solidariedade e a confiança são desafios a serem trabalhados para consolidação de um Banco. A noção de solidariedade e de confiança é desenvolvida de forma gradual nos grupos, porque, tanto do ponto de vista conceitual quanto prático, essas categorias não estão postas, há inicialmente

uma resistência em relação à questão da confiança das finanças compartilhadas, sobretudo da diretoria, responsável por gerenciar os recursos de modo sistematizado. Segundo Vieira (2005, p. 8), “ninguém acorda ou acordará de um dia para o outro ‘autogestionário’, faz-se necessário um processo de reflexão crítica (...) sobre esta possibilidade concreta de rompermos com a alienação e estranhamento na organização e elaboração dos processos de trabalho”. Dessa maneira, quando a solidariedade e a confiança vão sendo consolidadas¹⁰⁸, o trabalho em um Banco flui, de modo que todos se beneficiam dos recursos alcançados. Nesse sentido, a contribuição de cada um faz a diferença na consolidação das atividades.

Em resumo, quanto às práticas vivenciadas nos grupos estudados além dos aspectos simbólicos, os grupos acessam dois tipos de recursos econômicos, um externo e outro interno: o externo é proveniente da Agência de microfinanceira e deve ser usado somente como capital produtivo. O interno é composto de poupanças mobilizadas e receitas internas do Banco provenientes de outras atividades como explicitado. Esse recurso pode ser utilizado como capital produtivo ou consumo; pode ser oferecido a membros e não membros desde de que aprovado pelo Banco.

Em contraste com comportamento individualista da teoria da escolha racional tanto do ponto de vista teórico quanto empírico, a perspectiva plural da Economia Solidária nos Bancos Comunitários permite perceber que além da questão utilitária, nos Bancos Comunitários, como diria Elster (1994), há uma variedade de motivações que se interagem amplamente, pois não há uma teoria geral da ação coletiva.

3.3. A escolha estratégica de participar: confiança, autonomia e a solidariedade nas experiências dos Bancos Comunitários “Jesus é a Força” e “Unidos Venceremos”

O objetivo dessa seção é analisar o caso dos dois Bancos Comunitários “Jesus é a Força”, do bairro Conjunto Joaquim Costa e “Unidos Venceremos”, do bairro Village do Lago II. Apresentamos inicialmente os grupos, o perfil socioeconômico das participantes, em seguida analisamos como manifesta-se a solidariedade, a cooperação e o capital social e, por fim, verificamos a ocorrência de mudanças econômicas e sociais na vida das integrantes grupos estudados.

¹⁰⁸ No norte de Minas e em especial em Montes Claros, leva-se de 1 a 2 meses para a consolidação de um Banco Comunitário. O trabalho de mobilização por parte da instituição de apoio inclui palestras sobre Bancos Comunitários, normas de cooperação etc.

3.3.1. Banco Comunitário “Jesus é a Força” do bairro Conjunto Joaquim Costa

O Banco Comunitário “Jesus é a Força” está localizado no bairro Conjunto Joaquim Costa. Iniciou suas finanças no ano de 2006 com 4 comunitárias, em janeiro de 2009 o total de participantes era de 17, sendo todas mulheres. As reuniões comunitárias com duração de uma hora são realizadas semanalmente na associação de moradores do bairro.

A presidente do Banco trabalha com artesanato há 8 anos e está há quase dois no grupo como coordenadora das atividades, ela conta que é responsável por todo o movimento financeiro do grupo, acredita que é importante lutar pela comunidade e diz: *“Estou aí para falar pelas demais”*. A comunitária comenta que, o que a motivou a entrar para o Banco foi à facilidade do acesso ao crédito e o apoio mútuo das colegas. Por isso resolveu investir em Bancos Comunitários para reforçar o seu artesanato e fazer algo pela comunidade. Para a integrante, o seu jeito de ver as pessoas mudou, em relação à questão econômica, porque as pessoas são solidárias umas com as outras. Por exemplo, em momentos de feiras em que o Banco participa aquelas que podem ir levam os produtos das outras que não vão. *“Tudo é vendido junto”*, explica a secretária do Banco, *“eu e outra sócia fomos para vender as coisas das colegas que não puderam ir”*. *“Tem dois tapetes, um meu e outro dela, se minha freguesa gostou do dela, não tem problema, isso é bom para o Banco e para todas”*. *“No nosso Banco não tem esse negócio de egoísmo, aqui somos umas pelas outras”*. Essa fala corrobora a tese de Orenstein (1998) ao dizer que as pessoas cooperam por altruísmo ou amor ao próximo ou ainda por compromissos morais e normas sociais que são forças que podem se opor ao cálculo egoísta. Segundo esse autor, as categorias acima mencionadas (paixões, compromissos morais) são valorizadas pelo contraste com os princípios estritamente racionais. Em complemento (Yunus, 2006, p.136) sublinha que *“a solidariedade é mais forte se ela nasce a partir de negociações entre seus membros”*. Ao que se percebe nos Bancos Comunitários, a estratégia para a busca de recursos é de certo modo mista, onde se verifica de um lado elementos da filosofia utilitarista, ou seja, é partir dos agrupamentos que o indivíduo realiza suas aspirações, seus desejos e oportunidades, mas, ao mesmo tempo, o laço social mediante a Economia Solidária fortalece-se pelo coletivo, pela doação de si, pelo comprometimento mútuo.

De acordo com esse pressuposto, uma das hipóteses aventadas dentro dessa dinâmica é que há um forte componente de capital social empreendido nas ações dos grupos, isso porque a variável confiança e o comprometimento mútuo são muito eficazes dentro do circuito econômico solidário. De modo geral, os Bancos Comunitários funcionam melhor com

peças que já se conhecem ou que já tenham estabelecidos relações sociais. Não obstante, não necessariamente uma pessoa que se aproxima do Banco conhece a todos participantes, mesmo que sejam da própria comunidade. Nesse sentido, o laço social é tecido aos poucos mediante a relação econômica estabelecida entre os agentes. Como constatado, a relação de confiança possibilita que haja progressão nos créditos assim como no aumento do número de comunitárias dentro do circuito. Para efeito ilustrativo, seguem alguns dados a respeito da correlação fator confiança com a evolução dos números de comunitárias ou de créditos, assim como do dos montantes de crédito emprestados.

Tabela 4
Relação capital social e evolução dos empréstimos do Banco Comunitário “Jesus é a Força”

Ciclos	Montante Emprestado (R\$)	Período	Nº Comunitárias	% Adimplência
1º	1.250,00	28/3/06 a 28/6/07	04	100%
2º	Não houve informação			
3º	4.700,00	13/12/07 a 13/03/08	09	100%
4º	7.200,00	14/4/08 a 15/9/08	10	100%
5º	7.850,00	22/9/08 a 20/1/09	10	100%

Dados: Banco Comunitário “Jesus é a Força”.

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa de campo, 2008.

Quanto às informações da TAB. 4, podemos inferir, mediante os indicadores econômicos, que o capital social contribui para o “circulo virtuoso” na renovação do circuito econômico e social no Banco Comunitário, como observa-se na renovação dos ciclos, evolução dos montantes emprestado bem como no aumento no número de sócias e índice de adimplência do grupo. Diante disso, nota-se que as relações de confiança constitui fator

importante porque têm permitido ao grupo renovar os ciclos e obter descontos pela pontualidade dos pagamentos realizados sempre antes do vencimento de cada prestação. O desconto mensal dos pagamentos pontuais é dividido em partes iguais entre todas as componentes que acessaram o crédito e depositado na poupança solidária do grupo. No último ciclo, o desconto pela pontualidade foi de R\$ 136,00 segundo informações da presidente do Banco. Conforme os dados apresentados, a inadimplência do grupo pesquisado é zero, o que explica o grau de comprometimento e efetividade do fator confiança e da cooperação no circuito.

A honra nas obrigações do crédito é um dos principais ativos de redução do risco dos empréstimos, o que aumenta a confiança da agência credora em investir nesse segmento de Bancos Comunitários. “O risco do não-cumprimento é o primeiro risco para as Instituições Microfinanceiras, isto é quando um mutuário não pode ou não deseja pagar seu empréstimo como acordado” (Goldmark *et al.*, 2000, p. 22). Se um número significativo de comunitários não honrarem com suas obrigações, a agência de fomento não poderia ser capaz de dar continuidade as suas operações. “A percepção de que autônomos desempregados ou empregados de baixa renda apresentam riscos inaceitáveis provou ser falsa, na medida em que as Instituições Microfinanceiras desenvolvem meios para mitigar tal risco” (Goldmark, 2000, p.22).

Nessa perspectiva, Bruett *et al.*, (2002), ao estudarem as técnicas de gestão microfinanceiras ressaltam que as Instituições microfinanceiras inovam ao tratar da questão do risco do crédito. Uma das barreiras que proibia os bancos tradicionais de prestarem serviços a microempreendedores era a percepção do alto risco de emprestar a pessoa que não possuía histórico de crédito, e que não estivesse apta a oferecer garantias tradicionais para assegurar seus empréstimos ou que não possuía registros financeiros para comprovar o fluxo de caixa. Diferentes dos bancos, as Instituições microfinanceiras foram capazes de dispor de estratégias de gerenciamento do risco do crédito apropriadas à concessão de empréstimos a microempreendedores.

Segundo Menezes (2007, p. 5), “em termos regionais, a oferta de serviços bancários será maior quanto mais elevada for a confiança que os bancos depositam no desempenho futuro da economia da região e nos tomadores de empréstimo”. Com as experiências exitosas das microfinanças na concessão de crédito e, portanto, do seu retorno a contento por parte dos tomadores de baixa renda, o sistema financeiro (incluindo bancos públicos e privados) passou a acreditar que a população desprovida de recursos financeiros quando toma pequenos empréstimos consegue honrar com seus compromissos. Com a

mitigação do risco relacionado ao capital, o sistema financeiro passa a facilitar o acesso a serviços financeiros em certa medida para a população menos abastada economicamente. Vale acrescentar que a dita democratização do sistema financeiro, ainda não permitiu acesso de modo absoluto aos menos favorecidos, mas somente aqueles que conseguem pagar pelo crédito. Então, os pobres entre os pobres certamente ainda estão excluídos do sistema financeiro e da sociedade de modo geral.

Banco Comunitário “Jesus é a Força” do bairro Conjunto Joaquim Costa



FIGURA 13 - Controle da poupança e crédito
Banco “Jesus é a Força”. Reunião: 10/9/08.
Fonte: Arquivo pessoal - 2008.



FIGURA 14 - Controle da poupança e crédito
Banco “Jesus é a Força”. Reunião: 10/9/08.
Fonte: Arquivo pessoal - 2008.



FIGURA 15 - Controle da poupança e crédito
Banco “Jesus é a Força”. Reunião: 10/9/08.
Fonte: Arquivo pessoal - 2008.



FIGURA 16 - Controle da poupança e crédito
Banco “Jesus é a Força”. Reunião: 10/9/08.
Fonte: Arquivo pessoal - 2008.

3.3.2. Banco Comunitário “Unidos Venceremos” do bairro Village do Lago II

O Banco Comunitário “Unidos Venceremos” localizado no bairro Village do Lago II funciona em um salão comunitário do bairro. Iniciou suas finanças no ano de 2004 com 4 comunitárias, em janeiro de 2009 participavam 24. De acordo com os depoimentos, permanecem no grupo desde o seu início 4 comunitárias e a cada mês entra uma pessoa nova que permanece no grupo. Como se comenta, *“se continuar assim, entrando muita gente nós vamos ter que fazer outro grupo”*.

Segundo a secretária, para a formação do Banco, foi feito um convite por parte das entidades de apoio para os moradores do bairro fazerem parte do Banco. Como lembra: *“Demorou-se três meses para o Banco iniciar as atividades que começaram com 10 pessoas, e de lá para cá saíram muitas pessoas e entraram novas. As que saíram, saíram para procurar emprego e outras mudaram do bairro”*. Como explica Yunus (2006, p.136), *“não é fácil formar um grupo. O procedimento que segue um pedido de empréstimo é o candidato encontrar uma segunda pessoa (...) explicar-lhe como funciona o banco e convencê-la a ingressar no projeto”*. A secretária percebe o Banco como uma fonte de renda para a comunidade e comenta que uma das vantagens de participar é que a pessoa não precisa de submeter-se ao Serviço de Proteção ao Crédito – SPC ou Serasa porque o Banco funciona na base da confiança, ou seja, é o próprio grupo que aprova a entrada de um novo membro no

circuito e quem faz o levantamento de informações da atividade econômica de cada sócio, avalia o plano de investimento e solicitação dos pedidos de empréstimos. Com base nisso, são aprovados os pedidos de empréstimos a partir da capacidade de pagamento de cada membro sob supervisão da Agência de fomento que revisa as solicitações. Nos Bancos Comunitários, um dos fatores observados é que “a troca de dinheiro e a negociação de empréstimos se realizam com transparência. Isso diminui o risco de corrupção e aumenta, para os membros, as ocasiões de assumir responsabilidades” (Yunus, 2006, p. 140).

A presidente, que está desde o início participando das atividades do Banco, conta que houve uma votação para escolha do nome do Banco, *“todos levaram um nome e o que eu levei foi escolhido ‘Unidos Venceremos’*. Para a comunitária que coordena as atividades do grupo, antes, no bairro, as pessoas não tinham capital e hoje conseguem ter uma renda, seja vendendo algo ou poupando. Nesse sentido, percebe o que o Banco está movimentando a comunidade. Segundo a presidente, ela ficava muito em casa sem ter uma ocupação e depois que foi para o Banco aumentou seus compromissos e responsabilidades. *“A minha cabeça tem mais com se preocupar agora, quando ficava em casa a cabeça ficava muito vazia, agora tá melhor, melhorei minha saúde, eu adoro o meu Banco. Como comenta, “havia pessoas que via somente de vista, depois que eu entrei no Banco eu passei a conhecer e ter mais amizade com essas pessoas”*.

O Banco Comunitário “Unidos Venceremos” nos chamou atenção pelo seu número de sócias participantes. Outro diferencial está no dinamismo, criatividade e articulação empreendidos pelos membros com vistas à obtenção de recursos e no impulso às atividades. Pode-se dizer que em termos sociais e econômicos, esse grupo é o que apresenta menor renda por estar situado em uma das áreas de maior vulnerabilidade social. Não obstante, o laço social bem consolidado e o alto grau de solidarismo permitem um maior comprometimento e participação nas reuniões e mutirões realizados com mais frequência. A dinamicidade e a participação é um forte elemento da coesão entre as comunitárias.

Banco Comunitário “Unidos Venceremos” do bairro Village do Lago II



FIGURA 17 - Banco “Unidos Venceremos”
Reunião: 14/1/09.
Fonte: Arquivo pessoal 2009.



FIGURA 18 - Banco “Unidos Venceremos”
Reunião: 14/1/09.
Fonte: Arquivo pessoal 2009.



FIGURA 19 - Momento da poupança realizada pela Presidente e
Tesoureira do Banco “Unidos Venceremos”
Reunião: 14/1/09.
Fonte: Arquivo pessoal 2009.

3.4. Análise das experiências: síntese dos resultados da pesquisa de campo

A partir dessa seção damos início à apresentação da pesquisa de campo acerca dos dois casos estudados dos Bancos Comunitários “Jesus é a Força” e “Unidos Venceremos” localizados nos bairros Conjunto Joaquim Costa e Village do Lago II respectivamente. As informações obtidas foram extraídas do questionário socioeconômico com questões abertas e fechadas. O questionário abarcou 84 questões distribuídas em 5 seções temáticas ordenadas da seguinte forma: a) Perfil socioeconômico (1 a 16); b) Atividade econômica e acesso financeiro (17 a 30); c) Avaliação dos impactos (31 a 52); d) Imagem do Banco (53 a 54); e) A solidariedade (55 a 63); f) Capital Social (64 a 72); g) Participação (73 a 84).

Foram aplicados 35 questionários¹⁰⁹ às participantes dos dois grupos pesquisados. Inicialmente prevíamos a aplicação de 41 questionários referentes ao total (universo) de participantes dos dois grupos em questão, não obstante somente puderam responder a pesquisa 35 entrevistadas, sendo que algumas comunitárias (4 do Banco “Jesus é a Força” e 2 do Banco “Unidos Venceremos”) não foram encontradas para entrevista. Do total de questionários aplicados, a maior concentração de entrevistas (22) foi no Banco do Village do Lago II por esse apresentar um maior número de sócias (24). Em relação às dificuldades encontradas na pesquisa, é importante o registro de algumas ocorridas durante o processo de coleta de dados:

- Acesso às depoentes, em muitos casos, houve a necessidade de retorno ao local de pesquisa por mais de uma vez.
- Acesso a algumas residências no bairro Village do Lago II após o horário das 18h, por estarem em áreas de risco quanto à violência. Nesse caso, algumas comunitárias somente estariam disponíveis após esse horário em virtude de estarem no trabalho.
- Pouca disponibilidade de algumas comunitárias para responder as questões, embora o horário tenha sido marcado.
- A extensão do questionário tornou o processo de coleta de dados moroso.

Perfil das comunitárias dos Bancos “Jesus é a Força” e “Unidos Venceremos”

Para caracterização dos membros dos Bancos Comunitários, foi traçado seu perfil no que se refere aos aspectos de renda, escolaridade, ocupação, estado civil, faixa etária e número de filhos. A participação do público-alvo dos dois Bancos é predominante de mulheres. Quanto à composição dos grupos, essa não se dá de forma homogênea. Na distribuição segundo o estado civil, nos dois casos pesquisados encontramos uma maioria de mulheres casadas (60%), cuja renda obtida no Banco tem contribuído com o complemento da renda familiar. Em relação aos outros estados, 20% são solteiras, 11%, separadas, 0,2%, viúvas, e 0,5%, divorciadas. Em termos de moradia, cerca de 88% do total das participantes dos Bancos reside em casa própria, o que evidencia uma certa estabilidade dos membros dos grupos pesquisados com relação à habitação. A distribuição por faixa etária encontra-se ilustrada no GRAF. 3.

¹⁰⁹ Os questionários foram aplicados no período de 28/1/09 a 31/1/09. Destacamos que as informações empíricas foram captadas por mim diretamente com as participantes dos Bancos Comunitários.

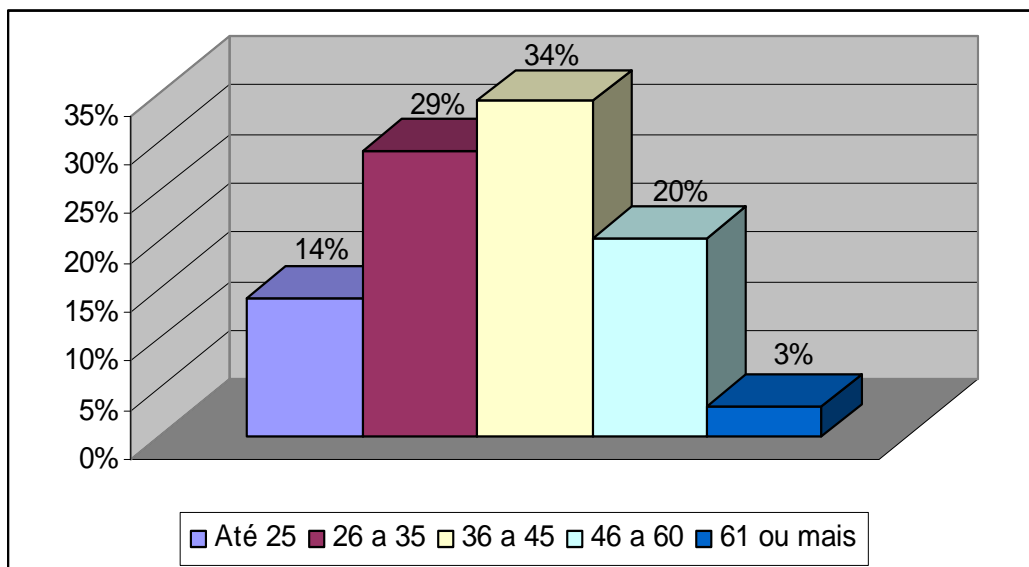


GRÁFICO 3 - Distribuição por faixa etária (N=35)

Fonte: Dados obtidos junto às entrevistadas a partir da Pesquisa de Campo 2009.

Como mostram os dados, a idade média dos membros das duas experiências é de 36 anos sendo que a faixa entre 26 a 35 e 36 a 45 reuniu um maior número de pessoas (63%) seguidas pela faixa de 46 a 60 anos. Do total de comunitárias pesquisadas, a maioria possui filhos, com exceção de três comunitárias solteiras (do bairro Conjunto Joaquim Costa). A pesquisa mostra que o número de filhos por mulheres varia entre um a oito filhos, sendo que a maior concentração de filhos no total e por comunitária encontra-se no Banco Comunitário do Village do Lago II, que apresentou um índice de 76% do total de filhos e uma média de 3 filhos por mulher, enquanto no Banco do bairro Joaquim Costa a média é de 1 filho por comunitária. Nos dois casos estudados, 72% do total de filhos das mulheres dos dois Bancos têm até 18 anos de idade. Desse percentual, 48% são de crianças com idade entre 2 dias e 12 anos. Em relação à faixa etária de filhos de 19 a 35, essa soma 27% contabilizados.

Quanto à renda das participantes dos Bancos Comunitários, a maioria possui característica de populações de baixa renda. Em geral mais de 94,% possuem renda mensal entre um a três salários mínimos conforme evidenciado no GRAF. 4.

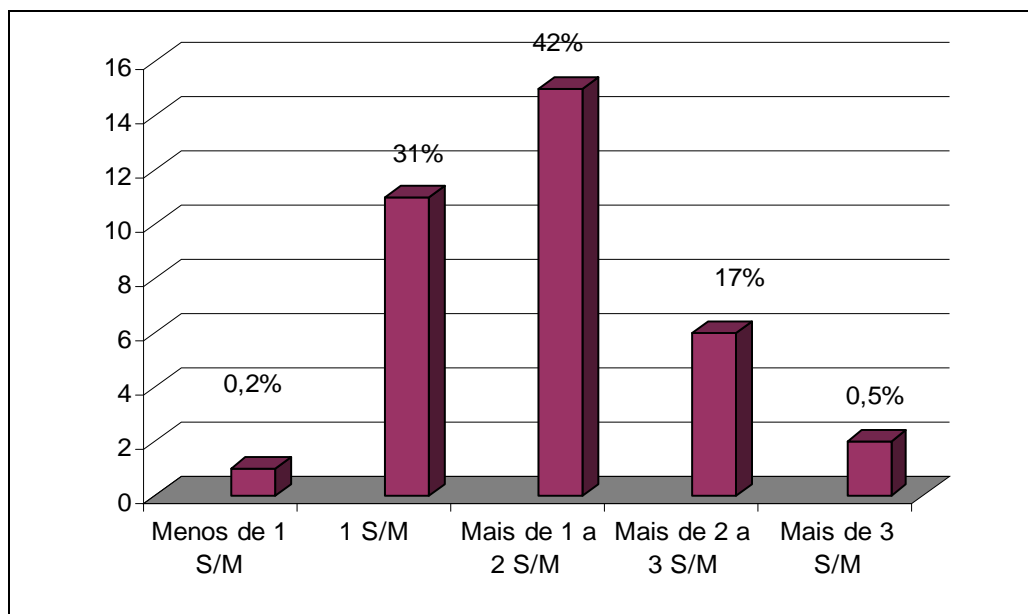


GRÁFICO 4 - Renda familiar total (N=35)

Fonte: Dados obtidos junto às entrevistadas a partir da Pesquisa de Campo 2009.

Quanto ao nível de escolaridade, segundo valores encontrados 54,2% correspondente a 19 comunitárias possuem escolaridade baixa por ter cursado apenas o ensino fundamental incompleto, 0,24% (3) cursaram o ensino fundamental completo, enquanto que 0,5% (2) possuem ensino médio incompleto e 28,5% (10) cursaram o ensino médio completo, enquanto apenas 0,2% (1) têm formação superior incompleta. Percebemos que a metodologia de Bancos Comunitários nos casos estudados tem maior poder de atuação sobre a população com baixo grau de instrução. Contudo, como mostram os dados, embora haja uma predominância para a participação de mulheres com baixa escolaridade, em quase todos os níveis de escolaridade existem pessoas que se aproximaram do Banco com perspectivas de melhoria da renda, nota-se que há pessoas com o ensino médio e superior incompleto participando das atividades dos Bancos comunitários. Isso mostra que essa experiência não é uma fonte de renda somente para as pessoas de baixa escolaridade.

Em relação à ocupação, a grande maioria, 41% das entrevistadas, encontra-se em atividades do setor informal ou em ocupações de baixa qualificação. A pesquisa também constatou que além dos 32% de pessoas desempregadas que participam dos Bancos, 12% possuem emprego e também aproximam-se do Banco a fim de complementar a renda. O GRAF. 5 ilustra a distribuição das participantes dos Bancos por ocupação.

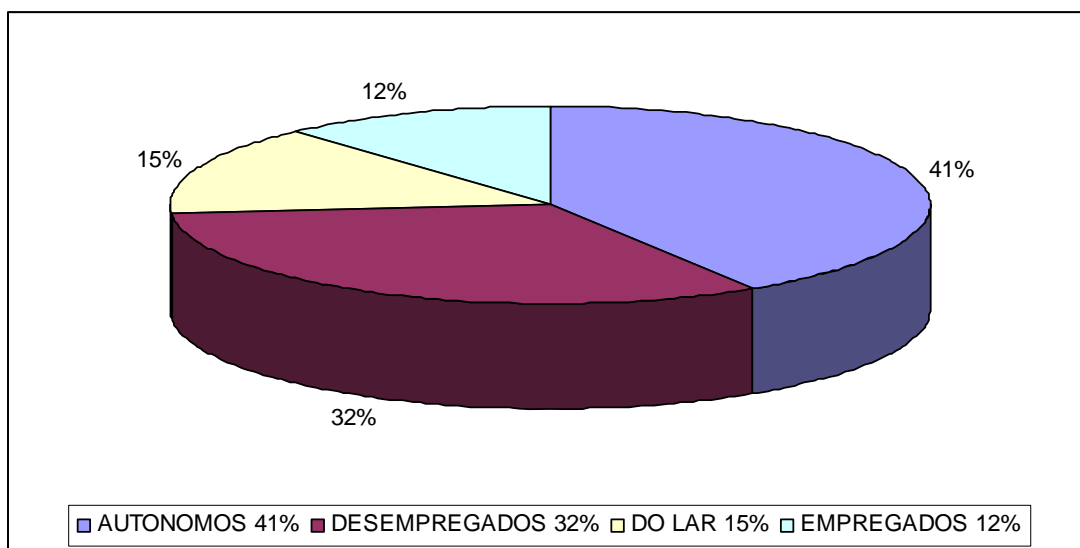


GRÁFICO 5 - Ocupação (N=35)

Fonte: Dados obtidos junto às entrevistadas a partir da Pesquisa de Campo 2009.

Nas TAB. 5 e 6 apresentamos a renda *per capita* média distribuída nos dois Bancos. Os valores médios, a quantidade de membros e os percentuais presentes na terceira coluna de cada Tabela.

TABELA 5
Renda *Per Capita* do Banco Comunitário
“Jesus é a Força” (N=13)

Valores (R\$)	Frequência	Percentual
De R\$101 a R\$200	7	53,8%
De R\$ 201 a R\$ 300	2	15,4%
De R\$ 301 a R\$ 400	1	7,7%
R\$ 401 reais ou mais	3	23,1%
Total	13	100,0%

Fonte: Dados obtidos junto às entrevistadas a partir da Pesquisa de Campo 2009.

TABELA 6
Renda *Per Capita* do Banco Comunitário
“Unidos Venceremos” (N=22)

Valores (R\$)	Frequência	Percentual
Até R\$100	9	40,9%
De R\$101 a R\$ 200	12	54,5%
De R\$ 201 a R\$ 300	1	4,5%
Total	22	100,0%

Fonte: Dados obtidos junto às entrevistadas a partir da Pesquisa de Campo 2009.

Em relação à renda *per capita* do núcleo familiar de cada membro pesquisado, observamos que as componentes do Banco Comunitário Conjunto Joaquim Costa, apresenta uma renda mais alta (R\$ 101,00 a R\$ 400,00 ou mais). No Banco do Village do Lago II, cada membro apresenta renda *per capita* mais baixa (R\$100,00 a R\$300,00). Quanto às desigualdades na distribuição da renda nos dois Bancos pesquisados, alguns estudos apontam que as diferenças entre as rendas regionais têm fatores estruturais como causa. O bairro Village do Lago II, onde se verificou uma *per capita* mais baixa, é considerado como uma das regiões de maior segregação socioespacial existentes em Montes Claros por apresentar carências nos serviços de infraestrutura, dentre outros recursos (Leite, 2006). Outro fator explica-se pelo tamanho das famílias, enquanto as comunitárias do Banco do Conjunto Joaquim Costa apresenta uma média de 3,6% membros por família, no outro Banco a média é de 4,5%. Em relação à ocupação, o Banco do Village apresentou um maior número de mulheres desempregadas (8) em relação ao Banco do Conjunto Joaquim Costa, que apresentou (4) mulheres sem emprego. Esse fator pode contribuir para a redução dos recursos dentro da família como mostrado na *per capita*. Em relação às mulheres casadas, essas declararam ter o salário do marido como principal fonte de renda, nesse caso a renda gerada nos Bancos seria acrescida à renda familiar. Observamos que 28% das comunitárias entrevistadas dentro da faixa etária de 26 a 55 são as principais responsáveis pelo sustento de sua família, ou seja, são consideradas chefes de família e todas possuem dependentes equivalente a uma média de 2 filhos por mulher. Nesse caso, além da renda do Banco Comunitário, algumas contam com a renda de pensões, auxílio-doença e do próprio negócio. Outra fonte de recurso declarada pelas comunitárias em complemento a renda familiar é a

bolsa-família¹¹⁰, recurso concedido para 16 mulheres integrantes do Banco do Village do Lago II. No outro Banco, têm acesso ao benefício 2 comunitárias.

Diante do exposto, a partir do perfil das integrantes dos dois Bancos pesquisados observamos que um fator em comum que aproxima os dois grupos é a motivação pela renda principalmente no grupo de mulheres com menor escolaridade.

Atividade econômica e acesso financeiro

Nos Bancos Comunitários, das 35 entrevistadas, 48% possuem atividade informal e 3% atividade formal no ramo de confecção. Quanto ao restante dos membros, 42% informaram participar somente da poupança e 6% informaram estar frequentando as reuniões como ouvinte. Quanto ao tipo de negócio, esses encontram distribuídos no GRAF. 6. Dentre as atividades, a maioria, 38%, está no ramo de confecção. Em seguida, o comércio de artesanato representa 27%, o comércio de alimento ocupa o terceiro lugar dentre os negócios apoiados pelos Bancos Comunitários e equivalem a 22%, enquanto 11% são representativos de atividades de salão de beleza.

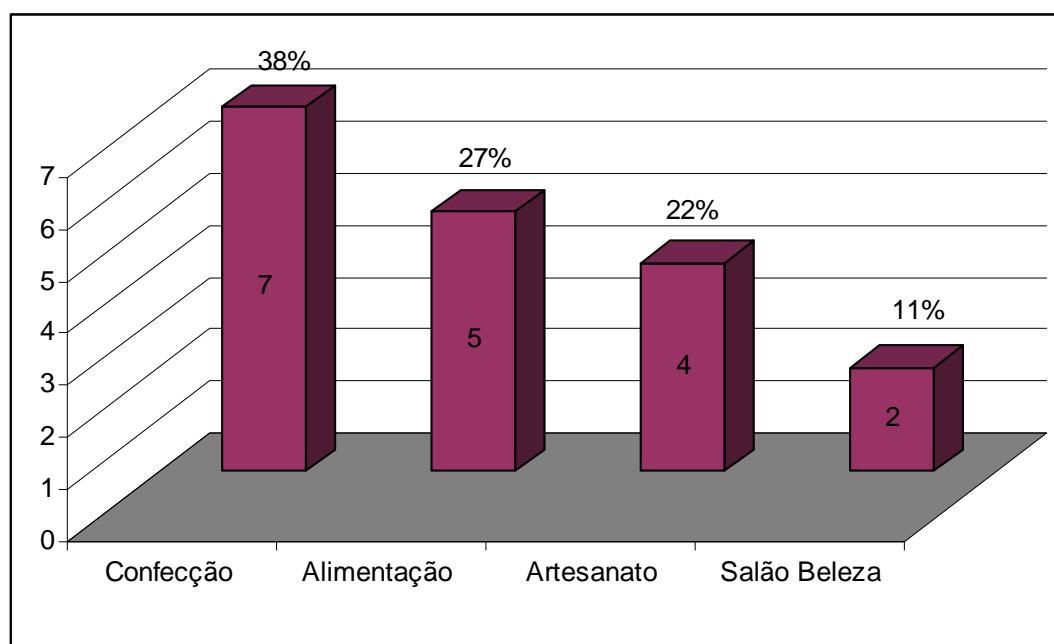


GRÁFICO 6 - Atividades econômicas apoiadas pelos Bancos (N=18)

Fonte: Dados obtidos junto às entrevistadas a partir da Pesquisa de Campo 2009.

¹¹⁰ Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 69,01 a R\$ 137,00) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 69,00), de acordo com a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. In: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/oprograma_bolsa_familia/o-que-e.

Em relação ao tempo de existência das atividades em tela, a mais recente possui 05 meses de existência, em relação às demais, o tempo de existência varia entre 1 a 20 anos. O número de operações de crédito efetuadas pelas comunitárias também oscila entre 1 a 12 empréstimos ou 12 ciclos. No que se refere aos valores emprestados, esses variam entre R\$100,00 a R\$ 1200,00 e o capital de giro é o item mais solicitado. Quanto ao local do micronegócio, os dados mostram que os locais mais comuns de funcionamento é a própria casa da comunitária (50%), em seguida o comércio ambulante, representando 16% do local de venda dos produtos, o cômodo junto a casa também constitui 16%, as feiras, espaços menos utilizados para comercialização, representam de 11%, da mesma forma que o imóvel exclusivo próprio, que equivale a 11%. De acordo depoimentos da maioria das entrevistadas que possuem atividade econômica (61%) declararam que o rendimento do negócio tem possibilitado o pagamento do financiamento sem precisar depender de outras fontes de renda como a que provém do marido, por exemplo. Outras comunitárias (16%) informaram que a demora no recebimento dos pagamentos dos produtos (vendidos a prazo) as leva a ter que contar com ajuda do marido ou de um parente para quitação do débito. Percebe-se que de um modo ou de outro, as comunitárias têm cumprido com a pontualidade no pagamento dos empréstimos.

Os dados do GRAF. 7 mostram a faixa de renda gerada no Banco para as 18 mulheres que possuem atividades econômicas. Cabe destacar que os menores rendimentos se encontram no Banco do Village, enquanto o maior é do Banco do Conjunto Joaquim Costa. Em relação ao maior valor de rendimento (R\$ 700,00), esse se refere à única atividade econômica formal de confecção registrada na pesquisa.

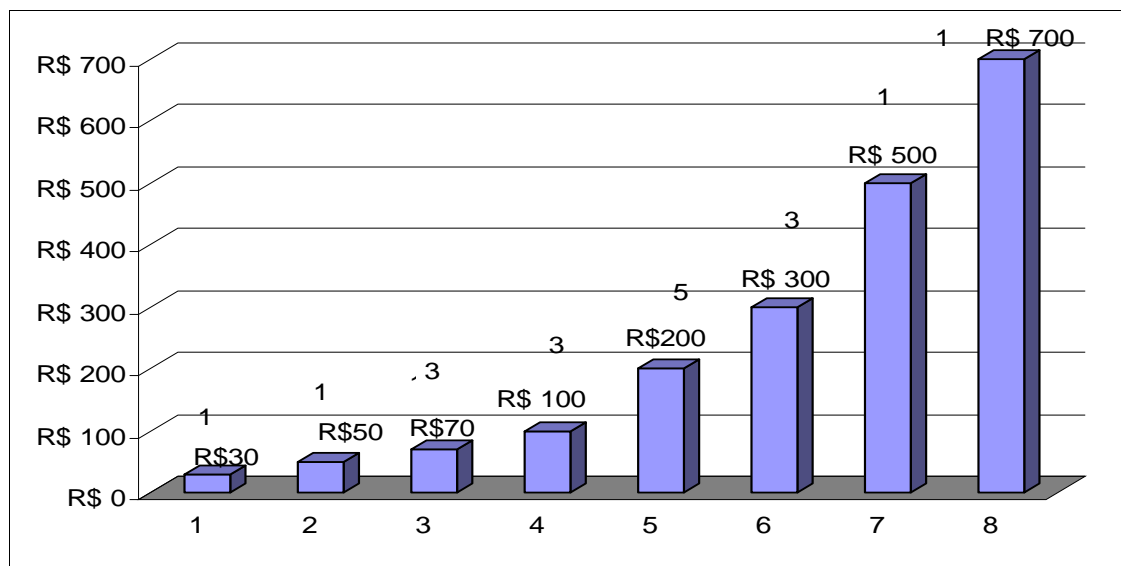


GRÁFICO 7 - Rendimentos das atividades econômicas (N=18)
Dados obtidos junto às entrevistadas a partir da Pesquisa de Campo 2009.

Quanto às mudanças ocorridas na atividade econômica, destacam-se algumas conforme informações contidas no GRAF. 8.

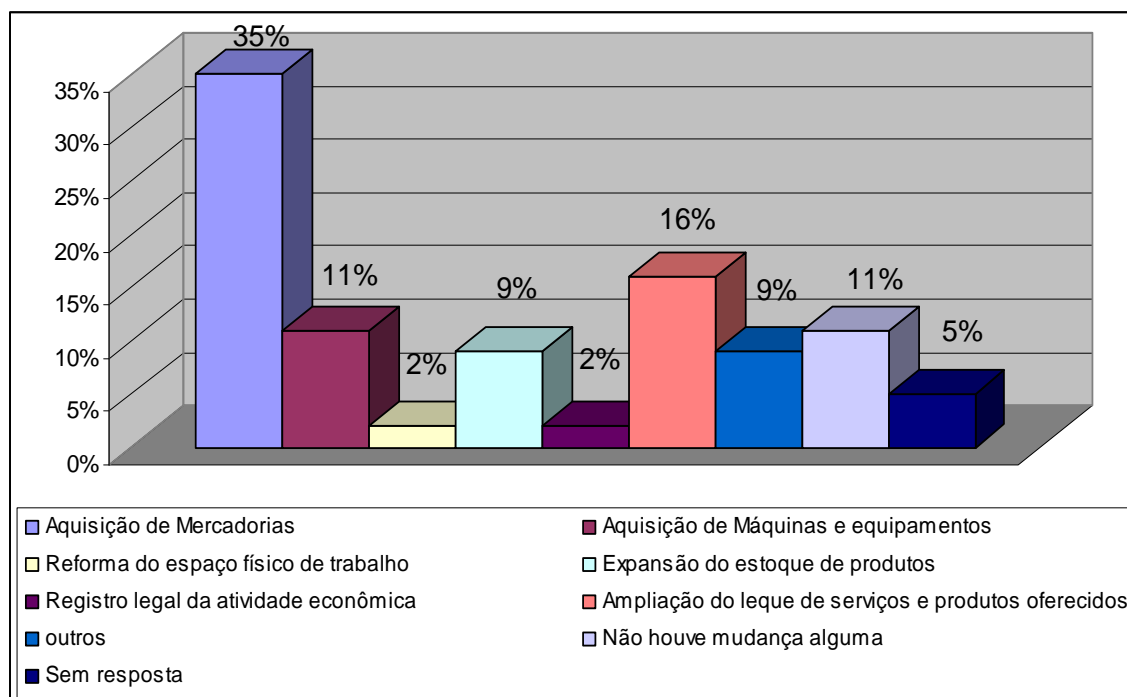


GRÁFICO 8 - Mudanças ocorridas na atividade econômica após investimento advindo das operações de crédito (N=18). A soma dos dados apresentados é superior a 100% pelo fato de as entrevistadas terem respondido mais de uma opção.

Fonte: Dados obtidos junto às entrevistadas a partir da Pesquisa de Campo 2009.

Como evidenciado no GRAF. 8, as mudanças na atividade econômica das comunitárias ocorreram principalmente com o investimento em mercadorias mediante o capital de giro para compras à vista. Esse foi o fator mais significativo dos investimentos. Conforme informações captadas, podemos inferir que, para a maioria das comunitárias que solicitou o crédito, houve alguma mudança na atividade econômica mediante a participação no programa de microcrédito.

Avaliação dos impactos econômicos e sociais

A partir das constatações verificadas no campo, o estudo nos permitiu fazer alguns apontamentos acerca dos impactos sociais e econômicos dos membros dos Bancos Comunitários “Jesus é a Força” e “Unidos Venceremos”. A pesquisa constatou que, de acordo com a percepção dos sujeitos sociais, houve de certo modo uma mudança nas suas vidas após participarem dos Bancos Comunitários, das atividades de crédito e poupança.

Em síntese, listamos alguns pontos levantados pelas comunitárias no questionário quanto aos benefícios trazidos pelos Bancos Comunitários ou de mudanças após participarem das experiências. A incidência de uma mesma resposta permitiu a categorização das informações, conforme mostra a TAB. 7.

TABELA 7
Impactos sociais e econômicos dos Bancos Comunitários nas condições de vida das participantes (N=35)

Especificação	%
A – Impactos Sociais	
Melhoria da qualidade de vida (saúde mental, as reuniões servem como terapia).	48,6%
Aumento da autoestima quanto ao gerenciamento dos recursos próprios, o prazer de estar juntas.	31,4%
Fortalecimento do vínculo social comunitário, da amizade	51,5%
Ajuda a desenvolver a autoconfiança, reforça os laços comunitários e respeito mútuo.	28,6%
Resgate de valores comunitários (gratuidade – a cultura do dar)	40%
Desenvolvimento da autonomia feminina e capacidade de protagonizar, espírito de liderança, capacidade de expressão	20%
B- Impactos Econômicos	
Ampliação da atividade produtiva via financiamento	20%
Desperta e possibilita a necessidade de poupança	77,1%
Melhoria no nível de renda dos envolvidos mediante investimento na atividade produtiva e acesso à poupança.	88,6%
Aquisição de bens (máquinas, equipamentos, móveis e eletrodomésticos para o lar).	11,4%

Fonte: Dados obtidos junto às entrevistadas a partir da Pesquisa de Campo 2009.

Quanto à avaliação dos impactos do Banco na comunidade, a pesquisa procurou captar das próprias entrevistadas o que essa experiência representa nas suas vidas e como as pesquisadas avaliam a existência do Banco na comunidade. Para obtenção dessas informações, utilizamos como instrumentos o questionário, bem como informações extraídas dos grupos focais. Em relação às respostas contidas no questionário, obtivemos as seguintes informações representadas no GRAF. 9. Do total de entrevistadas, 45% disseram que mudou muito suas vidas após participar do Banco, 34% responderam que mudou pouco e 20% declararam que o Banco ainda não mudou nada.

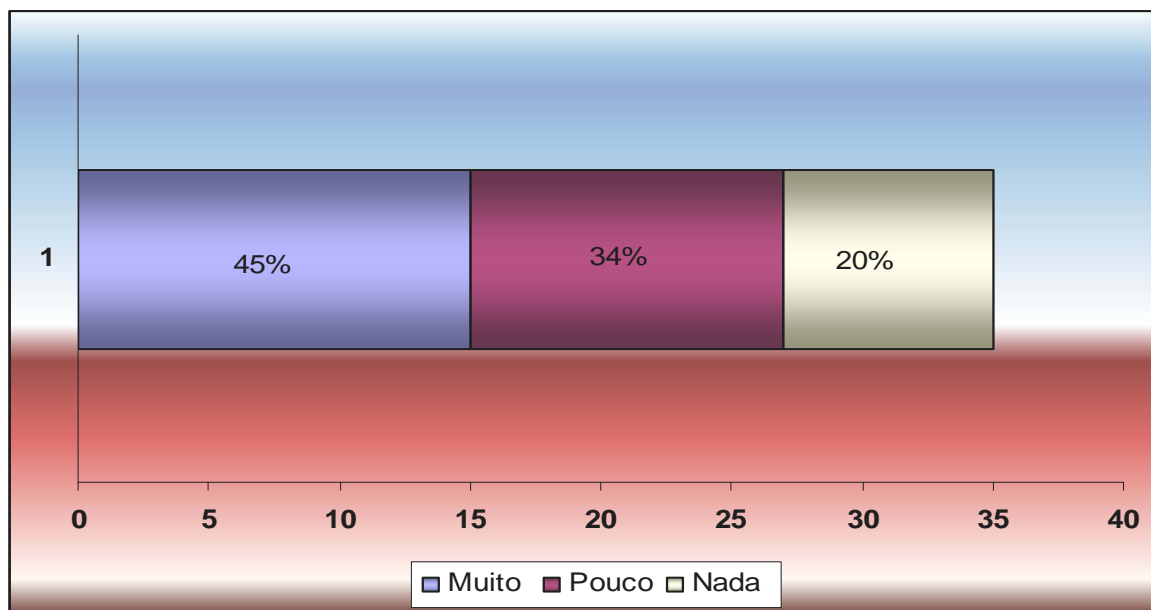


GRÁFICO 9 - Modificações nas condições de vida das sócias *ex-post* entrada no Banco (N=35)

Fonte: Dados obtidos junto às entrevistadas a partir da Pesquisa de Campo 2009.

Conforme mostra a pesquisa, nos grupos de mulheres que declararam ter mudado pouco ou nada as suas vidas após participarem do Banco, podemos inferir que a variável tempo é um fator importante (não é o único) para apropriação dos recursos. Nesses dois grupos, o tempo de participação das comunitárias varia de 3 meses a 5 anos, enquanto no grupo de mulheres que disseram não ter mudado nada ainda, o tempo de participação varia de 2 semanas a 2 anos. Um fator interessante a destacar é que na dinâmica dos grupos focais identificamos uma comunitária que está no Banco há um mês e que, apesar de ter informado no questionário que o Banco não mudou nada em sua vida, nas entrevistas em profundidade percebemos que o Banco trouxe alguma diferença, vejamos no depoimento:

Para mim mudou porque só tem um mês que eu estou participando e passei a assumir compromissos, antes eu acordava mais tarde, agora eu acordo mais cedo para vir às reuniões, minha rotina mudou, para mim está sendo ótimo, porque eu estou conhecendo pessoas novas, tanto para crescimento do negócio e crescimento pessoal eu estou gostando (Colaboradora 9, Banco “Jesus é a Força”).

Podemos perceber mediante as fontes de evidências, que as mudanças apontadas pelas pesquisadas são portadoras de significado na perspectiva dos sujeitos sociais. A concepção de mudança para umas comunitárias pode estar relacionada a bens tangíveis ou materiais enquanto que para outras, a mudança de vida pode ocorrer no âmbito das subjetividades ou no campo imaterial e simbólico como no relacionamento familiar e

comunitário. No GRAF. 10 identificamos algumas entrevistadas que afirmaram que em termos materiais o Banco não melhorou em nada as suas condições de vida, contudo, tem contribuído para melhorar o relacionamento com os amigos e familiares, a exemplo de uma comunitária viúva com idade de 55 anos que trabalha com artesanato e possui renda fixa de pensão. Para ela, “em termos econômicos não melhorou nada porque eu já tenho uma renda, mas na convivência ajuda” (Colaboradora 6, Banco “Jesus é a Força”).

Ao que se percebe, a Economia Solidária praticada nos Bancos Comunitários possibilita a distribuição dos recursos que podem estar relacionados não apenas nas relações econômicas, mas também por meio dos fluxos e relações de doação, reciprocidade, comensalidade e cooperação. Nesse sentido, tem-se uma configuração de dois tipos de recursos material e simbólico (França Filho e Laville, 2004).

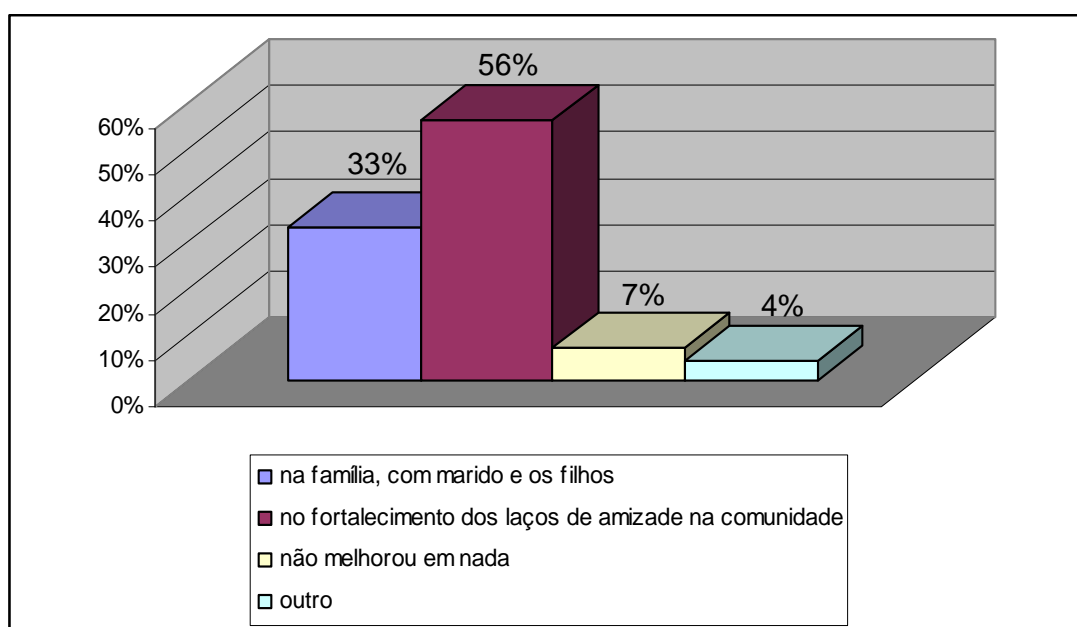


GRÁFICO 10 - Melhoria nas relações sociais *ex-post* participação no Banco Comunitário (N=35)
Fonte: Dados obtidos junto às entrevistadas a partir da Pesquisa de Campo 2009.

Diante do exposto, as evidências mostram que o resultado do aproveitamento dos recursos verificados nos dois grupos estudados não se restringe meramente à geração de renda para as mulheres. Além da melhoria financeira, o Banco também propiciou aos seus membros consolidar laços de amizade entre si e fortalecer o espírito comunitário. Desse modo, a provisão de benefícios sociais decorrentes das sociabilidades no interior de cada Banco parece possibilitar mudanças de vida não apenas no campo econômico, mas também no social. De modo geral, para as comunitárias houve uma expansão de suas liberdades ou de realização de algum sonho ou desejo mediante a participação no Banco. As informações obtidas na TAB. 8

evidenciam que, além da motivação do acesso a renda, nos Bancos existe satisfação do estar junto no espaço de convivências. Os dados apuraram que o vínculo social criado nos agrupamentos é um dos fatores que podem explicar porque as relações sociais não se reduzem uma racionalidade econômica.

TABELA 8
Avaliação dos benefícios dos Bancos Comunitários
pelas sócias (N=35)

Benefícios	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Laços Sociais	23	65,7%
Reunião	17	48,6%
Empréstimo e/ou poupança	09	25,7%
Eventos	05	14,3%

Fonte: Dados obtidos junto às entrevistadas a partir da Pesquisa de Campo 2009. A soma dos dados apresentados é superior a 100% pelo fato das entrevistadas terem respondido mais de uma opção.

Como explicitado anteriormente, o Banco Comunitário é fonte de renda para quem dele participa, não obstante quando perguntado às entrevistadas sobre o que elas mais gostam no Banco (apesar de apontarem a renda como maior motivo pelo qual se aproximaram do Banco) cerca de 65% responderam que gostam mais das amizades, das amigas, da convivência e mais de 25% responderam que gostam mesmo é do momento das reuniões, porque o Banco é um espaço de trocar experiências, um ponto de encontro para se discutir assuntos, para brincar, conversar, bater um papo, esquecer os problemas da vida.

Em relação às informações obtidas na TAB. 8, notem que para algumas comunitárias além do fator renda, elas gostam de estar no grupo pelo desejo de consolidar relações sociais. As falas em tela, obtidas nas questões abertas do questionário, corroboram a análise quantitativa. *“Eu gosto de tudo, mas primeiro da amizade, “da amizade em primeiro lugar e depois da poupança”, “primeiro a amizade e segundo a renda”, “da convivência e pela poupança e empréstimos”, “das reuniões, da participação, gosto de estar com gente”, “da união, do carinho, do apoio das meninas da instituição que empresta para nós”, “do bate papo, nas reuniões a gente esquece de muita coisa”, “quando saio de casa e vou para o banquinho, minha cabeça melhora porque estou junto de outras pessoas”.*

O que eu mais gosto são das reuniões, quando vou para o banquinho da família minha cabeça muda, ficava preocupada, quando passei a participar minha saúde melhorou, sinto mais feliz, despreocupada, lá vejo os problemas dos outros e vejo que são piores que os meus, além disso, tem a reza no começo e no fim. O dia de reunião é abençoado, porque no Banco a gente participa, nunca participei de um de um negócio assim (Colaboradora 4, Banco “Unidos Venceremos”).

De acordo com os relatos, os Bancos Comunitários permitem a criação de um ambiente de sociabilidades, o que, para muitas das participantes, torna-se uma saída do âmbito doméstico para a esfera pública, porque é nessa esfera ou nos *espaços públicos de proximidade* que as mutuárias procuram resolução e compartilham suas problemáticas, que em grande parte estão relacionadas à falta de recursos e de sociabilidades. Nesse sentido, é preciso ter em mente que as motivações que levam as pessoas a um Banco Comunitário ou a agruparem-se em um mesmo espaço não são resultantes exclusivas dos atributos dessas pessoas, mas das condições sociais e econômicas nas quais estão inseridas. Dessa forma, quanto mais carentes e desprovidas de auxílio público, mais propensas (ou motivadas) estariam essas mulheres a participar das atividades dos Bancos Comunitários. Observamos esse fato principalmente no Banco do bairro Village, uma das regiões mais pobres da cidade e que possui um maior número de participantes. Nesse agrupamento, percebemos também um forte sentimento das participantes no que diz respeito à territorialidade e ao pertencimento àquela comunidade. Algumas evidências podem ser vistas em declarações tais como: “*O banquinho é nosso, é da família. Eu creio que a partir da semana que vem, nós vamos trocar ideias para levar o banco à frente*”.

De modo geral, nas duas experiências, a Economia Solidária contribui para ações conjuntas que reforçam as atividades econômicas ao mesmo tempo em que reforçam a coesão social mediante as solidariedades e laço social que colocam a economia a serviço do grupo e não o contrário:

Para mim, além do empréstimo de fácil acesso, porque agente trabalha é autônoma e precisa investir, a comunicação e amizade das colegas está acima de tudo. E porque eu gosto de ta num movimento comunitário que faz bem para mim, tanto que eu saí do Banco uma vez e voltei correndo, porque eu não aguentei ficar longe do Banco, porque acima de tudo a amizade e o empréstimo vem em 2º lugar, porque você guarda um dinheirinho e pode ta convivendo com outras pessoas que tem quase os mesmos problemas que eu. Só de fazer parte da comunidade para mim já ta bom (Colaboradora 7: presidente do Banco “Jesus é a Força”).

Na observação de Gaiger (1996, p. 116), “*o modus operandi do solidarismo empreendedor transcende a materialidade econômica e atinge as interações sociais, os*

comportamentos, os valores e a produção simbólica”. De acordo com o autor, as iniciativas de Economia Solidária ao contrário do modelo convencional capitalista podem disseminar e fortalecer uma cultura diferente do atual modelo dominante.

Arruda em seu texto: *Lucrar sem produzir: crise financeira como oportunidade de criar uma economia mundial solidária*, vem ressaltar, com base em H. Maturana¹¹¹, que a biologia realizou uma descoberta recente, qual seja, “nós, seres humanos, somos animais que dependem do amor. Isto é evidente no fato de que adoecemos quando estamos privados de amor em qualquer idade” (H. Maturana, 1996) citado por (Arruda, s/d, p.1). Como mostrado, no depoimento da colaboradora 7, o altruísmo pela comunidade parece ser um elemento a mais, presente nas ações empreendidas no Banco Comunitário.

França Filho e Silva Junior (2009, p. 35) reconhecem que nos Bancos Comunitários cria-se uma “mais-valia social” no seu território capaz de fortalecer “o tecido social local mediante novos padrões de sociabilidade calcados na disseminação de valores como confiança, lealdade e solidariedade”, fato percebido nos Bancos Comunitários “Jesus é a Força” e “Unidos Venceremos”.

Esse aspecto relevante vem somar-se ao fato de os BCD¹¹² atuarem em um campo de atividades cujas demandas não são satisfeitas nem pelo mercado, nem pelo Estado. Por mais-valia social, devem-se considerar os benefícios diretos e indiretos advindos da atuação de um BCD. (...) A ousadia de um BCD reside na busca pela restauração de laços e vínculos sociais seriamente degradados pelas condições mais gerais de vida das pessoas localizadas em bairros populares, por meio de um novo tipo de relação com o dinheiro e de organização da vida econômica local (França Filho e Silva Junior, 2009, p.35-36).

¹¹¹ Maturana, H. e Verden-Zöller, G., 1996, *Biology of Love*, in Opp, G., and F. Peterander, F. (eds.), *Focus Heilpädagogik*. Munchen/Basel: Ernst Reinhardt.

¹¹² Bancos Comunitários de desenvolvimento é um conceito utilizado pelos autores para caracterizar os Bancos Comunitários do tipo Palmas que se apoiam em uma série de ferramentas para gerar e ampliar a renda no território. Ao utilizarmos o mesmo conceito de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD) aplicado ao modelo de Bancos Comunitários existentes em Montes Claros, não estamos inferindo com isso que essa experiência seja idêntica a experiência do Banco Palmas. Como já explicitado, embora com o mesmo adjetivo (comunitário), os dois modelos de Bancos são diferentes em diversos aspectos, contudo, trazem algumas semelhanças as quais são identificadas na descrição dos autores citados, como por exemplo, quando dizem que “os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD) podem ser definidos como uma prática de finanças solidárias de apoio às economias populares situadas em territórios com baixo índice de desenvolvimento humano. Estruturados a partir de dinâmicas associativas locais” (França Filho e Silva Junior, 2009, p. 31). Quanto à noção de desenvolvimento presente nos casos estudados, podemos inferir que ainda de modo limitado no que se refere à renda, os Bancos Comunitários de Montes Claros possibilitam o desenvolvimento social dos associados. Quanto aos aspectos imateriais, a consolidação do laço social possibilita o querer estar junto.

Diante das afirmações, percebemos que as práticas nos Bancos Comunitários, mediante a participação, substituem a solidão e o isolamento pela solidariedade e integração. Na visão de Singer (2006), a Economia Solidária é construída dessa forma na utilização ou criação de estratégias. Nesse sentido, participar do grupo para muitas das comunitárias não significa “apenas uma questão financeira, mas também uma questão emocional e psicológica” (Yunus, 2006, p. 293), principalmente para algumas comunitárias que declararam estar desempregadas há muito tempo e outras que nunca trabalharam de carteira assinada, para elas principalmente, o Banco representa o *locus* de encontro, um espaço das sociabilidades. Segundo Castel (1998), os indivíduos perdem a sua sociabilidade pelo fato de estarem “desafiliados” da sociedade salarial. Yunus (2006, p. 293) entende que a ociosidade “é cruel, indigna e nociva à saúde, não só para as pessoas individualmente, mas para o conjunto da sociedade”. Desse modo, o desemprego contribui para a exclusão social e acarreta a perda de autonomia, de autoconfiança e de saúde psicológica. Sen trata da mesma questão ao dizer que:

Há provas abundantes de que o desemprego tem efeitos abrangentes além da perda de renda, como dano psicológico, perda de motivação para o trabalho, perda de habilidade e autoconfiança, aumento de doenças (...), perturbações das relações familiares e da vida social, intensificação da exclusão social e acentuação de tensões raciais e das assimetrias entre os sexos (Sen, 2000, p. 117).

Como constatado, os *espaços públicos de proximidade* dos Bancos Comunitários têm a sua importância porque produz efeitos não somente financeiros, mas também terapêuticos para a vida e a saúde das pessoas que dele participam. Os Bancos Comunitários “guardam um sentido primordialmente social” (...) e “instituem uma racionalidade na qual a atividade econômica funciona como meio para a consecução de outros fins” (Gaiger e Laville, 2009, p. 162-163). O que ocorre nos Bancos Comunitários, parece ir ao encontro de um desenvolvimento endógeno, democrático e solidário, um desenvolvimento dos potenciais materiais e imateriais do ser humano.

Conforme as constatações de Arruda:

Um desenvolvimento não pode ser avaliado e medido pelos atuais indicadores de riqueza. Há que alargar o conceito de riqueza para incluir nele aquelas que correspondem ao desenvolvimento cultural, psíquico e espiritual da pessoa e das coletividades. A organização e articulação das classes sociais oprimidas, propondo e construindo concretamente relações sociais de produção autogestionárias e solidárias dentro e à margem do sistema do capital é indispensável e urgente (Arruda s/d, p. 13).

De acordo com as nossas análises, as dimensões econômica, social, moral e religiosa verificadas nas ações dos Bancos Comunitários geram valores de uso com “caráter de utilidade social¹¹³ ou comunitária” (França Filho e Silva Junior, 2009, p. 35) que não necessariamente passa pela questão financeira conforme descrito na TAB. 8 explicitada anteriormente.

As informações obtidas na pesquisa de campo no GRAF. 11 revelam certo paradoxismo entre a motivação e o gostar das pessoas no Banco Comunitário. Para 68,6% das comunitárias, o maior motivo para aproximação do Banco foi o fator renda. Para esse grupo de mulheres, o crédito e a poupança são estratégias de sobrevivência. Para um outro grupo (45,7%), as mulheres são movidas pela alternativa de vida que o Banco oferece. Nesse grupo, encontram-se mulheres que já possuem emprego e estão no Banco para complemento da renda, autônomas que disseram preferir o próprio negócio a trabalhar de carteira assinada e a cumprir horários rígidos. Encontram-se ainda nesse grupo aquelas mulheres que gostam de ajudar a comunidade com o trabalho voluntário no Banco.

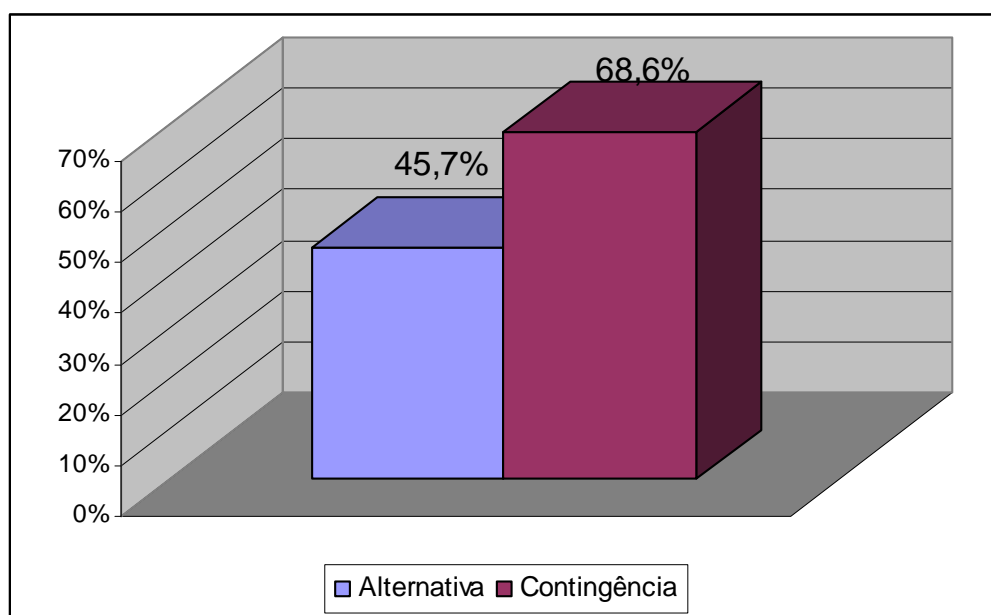


GRÁFICO 11 - Motivos que levou a participar do Banco Comunitário (N=35)

Fonte: Dados obtidos junto às entrevistadas a partir da Pesquisa de Campo 2009. A soma dos dados apresentados é superior a 100% pelo fato de as entrevistadas terem respondido mais de uma opção.

¹¹³ “A utilidade social dos bancos comunitários reside no fato de constituírem-se em organizações radicalmente distintas de outras. Seu modo de atuar no território marca sua singularidade. Esta se baseia em relações de proximidade e na mobilização de valores e princípios como exigências básicas para a sua prática, tais como a confiança mútua, a participação cidadã ou os mecanismos de solidariedade redistributiva. Seu papel institucional é de grande relevância para o território, não podendo ser desempenhado de igual maneira por outro ente qualquer, seja ele uma empresa, uma organização não-governamental, seja o próprio poder público” (França Filho e Silva Junior, 2009, p. 35).

As ações empreendidas nos grupos mostram que mesmo com poucos recursos financeiros, a união, a solidariedade ajudam diminuir as dificuldades vividas no cotidiano. As pessoas buscam alternativas e procuram trabalhar de uma outra forma, a partir do coletivo. Segundo alguns depoimentos concedidos na dinâmica dos grupos focais, o aumento de auto-estima e complemento da renda foram os aspectos mais ressaltados da pesquisa. Algumas comunitárias ilustraram nas suas falas aspectos quanto a liberdade e satisfação com a vida ao participarem do Banco Comunitário. Assim expressaram que: *“o objetivo de eu estar no grupo é pela convivência, para levantar a auto-estima e para ter um complemento da renda que o Banco nos oferece. Para mim mudou muito, eu passei a fazer beiju em mais eventos, aumentou a minha renda, porque através das amigas do Banco, elas levam a divulgar o trabalho da gente”* (Colaboradora 1- Banco “Jesus é a Força”). *“O Banco ajuda a gente a aumentar a renda”* (Colaboradora 2- Banco “Jesus é a Força”). *“Eu também tenho uma renda fixa e consigo conciliar o horário do Banco com o do serviço. Eu estou no Banco porque eu gosto muito de fazer novas amizades, o pessoal mudou o horário das reuniões só para mim participar”* (Colaboradora 9- Banco “Jesus é a Força”).

Eu estou no Banco porque me sinto bem aqui, gosto das colegas, gosto de bater papo, é um meio de eu me distrair, eu sinto muito a vontade aqui, e é um meio de eu estar juntando um dinheirinho também por fora, porque eu tenho uma renda, se eu não me sentisse bem eu não precisaria estar aqui, porque eu tenho uma renda fixa, e é um meio de aprender com as colegas outras atividades (Colaboradora 6, Banco “Jesus é a Força”).

Eu gosto do que eu faço, eu não deixaria meu trabalho para ter um emprego, aqui além de você conhecer pessoas novas, você tem possibilidades de divulgar o que você faz e também o acesso ao crédito. O Banco foi uma opção boa, eu já trabalhei de carteira assinada e hoje se fosse para trabalhar de novo eu não ia deixar o que eu faço. (Colaboradora 4, Banco “Jesus é a Força”).

Observa-se nas entrevistas que, para algumas comunitárias, o Banco representa alternativa de vida, pois segundo relatam, elas têm outras opções de renda e, portanto, preferiram aderir ao grupo para melhorar a auto-estima e estar num movimento comunitário, além de ser uma opção a mais de renda. Todavia, nos grupos pesquisados também existem aquelas pessoas que participam por contingências da vida, como relata uma comunitária: *“Se eu pudesse trabalhar, eu não participaria do Banco, hoje eu tenho problema de saúde, mas se não tivesse e conseguisse um emprego com salário bom eu acho que não tinha necessidade de participar não porque é muito cansativo* (Colaboradora 2: sócia do Banco “Jesus é a Força”).

Cumpramos ressaltar, conforme asseveram França Filho e Laville (2004), que os recursos não-monetários presentes na Economia Solidária (as relações de reciprocidade, confiança, solidariedade) são importantes porque ajudam na sobrevivência das estruturas implantadas, contudo esses recursos não são suficientes para assegurar uma maior sustentabilidade das atividades. Para que isso ocorra, deve haver um equilíbrio entre os recursos monetários e não-monetários de maneira que garanta sua viabilidade econômica. O que os autores esclarecem é que não somente a noção de hibridização existente na Economia Solidária é relevante, mas há ainda que se considerar um equilíbrio entre os recursos.

Quanto à renda gerada no Banco Comunitário com os recursos da poupança e crédito, os dados do GRAF. 12 mostram que 77% das entrevistadas responderam que a renda é aplicada na família, sobretudo no cuidado com os filhos e na melhoria da moradia e compra de eletrodomésticos.

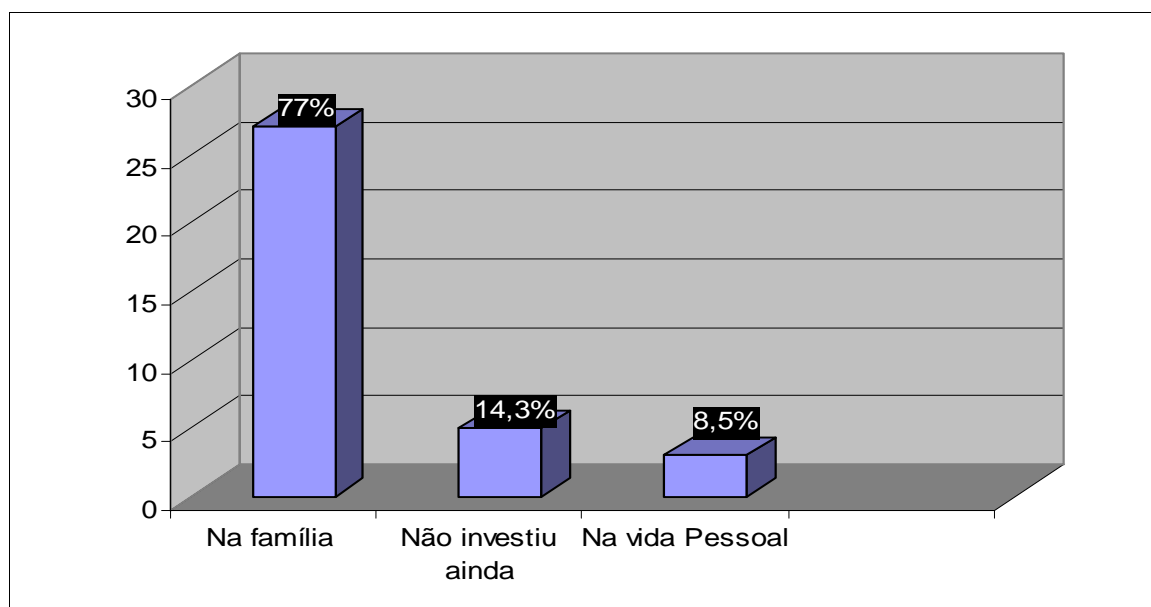


GRÁFICO 12 - Investimentos realizados com os recursos obtidos nas atividades do Banco Comunitário (N=35)
Fonte: Dados obtidos junto às entrevistadas a partir da Pesquisa de Campo 2009.

Em relação ao índice de 14,3%, que não investiu ainda, o percentual corresponde a 5 comunitárias que justificaram estar há pouco tempo no Banco (2 semanas, 1 mês, 1 mês, 3 meses e 5 meses) somente como poupadoras e portando ainda não retiraram o dinheiro para quaisquer investimento. Quanto às 3 comunitárias que disseram ter investido na vida pessoal, essas são solteiras e não possuem filhos.

Yunus assinala que:

O dinheiro, quando utilizado por uma mulher numa família, beneficia mais o conjunto dos membros do que quando é utilizado por um homem (...). Na prática nos constatamos que as mulheres (...) se adaptam melhor e mais rapidamente que os homens ao processo de auto-assistência. Elas são mais aplicadas, procuram garantir o futuro dos filhos e revelam uma constância maior no trabalho (Yunus, 2006, p.117).

Segundo declarações das entrevistadas, o crédito repassado pela Instituição microfinanceira é utilizado para alavancar a atividade econômica e em complemento, as poupanças têm contribuído para aumento da renda.

O GRAF. 13 traz algumas informações sobre o impacto econômico na melhoria das condições de vida das participantes dos dois Bancos estudados.

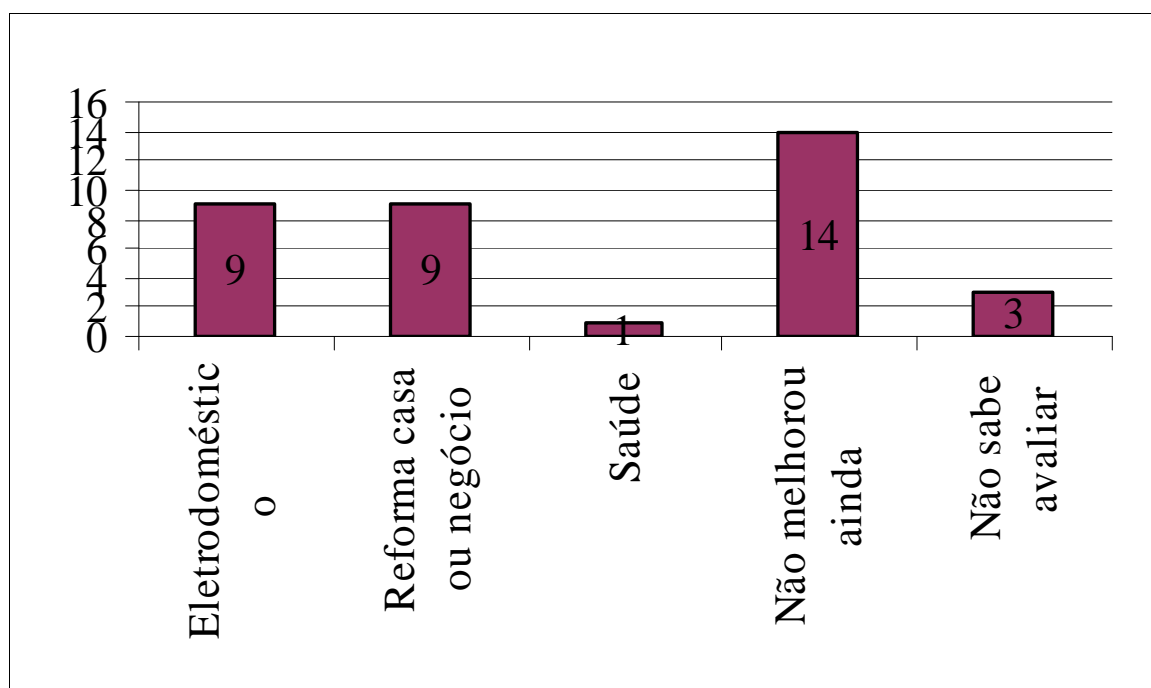


GRÁFICO 13- Melhorias econômicas *ex-post* participação no Banco Comunitário (N=35)

Fonte: Dados obtidos junto às entrevistadas a partir da Pesquisa de Campo 2009.

Percebemos diante dos dados que os Bancos Comunitários pesquisados são responsáveis por suprir a falta de solidariedade do Estado na providência de um mínimo de bem público. O GRAF. 13 explicita que das 35 entrevistadas 18 declararam ter havido uma melhora nas suas condições de vida. As respostas mais incidentes quanto à melhoria econômica foram aquisição de eletrodomésticos e móveis para o lar, reforma da casa e ampliação do negócio. Em relação às 14 comunitárias que responderam negativamente, embora tenham dito acessar o crédito ou a poupança, essas não perceberam nenhuma mudança econômica significativa.

Em relação à poupança, ouvimos comunitárias que disseram resolver problemas inadiáveis com o dinheiro depositado como tratamento de saúde, compra de enxoval do bebê, reforma da moradia ou aquisição de eletrodomésticos, ações que incidem diretamente na melhoria da qualidade de vida. Esse dado demonstra a importância da poupança, mesmo que pequena, para as comunitárias. De um total de 35 sócias, 33 tem algum valor poupado no Banco Comunitário. Isso representa 94% das comunitárias que entendem a importância da poupança como reserva para o futuro além de possibilitar o acesso ao crédito e a união do grupo. O GRAF.14 apresenta os percentuais relacionados a importância atribuída a poupança.

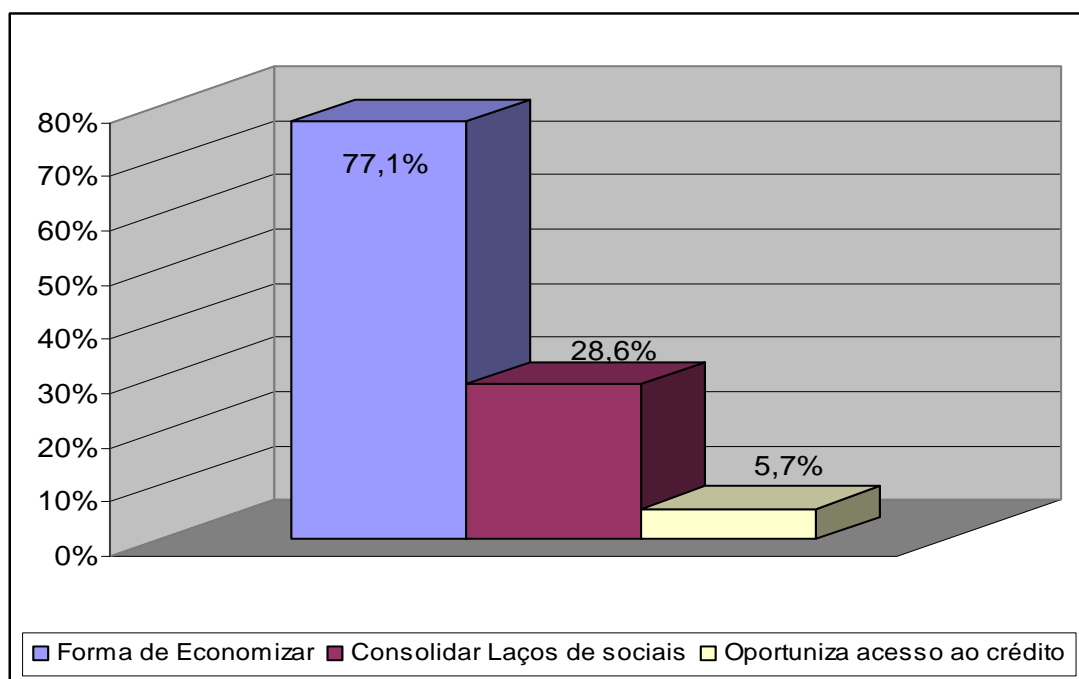


GRÁFICO 14 - Importância atribuída à poupança pelas comunitárias (N=35)

Fonte: Dados obtidos junto às entrevistadas a partir da Pesquisa de Campo 2009.

A soma dos dados apresentados é superior a 100% pelo fato de as entrevistadas terem respondido mais de uma opção.

De acordo com as entrevistadas, a poupança conjunta ajuda nas dificuldades e para pagamento das prestações. Quanto aos valores depositados por cada comunitária, esses podem variar de R\$ 5,00 (cinco reais) a R\$ 10,00 (dez reais) por reunião. O GRAF. 15 mostra a frequência dos depósitos de poupança.



GRÁFICO 15 - Frequência de depósitos efetuados (N=35)

Fonte: Dados obtidos junto às entrevistadas a partir da Pesquisa de Campo 2009.

As comunitárias são orientadas a pouparem em todas as reuniões que ocorrem uma vez por semana em cada grupo pesquisado. Assim, como ressaltado, quase todas as participantes tem uma poupança, exceto duas comunitárias que estavam iniciando no grupo.

Do ponto de vista econômico, as entrevistadas revelaram que antes do Banco na Comunidade não se economizava, agora passou se a economizar mais. *“Antes eu dava sem pensar R\$ 0,50 (cinquenta centavos) R\$1,00 (um real), R\$2,00 (dois reais) para os meninos comprar pirulito e chup-chup¹¹⁴, agora eu pego esses trocados e deposito na poupança”* (Colaboradora 5, Banco “Unidos Venceremos”).

Em relação à poupança, na dinâmica dos grupos focais, ouvimos vários depoimentos sobre a sua importância e o impacto na vida das comunitárias. Segue algumas falas: *“Eu não consigo guardar dinheiro de jeito nenhum, dinheiro na minha mão, o que entrar eu gasto à toa mesmo, e lá foi uma fonte que a gente encontrou para depositar, que se tivesse em casa eu não teria ele guardado, no Banco eu deposito já pensando em algo importante no que vou realizar”* (Colaboradora 7, Banco “Unidos Venceremos”). *“O sonho que eu realizei com o dinheiro da poupança foi fazer uma viagem para a Lapa de Bom Jesus, foi uma promessa de levar o meu sobrinho deficiente caso ele não morresse, daí retirei*

¹¹⁴ Espécie de refresco ou picolé vendido em casa.

R\$350,00 da poupança para pagar essa promessa” (Colaboradora 3, Banco “Jesus é a Força”).

Para mim mudou muito porque foi uma maneira que eu consegui de economizar, porque eu não conseguia poupar hoje o que eu consigo lá, porque mesmo se você tiver uma conta em outro banco você não consegue poupar igual aqui que pode depositar qualquer valor, porque é uma coisa segura. No meu caso, depois que eu entrei no “Banquim” eu consegui fazer uma poupancinha e realizei um sonho que foi comprar um son. No dia eu até chorei, foram tantas lágrimas!!! E agora eu estou voltando a poupar de novo para comprar o meu fogão, isso sem mexer no empréstimo, só com o dinheiro da poupança (Colaboradora 6, Banco “Unidos Venceremos”).

O que o Banco mudou para mim em relação à poupança foi que qualquer quantia que a gente leva para lá a gente deposita e com isso eu conseguir trocar uma de minhas máquinas de costurar e comprar um sofá. Com certeza se não fosse a poupança e mesmo o dinheiro do empréstimo com certeza, eu não teria conseguido. E eu não costumo perder uma reunião, só se não tiver jeito, porque a gente fica o tempo todo dentro de casa cansada e estressada e no dia na reunião a gente distrai, às vezes aparece curso, agente brinca e todo mundo volta feliz (Colaboradora 8, Banco “Unidos Venceremos”).

Como percebemos, a poupança é um ativo importante nos grupos porque ajuda na realização de algum sonho para o comunitário que geralmente investe na família e na atividade econômica. Cabe destacar que existe um percentual de 48% das entrevistadas que ainda não retiraram o dinheiro da poupança e, portanto não responderam à questão. A TAB. 9 traz informações relativas à contribuição da poupança para as integrantes dos dois Bancos.

TABELA 9
Utilização da poupança pelas sócias dos Bancos Comunitários (N=35)

	Frequência		Sem Informação		Não se Aplica	
	Absoluta	Relativa %				
Investimento na Família	6	17,1%	2	5,7%	17	48,6%
Eletrônicos, Eletrodomésticos e Móveis	4	11,4%	2	5,7%	17	48,6%
Melhoria na Atividade econômica e capacitação	6	17%	2	5,7%	17	48,6%

Fonte: Dados obtidos junto às entrevistadas a partir da Pesquisa de Campo 2009.

Apesar de as comunitárias terem apontado o crédito e poupança como fontes de renda, elas testemunham que, é preciso uma ampliação dessas oportunidades, de modo que elas não se reduzam ao acesso ao crédito e à poupança, muito pertinentes para a geração de

renda. Contudo, é preciso destacar os sentimentos das próprias pesquisadas quanto à falta de algo mais nos Bancos Comunitários. Na suas percepções, falta incentivo, mais eventos, prazos mais longos para pagamentos do financiamento, falta um computador para administrar as contas do Banco, interação com outros Bancos, espaços de feiras entre outros. Segundo depoimentos obtidos nos questionários e também nos grupos focais, não basta somente reuniões, sentar, poupar e pegar o crédito: *“Você tem que ter uma motivação a mais para você ir às reuniões, se for só poupar e reunir é pouco, precisamos de palestras, cursos, eventos etc.”*. Assim, o Banco seria uma atividade “meio” e não uma atividade “fim” crédito e poupança. Seria para elas, um meio de ampliação de liberdades mais diversas e de emancipação.

A pesquisa atesta que há uma deficiência na oferta de outros produtos para as beneficiárias dos Bancos estudados. Essa deficiência está relacionada, a ausência de cursos, eventos, palestras entre outros atrativos como mostra a TAB.10.

TABELA 10
A opinião das entrevistadas sobre o que falta no
Banco Comunitário (N=35)

Especificação	%
Cursos	34,3%
Participação e Organização	22,9%
Eventos e palestras	17,1%
Melhoria do Banco: Planos e Espaço Físico	8,6%

Fonte: Dados obtidos junto às entrevistadas a partir da Pesquisa de Campo 2009.

As respostas mais incidentes em relação aos cursos foram justificadas pelas comunitárias ao perceberem que o espaço do Banco é bom para se conseguir alguma renda, mas conforme citam é preciso algo mais para se crescer. As informações acima obtidas no questionário são corroboradas nos grupos focais quando percebe-se uma incidência maior no desejo de que sejam oferecidas capacitações ou cursos de aperfeiçoamento aos membros dos dois Bancos pesquisados. As expectativas são evidenciadas em algumas falas obtidas nas dinâmicas dos grupos tais como: *“Precisamos de mais cursos”*, *“mais oportunidades, aqui quase não temos oportunidades”*, *“eu sonho em aprender a costurar, nem que for com 80*

anos eu ainda aprendo”, “eu, em fazer bordados”, “salgados”, “manicure”. “Quero desenvolver, quero aprender a fazer pintura, artesanato”. “A gente poderia aprender a fazer juntas e conseguir recursos para o Banco”. “Dentro do grupo já têm pessoas que sabem e poderia passar”. “Mas falta força de vontade, eu mesma aprendi a costurar sozinha e nunca entrei num corte e hoje faço roupa e pago as minhas contas vendendo as minhas coisinhas”.

As falas evidenciam a necessidade de investimento em capital humano como, por exemplo, no aprimoramento de suas habilidades mediante capacitação ocupacional. Ao que se percebe, as participantes dos Bancos Comunitários pesquisados não estão tendo acesso a tal instrumento. As pesquisadas também responderam que falta mais participação nas atividades de Bancos ao mesmo tempo que precisam de mais organização e cumprimento das normas. Em relação às respostas sobre a melhoria do Banco, 8,6% das pesquisadas que se referem ao Banco do Village do Lago percebem que é necessário um espaço próprio, uma vez que utilizam um salão comunitário do bairro. Ainda em relação à melhoria do Banco, 8,6% das entrevistadas disseram que precisa haver mudança nos planos de pagamentos dos empréstimos como, por exemplo, atualmente o vencimento das parcelas do financiamento ocorre no dia 12 de cada mês. Conforme relatam, a data melhor para pagamento seria no vencimento do dia 20, quando se tem mais possibilidades de recebimento do dinheiro das vendas dos produtos, pois, como comentam, na comunidade, as pessoas tendem a receber seus salários no final do mês e, portanto, o recurso para pagamento das parcelas muitas vezes fica vinculado ao recebimento de alguma venda realizada a prazo. No que se refere às respostas sobre a falta de informação e divulgação, 8,6% das pesquisadas pensam que o Banco precisa ser mais divulgado na comunidade.

Em um artigo intitulado *Microcrédito*, Jean-Michel Servet ressalta a necessidade de se buscar, para além do crédito, outros meios de inclusão social e, portanto:

Apoiar as capacidades daqueles que desejarem criar merece todo apoio, por se tratar de uma questão de direito. Estabelecer incentivos para os economicamente excluídos que queiram criar representa uma política inovadora; fazer disso uma solução quase única é uma estratégia distorcida de dismantelamento dos sistemas de autodefesa dos assalariados e de interdição da usura, os quais levaram quase dois séculos para se consolidar. Os resultados das avaliações realizadas acerca do impacto das microfinanças, em geral, e do microcrédito, em particular, sobre a pobreza ainda não são conclusivos. Mais que instrumentos de desenvolvimento de recursos produtivos (o que é uma ilusão largamente difundida), as microfinanças, entre as quais o microcrédito, constituem alternativas aos mais desfavorecidos para melhor administrarem seus recursos em longo prazo. É perigoso fazer-se dos pequenos empréstimos a curto prazo uma ferramenta central ao desenvolvimento, sendo primordial agir-se diretamente em matéria de saúde, educação, formação e defesa dos direitos (Servet, 2009, p. 246).

Desse modo, “o apoio às microfinanças pode contribuir para uma precarização generalizada dos direitos ao trabalho se elas forem apresentadas como a principal alternativa ou até mesmo a única” (...), daí a necessidade de “perceberem-se os limites desse tipo de política e, sobretudo seus perigos” (Servet, 2009, p. 246).

Como apresentado na TAB.11, 80% das entrevistadas não têm buscado profissionalizar-se por conta própria ficando muitas vezes à espera da oferta dos serviços ou de outros benefícios via Banco Comunitário e/ou Instituição de fomento.

TABELA 11
Tem buscado por conta própria se profissionalizar
(N=35)

	Frequência	%
Não	28	80%
Sim	6	17,1%
Não Sabe	1	2,9%
Total	35	100%

Fonte: Dados obtidos junto às entrevistadas a partir da Pesquisa de Campo 2009.

Quanto às entrevistadas que responderam que buscaram profissionalização, foram citados os seguintes cursos: cursos de bolsa e bordados – crochê - peças íntimas, flores de garrafa pet, emborrachado e Malharia. Apesar da percepção das comunitárias, no que se refere ao que falta nos Bancos Comunitários para a ampliação das suas oportunidades, ao mesmo tempo nos dois grupos pesquisados existe o desejo de continuarem a frequentar os

espaços do Banco ou do “*Banquinho nosso*” como carinhosamente é chamado por algumas, uma vez que ele representa no contexto de exclusão em que vivem uma alternativa para obtenção de recursos econômicos escassos além de propiciar novas sociabilidades.

A TAB. 12 confirma a importância do Banco na comunidade quando a maioria pretende continuar no grupo.

TABELA 12
Sobre a pretensão da respondente em continuar no Banco Comunitário

	Frequência	%
Sim	34	97,1%
Não	01	2,9%
Total	35	100%

Fonte: Dados obtidos junto às entrevistadas a partir da Pesquisa de Campo 2009.

A única pesquisada que respondeu negativamente justificou que está em dúvida, está desmotivada, não está conseguindo comercializar seus produtos. Quanto à maioria que respondeu que pretende continuar no Banco, a busca de uma alternativa de renda e o desejo de participar de uma dinâmica coletiva parecem ser as motivações mais comuns para que as pessoas se vinculem ao Banco Comunitário, como mostra os dados da TAB. 13.

TABELA 13
Motivos para continuar participando do Banco Comunitário (N=35)

Especificação	%
Aumentar a renda	71,4%
Reuniões, eventos e cursos	28,6%

Fonte: Dados obtidos junto às entrevistadas a partir da Pesquisa de Campo 2009.

Concluimos ao dizer que a existência da cooperação e da solidariedade nos Bancos Comunitários é um enigma que contradiz a doutrina liberal pré-concebida que sacramentou que o motor da sociedade são os interesses egoístas e próprios de cada indivíduo.

Todavia, com base numa outra vertente teórica, da economia plural, entendemos que os indivíduos também são movidos por atos altruístas baseados na relação de custo-benefício que torna a cooperação uma estratégia para se obter vantagens individuais e coletivas. Os relatos mostram que as atividades de Bancos Comunitários configuram-se como um clamor por uma outra sociedade possível. Para consolidação dessa outra racionalidade, é mister que reconheçamos a necessidade de construção de um projeto societal geral onde todos possam ter mais acesso a oportunidades econômicas e sociais. Nos depoimentos das participantes dos Bancos Comunitários, percebemos que essas oportunidades poderiam ser contempladas em políticas públicas mais amplas para promoção do desenvolvimento social. Como mostra os dados, na opinião do público pesquisado, para que se fomente o desenvolvimento social falta ampliação de direitos sociais básicos não somente para o grupo, mas para a comunidade de modo geral.

A materialização da solidariedade nos Bancos Comunitários “Jesus é a Força” e “Unidos Venceremos”

A partir das evidências empíricas obtidas com a coleta de dados, procuramos registrar as manifestações de solidariedade presente na convivibilidade dos dois Bancos em destaque. Constatou-se que além de colocar em prática a solidariedade, a maioria das pesquisadas têm em si a compreensão do conceito (isso é perceptível na própria denominação¹¹⁵ dos grupos). Os dados da TAB. 14 mostram o percentual de entrevistadas que manifestaram seu entendimento do conceito de solidariedade, se ela existe dentro do grupo e o grau em que se manifesta. Na coluna A, observa-se que mais de 80% das comunitárias declararam seu entendimento acerca da solidariedade. As explicações a respeito foram descritas pelas pesquisadas das seguintes maneiras: “*A solidariedade é quando um ajuda o outro*”, “*um cooperando com o outro*”, “*um pelo outro*”, “*compartilhar com o próximo*”, “*ajudar as companheiras quando precisar*”, “*ajudar os outros de modo espontâneo, de boa vontade*”, “*estender a mão quando alguém tem necessidade*”, “*união*”, “*compartilhar as ideias e o trabalho*”, “*é ajudar o outro nas dificuldades*”. “*É sentir a dificuldade do outro*”, “*companheirismo*”, “*as pessoas serem mais compreensivas*”, “*fazer junto para benefício comum*”.

¹¹⁵ Note-se que na própria denominação dos Bancos (“Unidos Venceremos”, “ASA”- Amigas Solidárias do Alterosa, “A união faz a força”, “Aliança”, “Boa vontade”) está implícito a noção de solidariedade. Podemos perceber que a concepção de solidariedade das comunitárias na sua maioria é condizente com a concepção teórica desenvolvida no estudo que diz respeito à reciprocidade e que está em consonância com o entendimento de solidariedade tal qual é operacionalizado a exemplo da descrição das falas: “*Um pelo outro*”, “*um cooperando com ou outro*”....

TABELA 14
A solidariedade nos Bancos Comunitários “Jesus é a Força”
e “Unidos Venceremos” (N=35)

	Valor (%)
A - Compreensão do conceito de solidariedade	
Sim	82,9%
Não	17,1%
Total	100,0%
B - Existência de solidariedade no grupo	
Sim	68,6%
Não	14,3%
Não Sabe	8,6%
Sem Informação	8,6%
Total	100,0
C - Grau de solidariedade no grupo	
Forte	48,6%
Fraco	22,9%
Razoável	25,7%
Não Sabe	2,9%
Total	100,0%

Fonte: Dados obtidos junto às entrevistadas a partir da Pesquisa de Campo 2009.

Quanto às manifestações de solidariedade destacadas na coluna B da TAB.14, essa ocorre segundo informações das pesquisadas sob as diferentes formas, mediante a ajuda mútua por meio do aval solidário, quando um mutuário não conseguir quitar o seu débito, o grupo o faz em seu lugar. A solidariedade também ocorre no repasse de saberes e fazeres quando no repasse de algum ofício ou técnica produtiva, na troca de presentes, enfim quando se colocam no lugar do outro. Nas palavras das comunitárias, elas se solidarizam umas com as outras: *“pela amizade”, “porque gosto do próximo”, “porque gosto de estar em comunhão”, “porque não posso ser egoísta”, “porque gosto de fazer caridade”, “porque eu posso precisar”, “para manter o nome limpo”, “porque está dentro de mim desde que nasci o espírito solidário, sinto bem em preocupar com as pessoas”, “para manter o funcionamento do Banco”*. Diante das respostas citadas, cabe observar neste estudo duas dimensões de solidariedade presentes nos Bancos Comunitários, uma que remete à ideia de fraternidade e de caridade ou de filantropia¹¹⁶ tendência da sociedade moderna, nessa tipologia, o ato é

¹¹⁶ “A solidariedade filantrópica concentra-se na ‘questão da urgência’ e na preservação da paz social, concepção que tem por objeto o alívio dos pobres e sua moralização por meio do emprego de ações paliativas. A dádiva aqui não se submete as outras regras capazes de estabilizar suas condições de exercício senão àquelas emitidas

unilateral e, portanto assimétrico por basear nas desigualdades de condições. Na outra forma, a solidariedade remete a reciprocidade a qual se baseiam relações simétricas ou igualitárias como na perspectiva maussiana do dar, receber e retribuir. Para uma explicação das tipologias de solidariedade existentes nos Bancos Comunitários, Laville informa que:

O conceito moderno de solidariedade remete a dois projetos diametralmente opostos, sendo, portanto, impossível apresentar uma acepção unificada. A solidariedade filantrópica¹¹⁷ corresponde ao primeiro deles, remetendo à visão de uma sociedade ética na qual os cidadãos, motivados pelo altruísmo, cumprem seus deveres uns para com os outros voluntariamente. A segunda forma é a versão da solidariedade como princípio de democratização societária, resultando de ações coletivas (...). A segunda forma de solidariedade baseia-se tanto na ajuda mútua, como na expressão reivindicativa, tangendo, ao mesmo tempo, à auto-organização e ao movimento social. Esta segunda versão supõe haver uma igualdade de direito entre as pessoas que nela se engajam. Pressupondo a liberdade de acesso ao espaço público para todos os cidadãos, ela se empenha em aprofundar a democracia política mediante uma democracia econômica e social (Laville, 2009, p. 310).

Entendemos que nos Bancos Comunitários existem dois tipos de solidariedade conforme mostra a perspectiva teórica de Laville e empírica dos dois Bancos pesquisados. Os traços de solidariedade como visto nos dois grupos podem se manifestar por habilidades inerentes às pessoas que se sentem bem em ajudar, conforme disse uma comunitária “*está dentro de mim desde que nasci o espírito solidário*”. A outra concepção de solidariedade está relacionada a ação conjunta que está latente, sobretudo em contextos de exclusão. Nesse sentido, as pessoas ajudam porque podem precisar, ou seja, cumprem com as responsabilidades e esperam a recíproca ou, nas palavras da própria comunitária, “*porque eu posso precisar*”. Essa tipologia parece predominar nos Bancos Comunitários. De acordo com

pelos doadores, podendo assim converter-se em instrumento de poder e dominação. A inclinação a ajudar outrem, valorizada como um elemento constitutivo da cidadania responsável, implica a ameaça de uma dívida sem reciprocidade. A única contrapartida possível é a gratidão sem limites, estabelecendo-se uma dívida que jamais pode ser honrada pelos beneficiários. Os vínculos de dependência pessoal que a solidariedade filantrópica promove firmam o risco de se colocarem os donatários em situações de inferioridade. Em outras palavras, ela porta um dispositivo de hierarquização social e de manutenção das desigualdades apoiado nas redes societárias de proximidade” (Laville, 2009, p. 310).

¹¹⁷ Segundo Laville (2009, p. 310), “é verdade que a solidariedade filantrópica desempenhou um papel importante, como atestam as variadas formas de patronato e paternalismo desenvolvidas no século XIX. No entanto, foi a amplitude da mobilização do registro da solidariedade democrática que marcou a história francesa e a de outros países europeus e sul-americanos, comparando-as a contextos anglo-saxões. Quanto à história do conceito de solidariedade democrática na França, duas etapas podem ser distinguidas. A solidariedade é um termo que Leroux introduz na Filosofia a fim de demarcar o vínculo social-democrático da caridade. Segundo o autor, “a natureza não criou um único ser para si mesmo [...] ela os criou uns para os outros e colocou entre eles uma solidariedade recíproca” (Leroux, 1841, p. 170 citado por Laville, 2009, p. 310).

Carvalho (2008, p. 126), a diferença da tipologia da solidariedade fraterna, filantrópica ou caritativa para a solidariedade recíproca é a necessidade da retribuição pelo ato realizado a seu favor. Nessa modalidade, a argamassa do tecido social e o “engajamento do cidadão na convivência cotidiana”. A Economia Solidária vista sob essa perspectiva, conforme Cunha (2006, p. 48), “vem sendo interpretada como um conjunto amplo de iniciativas como forma de resistência e fontes de alternativas à crise do modelo de desenvolvimento dominante”.

O fato de a solidariedade se manifestar nos grupos estudados não significa que os problemas da ação coletiva não apareçam. As informações mostram que entre as participantes existe a cooperação, o apoio mútuo, mas também o conflito, as contradições e os paradoxos. Isso é perceptível nas falas das comunitárias mais céticas quanto ao funcionamento do Banco. Algumas percebem que a solidariedade no grupo precisa ser melhorada senão o Banco pode acabar. As evidências são de que a democracia é uma conquista cotidiana, portanto é preciso “*respeitar mais as idéias dos outros*”, “*uma pessoa toma a decisão e acabou*”, “*a solidariedade acontece entre seis pessoas, é como se as outras opiniões não tivessem valor*”. “*O Banco Comunitário é um grupo organizado, mas há muita falta de união, do salve-se quem puder, não estou querendo permanecer por causa da falta de união*”. Em depoimento concedido na dinâmica dos grupos focais, acrescentamos (nessas respostas dos questionários) algumas falas interessantes sobre a concepção da solidariedade no Banco Comunitário.

A solidariedade no grupo é bem forte, mas existem pessoas que acomodam mais, e nós temos por obrigação de cada uma doar [grifo nosso] mais para aumentar o grupo. A gente tem de ajudar todo mundo, não é ajudar um pouco, por que não é isso que faz o grupo crescer. Cada uma pode doar mais do que um pouco (Colaboradora 1: Tesoureira do Banco “Jesus é a Força”).

Umam fazem mais outras fazem menos, a solidariedade é todo mundo por igual [grifo nosso] trabalhando igual formiguinha para o benefício próprio, mas um próprio direcionado a todas, porque se o Banco ta em alta, todas ta em alta, aí que entra o sentido de solidariedade, todo mundo trabalhando em prol do grupo (Colaboradora 8: Presidente do Banco “Jesus é a Força”).

Ao que se percebe, nas falas das integrantes, perpassa o princípio da reciprocidade e do Dom tal qual proposto por Mauss e em destaque na fala da colaboradora 1. Na perspectiva de Goudbout (1999), a dádiva está viva, assim como o mercado e o Estado. Segundo o autor, a dádiva resistiu ao tempo e, por mais que na modernidade as relações se pautem pela individualidade e pela materialidade, a dádiva constitui um sistema de relações

sociais interpessoais. Conforme os movimentos básicos da ação social presentes nos depoimentos, notamos um esforço de superação da lógica individualista pela solidária, coletiva e cooperativa. Como destacado por algumas integrantes, no grupo a motivação primeira da ação não deve ser o interesse pessoal, “mas a obrigação de dar, de mostrar-se generoso diante dos outros; que a hipótese do *homo donator* é, portanto, tão plausível quanto a do *homo oeconomicus*” (Caillé, 2009, p. 19). Observa-se na Economia Solidária dos Bancos Comunitários, mediante a perspectiva da economia plural, “diferentes elementos de diversas teorias com fronteiras vazadas e não bem definidas” (Vieira, 2005, p. 241), segundo revelações captadas nos dois grupos investigados.

Para algumas comunitárias, o Banco pode acabar porque consideram que as normas não são cumpridas, “*isso é péssimo, há atrasos, isso atrapalha o andamento. A gente sai do trabalho e vai para a reunião e não começa na hora certa, daí desanima*”. Ainda quanto à disciplina, uma outra comunitária também ressalta a necessidade da solidariedade no pagamento das multas como estabelecidas no regimento interno do grupo, segundo ela, cobrava-se R\$ 0,50 (cinquenta centavos) para quem atrasasse nas reuniões ou mesmo quem não cumprisse o horário ficava responsável em levar o lanche para todas na reunião seguinte, mas, como comenta, as multas não estão sendo pagas e o dinheiro da caixinha não é colocado por todas do grupo. Segundo a fiscal de um dos Bancos e membro da diretoria, ela tem fiscalizado se todos têm cumprido as normas e diz: “*eu cobro, cobro, cobro, ninguém paga, eu vou brigar, ficar com raiva, perder a amizade?*” (Colaboradora 5: Banco “Unidos Venceremos”). E quando indagamos a outra comunitária: Porque as normas muitas vezes não são cumpridas e mesmo assim o Banco está funcionando, a sua resposta foi a seguinte: *É a solidariedade uai!!! Às vezes a pessoa afasta do Banco, fica um tempão sem participar e quando ela vem, nós aceitamos ela de volta, ela pode acessar o crédito, isso é, por causa da amizade, porque vale mais a amizade na praça do que dinheiro no caixa*. Uma outra comunitária disse: “*A solidariedade do grupo é forte, porque quando uma não tem a outra ajuda não só com dinheiro, mas com qualquer coisa. Existem normas, mas não são cumpridas, o Banco só existe por causa da solidariedade*¹¹⁸” (Colaboradora 8: “Unidos Venceremos”).

A dívida nesse caso é pensada como uma relação social que não se reduz somente às relações mercantis, mas leva em conta a gratuidade, doação de tempo, a troca de presentes, gestos, sorrisos, amizades como visto nos dois grupos estudados. Assim, ao mesmo tempo

¹¹⁸ A dimensão social nos Bancos Comunitários é afirmada mediante a integração econômica que não necessariamente vai se dá por razões de lucro, mas por prioridade de coesão do grupo.

livre e obrigatória ou de caráter paradoxal como diria Marcel Mauss, o princípio econômico da dádiva presente na Economia Solidária dos Bancos Comunitários é necessária para a reprodução social dos grupos, para o estabelecimento de alianças e fortalecimento do laço social. Nas atividades de Bancos Comunitários parece se destacar “a primazia da solidariedade sobre o interesse individual e o ganho material” (Laville e Gaiger, 2009, p.162). A respeito das declarações das comunitárias em tela, Chaniel e Laville complementam dizendo que:

O ato mesmo de associar-se interpela diretamente nossas categorias sociológicas fundamentais de análise. Se o vínculo de associação é irreduzível tanto ao cálculo de interesse quanto aos jogos e relações de poder, isso ocorre porque ele indica uma outra modalidade do laço social e político, a solidariedade. Por essa razão, as práticas associativas e as formas associativas delas resultantes (mutualidades, cooperativas, sindicatos, associações civis, etc.) constituem uma política original: o associacionismo (Chaniel e Laville, 2009, p. 21).

As experiências dos Bancos Comunitários revelam que os dilemas da ação coletiva existem, não obstante, a realidade comprova que eles podem ser superados mediante a disposição em realizar ações voluntárias e solidárias mediadas por fontes de capital social “cujo equilíbrio de gestão deve ser preservado em nome, acima de tudo, do imperativo solidário como registro maior de sua ação” (França Filho; Silva Junior, 2009, p. 35). Putnam explica que as articulações horizontais são muito úteis para solucionar os dilemas da ação coletiva. Desse modo, ressalta que a teoria dos jogos “subestima a cooperação voluntária” como ocorre nos Bancos Comunitários “o comportamento não-cooperativo não se manifesta com tanta frequência quanto prevê a teoria dos jogos” (Putnam, 1996, p.175) e o coletivo acaba por sobrepor-se ao individual nos Bancos Comunitários como registrado em uma das falas: “*Tem cinco anos que o nosso Banco vem nessa luta aí, mas que ta firme ta. Se Deus abençoar vai continuar sempre assim*” (Colaboradora 3: Presidente do Banco “Unidos Venceremos”).

Na TAB. 15, em complemento com o GRAF. 16 encontramos informações concernentes à tese defendida no estudo da primazia da racionalidade coletiva sobre a individual.

TABELA 15
A Cooperação nos Bancos Comunitários
“Jesus é a Força” e “Unidos Venceremos” (N=35)

Valor (%)	
A - O interesse coletivo sobre o individual	
Sim	65,7%
Não	28,6%
Não Sabe	5,7%
Total	100,0%
B - A preocupação com o outro no Banco Comunitário	
Sim	85,7%
Não	8,6%
Não Sabe	2,9%
Sem Informação	2,9%
Total	100,0%

Fonte: Dados obtidos junto às entrevistadas a partir da Pesquisa de Campo 2009.

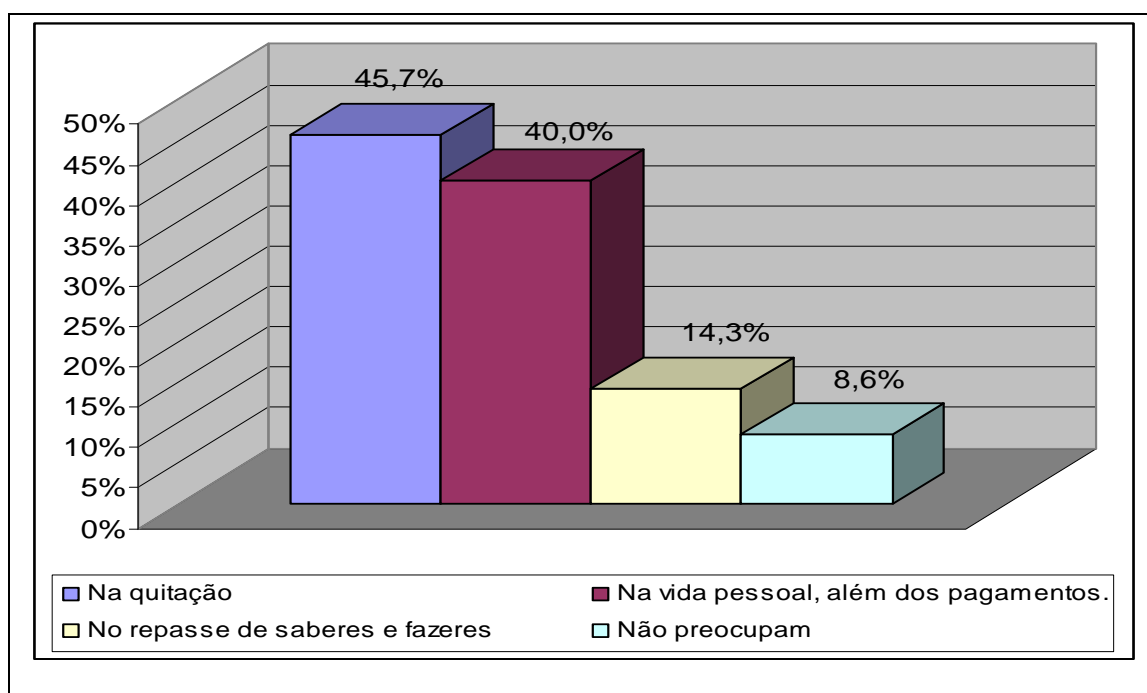


GRÁFICO 16 - Situações em que se materializa a preocupação com as pessoas nos Bancos “Jesus e a Força” e “Unidos Venceremos” (N=35). A soma dos dados apresentados é superior a 100% pelo fato de as entrevistadas terem respondido mais de uma opção.

Fonte: Dados obtidos junto às entrevistadas a partir da Pesquisa de Campo 2009.

Diante dos dados coletados, entendemos que a solidariedade nos dois Bancos pesquisados se encontra em construção ou em constante renovação, tanto pelo que foi exposto nas falas das comunitárias quanto pela entrada de novos membros nos grupos. Encontramos comunitárias que estão nos Bancos há 2 semanas (1) outras há 1 mês participando das

atividades. Diante das provas empíricas, entendemos como Caillé (2009, p. 105) que, ao se inspirar em Granovetter, vem nos dizer que “não é na racionalidade individual nem em regras holísticas, as quais a tudo se sobrepõem que se deve buscar a chave das ações sociais (...), mas nas redes e na confiança que liga e une os seus membros”. Por isso, percebemos nos Bancos Comunitários, ao contrário do que prevê a teoria da escolha racional, a maioria das pessoas pesquisadas vêm múltiplas razões para colaborar nas ações coletivas e, portanto, “seria errôneo limitar o alcance dessa matriz associacionista apenas à esfera econômica. Nessa esteira, a questão social não pode ser entendida como um mero problema material, pois ela se inscreve também, e, sobretudo, na esfera moral” (Chanial e Laville, 2009, p. 22).

Concordamos com as idéias de Chanial e Laville que compreender experiências como a que apresentamos não é uma tarefa fácil, mas nem por isso pode ser negligenciada, o que exige-se um esforço sociológico para compreender o enigma apresentado por essas coletividades.

A tentativa de se explicar o agir associativo a partir de motivações exclusivamente utilitárias só pode resultar em aporias (...). O comportamento desinteressado torna-se o sinal de confiança que convence os usuários a recorrerem a seus serviços. Em outras palavras, os usuários estimam que a preservação de seu interesse seja garantida pelo comportamento altruísta (...) o conteúdo desse interesse então que se torna enigmático (Chanial e Laville, 2009, p. 21).

A Economia Solidária que se materializa nos Bancos Comunitários “Unidos Venceremos” e “Jesus é a Força” exerce uma influência no comportamento dos membros, uma vez que, a natureza solidária, coletiva e grupal muitas vezes supera a egoística e individual. Desse modo, além de uma solidariedade obrigatória, há uma partilha de outras solidariedades desinteressadas. Assim, nas práticas desses grupos sociais seria errôneo falar da existência de solidariedade no singular, mas de solidariedades no plural. Mediante as fontes de evidência, registramos que nos Bancos Comunitários, a solidariedade como princípio da ação remete a duas tipologias, a saber, uma que “se expressa pela referência de um bem comum valorizando pertenças herdadas, no caso da solidariedade tradicional” e outra que se expressa “por pertenças construídas, no caso da solidariedade moderna filatrópica e democrática” (Chanial e Laville, 2009, p. 21).

O potencial solidário verificado nas experiências pode ser explicado pela situação de escassez comum de privações que pode aumentar os sentimentos de solidariedades entre as pessoas. “A solidariedade remete à liberdade positiva de se desenvolverem práticas cooperativas e ultrapassa, pela busca das condições intersubjetivas da integridade pessoal, a

lógica do interesse” (Chanial e Laville, 2009, p. 22). Do mesmo modo, nos casos em que não se verifica a ocorrência da cooperação entre os sujeitos, podemos entender que a influência do meio capitalista ou das circunstâncias históricas produzidas por ele acaba por impactar na não disposição por parte de alguns em não realizar ações voluntárias e solidárias, ao mesmo tempo em que se percebe a “combinação (...) entre aspectos individualistas e coletivistas” (Chanial e Laville, 2009, p. 23), como verificado nas informações da TAB. 16.

TABELA 16
Se conseguisse emprego de carteira assinada você sairia do Banco Comunitário (N=35)

	Frequência	Percentual
Não	21	60,0%
Sim	12	34,3%
Sem Informação	2	5,7%
Total	35	100,0%

Fonte: Dados obtidos junto às entrevistadas a partir da Pesquisa de Campo 2009.

Quanto ao percentual 34% que disseram que se conseguissem um emprego de carteira assinada elas saíam do Banco. As razões são óbvias e estão relacionadas, conforme depoimentos, à garantia de salário fixo e de direitos sociais do emprego não possibilitado pelo Banco. Outro dado interessante é que 60% das comunitárias que responderam que não sairiam do Banco caso conseguissem o emprego, manifestaram que tentariam conciliar o horário do emprego com o horário das reuniões do Banco, mas não sairia do Banco porque, gostariam de continuar a poupar, pelo espaço de encontros e pelas amizades. A saída do Banco, nesse caso, ocorreria somente se não houvesse jeito. Ao que indica a escolha do emprego, ficaria em primeiro lugar como já ocorre no caso de algumas que já têm emprego com carteira assinada e mesmo assim optaram por participar do Banco tanto para complemento da renda, talvez seu principal motivo, como pelas sociabilidades. Para Leroux¹¹⁹, apud França Filho e Laville (2004), a solidariedade entendida dessa forma compreende-se pelo sentimento presente em cada indivíduo que, na perspectiva durkheimiana (2003), pode ser explicada pela concepção de solidariedade orgânica, aquela que deriva da divisão social do trabalho responsável pela interdependência, ou uma integração dos indivíduos a partir da cooperação. Arroyo e Schuch

¹¹⁹ LEROUX, P. Aux philosophes. Paris: Lesourd, 1841.

(2006, p. 61) entendem que a solidariedade na Economia Solidária “remete aos laços de ajuda mútua, a solução dos problemas individuais passando pela solução dos problemas coletivos”, pois “propõe um investimento para além de um ponto de vista individual, com uma proposta coletivista de ação coletiva alicerçada na autogestão e na solidariedade democrática” (Carvalho, 2008, p. 126).

Santos e Hespanha (2009, p. 9) contribuem ao dizer que “não admira, assim, que em períodos de crise econômica, vivida pelos trabalhadores como desemprego e instabilidade laboral, perda de poder de compra ou endividamento, estas formas econômicas, estranhas ao capitalismo, e que este nunca pôde totalmente absorver, se reforcem e tornem mais visíveis”.

É importante destacar que tais solidariedades mais amplas ocorrem somente no interior de cada Banco Comunitário, não extrapolando, assim, para as outras experiências do mesmo gênero existente na Cidade. A falta de solidariedades intrabancos poderia ser explicada pelo isolamento entre os mesmos ou por não haver conhecimento, bem como interação das outras práticas como declarado pelas integrantes dos dois Bancos e mostrado no GRAF. 17.

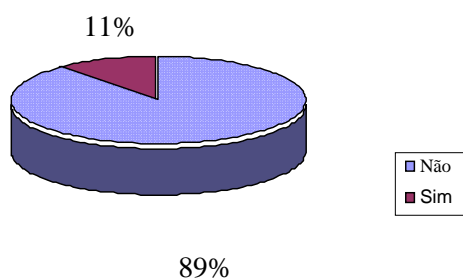


GRÁFICO: 17- Conhecimento de outras experiências de Bancos Comunitários na Cidade (N=35).
Fonte: Dados obtidos junto às entrevistadas a partir da Pesquisa de Campo 2009.

Conforme informações obtidas no questionário, 89% das comunitárias responderam não conhecer outras experiências de Bancos Comunitários em Montes Claros. Quanto ao restante das participantes que responderam que conhecem as outras experiências, elas explicaram que isso foi possível mediante um primeiro encontro dos Bancos Comunitários no final de 2008. O encontro foi promovido pela Instituição de fomento com intuito de confraternizar os grupos. A iniciativa foi vista pelas comunitárias como positiva uma vez que propiciou segundo elas um momento de descontração e de repasse de informações mediante palestras para as comunitárias. Não obstante, apesar de terem gostado

do evento, as comunitárias comentam que é preciso ampliar os contatos e as articulações entre os Bancos. Quanto a isso não faltam ideias sugeridas pelas comunitárias como, por exemplo, uma que menciona a necessidade de se criar um espaço para feiras onde todos os Bancos pudessem levar os seus produtos, trocar experiências etc. Mas como declara a maioria, falta uma integração maior entre os grupos para troca de conhecimentos e maior benefício para os mesmos. Nos outros Bancos Comunitários visitados, algumas declararam ter havido algum tipo de interação entre um Banco e outro, como já explicitado em outro momento desse trabalho (a exemplo do repasse de curso de artesanato de uma comunitária do Banco do bairro Alterosa para as comunitárias do Banco do bairro Village). Em relação à articulação do Banco “Jesus é a Força” do bairro Conjunto Joaquim Costa e “Unidos Venceremos” do Village, não foi verificado nenhuma interação entre os dois grupos. Nesse sentido, percebe-se que articulação entre os 7 grupos de Bancos Comunitários em Montes Claros é fraca, não que ela não exista, mas acontece de modo tímido em alguns grupos. Segundo Santos e Hespanha (2009, p. 10), “a própria dissociação entre os fenômenos econômicos e a sociedade onde estes se geram, que o pensamento econômico liberal inventou, contribuiu decisivamente para a invisibilidade daquelas formas”.

Entendemos que a interação entre os diversos Bancos Comunitários é muito importante para a consolidação do laço social e de solidariedades mais sistêmicas que contribuam para uma maior participação política dos grupos nos assuntos que lhes dizem respeito. Conforme informações da Agência de fomento dos Bancos, essa articulação mais sistêmica é possível de ser verificada em outros contextos como, por exemplo, nas experiências de Bancos Comunitários em Salvador – BA. Nessa cidade, em alguns bairros, há uma confluência entre os grupos para estabelecimento de redes de solidariedade e o compartilhamento de desejos e oportunidades. Os grupos articulam uma solidariedade entre si, que não está circunscrita somente ao grupo fechado. Desse modo, os Bancos de comunidades próximas em Salvador elegem cada qual dois representantes para formarem uma comissão de Bancos responsável por representar a comunidade junto ao poder público nas reivindicações de direitos e na organização de eventos como bazares, festa junina, confraternizações etc.

Com base no estudo empírico dos Bancos Comunitários em Montes Claros, estamos sugerindo que o sentido de solidariedade praticada pelos sujeitos sociais pode ser vista como sinônimo de reciprocidade, de mutualidade, de interesses entre as partes ou, como afirma Marcel Mauss (2003, p. 308), na epígrafe introdutória desse trabalho, “*numa prestação feita em vista de outrem*”. Essa perspectiva antropológica presente nas experiências

de Bancos Comunitários em Montes Claros considera outra dimensão que não somente aquela desenvolvida pelos teóricos da visão utilitarista. Essa abordagem em torno da dádiva tal qual proposta por Mauss e por outros teóricos da vertente da economia plural, permite aprofundar a compreensão mais ampla dos processos sociais e econômicos contemporâneos. Em outras palavras, nos Bancos Comunitários, os partícipes agem tendo em vista maximizar seu benefício pessoal e também interesses comunitários e, portanto, coletivos. Mais do que uma simples instituição econômica, os Bancos Comunitários podem ser entendidos com um mecanismo que fortalece a solidariedade comunitária de *responsabilidade-pelo-outro* como diria Châtel (2006) ou de solidariedades mais abrangentes.

Capital social e confiança

Assim como a solidariedade mostrada, o capital social, em especial a confiança, são fatores cruciais para o desenvolvimento das atividades nos Bancos Comunitários. Ao que se percebe as regras de reciprocidade são mediadas pelo capital social que facilita as ações coordenadas (Putnam, 1996). As redes horizontais, ligadas à forma como se estrutura um Banco Comunitário por meio do crédito mútuo, tem como maior ativo a confiança mútua que reflete uma propensão para a cooperação e a solidariedade. Não havendo confiança, embora esta não seja considerada condição suficiente, a probabilidade de uma Economia Solidária acontecer no interior de um Banco Comunitário é muito menor.

O conceito de confiança ganha destaque nas abordagens sobre o desenvolvimento. É definida por Giddens (1991, p. 41) “como crença na credibilidade de uma pessoa ou sistema, tendo em vista um dado conjunto de resultados ou eventos”. Depreende-se também que a confiança pode funcionar como um mecanismo de coesão social como base no fortalecimento do laço social (Balsa e Soulet, 2006). Desse modo, a confiança operaria como redutor da complexidade das escolhas individuais condicionadas pelas incertezas que caracterizam a economia e vida moderna em geral. No entendimento de França Filho e Laville (2004), a confiança é pressuposto direto da reciprocidade que tende a desempenhar um papel importante no jogo de tensão que caracteriza os objetivos comuns. Quando esse elemento é ameaçado, o grupo tende a se desintegrar como no caso de alguns Bancos Comunitários que se desfizeram devido à desconfiança e não cooperação de alguns membros.

Soulet (2006) esclarece que isso ocorre porque a confiança está nas bases das relações sociais e para se iniciar uma ação significativamente orientada para o outro. A confiança, segundo Soulet, pode ser percebida em três níveis: (i) é o fundamento da troca

econômica (toda troca comercial pressupõe a confiança no valor da moeda e na qualidade do produto adquirido); (ii) está subjacente à permuta social (a maioria das interações baseia-se na crença de que *alter* cumprirá as suas promessas, por muito más que sejam, e que, nesse sentido, se revelará previsível; (iii) constitui o cerne do vínculo moral (a superação dos interesses particulares e a orientação no sentido do outro pressupõem o reconhecimento de que este é digno de fé). De uma maneira geral, Soulet destaca que a confiança é essencial para se estabelecer relações sociais estáveis e para reduzir a complexidade dos sistemas sociais.

Para os membros dos Bancos Comunitários, a confiança é vista como ativo importante, como mostram os dados da pesquisa de campo quando perguntado no questionário: *se você acha importante confiar nas pessoas no Banco Comunitário? Por quê?* Houve apenas uma resposta diferente.

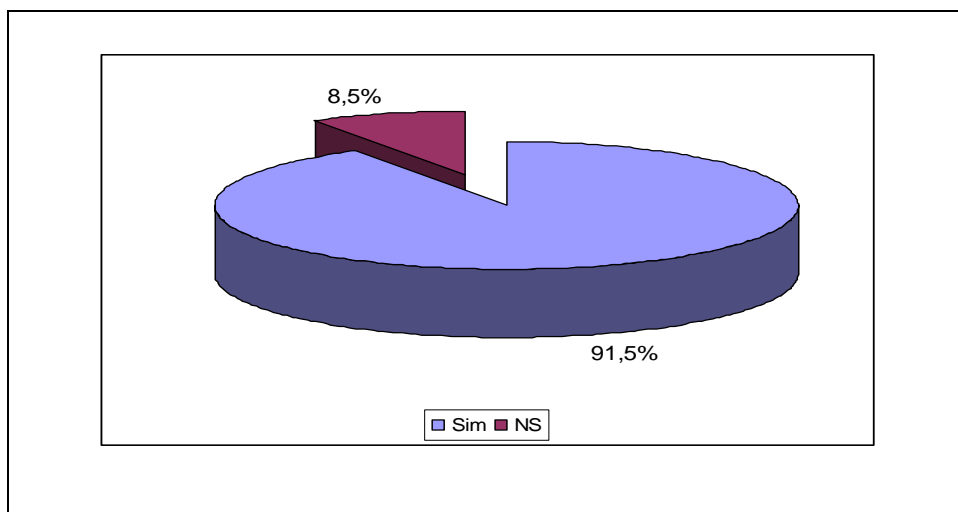


GRÁFICO 18 – A importância de confiar nas pessoas do Banco “Jesus é a Força” e “Unidos Venceremos” (N=35).

Fonte: Dados obtidos junto às entrevistadas a partir da Pesquisa de Campo 2009.

As informações do GRAF. 18 evidenciam a importância da confiança para os membros dos Bancos Comunitários. O índice de 91% mostra um grau elevado da importância atribuída ao ativo para busca de recursos em conjunto. Em relação a uma comunitária que declarou não saber (NS), ela justificou que está no Banco há duas semanas e por isso não poderia emitir a opinião. Em sua maioria, as participantes afirmaram a relevância da confiança nas pessoas do Banco e nesse sentido justificaram a importância dessa confiança dizendo que por meio dela há o crescimento do Banco e que: “*Confiar é uma maneira de aumentar a renda e a união*”, “*se não houver confiança nada vai para frente*”, “*porque se alguém não for responsável prejudica todo mundo*”, “*para o Banco funcionar bem*”, “*a confiança possibilita a amizade*”, “*cada um tem que confiar para crescer o grupo, a*

desconfiança acaba com o grupo”, “sem confiança não tem como”, “porque para crescer depende-se da confiança”, “porque se não confiar não dá para entregar o dinheiro para o Banco, “Se não confiar não tem união”, “porque a confiança é a base de tudo”, “ porque dá tranqüilidade”, “tendo confiança movimenta mais o Banco”. “acho importante confiar porque somos uma comunidade e no banco tem que ter confiança”.

Assim, a confiança assemelha tanto a um fim como a um meio do agir. Essa constatação corrobora a tese de Putnam (1996) do “circulo virtuoso”¹²⁰. Para ele o capital social está fortemente ligado à confiança¹²¹, que é uma espécie de bem de valor variável que aumenta se é usado e diminui se é deixada sem uso. Por isso, conforme o autor, o aumento de confiança pode conduzir à criação de círculos virtuosos ou viciosos de desenvolvimento, conforme ela seja forte ou fraca. Em sociedades onde uns não confiam nos outros, qualquer tentativa de desenvolvimento se torna extremamente difícil. No entendimento de Putnam (1996, p. 180), “a confiança promove a cooperação. Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera confiança”.

Nos Bancos Comunitários, os partícipes substituem o que lhes falta de bens e renda pela garantia de estar no grupo pela confiança dos com eles transacionam – a Instituição de fomento e sócios do Banco. “Fazer jus a essa confiança é uma condição de sobrevivência” assinala (Singer, 2004). Nesse sentido, quando perguntado às comunitárias se elas arriscariam a participar das atividades de financiamento e de poupança sem confiar umas nas outras, todas responderam que não se arriscariam. É o que evidencia o GRAF. 19, seja de uma forma ou de outra, as pessoas que estão no Banco confiam umas nas outras mesmo que essa confiança não seja plena.

¹²⁰ Expressão utilizada por Putnam para designar a intensidade ou acumulação de virtudes como cooperação e confiança (componente do capital social) quando presente nas associações comunitárias. Os círculos virtuosos redundam em equilíbrios sociais com elevados níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem estar coletivo. Por outro lado a inexistência dessas características na comunidade também é algo que tende a auto-reforçar-se. A deserção, a desconfiança, a omissão, a exploração, o isolamento, a desordem traduzem-se em círculos viciosos que tendem a ser repetir (Putnam, 1996, p. 187).

¹²¹ O capital social engloba além da confiança, outras formas como normas, cadeias de relações sociais. Uma característica específica do capital social é o fato de que normalmente constitui um bem público, ao contrário do capital convencional, que normalmente é um bem privado. Por ser um atributo da estrutura social em que se insere o indivíduo, o capital social não é propriedade particular de nenhuma das pessoas que dele se beneficiam (Putnam, 1996, p. 180).

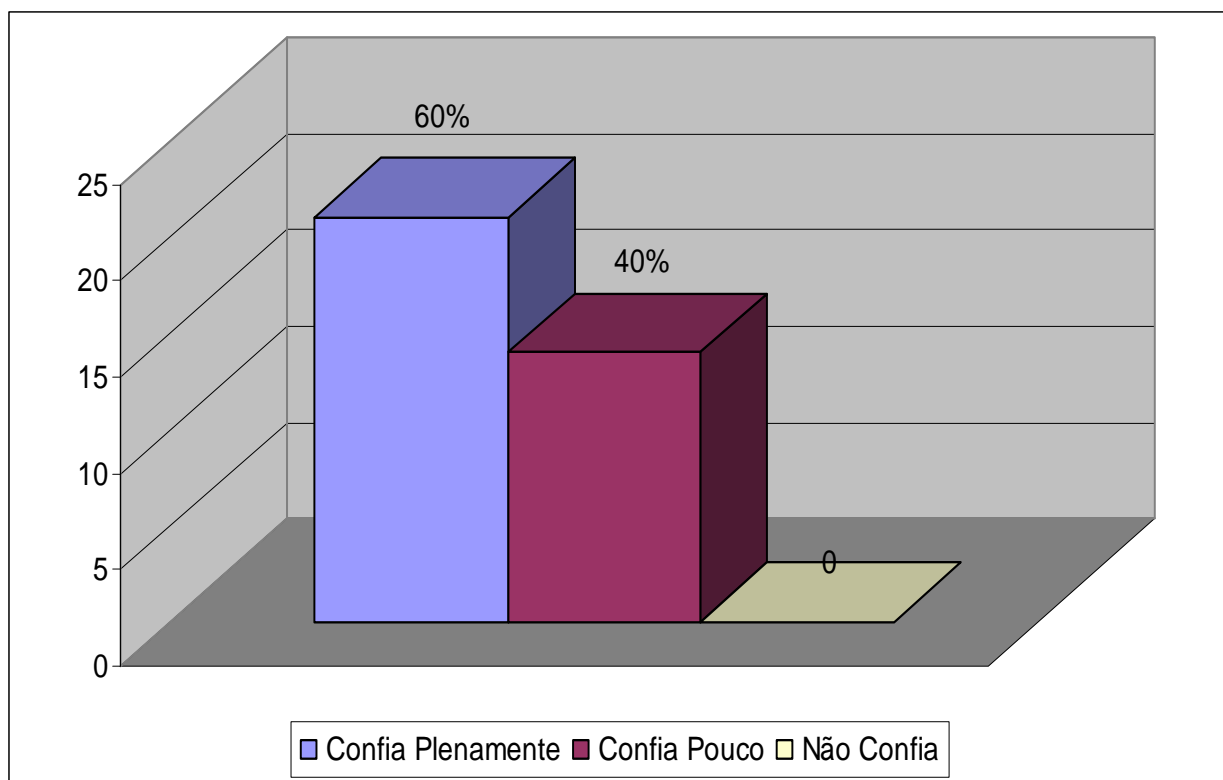


GRÁFICO 19 - Você confia nas pessoas que fazem parte do Banco “Jesus é a Força” e “Unidos Venceremos”
 Fonte: Dados obtidos junto às entrevistadas a partir da Pesquisa de Campo 2009.

Podemos inferir que a confiança nos Bancos Comunitários é uma virtude que se conquista aos poucos, ou seja, o capital social não está dado a priori. Com as informações do GRAF. 19, podemos inferir que as relações de confiança emanam da coesão dentro do próprio grupo ou comunidade na medida em que as pessoas vão se conhecendo e consolidando o laço social. Os dados do GRAF. 20 atestam que nos dois Bancos pesquisados, a maioria das pessoas se conhece, fator importante para consolidação da confiança entre os membros. Todavia, um Banco Comunitário não é formado necessariamente por pessoas conhecidas, como mostra o gráfico, existem integrantes que ainda que residam na mesma comunidade, não conhecem todos os integrantes do grupo. Na sua grande maioria, nos dois grupos, a entrada no circuito se dá mediante convite de um amigo, vizinho ou parente. A cooperação para o crescimento conjunto mediante as relações de confiança vão se consolidando por meio da perseverança do estar junto. Segundo uma das comunitárias, *“a gente vai jogando a confiança de uma para outra, ninguém entra no Banco sem conhecer ninguém, uma amiga indica a outra”*.

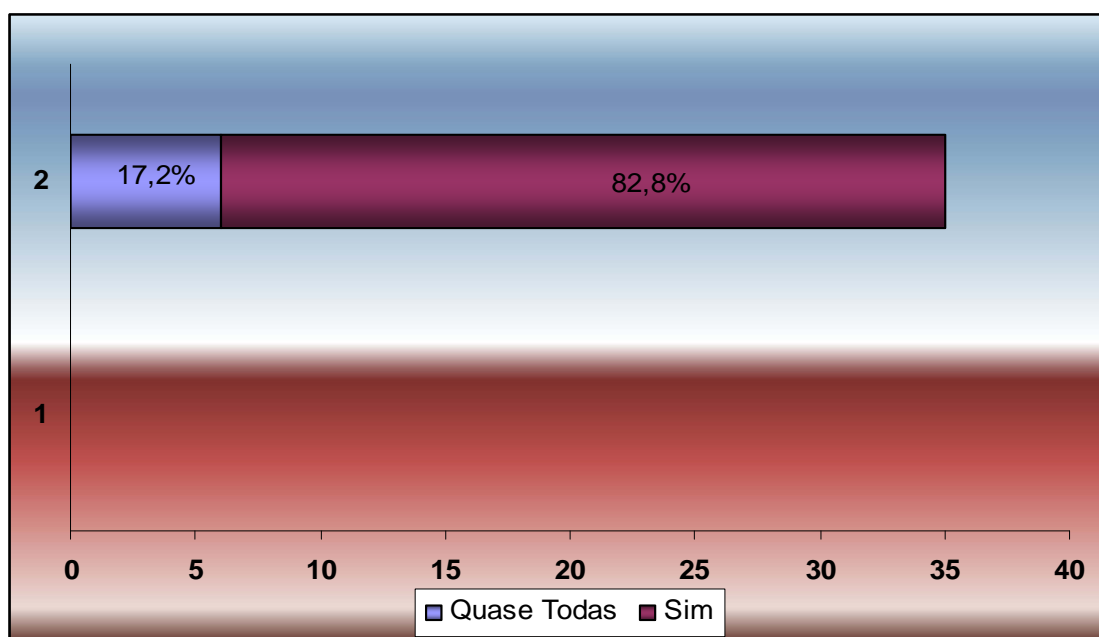


GRÁFICO 20 – Conhecimento das pessoas do Banco Comunitário

Fonte: Dados obtidos junto às entrevistadas a partir da Pesquisa de Campo 2009.

Como visto por Giddens (1991), em contextos de incertezas característicos da modernidade, as possibilidades de restauração de solidariedades sociais e de identidades pessoais dependem, portanto da confiança nos outros e nas instituições. A partir das múltiplas fontes de evidências, é possível inferir que no contexto de Bancos Comunitários, o apoio mútuo e a confiança enfim, o capital social são aspectos fundamentais para a busca de objetivos comuns. Esses fatores facilitam as ações coletivas. Como vimos, para a reprodução desses dispositivos de capital social e solidariedade é importante que se consiga manter as prestações gratuitas de ajuda mútua e as relações de compartilhamento dos recursos. Nesse sentido, os recursos simbólicos presentes no caso dos Bancos Comunitários não estão dados *a priori*, mas são construídos socialmente no seio das comunidades. O que nos leva a sugerir que por mais que haja uma intervenção exógena, um Banco Comunitário não se sustentaria sem que os sujeitos sociais não optassem por construir o laço social. Essa observação também é compartilhada por França Filho e Silva Junior (2009, p.32) ao ressaltarem que o início de implantação de um Banco Comunitário “deve se dar a partir do desejo intrínseco da comunidade, ainda que existam motivação e processos de estimulação por parte de agentes externos”. Nessa direção, na pesquisa de campo, encontramos alguns indícios das afirmações de França Filho e Silva Junior (2009) conforme destacado na TAB. 17.

TABELA 17
O que considera mais importante para que o Banco Comunitário funcione bem (N=35)

	Frequência	%
Solidariedade	12	34,3%
Participação e Organização	12	34,3%
Confiança	6	17,1%
Cursos, feiras e eventos.	4	11,4%
Melhoria dos Planos dos Bancos	3	8,6%

Fonte: Dados obtidos junto às entrevistadas a partir da Pesquisa de Campo 2009. A soma dos dados apresentados é superior a 100% pelo fato de as entrevistadas terem respondido mais de uma opção.

Segundo informações das comunitárias, para que o Banco Comunitário funcione bem, os fatores solidariedade, participação, organização e confiança vêm em primeiro lugar além de outros requisitos, como enfatizado nos depoimentos quando perguntado na questão aberta do questionário: O que é considerado importante para que o Banco funcione bem: *“Eu acho importante o compromisso e responsabilidade”, “A união”, “seguir as regras”, “mais incentivo, motivação, interação com outros Bancos”, “a confiança”, “cumprir os horários de chegada das reuniões”, “a pessoa tem que ser solidária com as outras”, “a presença de todas”, “a transparência nos negócios”, “ter mais oportunidade de expor produtos”, “precisamos de mais cursos profissionalizantes”, “companheirismo”, “a confiança que é tudo”, “a cooperação de todo mundo”, “ter mais humildade, ajudar o próximo”, “boa liderança”, “melhorar a data de pagamento das parcelas, a data é dia 12 e não é muito boa, a melhor data é 15 ou 20 do mês”, “a organização que está pouca”, “a primeira coisa é o amor uns para com os outros e paciência de saber ouvir”, “entrar em consenso”, “mais eventos e mais feiras”, “mais empenho e entusiasmo”, “participação”, “aumentar o prazo de pagamentos das parcelas, diminuir o juros”.*

As opiniões das partícipes enfatizam por diversas vezes que no Banco falta mais ideias, mais incentivos quanto ao aprimoramento de suas habilidades, ou seja, o capital humano, esse mostrou-se fraco. Em resumo, na opinião do grupo faltam mais liberdades, tais como as que já foram mencionadas nesse trabalho. Apesar de apontarem, as privações de liberdades, percebemos nos depoimentos que sem o espírito comunitário as ações coletivas ficariam impossibilitadas. Entendemos que existe uma base de solidariedade sendo construída nos dois Bancos pesquisados e um forte apelo dos envolvidos a continuidade dessas relações interativas em contraponto a relações individualísticas.

Nessa etapa da pesquisa de campo centramos nossa investigação na dinâmica dos Bancos Comunitários e propusemos a observar como indivíduos inseridos em contextos de exclusão e pobreza se articulam e são articulados para buscarem recursos para satisfação de suas necessidades. A análise se pautou em compreender de que forma as iniciativas econômicas solidárias constroem seus *espaços de proximidade* na tentativa de resolução das problemáticas sociais. Percebe-se que os Bancos Comunitários existentes no Norte de Minas Gerais, em especial em Montes Claros, participam de uma pluralidade de formas econômicas. Essas iniciativas deslocam as fronteiras instituídas entre o econômico e o social, nunca se encontrando de todo na esfera da economia ou social (França Filho, 2002).

Conforme Demoustier (2001), a Economia Solidária baseia-se na hibridação dos recursos e no reforço dos vínculos sociais interpessoais em pequenas organizações locais. A perspectiva da economia plural ultrapassa a ideia de economia de mercado como fonte única de riqueza. Os teóricos da economia pluralista percebem que a sociedade é composta por “economias” que coexistem e se complementam. No caso da Economia Solidária, esse olhar mais amplo direciona para novas possibilidades de desenvolvimento que surgem para os mais pobres que “começa no nível local, de baixo para cima, com um desenvolvimento centrado nas pessoas” (Melo, 2005, p. 466).

As iniciativas de Finanças Solidárias, como as dos Bancos Comunitários, se inscrevem como uma dessas possibilidades de desenvolvimento coletivo em meio à crise da sociedade salarial. Eles podem ser vistos como forma de alcançar trabalho e renda, por meio de saídas cooperativas, mas podem ser percebidos também:

Como possibilidades (...) a partir das relações mediadas pelo trabalho associado de novos significados compartilhados, novas solidariedades, que requalificam os sentidos do trabalho, da produção, do consumo e das trocas. A realização desses vínculos implica também, na produção de novas identidades pessoais, modos distintos de autopercepção (...). O engajamento associativo (...) deve ser avaliado não pelo que maximiza os interesses individuais, mas pelas individualidades e experiências de vida associativa que elas proporcionam (Pinto, 2006, p. 16).

Concluimos ao dizer que a existência da cooperação e da solidariedade nos Bancos Comunitários é um enigma que contradiz a doutrina liberal pré-concebida que sacramentou que o motor da sociedade são os interesses egoístas e próprios de cada indivíduo. Todavia, com base numa outra vertente teórica, da economia plural, entendemos que os indivíduos também são movidos por atos altruístas baseados na relação de custo-benefício que torna a cooperação uma estratégia para se obter vantagens individuais e coletivas. Os relatos

mostram que as atividades de Bancos Comunitários se configuram como um clamor por uma outra sociedade possível. Para consolidação dessa outra racionalidade, é mister que reconheçamos a necessidade de construção de um projeto societal geral onde todos possam ter mais acesso a oportunidades econômicas e sociais. Nas declarações das participantes dos Bancos Comunitários, percebemos que essas oportunidades poderiam ser contempladas em políticas públicas mais amplas para promoção do desenvolvimento social. Como mostra o GRAF. 21, na opinião do público pesquisado, para que se fomente o desenvolvimento social em bases mais ampliadas, faltam garantias de outros de direitos sociais básicos não somente para o grupo, mas para a comunidade de modo geral.

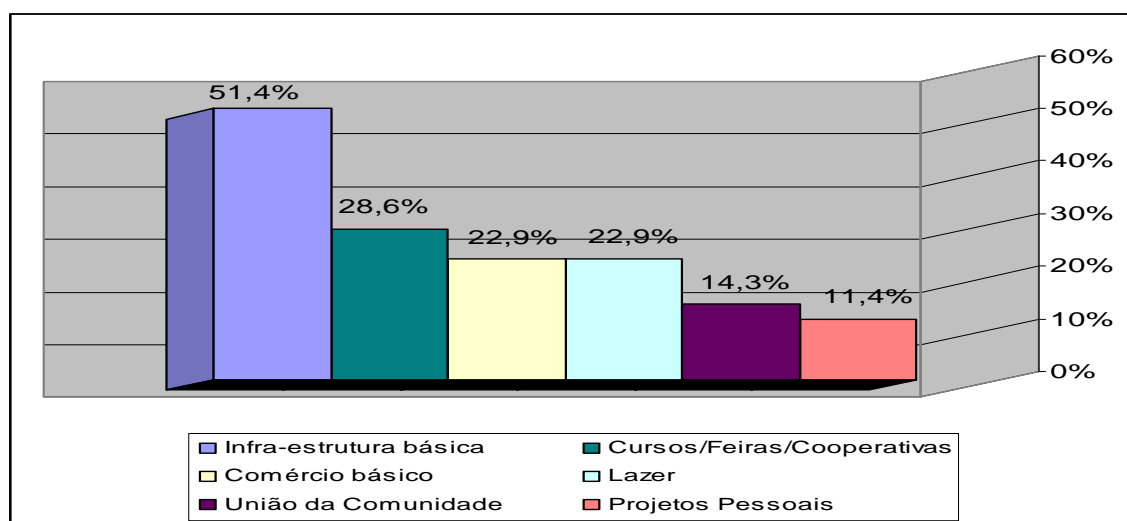


GRÁFICO 21 - O que falta na comunidade para melhorar a sua qualidade de vida (N=35).

Fonte: Dados obtidos junto às entrevistadas a partir da Pesquisa de Campo 2009.

A soma dos dados apresentados é superior a 100% pelo fato de as entrevistadas terem respondido mais de uma opção.

Os aspectos destacados pelos grupos quanto à melhoria no acesso a serviços básicos aproximam-se da perspectiva de concepção de desenvolvimento formulada por Amartya Sen (2000), para quem a pobreza não se restringe somente a um aspecto. Nos Bancos Comunitários existentes em Montes Claros, na sua grande maioria, as pessoas que dele participam, de uma forma ou de outra, passam por privação de suas liberdades e uma delas está relacionada à falta de renda.

Nesse sentido, percebemos que o econômico no Banco Comunitário ainda tem pouco peso no sentido de possibilitar uma mudança mais estrutural ou de posicionamento em relação às condições de pobreza. É preciso ter cautela ao analisar os indicadores de mudança somente do ponto de vista econômico. Esse não foi o nosso objetivo. É importante também considerar que as experiências são portadoras de uma outra racionalidade com grande significado cultural pelo seu destaque educativo e transformador de mentalidades como

observado no aumento das solidariedades, confiança e habilidades. Entendemos que Economia Solidária praticada nos Bancos Comunitários, combinada a outros benefícios sociais, pode produzir efeitos que ataquem a pobreza ou pelo menos sua amenização, construir solidariedades e possibilitar mudanças nos valores éticos e humanos.

3.5. Solidariedade, autonomia e emancipação social

Será possível afirmar que a construção de ações coletivas nos Bancos Comunitários leva à expansão das liberdades dos sujeitos sociais? Poderíamos dizer que em parte sim. Através do trabalho de observação, das conversas informais e de entrevistas com algumas mulheres pertencentes aos segmentos das experiências localizado nos bairros já citados anteriormente, percebeu-se que o desenvolvimento de atitudes pró-ativas e de autonomia das comunitárias participantes nos processos parece indicar mudanças fundamentais nas suas práticas partilhadas cotidianas, nas atitudes coletivas e na solidariedade. Nos Bancos Comunitários, as mulheres conquistam autonomia na medida em que independência material e social vão sendo conquistadas. Autonomia é entendida nesse estudo no sentido mesmo de emancipação social que é a apropriação coletiva, a descentralização, a participação consciente no processo produtivo, na vida em sociedade e na criação cultural. “Emancipação implica associativismo livre, fundamentado na igualdade dos indivíduos; subentende, também, responsabilidades e oportunidades iguais para que fins comuns sejam atingidos; a divisão de tarefas e o sentido do trabalho livremente estabelecidos” (Catanni, 2009, p. 179).

A Economia Solidária, presente nos Bancos Comunitários tem sido uma ferramenta das pessoas desenvolverem suas atividade, distraírem um pouco, criar novas amizades, se fortalecerem e debaterem sobre temas importantes que lhes dizem respeito. Nessa perspectiva, na nossa visão, a Economia Solidária presente nos grupos pesquisados embora mobilizada e induzida de cima para baixo, por agentes externos é operacionalizada e concretizada de baixo para cima, pelos sujeitos sociais na localidade, a partir das vontades de estabelecerem relações de confiança, o que exige das participantes a autogestão¹²² combinada

¹²² “A autogestão é um projeto de organização democrática que privilegia a democracia direta. Esta constitui um sistema em que voluntariamente, sem perceberem remuneração e sem recorrerem a intermediários, os cidadãos debatem todas as questões importantes, em assembléias. A periodicidade dessas reuniões deve ser compatível com a disponibilidade dos agentes envolvidos. A democracia representativa, por seu turno, corresponde ao sufrágio universal dos Estados democráticos, em que os cidadãos elegem uma minoria de mandatários remunerados, incumbidos de representá-los em instâncias decisórias de governanças nacionais e locais” (Mothé, 2009, p. 26). “Talvez a principal diferença entre a economia capitalista e solidária seja o modo como às empresas

com a reciprocidade e gratuidade dentro dos grupos. Isso significa que o local é o *espaço público de proximidade* onde as possibilidades de empreenderem juntas podem consolidar os fatores de bem-estar que não necessariamente devam estar limitados ao aumento de ganhos materiais, mas pode se traduzir também em aumento de autoestima, de criatividade e soluções alternativas face aos problemas, de satisfação com a vida, de sair do âmbito doméstico (no caso das mulheres) e de participar numa estratégia do que Wolfe (1976) descreve de desenvolvimento orientado por valores, de valorização da vida.

Outro ponto a destacar é que a solidariedade não emerge de modo natural ou automática na realidade em que se insere os Bancos Comunitários, ela nasce em detrimento das “falhas de mercado ou de insuficiências do Estado e ainda mais primariamente das transformações contemporâneas” provocadas pelo sistema capitalista, “as quais requerem uma relação social mais personalizada, humana e solidária” (Vieira, 2005, p. 244).

Cumpramos ressaltar que os Bancos Comunitários não podem ser confundidos com empreendimentos que recebem apoio assistencialista no sentido filantrópico, de favores ou caridade. De modo algum devem ser vistos nessa perspectiva. Os recursos destinados aos Bancos Comunitários são retornáveis, ou seja, recebe-se o crédito e paga-se por ele. Nesse sentido, não há caridade, e por isso vemos nos grupos um potencial emancipatório e de autonomia. Ainda que a Economia Solidária nos Bancos seja induzida de maneira exógena, agir dos sujeitos sociais no local depende de suas vontades e desejos, do querer estar junto. Percebemos que a Economia Solidária praticada nos Bancos Comunitários não é apenas um ideal utópico, embora em processo ainda embrionário ela é uma realidade que está sendo construída pelo movimento dos de baixo.

Os resultados positivos dos enfoques examinados nos Bancos Comunitários deram-se em contextos específicos de modo que não podem ser reproduzidos ou comparados as outras experiências sem que sejam analisadas as limitações e as oportunidades apresentadas em tais contextos. Não obstante, essa rica experiência nos oferece algumas lições importantes sobre os limites, os desafios e as oportunidades no cotidiano dos sujeitos sociais necessitados de serviços financeiros, e de outros direitos sociais. Uma lição a destacar e observada nos estudos é que as pessoas de baixa renda, em especial as mulheres, predominantes nas

são administradas. A primeira aplica a heterogestão, ou seja, administração hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade. A empresa solidária se administra democraticamente, ou seja, pratica a autogestão. Quando ela é pequena, todas as decisões são tomadas em assembleias. A autoridade maior é a assembleia de todos os sócios que devem adotar as diretrizes a serem cumpridas (...). A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. É para isso que vale a pena empenhar na Economia Solidária” (Singer, 2002, p. 20-22).

experiências de Bancos Comunitários, são capazes de solicitar crédito e honrar com seus compromissos, além da capacidade de poupança tão difícil na realidade vivida. Para as mulheres, compartilhar isso significa uma possibilidade de fortalecerem-se econômica e socialmente, no aumento do senso de responsabilidade e poder de decisão nas suas atividades produtivas e uma nova forma de se relacionarem com seu entorno familiar, comunitário e social. Nesses aspectos poderíamos inferir a existência de um processo emancipatório e de empoderamento dos sujeitos sociais envolvidos nos dois grupos pesquisados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Liberdade sem oportunidade é um presente diabólico, e a negação dessas oportunidades, um crime*¹²³.

*Realmente quando, o navio faz água, cada um tem que despejar a água pelo vertedouro. Mas, em meio às incertezas que hoje são muito numerosas, pelo menos uma coisa é clara: ninguém pode substituir o Estado em sua função fundamental que é comandar a manobra e evitar o naufrágio*¹²⁴.

Neste trabalho objetivou-se uma reflexão sobre a Economia Solidária no município de Montes Claros – Minas Gerais e elegeu-se como foco de análise os Bancos Comunitários, experiência ainda em fase embrionária que vêm sendo desenvolvidas na cidade. O estudo mostrou o grau de desenvolvimento de suas atividades, suas especificidades e os traços comuns existentes nos processos sociais e econômicos desses grupos inseridos nas finanças solidárias. Tomando como pressuposto a concepção da Economia Plural, verificamos que as práticas desenvolvidas pelos sujeitos sociais nos Bancos Comunitários extrapolam a esfera financeira, coexistindo diversas formas de integração social e de alocação de recursos materiais e simbólicos. Tal fato pode ser observável nos depoimentos, nos comportamentos, nos gestos e nos sentimentos expressados. Isso significa que, para além de uma questão utilitária, nos interstícios dos grupos estudados, há o espírito de solidariedade e de reciprocidade que não se traduz apenas em renda, mas também no reforço dos vínculos relacionais e de pertencimento. Percebemos que a matriz dessa perspectiva está presente em Polanyi (2000), assim como em Mauss (2003) que fazem parte de uma vertente teórica que abordam a existência de uma economia Plural. A antropologia econômica de Polanyi (2000) evidencia que o comportamento econômico dos indivíduos não é motivado meramente pelo nexo monetário, mas está imersa em relações sociais tecidas em redes de cooperação baseadas em princípios de confiança, amizade, afinidade e parentesco. Karl Polanyi reconhece que o intercâmbio de mercado, embora fundamental em várias sociedades, não elimina outras modalidades de trocas a exemplo dos Bancos Comunitários.

¹²³ CHOMSKY, Noam. O lucro ou as pessoas? Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p.101.

¹²⁴ CASTEL, Robert. As metamorfoses da Questão social: Uma crônica do salário. Petrópolis. Vozes, 1998, p. 611.

Desse modo, nesse campo investigativo encontramos ações que vão da reciprocidade no crédito, do autoconsumo (do crédito), ao trabalho gratuito, passando pela ajuda mútua, por mutirões e transações em feiras. As análises levaram à conclusão de que a pluralidade de formas econômicas presentes nas práticas de Bancos Comunitários são complementares umas as outras pela redistribuição, pelo intercâmbio mercantil e pela reciprocidade. Assim, a racionalidade nesses grupos sociais pode ser compreendida por valores que balizam uma pluralidade de princípios econômicos e sociais.

A natureza dos arranjos de cooperação nos agrupamentos estudados indica que o vínculo social é uma variável relevante para se alcançar resultados desejados. Essa constatação pode ser verificada no comprometimento mútuo dos membros e na valorização das normas éticas e morais. É nesse processo que, segundo Baquero (2003, p. 29), as pessoas adquirem virtudes cívicas, como lealdade, honestidade e confiabilidade.

Dessa forma, a Economia Solidária é construída nos Bancos Comunitários como uma forma de utilização ou criação de estratégias para a obtenção de recursos por meio do laço social. Ao que se observou nas práticas grupais, um Banco Comunitário não nasce pronto, ele precisa ser formado, trabalhado, lapidado, pois a solidariedade e a confiança adquiridas não ocorrem da noite para o dia, ou seja, exige-se um processo de consolidação das práticas que às vezes não dá certo para algumas comunidades. Nesse sentido, a construção dos mecanismos conjuntos de serviços financeiros informais evolui na medida em que os indivíduos passam a entender que a ação coletiva é importante tanto para a obtenção dos recursos econômicos quanto para o fortalecimento do vínculo social. Entendemos a importância e a relevância dessa alternativa econômica solidária de Bancos comunitários ainda que de maneira tímida, contudo importante no atual contexto de crise do sistema capitalista e dos sistemas públicos de proteção social. Não queremos dizer com isso que os Bancos Comunitários devem ser vistos como panacéia ou “remédio para todos os males”. Sabemos que as populações participantes das experiências, aquelas destituídas dos seus direitos sociais nas esferas da saúde, educação, emprego, lazer dentre outros, necessitam de políticas públicas mais abrangentes que não estejam reduzidas somente ao acesso ao crédito e a poupança tão necessários e urgentes, mas de forma alguma suficientes para se ter uma reprodução ampliada da vida. Singer (2003) contribui ao dizer que para a Economia Solidária se tornar consolidada, é preciso garantir bases de sustentação. As bases mais importantes são fontes de financiamento, redes de comercialização, assessoria técnico-científico, formação continuada dos trabalhadores entre outros.

Os resultados do estudo acerca dos Bancos Comunitários permitem aceitar as hipóteses da pesquisa, desde que estas sejam relativizadas. No que se refere à hipótese (i), o estudo apontou evidências de que a Economia Solidária que se manifesta nos Bancos Comunitários contribui de certo modo para a expansão das liberdades dos sujeitos sociais participantes das atividades de finanças solidárias. Essa constatação pode ser verificada mediante os depoimentos das entrevistas tanto no questionário aplicado quanto nas entrevistas a atores privilegiados. Os dados mostraram que os Bancos Comunitários são instrumentos capazes de unir duas dimensões distintas e complementares, a econômica e a social. Do ponto de vista econômico, para as depoentes, o Banco propiciou impacto positivo nas suas condições de vida pelo acesso à renda mediante o crédito e a poupança e uma maior inserção comunitária. No âmbito social, essa alternativa tem propiciado reconstrução dos laços comunitários ao mesmo tempo em que restaura condições de sociabilidade ameaçada pela marginalidade econômica. O empoderamento dos grupos é perceptível quando se tornam capazes de autogerirem as finanças de modo responsável pela articulação das relações de confiança e reciprocidade. O fortalecimento da autoestima amplia o senso de pertencimento das comunitárias no local. Nesse sentido, conforme as evidências apresentadas, a Economia Solidária, praticada nos Bancos Comunitários, possibilita dinamizar as oportunidades econômicas e sociais das participantes.

No que refere à hipótese (ii), o estudo apresentou indicativos de que o capital social, as relações de confiança, a solidariedade e laços estabelecidos entre os membros são fatores primordiais para concretização de objetivos comuns. No entanto, a pesquisa também mostrou que os fatores simbólicos são importantes para a consolidação do laço social e econômico, contudo, tais fatores não são suficientes para que se tenha uma maior expansão das liberdades almejadas pelos grupos. Constatamos que a dinamização das oportunidades sociais e financeiras das participantes pode ser melhorada, haja vista que o perfil econômico e financeiro dessa população inserida não deve se restringir ao acesso ao crédito e à poupança. Como constata Amartya Sen, a pobreza não é apenas a privação de renda, mas também, e principalmente, a privação de capacidades. A falta de acesso à educação, serviços públicos, à participação social e / ou política, dentre outras, revelam-se como “privações de capacidades”, cujo obstáculo impede a superação da pobreza (Sen, 2000). Nesse sentido, por meio do estudo sobre os Bancos Comunitários, especificamente na cidade Montes Claros-MG, foi possível constatar que os instrumentos de crédito e poupança juntos formam mecanismos sociais promotores e indutores da proximidade solidária, geradora de impacto positivo na vida dos seus beneficiários ao dinamizar as oportunidades sociais e financeiras.

Assim, a pesquisa evidencia que a Economia Solidária pode constituir-se em uma forma de mudança social e expansão de certas liberdades dos sujeitos sociais envolvidos em Bancos Comunitários, não obstante entendemos que as oportunidades podem ser alargadas na medida em que a ampliação do ciclo de relações possa ir além da esfera local, passando para a criação e fortalecimento de uma rede associativa de Bancos Comunitários na região com participação nas arenas sociais, econômicas e políticas. Outra consideração a fazer é que, o instrumento de Bancos Comunitários abre um vasto campo de estudo sobre aspectos fundamentais para a definição de políticas públicas no campo das microfinanças de proximidade ampliado para outras regiões onde ainda não existam a formatação de programas que atendam às necessidades de crédito e poupança. Segundo Bittencourt (2001), o acesso ao crédito não se constitui solução final para o conjunto de problemas que afetam um país, mas é um importante instrumento de desenvolvimento econômico.

Quanto à hipótese (iii), as evidências mostraram que existe um híbrido entre os diferentes recursos econômicos e sociais nos Bancos Comunitários, contudo, não se pode dizer que existe um equilíbrio entre os mesmos. Ao que se percebe, o valor criado no Banco Comunitário poderia ser melhor medido em termos de capital social do que financeiro. Em outras palavras, a pesquisa mostrou que existe um capital social forte nos grupos estudados, assim como as relações de solidariedade. Contudo, no que se refere ao capital econômico e ao capital político (externamente), esses se dão de modo ainda tímido. Nesse sentido, é necessário que se invista em outros tipos de capitais, como, por exemplo, na ampliação da base econômica dos grupos interna e externamente. Desse modo, no âmbito local os três pontos da cadeia produtiva, produção, consumo e comercialização, poderiam ser melhor expandidos se bem articulados na comunidade, com outras atividades produtivas. Em vista disso, seria preciso a criação de uma moeda alternativa ou social; garantir bases de sustentação, redes de comercialização, assessoria técnica dos integrantes e formação continuada.

No que se refere ao aspecto político identificado nas iniciativas, o estudo mostra que a participação de cada Banco no local ocorre de modo geral no interior dos grupos fechado não extrapolando assim para outras esferas da vida social. Ao que se percebeu, o encorajamento para resolução dos problemas sociais se restringe ao coletivo dos grupos, não extrapolando para a uma mobilização social nos problemas mais gerais (que envolva o todo da comunidade e de outras comunidades onde existam outros Bancos) como, por exemplo, na falta de infraestrutura verificado nos bairros onde estão localizados os dois Bancos Comunitários estudados.

Segundo Franco, o desenvolvimento comunitário pode ser dinamizado mediante a participação das pessoas nos assuntos que lhes dizem respeito. Segundo o autor, essa participação pode ser dinamizada com investimento no potencial humano que em geral está no estado de latência, pois toda localidade tem algum tesouro escondido que precisa ser descoberto. Segundo o autor “em geral não percebemos a riqueza constituída pelas pessoas de uma comunidade. (...) A comunidade em si é uma riqueza. A configuração peculiar, única, que representa um coletivo humano estável, também representa um potencial tremendo” (Franco, 2004, p. 60-62).

O grau de solidarismo de base local poderia ser melhor desenvolvido se o poder social de cada Banco Comunitário fosse reproduzido para outros contextos na articulação com outros Bancos, na troca de saberes e fazeres, na articulação política dos seus direitos. A criação para essas condições de participação coletiva pode se dar na formação de redes sociais em que as pessoas possam se conectar umas às outras na formação, de modo a exercitarem o protagonismo na solução de seus próprios problemas. Nesse sentido, a criação de espaços das feiras locais é importante, assim como da divulgação das iniciativas. Para Franco (2004), “a reprodução ampliada da sociedade” só pode se dar na medida em que se efetivam processos democrático-participativos que possibilitem conexões e caminhos entre as localidades. Uma mudança de comportamento diante de um problema ou oportunidade tem a capacidade contagiar outras localidades. Assim, quanto mais conectada “para fora” estiver uma comunidade, mais condições ela terá de exportar padrões de comportamento (programas) por meio dos quais será reconhecida como um local único e diferenciado. Essa ligação da dimensão local com o global e que dá sentido à estratégia do desenvolvimento local em um mundo em processo de globalização.

Nota-se, portanto, que a perspectiva de desenvolvimento requer o bem-estar na liberdade do acesso à educação, saúde, emprego, segurança, cultura, lazer para a população dos Bancos Comunitários, e para as comunidades pobres de modo geral, tarefa essa de responsabilidade do Estado.

Para Dowbor (2001), a construção de alternativas envolve um leque de alianças sociais reunindo formalmente governos, empresas e organizações da sociedade civil na busca de novas articulações.

Castel (1998) também não descarta as atividades de utilidade social no âmbito do Terceiro Setor, da Economia Social e da Economia Solidária, contudo, salienta que não é possível uma coesão social sem a proteção social do Estado. Na perspectiva casteliana, na atual conjuntura, não se deve descartar a mobilização de recursos monetários e não-

monetários, articular a esfera privada e a esfera pública, os investimentos pessoais, solidários, o capital social dentre outros recursos materiais e simbólicos. Entretanto, vivemos em uma crise da integração do trabalho, de déficit de postos de emprego que “continua sendo uma referência não só econômica, mas também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente dominante, como mostram as reações dos que não o têm” (Castel, 1998, p. 578). Por isso, finalizamos ao dizer que “o desenvolvimento não pode significar qualquer coisa que alguém pretenda que venha significar” (Wolfe, 1976, p.70). Ele deve ter como foco as aspirações humanas, deve compreender meios e fins (Sen, 2000).

Os Bancos Comunitários, inseridos em uma Economia Solidária, podem ser considerados como estratégia para se buscar um desenvolvimento, que na visão de Wolfe (1976) “pode significar qualquer coisa que se deseje que ele signifique”, desde que envolva, segundo Souza (1999), mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas. Da mesma forma, Sen (2000) concorda com Wolfe (1976) que o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. O sentido de desenvolvimento nesse caso está relacionado à melhoria da qualidade de vida das pessoas, ampliando sua capacidade de construir o próprio futuro, ou seja, de possuírem condição de ser agentes. De modo geral, isso requer maior renda *per capita*, mas implica algo mais: Garantia de educação e oportunidades de emprego mais igualitárias, maior igualdade entre os sexos, mais saúde e melhor nutrição, um meio ambiente mais limpo e sustentável, liberdades civis e políticas mais amplas, uma vida cultural mais rica, etc.

Santos e Rodrigues (2005, p. 47) vêm nesses tipos de programas de caráter coletivo possibilidades de se obter um desenvolvimento de baixo para cima a partir de um “processo de construção de poder comunitário que pode criar o potencial para que os efeitos das iniciativas econômicas populares atinjam a esfera política e gerem um círculo virtuoso que contrarie as causas estruturais da marginalização”. Santos e Rodrigues concordam com Sen ao observarem que o crédito na luta contra a pobreza, não pode ser concebido como um fim em si mesmo, ainda que o recurso econômico seja encarado como um meio, ou uma via de construção de poder comunitário.

Na mesma direção, Yunus (2006, p. 33) assevera que atacar diretamente a pobreza e a exclusão deve ser o objetivo de toda ajuda para o desenvolvimento, que deve ser considerado uma questão de direitos humanos. “Se não ajudar a melhorar a condição econômica das pessoas que vivem em condições de vida inferior, então não se trata de ajuda para o desenvolvimento”, pois “o desenvolvimento é realmente um compromisso muito sério com a possibilidade de liberdade” (Sen 2000, p. 337).

A pesquisa empírica mostrou que os Bancos Comunitários constituem um meio importante de expansão das liberdades diversas. No cômputo econômico, eles contribuem com a sobrevivência cotidiana, aliviam as situações de exclusão e pobreza das participantes com melhoria dos níveis renda. Nas experiências analisadas, as pessoas saem de uma situação de exclusão, especialmente do sistema financeiro. Contudo, não se pode afirmar que saem da situação de pobreza, até o momento. Para isso, seriam necessários (i) um volume maior de recursos, de modo a provocar mudanças estruturais e proporcionar acumulação e expansão da renda; e, (ii) gerar toda uma rede de trocas e de criação e valorização das atividades econômicas no território em que estão inseridos, somente assim poderíamos afirmar que eles contribuem efetivamente para a emancipação em todas as dimensões. É a partir da construção desse ambiente de ampliação das liberdades instrumentais e substantivas que se tem uma Economia Solidária como instrumento meio para o desenvolvimento social e econômico.

Nesse sentido, é mister construir sociedades mais democráticas que sejam justas, participativas e que garantam os direitos humanos sobretudo das mulheres na ampliação de suas liberdades em todos aspectos da sua vida econômica, política, civil, social e cultural e espiritual. Nesse cenário, todo indivíduo, família, organização, governo e comunidade têm um papel vital a desempenhar. Nas palavras de Franco, “o projeto global é holográfico”, quer dizer, se espelha em cada projeto local. Mais do que isso, ele se realiza em cada projeto local. Não se trata de construir uma aldeia global, senão milhares de aldeias globais ou “um arquipélago de racionalidades locais, nem mínimas, nem máximas, mas tão-só adequadas às necessidades locais”, conforme destaca Boaventura de Souza Santos (2005)

A proposta de desenvolvimento local não deve se restringir somente ao microcrédito, portanto, é mister a garantia de programas sociais mais amplos que dinamizem e retenham as rendas localmente de modo a incentivar a disseminação do associativismo/cooperativismo, ou de outras formas de cooperação, como estratégia de inserção produtiva e sustentável no mercado de bens e serviços nas comunidades de baixa renda. Por isso fazem-se necessárias políticas públicas, principalmente as estruturais, das quais o crédito é apenas uma dentre muitas. No âmbito das iniciativas socioeconômicas, a exemplo dos Bancos Comunitários em que se percebe um ambiente propício de solidariedade e a cooperação, seria importante a criação de sistemas de moedas locais, de clubes de troca, de compras coletivas, dos cartões de crédito comunitários além de meios de comunicação/informação que objetive globalizar, de forma humanizada o espaço local.

Para consolidação e sustentabilidade desses grupos de finanças solidárias é preciso tanto criar elos com redes solidárias mais amplas, como também constituir uma

ambiência produtiva capaz de contribuir para a sustentabilidade desses grupos. Nesse sentido, o desenvolvimento implica sempre uma ampliação da esfera das liberdades humanas para todos os indivíduos, ao contrário, pode haver crescimento econômico e não desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **As finanças ocultas dos pobres** - Folha de São Paulo, 5 de julho de 2002. Disponível em: http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_jornal/2002/As_fincas_ocultas.pdf. Acesso em: 17/02/09.

_____. Capital Social: **Cinco proposições sobre desenvolvimento rural**. São Luiz, Dezembro, 1998. Disponível em: http://www.gipaf.cnptia.embrapa.br/publicações/artigos_e_trabalhos\contag16.pdf. Acesso em: 17/02/09.

_____; JUNQUEIRA, Rodrigo Gravina Prates. **A sustentabilidade das Microfinanças Solidárias**. Revista de administração da USP-Volume 40, nº 1, p. 19-33. Jan./fev./ mar 2005.

Agência Nacional de Desenvolvimento Microempresarial - ANDE - **Relatório Executivo Anual, 2007**. Disponível em: www.agenciaande.org.br. Acesso em: 20/09/08.

Agência Nacional de Desenvolvimento Microempresarial - ANDE - **Relatório Executivo Anual, 2008**. Disponível em: www.agenciaande.org.br. Acesso em: 03/03/09.

ALBAGLI, Sarita. **Território e Territorialidade**. In: LAGES, Vinícios (org.). Território em movimento; cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Brasília, DF: SEBRAE, 2004.

ANDRADE, M.C de. **O Nordeste e a questão regional**. São Paulo: Ática, 1993.

ANGELIN, Rosângela; BERNADI, Cecília Margarida. **Mulheres na Economia Popular e Solidária: desafios para a emancipação feminina e a igualdade de gênero**. In: Revista Espaço Acadêmico. Nº 70. Março/2007. Mensal – Ano VI- ISSN 1519.6186. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/070/70esp_angelin.htm. Acesso em: 20/08/09.

ANTUNES, Ricardo. **A era da informatização e a época da informalização. Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. In. ANTUNES, Ricardo (org.). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. São Paulo: Baitempo, 2006.

APPLE, Michael.W. **Educação e Poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ARAÚJO, Yara Mendes Cordeiro; RODRIGUES, Luciene. **Construindo alternativas de baixo para cima: a economia solidária no Brasil e as novas possibilidades de desenvolvimento que surgem para os mais pobres**. Trabalho apresentado ao Colóquio Internacional sobre “(Des) envolvimento contra a pobreza”: Mediações Teóricas, Técnicas e Políticas, realizado na Universidade Estadual de Montes Claros – MG. Brasil, de 21 a 23 de agosto de 2008. Disponível em www.unimontes.br/colóquiointernacional/arquivos2.php. Acesso em 04/02/09.

ARAÚJO, Yara Mendes Cordeiro; RODRIGUES, Luciene. **Uma outra racionalidade econômica acontece em Montes Claros-MG: A solidariedade através do fator trabalho nos Bancos Comunitários.** Trabalho apresentado no XIII seminário sobre economia mineira realizado em Diamantina, MG. Brasil, de 26 a 29 de agosto de 2008b. Disponível em www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A119.pdf. Acesso em 30/09/08.

ARAÚJO, Yara Mendes Cordeiro. **O papel da Universidade na Economia Solidária: Desafios e Possibilidades.** CSONLINE. Revista Eletrônica de Ciências Sociais. Ano. Set/Nov/2008c. 2ª Edição. Vol. 4. Disponível em www.csonline.ufjf.br. No prelo.

ARAÚJO, Tarcisio Patrício de; LIMA, Roberto Alves de. **Políticas Públicas de Emprego como instrumento de redução da pobreza e da desigualdade no Brasil.** In: CIMADAMORE, Alberto; HARTLEY, Dean; SIQUEIRA, Jorge (org.). A pobreza do Estado: Reconsiderando o papel do Estado na luta contra a pobreza global. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales - CLACSO, 2006.

ARROYO, João Cláudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. **Economia Popular e Solidária. A alavanca para um desenvolvimento sustentável.** Perseu Abramo, 2006.

ARRUDA, Marcos. **Socioeconomia Solidária.** In: CATTANI, Antônio David (org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

_____. **Lucrar sem produzir: crise financeira como oportunidade de criar uma economia mundial solidária.** PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (Rio de Janeiro), da Rede Jubileu Sul Brasil - ALOE - Aliança por uma Economia Responsável, Plural e Solidária. [s. d.]. Disponível em http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_detail&Itemid=18&gid=1010 Acesso em 14/02/09.

ASEG, Programa de Análise Sócio-Econômica e Gênero. **Guia Microfinanceiro Sensível ao Gênero.** Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação-FAO, 2002.

ATLAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL-Ministério do trabalho e emprego (MTE)- Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Brasília, 2005.

BAJOIT, Guy. **Olhares sociológicos, rostos da pobreza e concepções do trabalho social.** In: BALSÁ, Casimiro (org.). Conceitos e Dimensões da pobreza e da exclusão social. Uma abordagem transnacional. Lisboa- Portugal. Ijuí-Brasil, 2006.

BALSÁ, Casimiro (org.). **Conceitos e Dimensões da pobreza e da exclusão social.** Uma abordagem transnacional. Lisboa- Portugal. Ijuí- Brasil, 2006.

_____. **Confiança e Laço Social.** Lisboa: Edições Colibri/CEOS, 2006.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **A Economia Solidária como Política Pública: uma Tendência de Geração de Renda e Ressignificação do Trabalho no Brasil.** 2005. Tese (Doutorado em serviço social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

_____. **A Economia Solidária como Política Pública: uma Tendência de Geração de Renda e Ressignificação do Trabalho no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2007.

BARCELLOS, Jane Athayde; BELTRÃO, Ricardo Ernesto Vasquez. **Instituição Comunitária de Crédito Portosol: construindo uma economia solidária.** In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (org.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.* São Paulo: Contexto, 2003.

BARRETO, André Valente de Barros. **Cultura da cooperação: subsídios para uma economia solidária.** In: SOUZA, André Ricardo (org.). *Uma outra economia é possível. Paul Singer e a economia solidária.* São Paulo: Contexto, 2003.

BAQUERO, Marcelo; HAMMES, Lúcio Jorge. **Educação de Jovens e construção de capital social: Que saberes são necessários.** In: BAQUERO, Marcelo; CREMONESE, Dejalma (orgs.). *Capital Social: Teoria e prática.* Ijuí: Unijuí, 2006.

BAQUERO, Marcelo; CREMONESE, Dejalma (orgs.). **Capital Social: Teoria e prática.** Ijuí: Unijuí, 2006.

_____. **Capital Social.** In: CATTANI, Antônio David (org.). *A outra economia.* Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

BERTUCCI, Jonas de Oliveira. **A economia solidária do pensamento utópico ao contexto atual: Um estudo sobre experiências em Belo Horizonte.** 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Cedeplar/ UFMG, 2005. Disponível em http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/MCCR-728JPH/1/jonas_de_oliveira_bertucci.pdf. Acesso em: 12/11/08.

_____; FERREIRA, Cândido Guerra. **A economia popular solidária em Belo Horizonte: um estudo exploratório.** Texto para discussão, 2005.

BERTUCCI, Ademar de Andrade; SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Veinte años de economía popular solidária: trayectoria de Cáritas Brasileira de los PAC's a la EPS. Brasília:** Cáritas Brasileira, 2004.

BITTENCOURT, Gilson Alceu. **Cooperativas de Crédito Solidário: constituição e funcionamento.** Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural- NEAD 4, 2001.

BRUETT, Tillman *et al.* **Manual de técnicas de Gestão Microfinanceira Institucional.** Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDS. Programa de Desenvolvimento Institucional – PDI. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.bnds.gov>. Acesso em: 12/04/08.

BÚRIGO, Fábio Luiz. **Finanças e Solidariedade: Uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil.** 2006. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em www.cresol.com.br/site/arquivos/pesquisa/Tese%20Fabio%20Luiz%20Burigo.pdf. Acesso em: 14/02/09.

CAILLÉ, Alain. **A sociedade Mundial no horizonte.** In: MARTINS, Paulo Henrique; NUNES, Brasilmar Ferreira (org.). *A nova ordem social. Perspectivas da solidariedade contemporânea.* Brasília. Pararelo 15, 2004.

_____. **Antiutilitarismo.** In: PEDRO, Hespanha *et al.* Dicionário internacional da outra economia. Centro de Estudos Sociais. Portugal/Coimbra, G.C., Gráfica de Coimbra, Ltda, 2009.

_____. **Dádiva.** In: PEDRO, Hespanha *et al.* Dicionário internacional da outra economia. Centro de Estudos Sociais. Portugal/Coimbra, G.C., Gráfica de Coimbra, Ltda, 2009b

CARNEIROS, Geralda Vânia Nogueira Fonte Boa. **O lugar e a vida de pequenos produtores.** In: Trabalho, cultura e Sociedade no Norte de Minas. Considerações a partir das Ciências Sociais. SANTOS. Gilmar Ribeiro dos (org). Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **A Reemergência das solidariedades microterritoriais na formatação da política social contemporânea.** In: São Paulo Perspect: 11(4):16-21, 1997. Disponível em http://www.seade.gov.br/ produtos/ssp/_v11_n04_02.pdf. Acesso em 10/01/2008.

CARVALHO, Sônia Marise Salles. **Desafios dos vínculos sociais na sociedade do trabalho contemporâneo: Experiências de Economia Solidária no Distrito Federal e entorno.** 2008. Dissertação (Mestrado em sociologia) Departamento de Sociologia. UNB. Brasília, 2008.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário.** Petrópolis. Vozes, 1998.

CATTANI, Antônio David (org.). **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

_____. **Construindo a Outra Economia.** In: PEDRO, Hespanha *et al.* Dicionário internacional da outra economia. Centro de Estudos Sociais. Portugal/Coimbra, G.C., Gráfica de Coimbra, Ltda, 2009.

CHANIAL, Philippe; LAVILLE, Jean-Louis. **Associativismo.** In: PEDRO, Hespanha *et al.* Dicionário internacional da outra economia. Centro de Estudos Sociais. Portugal/Coimbra, G.C., Gráfica de Coimbra, Ltda, 2009.

CHÂTEL, Viviane. **Responsabilidade-pelo-outro.** In: BALSÁ, Casimiro (org.). Confiança e Laço Social. Lisboa: Edições Colibri/CEOS, 2006.

CHOMSKY, Noam. O lucro ou as pessoas? Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CIMADAMORE, Alberto; HARTLEY, Dean; SIQUEIRA, Jorge (org.). **A pobreza do Estado: Reconsiderando o papel do Estado na luta contra a pobreza global.** Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales- CLACSO, 2006.

COELHO, Franklin Dias. **Finança Solidária.** In: CATTANI, Antônio David (org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

COELHO, Lina. **Economia Feminista.** In: PEDRO, Hespanha *et al.* Dicionário internacional da outra economia. Centro de Estudos Sociais. Portugal/Coimbra, G.C., Gráfica de Coimbra, Ltda, 2009.

CORAGGIO, José Luis. **Da economia dos setores populares à economia do trabalho**. In: KRAYCHETE, Gabriel (org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE:UCSAL, 2000.

_____. **Economia do trabalho**. Uma alternativa racional à incerteza. Trabalho apresentado no seminário internacional sobre Economia e Espaço. CEDEPLAR. Ouro Preto, Brasil, 2001.

COSTA, João Batista de Almeida. **Tomando alhos por bugalhos: o decantado desenvolvimento do Norte de Minas**. In: *Unimontes Científica*, 7(2), Jul/Dez, 2005, pp.47-62.

COSTA, Luciana Maria. **O microcrédito e a geração de emprego e renda no norte de Minas: ênfase ao crediamigo do banco do nordeste**. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Minas Gerais Faculdade de Ciências Econômicas Centro de Planejamento e Desenvolvimento Regional. Belo Horizonte, 2001.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. **Dimensões da luta política nas práticas de economia solidária**. In: SOUZA, André Ricardo (org.). *Uma outra economia é possível*. Paul Singer e a economia solidária. São Paulo: Contexto, 2003.

DAGNINO, Renato. **Tecnologia Social**. In: PEDRO, Hespanha *et al.* *Dicionário internacional da outra economia*. Centro de Estudos Sociais. Portugal/Coimbra, G.C., Gráfica de Coimbra, Ltda, 2009.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **A dimensão Intagível do Desenvolvimento: Algumas reflexões preliminares**. In: BAQUERO, Marcelo; DIJALMA, Cremonese (orgs.). *Capital Social: Teoria e Prática*. IJUÍ: ed. Unijuí, 2006.

D' ARAÚJO, Maria Celina Soares. **Capital Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

DEMOUSTIER, Danièle. **A economia social e solidária**. São Paulo: Loyola, 2001.

DOWBOR, Ladislau; KILSZTAJAN, Samuel. **Economia Social no Brasil**. Senac. São Paulo, 2001.

DRAIBE, Sônia Miriam. **As políticas sociais brasileiras; Diagnósticos e Perspectivas**. In: *Para a década de 90. Prioridades e perspectivas de políticas públicas*. Brasília: IPEA/IPLAN, 1989.

DUPAS, Gilberto. **Economia Global e Exclusão Social. Pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A dinâmica da cultura: ensaios de Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

DURKHEIM, Émile. **A divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

DUSTSTON, Jonh. **Políticas sociales. Qué es el capital social comunitario? División de Desarrollo Social**. CEPAL / ECLAC. Santiago de Chile, 2000.

ELSTER, Jon. **Marx hoje**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

- _____. **Peças e engrenagens das Ciências Sociais.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- ESTIVILL, Jordi. **Panorama da luta contra a exclusão social. Conceitos e estratégias.** Genebra: Bureau Internacional do Trabalho, STEP/ Portugal.2003.
- FERNANDES, Rubem César. **Privado pórem público. O terceiro setor na América Latina.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- FERREIRA, C. G. **O Fordismo, sua Crise e Algumas Considerações sobre o Caso Brasileiro.** Nova Economia, vol.7, nº 2, Dep. de Ciências Econômicas da UFMG, Belo Horizonte, 1997.
- FERREIRA, Maria da Luz Alves. **Trabalho Informal Feminino: repensando Atores e sujeitos no contexto de Montes Claros – MG.** 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Departamento de Sociologia - UNB, 2000.
- _____. **Trabalho Informal e Cidadania: heterogeneidade social e relações de gênero.** 2007. Tese (Doutorado em Ciências Humanas, Sociologia e Política) - UFMG, Belo Horizonte, 2007.
- FIORI, Anita *et al.* **Entendendo a história das microfinanças.** In: ROCHA, Angela da; MELLO, Renato Cotta de. (orgs.). O desafio das microfinanças. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **Novos arranjos organizacionais possíveis? O fenômeno da economia solidária em questão (precisões e complementos).** Organizações e Sociedade, Salvador: EA/ UFBA, v. 8, n. 20, p. 125-137, jan./abril 2001.
- _____. **Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais.** Revista Bahia Análise e Dados, Salvador, v. 12, n. 1, p. 9-19, jun. 2002.
- _____. **Teoria e Prática em Economia Solidária: Problemática, desafios e vocação.** Supplément du Mauss – Revue du Mauss Permanente. Perspectives anti-utilitaristes brésiliennes, 2007. Disponível em www.jornaldumauss.net/spip.php?article83. Acesso em: 20/12/08.
- _____; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária: uma abordagem internacional.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- _____; DZIMIRA, Sylvain. **Dádiva e Solidariedade.** In: MARTINS, Paulo Henrique; NUNES, Brasilmar Ferreira (Org.). A nova ordem social. Perspectivas da solidariedade contemporânea. Brasília. Pararelo 15, 2004.
- _____; SILVA JUNIOR, Jeová Torres. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento.** In: PEDRO, Hespanha *et al.* Dicionário internacional da outra economia. Centro de Estudos Sociais. Portugal/Coimbra, G.C., Gráfica de Coimbra, Ltda, 2009.
- FRANÇA, Lessa Júnia; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual de Normalização de Publicações Técnico-Científicas.** Belo Horizonte, UFMG, 2007.

FRANCO, Augusto. **O Lugar mais desenvolvido do mundo. Investindo em Capital Social para promover o desenvolvimento comunitário.** Projeto DLIS. AED. Distrito Federal, 2004.

FONTES, Angela M. Mesquita *et al.* **Desenvolvimento econômico local e o setor de microfinanças.** VIII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Panamá, 28-31 Oct. 2003. Disponível em <http://www.clad.org.velfulltext/0047815.pdf>. Acesso em: 12/04/08.

GAIGER, Luiz Inácio. **Empreendimentos solidários: Uma Alternativa para a economia popular?** In: GAIGER, Luiz Inácio (org.). Formas de combate e resistência à pobreza. São Leopoldo: Unisinos, 1996.

_____. **Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul.** In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (org.). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **Empreendimentos solidários.** In: PEDRO, Hespanha *et al.* Dicionário internacional da outra economia. Centro de Estudos Sociais. Portugal/Coimbra, G.C., Gráfica de Coimbra, Ltda, 2009.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade.** São Paulo: Unesp, 1991.

GODBOUT, Jacques T. **Os lugares da dádiva.** In: GODBOUT, Jacques T; CAILLÉ, Alain. O espírito da Dádiva. Rio de Janeiro: Editora da Fev, 1999.

GODELIER, Maurice. **O enigma do dom.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: Movimentos sociais, ONGs, e redes solidárias.** São Paulo: Cortez, 2005.

GOLDMARK, Lara *et al.* **A situação das microfinanças no Brasil: Projeto BNDES-BID de Microfinanças.** Seminário Internacional BNDES de Microfinanças, 2000. Disponível em: www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/microfin.asp. Acesso em: 12/10/08.

GREMAUD, A.P *et al.* **Economia brasileira contemporânea.** São Paulo, Atlas, 2002.

GUIMARÃES, Gonçalo. **Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: Contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda.** In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (org.). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** 6 ed. São Paulo: Loyola, 1996.

HIGGINS, Silvio Salej. **O capital Social como condição de iniciativas produtivas.** In: BAQUERO, Marcelo; DIJALMA, Cremonese (orgs.). Capital Social: Teoria e Prática. IJUÍ: ed. Unijuí, 2006.

HINKELAMMERT, Franz J; JIMÉNEZ, Henry Mora. **Economia para a Vida**. In: PEDRO, Hespanha *et al.* Dicionário internacional da outra economia. Centro de Estudos Sociais. Portugal/Coimbra, G.C., Gráfica de Coimbra, Ltda, 2009.

HINTZE, Susana. **Capital Social**. In: PEDRO, Hespanha *et al.* Dicionário internacional da outra economia. Centro de Estudos Sociais. Portugal/Coimbra, G.C., Gráfica de Coimbra, Ltda, 2009.

IANNE, Octávio. **A sociedade global**. Rio Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria; TIRIBA, Lia. **Economia Popular**. In: CATTANI, Antônio David (org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal; NEL, Núcleo de Economia Local; FORD, Fundação. **Relatório Final - Projeto: Perspectivas de Expansão das Microfinanças no Brasil: Marco Legal, Capitalização e Tecnologia**. Rio de Janeiro, abril, 2001. Disponível em: <http://www.ibam.org.br/microcre/relfinal.pdf>. Acesso em: 20/11/08.

INSTITUTO - Centro de Capacitação e Apoio ao Empreendedor - **Manual do Agente de Microfinanças**. Instituto Centro CAPE/ SEBRAE – Minas Gerais, 2001.

KANITZ, Stephen. **Um novo caminho**. In: Revista. Problemas Brasileiros nº 337 – jan/fev 2000.

KLIKSBERG, Bernado. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. Cortez. Unesco, 2001.

KRAYCHETE, Gabriel (org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis:Vozes; Rio de Janeiro: Capina:Salvador:CESE:UCSAL, 2000.

_____. **Economia Solidária: Conceitos e Contextos. Comentários realizados durante o seminário Internacional sobre Economia Solidária: Desafios para um novo tempo** realizado na fundação Luiz Eduardo Magalhães. Salvador, 07/08/2002. Disponível em: www.capina.org.br/download/pub/esc2002.pdf. Acesso em: 11/01/09.

LAVILLE, Jean Louis. **Fato associativo e Economia Solidária**. Bahia Análises e Dados. Salvador, SEI v.12 n.1 p. 25-34- junho 2002.

_____. **Com Mauss e Polanyi: Rumo a uma teoria da economia plural**. In: MARTINS, Paulo Henrique; NUNES, Brasilmar Ferreira (orgs.). A nova ordem social. Perspectivas da solidariedade contemporânea. Brasília: Pararelo 15, 2004.

_____. **Solidariedade**. In: PEDRO, Hespanha *et al.* Dicionário internacional da outra economia. Centro de Estudos Sociais. Portugal/Coimbra, G.C., Gráfica de Coimbra, Ltda, 2009.

_____. **Economia Plural**. In: PEDRO, Hespanha *et al.* Dicionário internacional da outra economia. Centro de Estudos Sociais. Portugal/Coimbra, G.C., Gráfica de Coimbra, Ltda, 2009b.

_____; GAIGER, Luiz Inácio. **Economia Solidária**. In: Hespanha *et al.* Dicionário internacional da outra economia. Centro de Estudos Sociais. Portugal/Coimbra, G.C., Gráfica de Coimbra, Ltda, 2009.

LECHAT, Noëlle M. P. **Economia Moral**. In: CATTANI, Antônio David (org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

LEITE, Marcos Esdras. **Geoprocessamento aplicado ao estudo do espaço urbano: o caso da cidade Montes Claros / MG**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Uberlândia, 2006.

_____; PEREIRA, Anete Marília. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo Expansão Territorial e os Espaços de Pobreza na Cidade de Montes Claros.

_____; PEREIRA, Anete Marília. **Metamorfose do Espaço Intra-Urbano de Montes Claros/MG**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2008.

LEROUX, P. **Aux philosophes**. Paris: Lesourd, 1841.

LÉVESQUE, Benoit. **Sociologia Econômica**. In: PEDRO, Hespanha *et al.* Dicionário internacional da outra economia. Centro de Estudos Sociais. Portugal/Coimbra, G.C., Gráfica de Coimbra, 2009.

LIPIETZ, A. **Audácia: uma alternativa para o século XXI**. São Paulo: Nobel, 1991. In: MICHEL, Renaut; RIBEIRO, Rosana. Considerações sobre a determinação do nível de emprego em contexto de reestruturação produtiva e globalização financeira. Revista Archétypon.V.1, nº.1 dez, 1999.

LISBOA, Armando de Melo. **Os desafios da economia popular solidária**. 2000. Disponível em: <http://www.ecosol.org.br>. Acesso em: 23/09/07.

MAIA, Claudia de Jesus; LOPES, Maria de Fátima. **Formas tradicionais de solidariedade camponesa no vale Jequitinhonha**. In: Revista Unimontes Científica. Revista da Universidade Estadual de Montes Claros - Montes Claros: Editora Unimontes.v. 5, n.2, jul/de, 2003.

MANCE, Euclides André. **A revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, Paulo Henrique; NUNES, Brasilmar Ferreira (org.). **A nova ordem social. Perspectivas da solidariedade contemporânea**. Brasília: Paralelo 15, 2004.

MARTINS, Paulo Henrique. **A sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação.** Revista Crítica de Ciências Sociais, n° 73, Dezembro 2005: 45-66. Disponível em: www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/73/RCCS73-045-066-Paulo%20H.Martins.pdf. Acesso em: 20/10/08.

MARX, K. **O capital.** Trad. Regis Barbosa e Flávia R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, vol. 1, 1996.

MATOS, Ralfo (org.). **Espacialidade em Rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo.** Belo Horizonte:C/ Arte, 2005.

MATOS, Ralfo; BRAGA, Fernando. Redes Geográficas, **Rede Sociais e Movimentos da População no Espaço.** In. MATOS, Ralfo (org). Espacialidade em Rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo. Belo Horizonte:C/ Arte, 2005.

MATURANA, H; e VERDEN-ZÖLLER, G. **Biology of Love.** In: Opp, G., and PETERANDER, F. (eds.), Focus Heilpädagogik. Munchen/Basel: Ernst Reinhardt, 1996.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva: Introdução de Claude Levi Strauss. Perspectivas do homem.** Lisboa Portugal, 2001.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: Cosac Naift, 2003.

MC CHESNEY, Roberto W. **Notas introdutórias.** In: MOTA, Ana Elizabete (org.). A nova fábrica de consensos: Ensaio sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social. São Paulo: Cortez, 2000.

MELO NETO, João Joaquim; MAGALHÃES, Sandra. **Bairros Pobres, Ricas Soluções: Banco Palmas ponto a ponto.** 1 ed. Fortaleza:Expressão Gráfica, 2003.

MELO, Alberto. **A ação dos cidadãos como forma de resistência à nova onda de colonização global: o caso da Associação In Loco no Sul de Portugal.** In. SANTOS, Boaventura de Sousa. Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2005.

MENEZES, Melissa. **Moedas Locais: uma investigação exploratória sobre seus potenciais como alternativa à exclusão financeira a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES.** 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – Cedeplar. Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social.** São Paulo: Cortez, 2002.

MORAES, Zisleide Soares *et al.* **O Microcrédito como instrumento de desenvolvimento social e econômico.** 4º Congresso Brasileiro de Sistemas. Centro Universitário de Franca - Uni- FACEF. 29 e 30 de outubro de 2008, Franca São Paulo. Disponível em: www.facef.br/quartocbs/artigos/D/D_154.pdf. Acesso em: 03/01/09.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

MOTA, Ana Elizabete (org). **A nova fábrica de consensos: Ensaio sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social**. São Paulo: Cortez, 2000.

MOTHÉ, Daniel. **Autogestão**. In: PEDRO, Hespanha *et al.* Dicionário internacional da outra economia. Centro de Estudos Sociais. Portugal/Coimbra, G.C., Gráfica de Coimbra, 2009.

MUÑOZ, Ruth. **Finanças Solidárias**. In: PEDRO, Hespanha *et al.* Dicionário internacional da outra economia. Centro de Estudos Sociais. Portugal/Coimbra, G.C., Gráfica de Coimbra, 2009.

NAMORADO, Rui. **Cooperativismo, História e Horizontes**. Centro de Estudos Sociais. Universidade de Coimbra. Oficina 278. Junho de 2007. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/278/278.pdf>. Acesso em: 10/01/09.

NICHTER, Simeon *et al.* **Entendendo o contexto das microfinanças no contexto brasileiro: Programa de Desenvolvimento Institucional – PDI**. Rio de Janeiro: BNDS, 2002.

OLIVEIRA, Luciana Vargas Netto. **A Economia Solidária e conjuntura neoliberal: Desafios para as políticas públicas no Brasil**. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/bitstream/1884/1268/1/DissertLucianaVNO.pdf>. Acesso em: 20/02/2007.

OLIVEIRA, Gilzirene Simone. **Gestão da Informação e do Conhecimento numa Agência Regional de Microcrédito: Estudo de Caso da Agência Nacional de Desenvolvimento Microempresarial – ANDE, filial Minas Gerais, da Visão Mundial Brasil**. 2005b Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005b.

OLIVEIRA, Marcos Fábio de; RODRIGUES, Luciene (org.). **Capitalismo: da gênese a crise atual**. Montes Claros: Unimontes, 2000.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva: Os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

ORENSTEIN, Luiz. **A estratégia da ação coletiva**. Rio de Janeiro: UCAM, IUPERJ, 1998.

OSTROM, Elinor. **El Gobierno de los bienes comunes. La evolución de las instituciones de acción coletiva**. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

OIT - Organização Internacional de Trabalho - **Manual de capacitação e informação sobre gênero, raça, pobreza e emprego: guia para o leitor**. Brasília, 2005.

PASSOS, Ósia Alexandrina Vasconcelhos Duran. **Estudos Exploratórios sobre Bancos Comunitários: Conceito, Característica e Sustentabilidade**. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

PARANHOS, Lucíola da Silva; MARTINS, Hebert Toledo. **Redes Sociais e Desenvolvimento Regional: Capital social no sertão Norte-Mineiro**. Artigo apresentado no III Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional- Território, Capital Social e Desenvolvimento Regional. UNISC- Santa Cruz do Sul- RS. Outubro de 2006.

PEREIRA, Anete Marília; ALMEIDA, Maria Ivete Soares de. (Org.). **Leituras Geográficas sobre o Norte de Minas Gerais**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2004.

PINTO, João Roberto Lopes. **Economia Solidária. De volta a arte da associação**. UFRGS. Porto Alegre, 2006.

PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. **Dádiva, Economia Social e Cooperativismo: A promulgação de uma ética societária?**. Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). 2003. Disponível em: [www.unircoop.org/unircoop/files/revues/Release/Artigo%20UFRPEvf_1_\(1\).pdf](http://www.unircoop.org/unircoop/files/revues/Release/Artigo%20UFRPEvf_1_(1).pdf). Acesso em: 20/07/08.

POCHMANN, Márcio. **Desempregados do Brasil**. In: ANTUNES, Ricardo (org.). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. São Paulo: Baitempo, 2006.

_____. (org.). **Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade: Novos Caminhos para a Inclusão Social**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Cortez, 2002.

POLANY, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RAFAEL, Edson José. **Fundações do direito. 3º Setor**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1997.

RAMOS, Edina Souza. Coordenadora da ITCP/UNIMONTES. Montes Claros, MG. Entrevista concedida a Yara Mendes Cordeiro em 20/10/08.

RAZETO, Luis. **O papel central do trabalho e a economia de solidariedade**. Revista proposta. Nº 75 dezembro fevereiro de 1997.

_____. **Laveine populaire dans l'économie Latino -americaine**. Larevve Nouvelle, nº 2 tome 93, fev. 1991.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força de trabalho**. São Paulo: Makron Books, 1995.

RODRIGUES, Luciene; OLIVEIRA, Marcos F. **Formação econômica do Norte de Minas e o período recente**. In: Formação social e econômica do Norte de Minas. Montes Claros: UNIMONTES, 2000.

ROSANVALLON, Pierre. **A crise do Estado-providência**. Goiânia: UnB/UFG, 1997.

SABOURIN, Eric. **A reciprocidade e os valores éticos da solidariedade econômica**. Comunicação apresentada no XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 29 de maio a 01 de

junho de 2007, UFPE, Recife (PE), na Mesa-redonda “a questão da solidariedade da reciprocidade na economia solidária”.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-Modernidade**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2005.

_____; RODRIGUES, César. **Para Ampliar o cânone da produção**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____; HESPANHA, Pedro. **Nota Acerca da Edição Portuguesa**. In: PEDRO, Hespanha *et al.* *Dicionário internacional da outra economia*. Centro de Estudos Sociais. Portugal/Coimbra, G.C., Gráfica de Coimbra, Ltda, 2009.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2003.

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: FDUSP, 2003b

SCHIOCHET, Walmor. **Políticas Públicas**. In: PEDRO, Hespanha *et al.* *Dicionário internacional da outra economia*. Centro de Estudos Sociais. Portugal/Coimbra, G.C., Gráfica de Coimbra, Ltda, 2009.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SERVET, Jean-Michel. **Microcrédito**. In: PEDRO, Hespanha *et al.* *Dicionário internacional da outra economia*. Centro de Estudos Sociais. Portugal/Coimbra, G.C., Gráfica de Coimbra, Ltda, 2009.

SILVA JUNIOR, Jeová Torres. **Bancos Comunitários e Desenvolvimento Territorial: Analisando as singularidades destas experiências de microfinanças solidárias**. VI Conferência Regional de ISTR para a América Latina y el Caribe de 08 al 11 noviembre de 2007, Salvador de Bahía, Brasil. Organizan: ISTR y CIAGS/UFBA. Disponível em: <http://new.lasociedadcivil.org/docs/ciberteca/091.pdf>. Acesso em: 28/05/2008.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____; SOUZA, André Ricardo de. (orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **Economia solidária: um modo de produção e distribuição.** In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (orgs.). *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.* São Paulo: Contexto, 2003b.

_____. **Um olhar diferente sobre a economia solidária.** Prefácio. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. *Economia Solidária: uma abordagem internacional.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. **A economia Solidária como ato pedagógico.** In: Krupta, SÔNIA.M.P. *Educação de Jovens e Adultos e economia solidária.* Brasília: INEP, 2004b.

_____. Prefácio. In: BERTUCCI, Ademar de Andrade; SILVA, Roberto Marinho Alves da. *Veinte años de economía popular solidária: trayectoria de Cáritas Brasileira de los PAC's a la EPS.* Brasília: Cáritas Brasileira, 2004c.

_____. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil.** In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Globalização e desemprego. Diagnóstico e alternativas.** São Paulo: Contexto, 2006.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações.** São Paulo: Abril Cultural, 1983. vol. I.

STIGERT, Alexandre *et al.* **Entendendo o mercado das microfinanças: Visão Mundial - Estudo de Caso.** In: ROCHA, Ângela da; MELO, Renato Cotta de (orgs.). *O Desafio das microfinanças.* Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

SOARES, Marden Marques; SOBRINHO, Abelardo Duarte de Melo. **Microfinanças: O papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito.** 2ª edição, revista e ampliada Brasília: BCB, 2008.

SOULET, Marc Henry. **Para além da exclusão: A integralidade como nova expressão da questão social.** In: BALSÁ, Casimiro (org). *Conceitos e Dimensões da pobreza e da exclusão social. Uma abordagem transnacional.* Lisboa-Portugal. Ijuí- Brasil, 2006.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SOUZA, André Ricardo de. **Os empreendimentos econômicos de São Paulo.** In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.* São Paulo: Contexto, 2003.

TIRIBA, Lia Vargas. **Economia popular e cultura do trabalho.** Ijuí: ed. UNIJUI, 2001.

TOSCANO, Idalvo. **Bancos Populares de Desenvolvimento Solidário.** Disponível em: <http://www.polis.org.br/download/27.pdf> , 2004. Acesso em: 20/09/08.

VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade. Elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista.** In: ANTUNES, Ricardo (org.). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. São Paulo: Baitempo, 2006.

VIERA, Fábio Mourão. **Coerência e aderência da Economia Solidária: Um estudo de caso dos coletivos de produção do MST em Mato Grosso do Sul.** 2005. Tese (doutorado em Economia) - Departamento de Economia – USP. São Paulo, 2005.

MUNDIAL, Visão. **Metodologia de Bancos Comunitários.** (Programa de Desenvolvimento Econômico). 1º Ed. Recife – PE, Fevereiro, 2005.

MUNDIAL, Visão. **Avaliação dos Bancos Comunitários.** Recife – PE, Novembro, 2005.

YUNUS, Muhammad. **O Banqueiro dos Pobres.** São Paulo: Ática, 2006.

_____. **Microcrédito: a experiência do Grameen Bank.** Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

WALLERSTEIN, I.M. **O fim do mundo como o concebemos: Ciência Social para o século XXI.** Rio de Janeiro, 2003.

WAUTIER, A. M. **Economia Social na França.** In: CATTANI, A. D. (org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

WOLFE, Marshall. **Desenvolvimento: Para que e para quem: Indagações sobre política social e realidade político social.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Sites Pesquisados:

www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11110.htm

www.mte.gov.br/pnmpo/default.asp

www.mte.gov.br/microcredito

www.Ecosol.org.br

www.ibge.gov.br

APÊNDICES



APÊNDICE 01 - ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL DIRECIONADA AS PARTICIPANTES DOS BANCOS COMUNITÁRIOS DOS BAIRROS: VILLAGE DO LAGO II E CONJUNTO JOAQUIM COSTA.

PESQUISA: BANCOS COMUNITÁRIOS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA: ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DE BAIXO PARA CIMA EM MONTES CLAROS - MG

ESTA ENTREVISTA TEM COMO OBJETIVO OBTER INFORMAÇÕES ACERCA DA EXPERIÊNCIA DE BANCOS COMUNITÁRIOS COM O PROPÓSITO DE VERIFICAÇÃO DOS IMPACTOS DESSA EXPERIÊNCIA NA VIDA DAS PESSOAS. TODAS AS INFORMAÇÕES FORNECIDAS POR VOCÊ SÃO CONFIDENCIAIS. POR GENTILEZA, GOSTARIA DE CONTAR COM A SUA COLABORAÇÃO. DESDE JÁ AGRADECEMOS!

DATA DA ENTREVISTA ____/____/____. NOME DA ENTREVISTADA (OPCIONAL)

A) Identificação da Entrevistada:

1- Qual o seu papel no Grupo? () Presidente () Secretária () Tesoureira () Membro

2- Participa no Grupo desde: _____

3- Escolaridade: _____

4- Idade: _____

5- Estado Civil: _____

6- N°. Filhos: _____

7- Atividade econômica: _____ () Formal () Informal

B) Histórico do Banco:

8- Desde quando você está no Banco Comunitário? _____

9- Como surgiu o Banco Comunitário? _____

10- Qual o total de pessoas hoje no Banco? ____ O Banco começou com quantas pessoas? ____ de quando o Banco Comunitário começou, saíram quantas pessoas e entraram _____ quantas novas? _____ Por _____ quê?

C) Laços/ Vínculos entre as participantes:

11- Você acha que as relações de amizade e de cooperação na comunidade tem melhorado após a criação do Banco Comunitário? _____ Você pode citar alguns exemplos nesse sentido, de cooperação, de ajuda mútua?

D) Sustentabilidade Econômica:

12- Você acha que o Banco Comunitário tem resolvido o problema da falta de renda dos membros do grupo e da comunidade a que pertence? Cite alguns exemplos:

13 - Qual a renda média mensal da atividade financiada pelo Banco? _____

E) Opinião sobre o funcionamento e dinâmica do Grupo:**E.1. Na vida Pessoal:**

14- Como está a sua vida depois de estar participando do Banco Comunitário? Houve alguma mudança? _____

15- Qual a importância do Banco Comunitário para sua vida? _____

E.2. Na vida Comunitária:

16 - Você acha que o Banco Comunitário está dando certo na comunidade? Por quê?

17- Quais as transformações que você percebe que o Banco Comunitário trouxe para a comunidade? _____

18- Qual a importância do Banco Comunitário para a comunidade?

F) Organização Política e Relações inter-Bancos:

19- Os membros do banco comunitários têm se mobilizado para além do Banco, ou seja, para participação política na comunidade reivindicando seus direitos?

20 -Você tem conhecimento de como funciona outros Bancos Comunitários na cidade?
() não. () sim.

Quais? _____

21- Vocês têm algum tipo de reunião coletiva, encontros para troca de experiências, realização de treinamentos conjuntos, etc?

22- Quais os problemas ou dificuldades que você percebe que existem no Banco Comunitário?

23- Você pretende continuar no Banco mesmo com esses problemas?

() não. Por quê?

() sim. Por quê?

OBS: Esta entrevista individual foi direcionada a duas participantes de cada Banco Comunitário.



**APÊNDICE 02 - QUESTIONÁRIO APLICADO AS PARTICIPANTES DOS BANCOS
COMUNITÁRIOS DOS BAIROS: VILLAGE DO LAGO II E CONJUNTO
JOAQUIM COSTA**

**PESQUISA: BANCOS COMUNITÁRIOS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA:
ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DE BAIXO PARA CIMA EM MONTES
CLAROS - MG**

ESTE QUESTIONÁRIO TEM COMO OBJETIVO CONHECER OS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS QUE CARACTERIZAM AS PARTICIPANTES DO BANCO COMUNITÁRIO COM O PROPÓSITO DE VERIFICAÇÃO DOS IMPACTOS DESSA EXPERIÊNCIA NA VIDA DAS PESSOAS. TODAS AS INFORMAÇÕES FORNECIDAS POR VOCÊ SÃO CONFIDENCIAIS. POR GENTILEZA, GOSTARIA DE CONTAR COM A SUA COLABORAÇÃO. DESDE JÁ AGRADECEMOS!

DATA DE APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO ____/____/____. NOME DA ENTREVISTADA (OPCIONAL)

A - Perfil socioeconômico

1- Qual o bairro onde mora? _____ Há quanto tempo reside nesse local? _____

2- Sexo:

(1) Feminino (2) Masculino

3- Idade: _____

4- Escolaridade:

(1) Ensino Fundamental Incompleto (2) Ensino Fundamental Completo (3) Ensino Médio Incompleto (4) Ensino Médio Completo (5) Ensino Superior Incompleto (6) Ensino Superior Completo (7) Pós-graduação incompleta (8) Pós-graduação completa (9) Não sei.

5- Estado Civil:

- (1) solteira
- (2) casada
- (3) viúva
- (4) separada

(5) divorciada

6- Qual a sua renda familiar total?

- (1) Menos de 1 S/M (R\$ 465,00)
- (2) Um S/M
- (3) Mais de 1 a 2 S/M
- (4) Mais de 2 a 3 S/M
- (5) Mais de 3 S/M

7 - Quais suas ocupações?

- (1) empregada
- (2) desempregada (desde quando?) _____
- (3) do lar
- (4) estudante
- (5) aposentada
- (6) outro _____

8- Recebe algum tipo de benefício governamental? (1) Não (2) Sim. Qual?

9- Residência familiar:

- (1) casa própria
- (2) alugada
- (3) cedida
- (4) outros. Especificar _____

10- Quantos filhos você tem? _____ e qual a idade? _____

11- Quantas pessoas moram em sua casa com você? _____ Especificar abaixo:

Parente	Variáveis			Códigos Parentesco
	Idade	Sexo (1) Feminino (2) Masculino	Grau de parentesco	
1				01-Filho 02- Marido 03- Pai/Mãe 04- irmãos 05- outros
2				
3				
4				
5				
6				
7				

12- Das pessoas que moram com você quantas trabalham? _____ e qual o grau de parentesco _____ (utilizar código de parentesco da pergunta 11).

13- Das pessoas que moram com você quantas não trabalham? _____ e qual o grau de parentesco _____ (utilizar código de parentesco da pergunta 11).

14 - Quem é o principal responsável pelo sustento da família?

(1) Marido (2) mulher (3) filho (4) outros _____

Renda Familiar Total/mês: R\$ _____

15- Qual a sua principal fonte de renda

(1) a sua atividade econômica

(2) o salário do marido/cônjuge

(3) o salário do filho(a)

(4) aposentadoria

(5) outras fontes. Especificar _____

16- Qual a quantidade de membros na sua família:

até 15 anos	de 15 a 45	de 45 a 60

B- Atividade econômica e acesso financeiro

17- Você possui atividade econômica. (1) não. Prossiga para a pergunta nº 27 (2) sim.

() Formal () Informal. Especificar:

(1) alimentação

(2) confecção

(3) artesanato

(4) consertos hidráulicos/mecânicos/elétricos

(5) serviços de limpeza

(6) outros: Especificar _____

18- Qual o tempo da sua atividade econômica? _____

19- Localização da atividade econômica

- (1) na própria casa do comunitário
- (2) em um imóvel exclusivo alugado
- (3) em um imóvel exclusivo próprio
- (4) no cômodo/espço junto à casa do comunitário
- (5) ambulante
- (6) feiras

20- Qual o nº de operações de crédito que você já efetuou com a ANDE? _____
Quais foram os valores do crédito? Citar em ordem crescente. _____

21- O crédito foi aplicado na atividade econômica? (1) não (2) sim. Em que foi aplicado (1) capital de giro (compra de mercadorias) (2) capital fixo (compra de equipamentos) (3) melhoria na infraestrutura () outro _____

22- Qual o rendimento bruto mensal da sua atividade econômica por mês? _____

23- Você tem conseguido pagar as despesas da atividade econômica? (1) não (2) sim

24- Quanto que você retira da atividade (após pagar todas as despesas) _____

25- Você sente dificuldades em pagar o crédito? (1) não (2) sim. Porque? _____

26- De onde você retira o dinheiro para pagamento das parcelas do financiamento?

- (1) do próprio negócio sem precisar complementar com outras rendas
- (2) da renda do marido que ajuda nos pagamentos
- (3) da renda do filho que ajuda nos pagamentos
- (4) de outras fontes de renda. Especificar _____

27- Você sente dificuldade de acesso ao sistema bancário? (1) não (2) sim. Por quê? (1) altos juros (2) exigências burocráticas (3) distância das agências bancárias (4) altas taxas para manutenção de contas (5) outros _____

28- Você possui algum vínculo com alguma instituição financeira? (1) não (2) sim. Qual? (1) banco privado (2) banco público (3) financeira.

29- Você possui vínculo bancário, de que tipo?

- (1) conta corrente
- (2) conta poupança (a não a ser do Banco Comunitário)
- (3) aplicações
- (4) outro _____

30- Você possui:

- (1) talão de cheques () não () sim
- (2) cartão de crédito () não () sim

C- Avaliação dos impactos

31- Como você avalia a existência do Banco Comunitário na comunidade?

32- Você acha que o Banco Comunitário mudou as suas condições de vida?

- (1) muito
- (2) pouco
- (3) nada
- (4) piorou

33- Você pretende continuar no Banco Comunitário?

- (1) sim
- (2) não. Por que? _____

34 - O que é oferecido pela ANDE aos Bancos Comunitários?

- (1) financiamento
- (2) capacitação e consultoria a atividade econômica
- (3) assessoria técnica
- (4) cursos profissionalizantes
- (5) formação da diretoria de Bancos comunitários
- (6) Outros. Especificar _____

35- Após a entrada para o Banco Comunitário, você tem buscado por conta própria se profissionalizar? () não () sim. Cite o tipo do curso _____

36- A Renda que você obtém participando dos Bancos Comunitários é investida:

- (1) na sua vida pessoal. Cite o tipo de investimento _____
- (2) na família
- (3) na educação dos filhos
- (4) outro. Especificar _____

37- Você acha a poupança solidária importante (1) não (2) sim. Por quê?

38- Você efetua a poupança:

- (1) em todas as reuniões
- (2) quase sempre em todas as reuniões
- (3) não efetua a poupança

39 - A poupança solidária tem ajudado lhe na concretização de algum sonho? (1) não (2) sim. Qual? _____

40- Quanto você costuma poupar por reunião? _____

41- Existe algum espaço de feiras na comunidade onde o Banco Comunitário comercializa os produtos das sócias? (1) não (2) sim. Onde? _____

42- Você tem participado de feiras na comercialização de seus produtos? (1) não (2) sim. Onde? (1) na comunidade. (2) em outros espaços na cidade. Quais _____
(3) em eventos em outras cidades. Quais _____

43-As feiras têm contribuído para a comercialização dos produtos?

- (1) muito
- (2) pouco
- (3) muito pouco
- (4) não tem contribuído

44- Qual a importância das feiras para o Banco Comunitário?

45- O que você mais gosta nos Bancos Comunitários?

46- Na sua opinião, você acha que após participar do Banco Comunitário o seu relacionamento tem melhorado:

- (1) na família, com o marido e os filhos
- (2) no fortalecimento dos laços de amizade na comunidade.
- (3) não melhorou em nada.
- (4) outro_____

47- Na sua opinião, o que falta na sua comunidade para melhorar a sua qualidade de vida?

48- Você acha que após participar do Banco Comunitário a sua qualidade de vida melhorou? Devido a:

- (1) aquisição de casa própria
- (2) ampliação ou reforma
- (3) acesso à educação
- (4) acesso à saúde
- (5) aquisição de eletrodomésticos
- (6) aquisição de automóvel
- (7) outros. Especificar_____

49- principais mudanças ocorridas na atividade econômica após os investimentos advindos das operações de crédito

- (1) aquisição de mercadorias
- (2) aquisição de máquinas e equipamentos
- (3) reforma do espaço físico de trabalho
- (4) expansão do estoque de produtos
- (5) registro legal da atividade econômica
- (6) ampliação do leque de serviços e produtos oferecidos
- (7) outros _____
- (8) Não houve mudança alguma

50- Você tem empregado mão de obra sua na atividade econômica após o financiamento? (1) não (2) sim. Quantas? _____ (1) familiar (2) não familiar

51- Na sua opinião, o Banco Comunitário tem possibilitado:

- (1) gerar desenvolvimento na comunidade
- (2) despertar e possibilitar a necessidade de poupança
- (3) possibilita o desenvolvimento dos negócios da comunidade
- (4) aumento da auto-estima quanto ao gerenciamento dos próprios recursos
- (5) ajuda a desenvolver a autoconfiança

52- O que você acha que falta no Banco Comunitário?

D- Imagem do Banco Comunitário

53- O que você acha do Banco Comunitário no que diz respeito seu funcionamento?

- (1) Um espaço democrático onde consigo expor e trocar idéias e interferir na concretização das reivindicações mais gerais da comunidade.
- (2) Um local para discutir questões prioritárias do grupo e ficar por dentro das decisões tomadas.
- (3) Poderia funcionar de uma forma mais participativa.
- (4) não funciona.
- (5) não sabe.
- (6) outra: _____

54- Que vantagens de participar do Banco Comunitário?

- (1) aumenta as vantagens do negócio
- (2) favorece o desenvolvimento da economia local
- (3) melhoria no relacionamento entre as pessoas da comunidade
- (4) não vê vantagens
- (5) outro _____

E- A solidariedade

55- O que você entende por solidariedade?

56- Você acha que existe a solidariedade no Banco Comunitário? (1) não (2) sim. De que forma essa solidariedade se manifesta?

57 - Você acha que a solidariedade praticada internamente no Banco Comunitário é:

- (1) Forte
- (2) Fraca

58 - De que forma você é solidário com os membros do Banco Comunitário?

59- Porque você se solidariza para com os outros no Banco Comunitário?

60- Você acha que o interesse coletivo está acima do interesse individual dentro do Banco Comunitário? (1) não. Por quê? _____
(2) sim. Por quê? _____

61- Na sua opinião, no Banco Comunitário, as pessoas se preocupam umas com as outras? (1) não (2) sim. De que forma? _____

62- Você conhece as outras experiências de Bancos Comunitários na cidade? (1) não. Prossiga para a p. de nº 64. (2) sim. Responda a questão seguinte.

63- Na sua opinião, existe alguma interação do Banco Comunitário do seu bairro com outros Bancos Comunitários na cidade? (1) não (2) sim. Essa interação ocorre de que forma?

F- Capital social

64- Você confia nas pessoas que fazem parte Banco Comunitário?

- (1) Confio plenamente
- (2) Confio pouco
- (3) Não confio

65- Você conhece as pessoas do Banco Comunitário? (1) não (2) sim

66- Quem o convidou a participar do Banco Comunitário?

- (1) o amigo
- (2) o vizinho
- (3) a ANDE
- (4) outro

67- Para que o Banco Comunitário funcione bem, o que você considera mais importante?

68- Você acha importante confiar nas pessoas no Banco Comunitário? () não () sim Porque?

69- Sem confiar nas pessoas do Banco Comunitário você se arriscaria a participar das atividades de financiamento e de poupança?

- (1) não (2) sim.

70- No Banco Comunitário todas cooperam nas atividades de mutirões e eventos na comunidade?

- (1) sim
- (2) algumas cooperam outras não

71 - Você considera importante as normas (regimento interno) do Banco Comunitário?

- (1) não (2) sim. Por quê? _____
-

72- Você considera que as normas do Banco Comunitário são eficientes para o bom andamento das atividades. (1) não (2) sim. Por quê? _____

G- Participação

73- Quanto tempo você participa do Banco Comunitário?

- (1) um mês
- (2) dois meses
- (3) três meses
- (4) quatro meses
- (5) cinco meses
- (6) outro _____

74- Qual sua função no Banco Comunitário?

- (1) sócia
- (2) membro da diretoria. Especificar a função _____
- (3) outro. Especificar _____

75- Você gosta de fazer parte da diretoria do Banco Comunitário? (1) Não. Por quê? _____
(2) sim. Por quê? _____

76 - Com que frequência você participa das reuniões do Banco?

- (1) semanal
- (2) quinzenal
- (3) mensal.
- (4) bimestral
- (5) trimestral.

77- Você participa do Banco Comunitário

- (1) somente como cliente (acessa o crédito)
- (2) somente como poupadora
- (3) como cliente e poupadora
- (4) nenhuma das opções. Outra. Especificar _____

78 - Quais os motivos a levou a participar do Banco Comunitário?

79- Você pretende continuar a participar das atividades do Banco Comunitário? (1) não. Por quê? _____

(2) sim. Por quê? _____

80- Você decidiu participar do Banco Comunitário por:

- (1) Escolha, para ter mais tempo livre para família, para os filhos, para ter o próprio negócio?
- (2) Por falta de escolha, não tive outra opção, devido ao desemprego.

81- Se você conseguisse um emprego de carteira assinada, você sairia do Banco Comunitário?

- (1) não. Por quê? _____
- (2) sim. Por quê? _____

82- Você participa de organização de caráter associativo?

- (1) associação de moradores
- (3) sindicatos
- (4) ONG's
- (5) partidos políticos
- (6) organizações religiosas

(7) entidades filantrópicas

(8) movimento estudantil

(9) clube esportivo

(10) cooperativa

(11) outro. Especificar: _____

83- Enquanto integrante do Banco Comunitário você tem participado juntamente com as outras integrantes na reivindicação de seus direitos e da comunidade perante aos órgãos públicos? (1) não (2) sim. O que têm reivindicado?

84- Você acha que a sua comunidade precisa de mais atenção por parte dos governantes. (1) não. (2) sim. Em quais aspectos? Cite-os:



**APÊNDICE 03 - ROTEIRO DE ENTREVISTA – GRUPO FOCAL DIRECIONADA
AS PARTICIPANTES DOS BANCOS COMUNITÁRIOS DOS BAIRROS: VILLAGE
DO LAGO II E CONJUNTO JOAQUIM COSTA**

**PESQUISA: BANCOS COMUNITÁRIOS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA:
ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DE BAIXO PARA CIMA EM MONTES
CLAROS - MG**

ESTA ENTREVISTA TEM COMO OBJETIVO CONHECER AS PERCEPÇÕES E OS SENTIMENTOS DAS PESSOAS EM RELAÇÃO À EXPERIÊNCIA DE BANCOS COMUNITÁRIOS. TODAS AS INFORMAÇÕES FORNECIDAS POR VOCÊS SÃO CONFIDENCIAIS. POR GENTILEZA, GOSTARIA DE CONTAR COM A SUA COLABORAÇÃO. DESDE JÁ AGRADECEMOS!

Pergunta 1: Porque você escolheu viver de Economia Solidária nos Bancos comunitário?

Pergunta 2: O que mudou na sua vida após ter participado da experiência de Banco Comunitário?

Pergunta 3: Como você percebe as relações de solidariedade e de cooperação no Banco Comunitário? Todas têm colaborado para os resultados? Cumprido as normas? Se fosse para você fazer parte da diretoria você se habilitaria a prestar um trabalho voluntário ao grupo no que se refere ao gerenciamento das finanças do Banco Comunitário? Existe ao seu ver no grupo pessoas que levam vantagens no trabalho das outras, sem dar a sua contribuição?

Pergunta 4: Você acha que o Banco Comunitário é um instrumento importante para a comunidade? Há algum aspecto que precisa ser mudado ou melhorado no Banco Comunitário?

Pergunta 5: O que você espera do Banco Comunitário? Quais as suas expectativas dessa experiência?

ANEXOS



FIGURA 1 - Momento de reunião do Banco “Mandacaru” : 7/10/08.
Fonte: Arquivo pessoal 2008.



FIGURA 2 - Momento de reunião do Banco “Mandacaru”: 7/10/08.
Fonte: Arquivo pessoal 2008.



FIGURA 3 - Momento de reunião do Banco “Unidos Venceremos”: 14/1/09.
Fonte: Arquivo pessoal 2009.



FIGURA 4 - Momento de reunião do Banco “Aliança”: 29/11/08.
Fonte: arquivo pessoal 2008.



FIGURA 5 - Momento de reunião do Banco “ASA”: 24/11/08.
Fonte: Arquivo pessoal 2008.



FIGURA 6 – Momento de reunião do Banco “Jesus é a Força”: 21/1/09.
Fonte: Arquivo pessoal 2009.



FIGURA 7 – Momento de reunião - Banco “A União Faz a Força”: 15/10/08.
Fonte: Arquivo pessoal 2008.



FIGURA 8 - Comunitária do Banco “Boa Vontade” no seu salão de beleza: 13/1/09.
Fonte: Arquivo pessoal 2009.



FIGURA 09- Comunitárias do Banco “Jesus é a Força” realizando a venda de beiju no Mercado Central de Montes Claros: 10/1/09.
Fonte: Arquivo pessoal 2009.



FIGURA 10 - Comunitária do Banco “Jesus é a Força” na sua loja de Confeções: 14/1/09.
Fonte: Arquivo pessoal 2009.



FIGURA 11 – Cartaz da feira de Economia Popular Solidária.
Praça da Catedral – Montes Claros: 19/12/08.
Fonte: Arquivo pessoal 2008.



FIGURAS 12 e 13 - Comunitárias do Banco “Jesus é a Força” participantes da Feira de Economia Popular Solidária na Praça da Catedral – Montes Claros: 21/12/08.
Fonte: Arquivo pessoal 2008.



FIGURA 14 - Comunitária do Banco “Jesus é a Força” à direita participante da feira de Economia Popular Solidária na Praça da Catedral – Montes Claros: 21/12/08.
Fonte: Arquivo pessoal 2008.



FIGURA 15 - Associação do bairro: Conjunto Joaquim Costa - Local de reunião do Banco.
Fonte: arquivo pessoal 2009.



FIGURA 16 – Rua do bairro: Village do Lago II onde residem algumas comunitárias.
Fonte: arquivo pessoal 2009.



FIGURA 17 e 18 Grupo focal – Banco “Unidos Venceremos. Local: Salão comunitário.
Fonte: Arquivo Pessoal 2009.



FIGURA 18



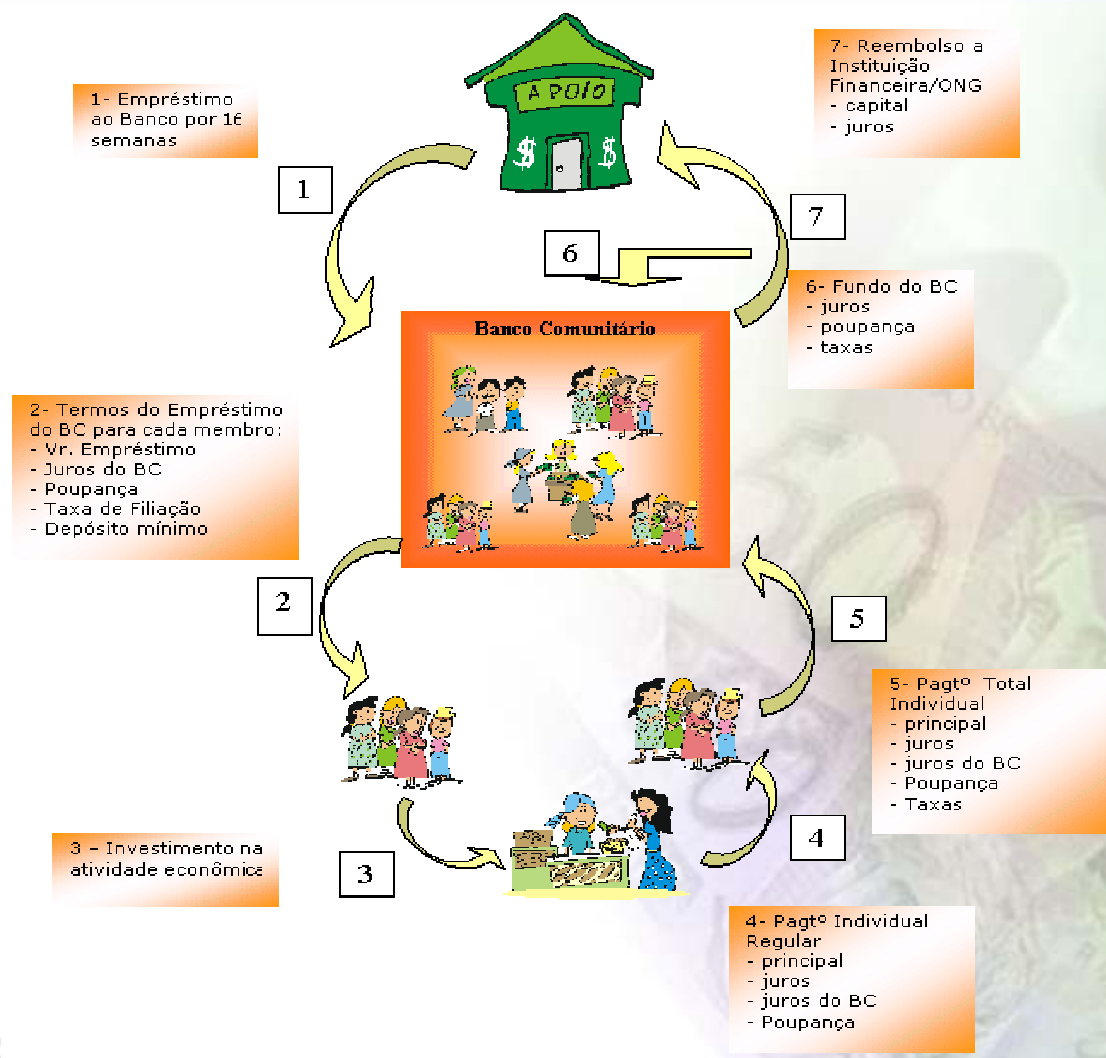
FIGURA 19 – Grupo focal – Banco “Jesus é a Força”.
Fonte: Arquivo Pessoal 2009.

Poupança	Data	Deposito	Saldo	Assinatura
1	20-07-07	2,00	130,52	
2	25-7-07	5,00	135,52	
3	01-08-07	2,00	137,52	
4	8-08-07	2,00	139,52	
5	15-08-07	2,00	141,52	
6	22-08-07	2,00	143,52	
7	29-08-07	2,00	145,52	
8	05-09-07	2,00	147,52	
9	12-09-07	2,00	149,52	
10	19-09-07	2,00	151,52	
11	26-09-07	2,00	153,52	
12	03-10-07	2,00	155,52	
13	10-10-07	2,00	157,52	
14	17-10-07	2,00	159,52	
15	24-10-07	2,00	161,52	
16	31-10-07	2,00	163,52	
17	07-11-07	2,00	165,52	

Empréstimo	Data	RS
1	12-12-07	12
5	09-01-08	1
6	30-01-08	1
7	11-02-08	1
13	05-03-08	1

FIGURA 20 – Instrumento de poupança e crédito dos Bancos Comunitários.
Fonte: Arquivo Pessoal 2009.

Fluxo de um Banco Comunitário:



BANCOS COMUNITÁRIOS

[guia do crédito popular]



Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, 440/1º andar - Imbiribeira
Recife-PE - Cep 51170-000 - tel.: (81) 3428-3881

Título de Utilidade Pública Federal: Decreto 90.564 Estadual: Lei 6.931 Municipal: Lei 2.701
Inscrição no Conselho Nacional de Serviço Social: Processo 246.406/76
Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos: Processo 226.728/77



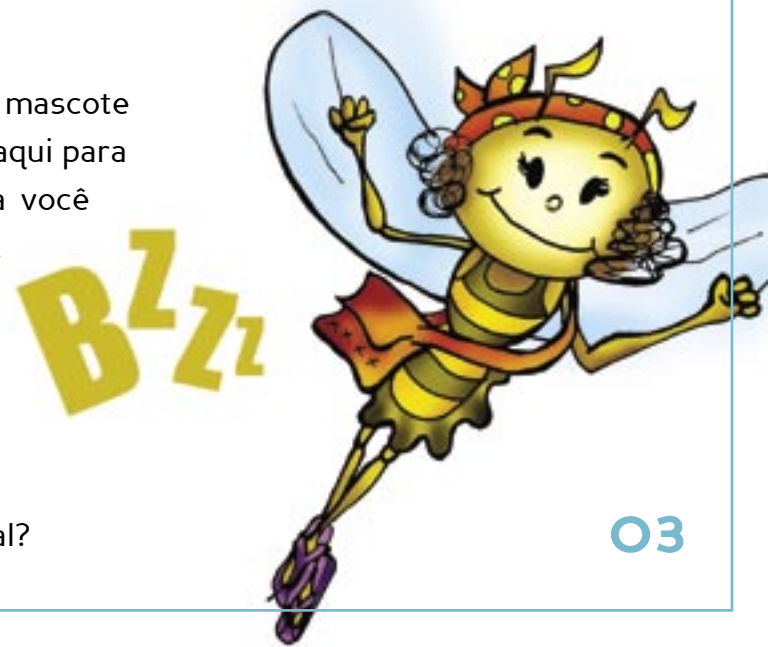
Este é um guia para que você possa entender o que é o Banco Comunitário, como ele funciona e sua importância para a comunidade.

Nesta cartilha, você encontra todas as informações sobre um Banco Comunitário: o que é, como funciona e como pode ser útil à sua atividade, seja ela uma lanchonete, um salão de beleza, uma vendinha, uma frutaria, uma confecção ou qualquer outra, registrada ou não. O Banco Comunitário tem ajudado milhares de empreendedores, gente com iniciativa como você. E é fácil participar! Por isso, leia essa cartilha com atenção e aproveite. Pode ser aquela oportunidade que você esperava para fazer seu negócio ir para frente. Boa leitura!



Olá, pessoal!

Meu nome é Dindinha e sou a mascote dos Bancos Comunitários. Estou aqui para trazer informações valiosas para você que é uma pessoa de iniciativa, um empreendedor, e quer fazer seu negócio crescer. O Banco Comunitário é uma iniciativa da Visão Mundial em parceria com a ANDE e a sua comunidade. E você, já conhece a Visão Mundial?



Sobre a Visão Mundial...

A Visão Mundial é uma organização cristã, sem fins lucrativos, que cuida de crianças carentes, suas famílias e das comunidades onde vivem. Desde 1975 no Brasil, a Visão desenvolve projetos sociais variados, entre eles o Banco Comunitário. Também cria programas nas áreas de saúde, educação, agroecologia, desenvolvimento econômico sustentável, promoção da justiça, testemunho cristão e socorro em emergências e reabilitação. Agora que você já conhece um pouco a Visão Mundial, vamos conhecer o Banco Comunitário. Veja como ele é simples e pode trazer benefícios para você e sua comunidade.



Banco Comunitário: o que é?

O Banco Comunitário é um grupo formado por pessoas que possuem pequenos negócios, como você, e que se unem para ter acesso ao crédito. Tudo de forma simples, fácil e sem burocracia. E ainda por cima, cada participante (ou sócio, como é chamado) ganha treinamento para aprender, por exemplo, como deve poupar e investir suas economias.

Zzzzz

Como funciona?

Imagine que você tenha um carrinho de cachorro-quente e precise de dinheiro para investir no negócio. Mas, para pedir um empréstimo a um banco, além de uma pilha de documentos, você tem que apresentar alguma garantia a ele.

E, sozinho, o seu dinheiro não é suficiente. É aí que entra o Banco Comunitário. Você convida sua vizinha que é uma sacoleira, ela chama mais alguém e, assim, sucessivamente. Mas todos têm que ter negócio próprio e morar na mesma comunidade! Quando já houver um bom número de pessoas, os participantes se reúnem e decidem com quantos reais cada um pode contribuir. Juntando todo esse dinheiro, vocês já têm a poupança que permitirá acessar o crédito.



Como participar?

Para formar um Banco Comunitário, a primeira coisa que você deve fazer é procurar o pessoal da Visão Mundial/ANDE que trabalha com microcrédito. Com eles você vai ficar sabendo os dias das reuniões nas quais tudo será explicado. Chame seus vizinhos, parentes, compadres e comadres para conhecer esta maravilhosa iniciativa.



Para participar, não precisa ter muito tempo de experiência. Basta que seu negócio esteja funcionando. Também é preciso levar alguns documentos: cópias da identidade, do CPF e de um comprovante de residência atual (conta de luz, água etc.).

Depois da apresentação, são acertados os dias de reunião do seu grupo e é escolhido o nome do Banco Comunitário que vocês irão criar. Tudo é resolvido na base do voto; vale a vontade da maioria.

Na reunião seguinte, os sócios decidem qual será a contribuição de cada um para formar a "poupança" do Banco Comunitário. E por falar em poupança, você por acaso já tem uma e sabe como usá-la?



Poupança

Poupança é uma reserva de dinheiro que você junta para o futuro. Ela é muito útil nos momentos de dificuldade ou na hora de investir num bom negócio. E para a formação do Banco Comunitário ela é importantíssima! Em cada reunião, os participantes separam alguns reais. Como não dá para guardar o dinheiro do grupo dentro de um “porquinho”, é preciso colocá-lo numa agência bancária oficial, dessas que estamos acostumados a ver por aí. Lá, o dinheiro estará seguro e só poderá ser sacado com a autorização dos sócios. Mas para formar a poupança é preciso antes criar um Regulamento Interno do grupo.



Regulamento

Tudo deve ser “preto no branco”: cada sócio deve saber seus direitos e deveres e colocá-los no papel. Em reunião, é escolhida a Diretoria do Banco Comunitário. Essa diretoria é formada por um Presidente, um Tesoureiro e um Secretário e irá representar o grupo junto à Visão Mundial/ANDE e seu parceiro na localidade. Ela também irá auxiliar os sócios no dia-a-dia.



Qual o valor do crédito de cada sócio?

Chegou a hora de decidir o quanto cada participante precisa de financiamento e como irá pagar. Cada sócio deve visitar o outro, conhecer suas atividades e conversar sobre o valor que devem apresentar na reunião. O valor do crédito que ficar acertado na reunião é o valor que será solicitado. Todos devem ser solidários e ter confiança uns nos outros. E outra coisa: no Banco Comunitário quem analisa os pedidos de crédito é o próprio grupo!



Festa de inauguração do Banco Comunitário!

Finalmente chegamos ao dia da Festa de Inauguração do Banco Comunitário na sua localidade! Nesse dia, todos recebem o crédito acertado. É hora de comemorar e pensar no futuro. A partir daí, é só pagar em dia para que a Visão Mundial/ ANDE renove o crédito do grupo.



Dicas

Após receber seu crédito, continue poupando e apoiando os outros sócios para que seu Banco fique ainda mais forte. Quanto mais forte ele ficar, mais dinheiro seu grupo poderá obter em caso de necessidade.

Bom, espero que você tenha entendido tudo direitinho. O Banco Comunitário pode ser aquela chance que você e sua comunidade esperavam. Vale a pena! Palavra de Dindinha.

Procure mais informações no endereço ao lado.
E boa sorte!



Reuniões:

Entre em contato conosco e agendaremos uma reunião na sua comunidade para dar todo o apoio necessário à fundação de um Banco Comunitário. Entre em contato com uma filial da ANDE nos endereços abaixo:

Filial Ceará

Travessa Pará, nº 12, Edif. Sul América - 2º andar - Centro
Fortaleza - CE - CEP 60025-120 Tel.: (85) 3454 1744

Filial Pernambuco

Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, 440, 1º andar - Imbiribeira
Recife - PE - CEP 51170-000 Tel.: (81) 3428 3881

Filial Bahia

Rua Minas Gerais, 882, 2º andar - sala 202 - Pituba
Salvador - BA - CEP 41830-020 Tel.: (71) 3344 1175

Filial Minas Gerais

Av. Deputado Esteves Rodrigues, 1121, 2º andar - Centro
Montes Claros - MG - CEP 39400-215 Tel.: (38) 3221 5424